

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
CENTRO DE CÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - CCSH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD

Andressa Nichel

**CONSTRUINDO E-DEMOCRACIA? POSSIBILIDADES E LIMITES
DAS PLATAFORMAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS DE
ELABORAÇÃO LEGISLATIVA PARTICIPATIVA**

SANTA MARIA, RS
2016

Andressa Nichel

**CONSTRUINDO E-DEMOCRACIA? POSSIBILIDADES E LIMITES DAS
PLATAFORMAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS DE ELABORAÇÃO
LEGISLATIVA PARTICIPATIVA**

Dissertação na área de Direitos Emergentes na Sociedade Global, com ênfase na Linha de Pesquisa “Direitos na Sociedade em Rede” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Direito**.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Santos de Oliveira

Santa Maria, RS

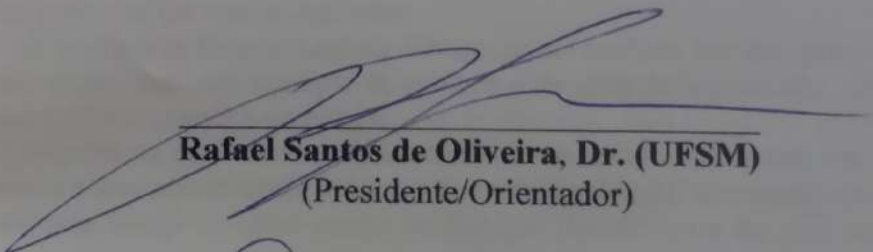
2016

Andressa Nichel

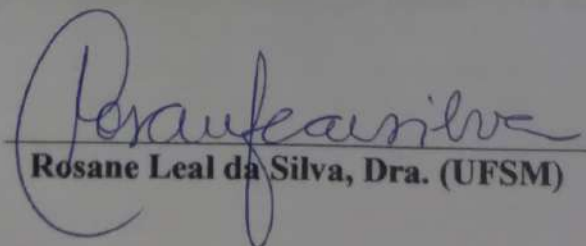
**CONSTRUINDO E-DEMOCRACIA? POSSIBILIDADES E LIMITES DAS
PLATAFORMAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS DE ELABORAÇÃO
LEGISLATIVA PARTICIPATIVA**

Dissertação na área de Direitos Emergentes na Sociedade Global, com ênfase na Linha de Pesquisa “Direitos na Sociedade em Rede” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Direito**.

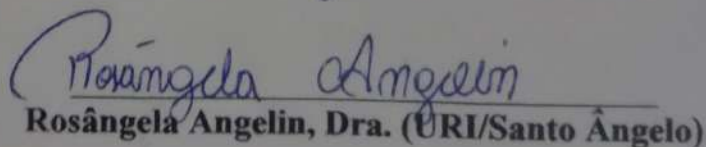
Aprovada em 1º de abril de 2016:



Rafael Santos de Oliveira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Rosane Leal da Silva, Dra. (UFSM)



Rosângela Angelin, Dra. (URI/Santo Ângelo)

Santa Maria, RS
2016

AGRADECIMENTOS

A escrita da dissertação e todo o processo de pesquisa, ainda que seja trabalho de um autor só, não é um trabalho solitário. E durante os dois anos do mestrado eu tive ao lado pessoas imprescindíveis para me apoiar e inspirar, por esta razão agradeço:

A Deus, antes de todos e acima de tudo.

Aos meus pais, Alberto Nichel e Adriana Rachel Nichel, por serem a base mais forte que eu poderia desejar, por terem me criado com o exemplo diário de que o trabalho incansável nos leva até onde queremos chegar e por acreditarem no meu potencial desde sempre.

Ao meu irmão, Rafael Nichel, por todo o carinho que sempre teve, apesar da irmã.

Ao meu namorado, Douglas Medeiros, por todo o amor, encorajamento e paciência durante os últimos dois anos, assim como por ser pra mim um exemplo de dedicação aos outros e de foco nos objetivos.

Aos meus avós, Genezio Ellwanger e Cezira e Arlindo Nichel, por serem exemplo constante de esforço e perseverança.

Aos meus padrinhos, Márcia e Marcos Zambiasi, por serem os meus segundos pais e por acreditarem nas minhas capacidades mais do que eu mesma.

Aos meus amigos Fernando Pappis, Felipe Pappis, Isadora Rosso Viana, João Pedro Lamas e Eduardo Fernandes, pois a presença de todos sempre foi constante, mesmo quando longe.

Às minhas amigas Francielle Agne Tybusch, Gislaine Ferreira Oliveira e Priscila Valduga Dinarte, pois o mestrado teria sido uma experiência muito diferente, e potencialmente não teria sido terminado, sem o companheirismo, o encorajamento e o bom humor de cada uma de vocês.

A toda a segunda turma de mestrado do Mestrado em Direito da UFSM, pois juntos aprendemos o significado da palavra afetividade.

Ao meu orientador, Prof. Rafael Santos de Oliveira, pelo tempo disponível para analisar e me auxiliar com as correções.

À professora Rosane Leal da Silva, que me acolheu em seu grupo de pesquisa ainda em 2010 e que, com seu exemplo de conduta e de amor pela profissão, me inspirou a seguir no meio acadêmico após a graduação.

A todos os professores e funcionários do mestrado e do curso em Direito da UFSM, bem como a essa universidade pública e de muita qualidade, instituição em que ingressei com 14 anos para iniciar o ensino médio no Colégio Politécnico e da qual me despeço 10 anos depois.

RESUMO

CONSTRUINDO E-DEMOCRACIA? POSSIBILIDADES E LIMITES DAS PLATAFORMAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS DE ELABORAÇÃO LEGISLATIVA PARTICIPATIVA

AUTORA: Andressa Nichel

ORIENTADOR: Prof. Dr. Rafael Santos de Oliveira

O presente trabalho trata-se de um estudo acerca das plataformas participativas do Poder Legislativo brasileiro, que foram criadas com o propósito de ensejar a cooperação entre cidadãos e deles com os parlamentares a fim de que essa porosidade entre a esfera política e a civil possibilite que a população se reconheça na produção normativa. Essa preocupação emerge em um contexto de déficits democráticos e discussão da legitimidade da espécie de representação política hoje vigente. Diante desse cenário, torna-se inevitável questionar em que medida as plataformas dedicadas à legislação participativa, a e-Democracia, ligada à Câmara Dos Deputados, e a e-Cidadania, ligada ao Senado, obtiveram sucesso na pretensão de gerar uma participação cidadã significativa e refleti-la na construção legislativa, assim como se possuem o condão de contribuir para a construção de uma e-democracia. A metodologia utilizada para a confecção do trabalho foi o método de abordagem dedutivo e método de procedimento monográfico, assim como as técnicas de pesquisa empregadas foram bibliográfica, documental e observação direta, sistemática e não participante. O trabalho foi desenvolvido em duas partes, sendo a primeira uma revisão bibliográfica a partir de um conjunto de autores, resgatando diversos aspectos do sistema democrático atual e os aspectos problemáticos a ele relacionados até a possibilidade de construção de uma e-democracia. Na segunda parte do trabalho foi feita uma análise dos portais de participação do Poder Legislativo federal brasileiro, observando quantitativamente a adesão popular às plataformas desde seu início até atualmente assim como verificando a existência ou não de menções a essa discussão durante o trâmite legislativo desses projetos, para aferir a relevância política dessas plataformas. Ao fim, em posse do conjunto de informações angariado foi possível verificar que as plataformas e-Democracia e e-Cidadania abordam o recebimento de contribuições cidadãs diferentemente, sendo que a primeira possui uma estrutura possibilitadora de dialogicidade e níveis mais profundos de participação, enquanto a segunda angaria participação em volumes significativamente mais elevados. Em ambas, no entanto, ficou evidente que as contribuições cidadãs não são tidas como essenciais e orientadoras dos rumos legislativos, repousando ainda na classe política todo o poder de condução da produção normativa.

Palavras-chave: Democracia participativa. Déficit democráticos. Poder Legislativo. E-democracia.

ABSTRACT

BUILDING E-DEMOCRACY? POSSIBILITIES AND LIMITS OF THE BRAZILIAN GOVERNMENT PLATFORMS IN PARTICIPATIVE LEGISLATION DRAFTING

AUTHOR: Andressa Nichel

ADVISOR: Prof. Dr. Rafael Santos de Oliveira

This is a study about the participatory platforms of the Brazilian legislative power, which were created in order to provoke cooperation among citizens and between them and the parliamentarians so that the porosity between the political and civil sphere enables the population to recognize themselves on the normative production. This concern emerges in a context of democratic deficits and discussion of the legitimacy of the current political representation. Given this scenario, it becomes inevitable to question to what extent the platforms dedicated to participatory legislation, e-Democracy, connected to the Chamber Of Deputies, and e-citizenship, linked to the Senate, successfully generated a significant citizen participation and reflect it in the legislative making, as well as have the power to contribute to the construction of e-democracy. The methodology used for the production of the work was the deductive approach method of and monographic procedure methods, as well as the bibliographical, documentary and direct observation, systematic and nonparticipating research techniques used were. The study was conducted in two parts, the first being a literature review from a group of authors, rescuing many aspects of the current democratic system and the problematic aspects related to it to the possibility of building an e-democracy. The second part of the study was an analysis of the brazilian federal legislative power participative platforms, quantitatively observing the popular support to the platforms from the beginning until now as well as verifying the presence or absence of mention of this discussion during the legislative process, to assess the political relevance of these platforms. At the end, in possession of the set of raised information was verified that the e- Democracy and e-Citizenship platforms approach the perception of citizen contributions differently, the first has a structure that enables dialogical and deeper levels of participation while the second raises participation in significantly higher volumes. In both cases, however, it became clear that the citizen contributions are not seen as essential and guiding legislative direction, still resting in the political class all driven power of normative production.

Keywords: Participatory Democracy. Democratic Deficits. Legislative Power. E-democracy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de usuários do portal e-Democracia entre Janeiro de 2011 até Junho de 2015	70
Gráfico 2 - Percentagem de novos acessos no portal e-Democracia	71
Gráfico 3 - Páginas abertas por sessão no portal e-Democracia ao longo do tempo	73
Gráfico 4 - Duração média da sessão no portal e-democracia.....	74
Gráfico 5 - Total de postagens em Fóruns por Comunidade Legislativa	76
Gráfico 6 - Total de participantes em Fóruns por comunidade legislativa.....	78
Gráfico 7 - Proporção de comunidades legislativas com e sem wikilegis	79
Gráfico 8 - Uso da ferramenta “Sugestão de alteração” no wikilegis.....	80
Gráfico 9 - Uso da ferramenta “Comentários” no wikilegis.....	81
Gráfico 10 - Número de eventos interativos ao longo do tempo	90
Gráfico 11 - Número de cidadãos que participaram dos eventos interativos e comentários feitos nessa plataforma	91
Gráfico 12 - Número de opiniões emitidas na aba “Opine sobre projetos legislativos” do e- Cidadania	92
Gráfico 13 - Número de cidadãos que opinaram na plataforma	93
Gráfico 14 - Número de ideias legislativas inseridas na plataforma e-Cidadania ao longo do tempo	94
Gráfico 15 - Número de apoios mensais recebidos ao longo do tempo.....	95
Gráfico 16 - Proporção entre ideias legislativas com e sem votos.....	96
Gráfico 17 - Ideias Legislativas encerradas sem apoio suficiente que receberam mais de 100 votos.....	97

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Página inicial do portal e-Democracia.....	51
Figura 2 - Página inicial do portal e-Cidadania.....	52
Figura 3 - Página inicial do portal e-Cidadania antes de sua reformulação.....	53
Figura 4 - Escada de participação de Arnstein	57
Figura 5 - Exemplo de comunidade legislativa e ferramentas de participação nela disponibilizadas no portal e-Democracia	75
Figura 6 - Visão geral do público alvo do portal e-Cidadania 04/07/2014 a 30/06/2015.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Elementos do primeiro grau de participação democrática	62
Tabela 2 – Elementos do segundo grau de participação democrática	63
Tabela 3 – Elementos do terceiro grau de participação democrática	65
Tabela 4 – Elementos do quarto grau de participação democrática	66
Tabela 5 – Dados gerais acerca da participação no portal e-Democracia.....	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. PERSPECTIVAS DA FUNDAMENTALIDADE DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA E-DEMOCRACIA	12
1.1 DOS DÉFICITS DEMOCRÁTICOS À FORMULAÇÃO DE NOVOS MODELOS POLÍTICOS: REFLEXÕES ACERCA DO CONFLITO E COMPLEMENTARIEDADE ENTRE REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	13
1.2 A SOCIEDADE INFORMACIONAL E NOVAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A ESFERA PÚBLICA	28
1.3 E-DEMOCRACIA: ENTRELACAMENTO ENTRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INTERNET SOB O PRISMA DA GOVERNANÇA.....	39
1.4 PODER LEGISLATIVO E E-DEMOCRACIA: PLATAFORMAS DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE NORMAS JURÍDICAS NO BRASIL.....	46
1.4.1 O portal e-Democracia da Câmara dos Deputados.....	51
1.4.2 O portal e-Cidadania do Senado Federal.....	52
2. POSSIBILIDADES E LIMITES DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA CONSTRUÇÃO LEGISLATIVA NO CASO BRASILEIRO: ANÁLISE DOS PORTAIS E-DEMOCRACIA E E-CIDADANIA.....	56
2.1 DO <i>STATUS QUO</i> AO PODER CIDADÃO: OS PORTAIS DO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO SOB O PRISMA DE GRAUS DE PARTICIPAÇÃO.....	57
2.2 PORTAL E-DEMOCRACIA: UM ESTUDO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E DA INCORPORAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES DA ESFERA CIVIL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	67
2.2.1 Dados acerca da participação e ferramentas no portal e-Democracia.....	69
2.2.2 As referências ao portal e-Democracia durante o trâmite legislativo e o destino dado às contribuições dos cidadãos.....	82
2.3 PORTAL E-CIDADANIA: UM PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO AO LONGO DO TEMPO E A TRAMITAÇÃO DAS IDEIAS LEGISLATIVAS NO SENADO FEDERAL.....	87
2.3.1 LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DA ADESÃO POPULAR AO PORTAL E-CIDADANIA O LONGO DO TEMPO.....	88
2.3.2 A tramitação de ideias legislativas no Senado.....	99
2.4 DOS RESULTADOS OBSERVADOS NOS PORTAIS PARTICIPATIVOS DO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO E DO CAMINHO ATÉ UMA E-DEMOCRACIA.....	107
CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE A - Tabela de comunidades legislativas do portal e-Democracia	126
APÊNDICE B - Tabela de Eventos Interativos do portal e-Cidadania	134
APÊNDICE C - Tabela da ferramenta Opine sobre projetos do portal e-Cidadania	135
APÊNDICE D - Tabela de dados da ferramenta Ideias Legislativas d portal e-Cidadania	136
APÊNDICE E - Tabela de ideias legislativas abertas no portal eCidadania	138
APÊNDICE F - Tabela Ideias legislativas ENCERRADAS sem apoio suficiente no portal e-Cidadania	161
ANEXO A - Dados fornecidos pelo Google analytics do portal e-Democracia	225

INTRODUÇÃO

A elaboração da presente dissertação se deu em meio a um contexto em que estudar o fenômeno da participação popular na esfera política se mostra cada vez mais importante e necessário, posto que nessa conjuntura os problemas das democracias modernas tornam-se evidentes e o papel da academia é cada vez mais contribuir para repensar as relações de poder entre Estado e cidadão e avaliar a relevância de determinadas experiências que melhoram a relação entre esses dois atores, extraíndo delas o que tiveram de positivo e repensando os pontos que se mostraram problemáticos ou infrutíferos.

Esse cenário tem se agravado, sobretudo quando se observa a relevância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na sociedade, notadamente a internet, e do surgimento da sociedade informacional. Os Estados não tardaram a perceber que, após essas transformações sociais, abriu-se um leque de possibilidades para que o governo proporcionasse novas formas de interação com a sociedade. Fazendo uso do ambiente virtual, os organismos governamentais podem disponibilizar informações, fornecer serviços e manter um canal de contato direto com a população.

Através dessas novas relações estabelecidas entre Estado e sociedade, oportunizadas por esses novos arranjos societários e tecnológicos, surge uma nova faceta do exercício da cidadania, através da qual o indivíduo tem em suas mãos mecanismos para intervir diretamente nas funções do Estado. Nesse contexto, o cidadão pode ter acesso a um ferramental que o auxilie a ocupar uma posição proeminente nos rumos políticos de seu país, como agente ativo da democracia.

Essa nova perspectiva de cidadania emerge com maior proeminência, pois atualmente vive-se um momento de crise de representação política, em que o eleitor não consegue encontrar correspondência entre seus interesses e as ações de seus representantes, bem como diante da desconfiança generalizada com as instituições políticas. Em face dos problemas institucionais que se apresentam, uma maior participação política da população e acompanhamento do trabalho dos representantes mostra-se uma das vias legítimas para aplacar esses déficits democráticos. A internet é uma plataforma bastante relevante nesse momento de ressignificação de o que é ser um cidadão e qual o papel da opinião do eleitor dentro do sistema representativo.

Assim, dos diversos usos que as TIC podem receber em um contexto governamental, as possibilidades apresentadas para a participação do cidadão no exercício da democracia

merecem atenção da academia. Essa participação efetiva na democracia adquire diversas facetas, dentre as quais a possibilidade de intervenção direta no processo legislativo, historicamente hermético. Muitos Estados desenvolveram nas plataformas digitais de suas casas legislativas iniciativas que indicam uma tendência maior a uma governança eletrônica aberta para a interação com a população, criando espaço em que o internauta, que assume nesse meio seu papel de cidadão, opina e contribui na formação de projetos de lei.

Tais espaços se propõem a fazer uso das contribuições dos cidadãos a fim de que o processo legislativo torne-se um verdadeiro instrumento de elaboração de políticas públicas efetivas. Porém, essa participação e a elaboração da opinião cidadã pode ser dar de formas diversas, a exemplo de pesquisas de opinião, fóruns para debates, críticas a textos de lei já construídos, entre outras. Da mesma maneira, ainda não se tem proporção de como essas discussões e sugestões influenciam a construção dos projetos de lei e se parte significativa da sociedade tem conhecimento de tal ferramenta, para que ela possa ser de fato considerada relevante e representante das vontades populares.

No Brasil essas plataformas já estão sendo utilizadas há alguns anos. Nelas depositou-se esperança de uma representação política mais fiel à vontade popular, razão pela qual se faz necessário observar, passado um período de sua implementação, qual o uso dado às plataformas tanto por seus usuários quanto pelos agente de poder que as criaram.

Isso porque, é possível que essas novas plataformas de participação indiquem a possibilidade real de participação ampla, o que indica um estado aberto que prestigia a participação de seu cidadão. Porém, não se descarta a hipótese de mostrarem-se como uma forma de engodo para conferir ares de participação para um processo que apenas se presta a legitimar as decisões parlamentares. Desse modo, os espaços disponibilizados para a participação e o uso dado às contribuições do cidadão devem ser objeto de pesquisas acadêmicas a fim de que se determine quais são as experiências mais eficientes e podem nortear a implementação e melhoramento dessas plataformas.

Portanto, diante dos espaços disponibilizados pelo Estado, especialmente Câmara dos Deputados e Senado, para que os cidadãos participem do processo legislativo através da internet no Brasil, questiona-se: essas plataformas obtiveram sucesso em sua pretensão de gerar uma participação cidadã significativa e refleti-la na construção legislativa? Elas têm o condão de contribuir para a construção da e-democracia?¹

¹ No presente trabalho serão utilizadas as expressões “e-democracia” e “e-Democracia”, que designam no trabalho institutos diversas. Quando utiliza-se “e-democracia” faz-se referencia a um conceito de ideais

Para responder satisfatoriamente a esses questionamentos, utilizou-se a o método de abordagem dedutivo, assim como o método de procedimento monográfico, que consistiu no estudo de caso com observação de diversos aspectos atinentes a cada um dos portais e-Democracia e e-Cidadania. Quanto às técnicas de pesquisa, foram utilizadas: pesquisa bibliográfica, documental e observação direta, sistemática e não participante nos portais de participação do poder legislativo federal brasileiro.

O trabalho restou dividido em dois capítulos. No primeiro deles foi realizada uma revisão bibliográfica perpassando por um conjunto de autores dentre os quais se destacam Jürgen Habermas, Antonio-Enrique Pérez Luño, Robert Dahl e Wilson Gomes, assim como diversos outros autores que se liguem ao tema, bem como por uma explanação acerca das vicissitudes do sistema democrático e problemas a eles relacionados atualmente. Também, retomou-se a literatura acerca das relações entre a construção de uma e-democracia, sob uma perspectiva de governança eletrônica, e da elaboração participativa de leis através da internet.

No segundo capítulo da dissertação, buscou-se direcionar mais o trabalho para a realidade brasileira no tocante a essas novas tendências democráticas, especificamente no que tange o Poder Legislativo Federal. Assim, foram analisados os portais e-Democracia, ligado à Câmara de Deputados, e e-Cidadania, ligado ao Senado Federal. Nas aludidas plataformas buscou-se identificar as ferramentas disponibilizadas para participação cidadã online no processo legislativo no Brasil, observando quantitativamente a adesão popular às plataformas desde seu início até atualmente assim como verificar a existência ou não de menções a essa discussão durante o trâmite legislativo desses projetos, objetivando constatar a relevância política dessas plataformas.

Ao fim, em posse do conjunto de informações angariadas, buscou-se traçar as incongruências ou linearidades entre as próprias plataformas, bem como entre o que as plataformas institucionalmente se propõem e uso feito das contribuições populares recebidas.

1. PERSPECTIVAS DA FUNDAMENTALIDADE DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA E-DEMOCRACIA

A democracia é a formação política predominante no mundo atualmente. Os inúmeros regimes denominados democráticos, no entanto, possuem diversas características particulares e vão sendo moldados por circunstâncias particulares, que variam de acordo com um menor ou maior período de democracia consolidada, precedentes culturais, avanço dos direitos políticos e direitos humanos ou pela cultura mais ou menos aberta à participação no país, dentre infindáveis fatores. Porém, ainda que existam esses inúmeros arranjos democráticos observa-se um movimento significativo em grande parte deles para um repensar das práticas democráticas.

O sistema representativo e as democracias liberais hoje encontram alguns de seus limites frente às demandas cada vez mais numerosas e complexas de seus cidadãos e de um sentimento generalizado de desconfiança dos representantes políticos eleitos. Assim, muitas iniciativas têm sido realizadas no sentido de encorajar o *input* do cidadão na esfera política, sobretudo em um contexto fortemente permeado pelas TIC.

Ademais, a própria formulação do conceito de esfera pública, formação que se dá entre a esfera política e a esfera privada dos indivíduos e que é de fundamental importância para a construção da opinião pública, tem renovada magnitude no bojo da sociedade informacional. As características inerentes à rede, como a ausência de fronteiras, sejam geográficas ou temporais e o acesso facilitado de muitos a um mesmo ambiente participativo a um custo relativamente baixo, fazem questionar se nesse meio desenvolve-se uma nova faceta da esfera pública, mais ampla e abrangente do que antes imaginada.

A estruturação desses espaços de fala e a resignificação do papel do cidadão no processo democrático possibilitam novos arranjos democráticos, que valorizam e se subsidiam da participação da população, especialmente através da internet, processos esses que tem como escopo caminhar em direção a uma e-democracia. Sobretudo as iniciativas gestadas no Poder Legislativo, em que há o maior número de representantes eleitos e de onde são produzidas as normas legais, base de um Estado de Direito e de um sistema de direito *civil law*.

No primeiro capítulo deste trabalho foram desenvolvidos pontos relativos às questões acima elencadas, buscando construir um panorama das democracias atuais e das tendências que se apresentam, indo em direção a uma governança eletrônica. Para tanto o capítulo foi subdividido em quatro subitens.

No primeiro subitem discute-se questões relativas aos déficits democráticos dos sistemas atuais, tocando nos conflitos e nas complementariedades encontradas entre eles e uma maior participação dos cidadãos na esfera política. No segundo subitem buscou-se adentrar mais profundamente na correlação entre as TIC e as mudanças ocorridas no que se entendia até então como esfera pública. Posteriormente, o terceiro subitem do capítulo analisa mais detidamente o entrelaçamento da participação política dos cidadãos e o uso da internet, especialmente sob uma perspectiva de governança eletrônica. E por fim, o quarto subitem adentra mais especificamente nas questões ligadas ao uso dado pelo Poder Legislativo às TIC, especialmente acerca das plataformas brasileiras e-Democracia e e-Cidadania.

1.1 DOS DÉFICITS DEMOCRÁTICOS À FORMULAÇÃO DE NOVOS MODELOS POLÍTICOS: REFLEXÕES ACERCA DO CONFLITO E COMPLEMENTARIEDADE ENTRE REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A democracia tem sido discutida já há 2.500 anos, porém até apenas dois séculos atrás a história quase não apresentava exemplos de verdadeiros sistemas de governos democráticos. A democracia era mais assunto para teorização de filósofos do que um verdadeiro sistema a ser adotado e praticado pelos povos. Mesmo nos raros casos em que realmente existia uma democracia, a maioria dos indivíduos não estava autorizada a participar da vida política. A democracia, seja como ideal ou como sistema político, nesse longo período, tem sido debatida e estudada de modo que se pode apontar um conjunto de características satisfatoriamente aceitas que podem delinear-lá. Seria, portanto, um equívoco pressupor que a democracia tenha sido inventada de uma vez por todas como, por exemplo, foi inventada a máquina a vapor, refere Robert Dahl.²

A democracia foi teorizada, discutida e transformada, razão pela qual Dahl entende que ela pode ser inventada e reinventada de maneira autônoma sempre que forem encontradas as condições adequadas para tanto, as quais surgiram e podem surgir em diversos momentos da história. Assim, é possível que cada sistema cultural ou período histórico tenham sistemas democráticos com características diversas, que servem às particularidades do momento. Da mesma forma, a inserção de fatores como novas tecnologias no cenário cultural também podem ensejar um período de reformulação das práticas democráticas.

² DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 13-19

Ao explanar as origens da democracia, Dahl elucida que os sistemas de governo que primeiro permitiram a participação popular de um grupo significativo de cidadãos, quebrando os paradigmas anteriores de governos centrados na pessoa do governante, foram os estabelecidos na Grécia e Roma, após 500 a.C. Tais sistemas de governo tinham fundações políticas tão sólidas que persistiram por séculos com poucas mudanças.³

A democracia é o sistema político dominante hoje no mundo ocidental e é entendido como uma forma de governo significativamente melhor do que as demais já elaboradas. Exemplificando essa visão favorável à democracia como o regime de governo a ser adotado, Bobbio faz a seguinte constatação: nenhuma guerra foi deflagrada até agora entre Estados dirigidos por governos democráticos. Ainda que governos democráticos já tenham ido à guerra, nunca o fizeram entre si.⁴

Ainda, o autor leciona que a democracia é certamente a forma de governo mais perfeita que a humanidade pode, até o momento, imaginar e, ao menos em parte, realizar. Por ser a melhor, conseqüentemente também é a mais difícil, posto que em seu bojo é necessário equilibrar constantemente dois fatores: a liberdade e o poder.⁵

Dentre as razões pelas quais a democracia se mostra uma alternativa de sistema de governo mais benéfica, Dahl refere que a ela contribui na prevenção de governos de autocratas cruéis e perversos, garantindo aos cidadãos uma gama de direitos fundamentais que governos não democráticos jamais poderiam ofertar. Além disso, apenas um governo democrático poderia proporcionar oportunidade máxima para os indivíduos exercitarem a liberdade de autodeterminação e o exercício da responsabilidade moral.⁶

Na visão de Dahl, as democracias modernas possuem pressupostos, sem os quais não podem assim ser consideradas, quais sejam: (i) devem ter funcionários eleitos: o controle das decisões políticas de governo deve ser atribuição constitucional de indivíduos eleitos pelo voto dos cidadãos; (ii) eleições livres, justas e frequentes: eleição dos indivíduos o item “i”, sendo que a coerção deve ser reprimida; (iii) liberdade de expressão: o cidadão pode expressar-se acerca de questões políticas livremente, tendo a possibilidade de criticar o governo, regime ou ideologia dominantes; (iv) fontes de informação diversificadas: formas alternativas de obter informação existem e o cidadão pode valer-se de meios de informação diversificados e independentes; (v) autonomia para associações: possibilitando que os indivíduos reúna-se em grupos de interesse e busquem seus direitos; e , por fim (vi) a

³ DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 19-21.

⁴ BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 50.

⁵ BOBBIO, Norberto. **Qual democracia?** 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 35.

⁶ DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 73.

cidadania inclusiva: através dela nenhum indivíduo adulto com residência permanente no país e sujeito a suas leis será tolhido do exercício/participação em qualquer das cinco instituições políticas essenciais à democracia listadas anteriormente, o que lhe confere de ter direitos a essas e outras liberdades e oportunidades que sejam necessárias para o bom funcionamento das instituições políticas da democracia em grande escala.⁷

No entanto, este último item de cidadania inclusiva não tem sido exercido de forma satisfatória, o cidadão acaba afastado da esfera política, tendo diminuta influência para a construção de um bom funcionamento das instituições democráticas. Os sistemas democráticos, da forma como se constituem hoje, tem enfrentado uma crescente crise de ineficiência em nível global.

O cidadão não percebe reflexo de suas vontades nas ações desempenhadas por seus representantes, há uma desconfiança generalizada ligada à classe política, diretamente atrelada aos recorrentes casos de corrupção e a percepção de uma geral ineficiência dos organismos estatais.

O Índice de Percepção de Corrupção de 2015 (*Corruption Perceptions Index 2015*), da Transparência Internacional, avalia os níveis de corrupção mundial com uma pontuação entre 0 e 100. Todos os 168 países avaliados apresentaram algum nível de corrupção e dentre eles 114 deles ficaram com pontuação abaixo de 50, pontuação que indica, segundo a organização, níveis sérios de corrupção no setor público. Assim, não apenas foi identificado que não há qualquer país livre de corrupção, como também se constatou que 68% dos países do mundo, onde vivem 6 bilhões de pessoas, a possuem em nível altíssimo.⁸

O caso brasileiro, sobretudo, tem recebido destaque nos últimos anos. No ano de 2015 o Brasil obteve pontuação 38 no índice, tendo sua colocação se deteriorado nos últimos anos. O próprio relatório cita situações como as investigações envolvendo a estatal Petrobras como responsável pelo aumento na percepção da corrupção no país:

Nós testemunhamos duas tendências marcantes nas Américas em 2015: a descoberta de grandes redes de corrupção e a mobilização de massa dos cidadãos contra a corrupção. Não é nenhuma surpresa que o Brasil - que enfrentou seu maior escândalo de corrupção em torno da Petrobras - é neste ano o país que sofreu o maior declínio de índice nas Américas, ainda assim lá e em outros lugares vimos investigações de corrupção contra pessoas que pareciam intocáveis apenas 12 meses atrás. O desafio agora é atacar as causas subjacentes. Os cidadãos que tomaram as

⁷ DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 100.

⁸ TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index 2015**. Disponível em: <<http://www.transparency.org/cpi2015#downloads>>. Acesso em 12 jan 2016.

ruas exigiu o fim da corrupção para o bem - apenas reformas institucionais sérias farão isso acontecer.⁹

A Organização das Nações Unidas (ONU) também já tem demonstrado preocupação com o tema há algum tempo. A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de 31 de outubro de 2003, foi ratificada e posteriormente promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.¹⁰

Portanto, apresenta-se uma realidade de crescente e manifesta má gestão dos recursos estatais e da percepção do cidadão de que não possui verdadeira influência da esfera política. A soberania popular foi relegada, quando muito, a mecanismo de legitimação das decisões dos representantes eleitos. Por essa razão há uma reivindicação cada vez maior de que a democracia representativa seja ladeada por mecanismos mais próximos ao modelo de democracia direta.

Muito tem sido referido atualmente, tanto nas pesquisas acadêmicas, quanto na mídia, acerca do que se chamou crise da democracia, crise de representatividade, crise de legitimidade política e outras terminologias afins. Com relação a isso, acertada mostra-se a posição exarada por autores como Norberto Bobbio, no sentido de que não há propriamente uma crise instalada, mas um momento de profunda transição.

Bobbio, que entende como déficits democráticos esses problemas constatados, salienta que o termo “crise” nos faz pensar em um colapso iminente, enquanto pelo contrário, a democracia apenas expande-se e há uma busca por aprofundá-la cada vez mais. No caso da democracia, o “estar em transformação” é seu estado natural. Esse momento de transição é inerente a esse sistema de governo que dura já há milênios.¹¹

As discussões teóricas desenvolvidas a respeito desses crescentes déficits democráticos no sistema político têm indicado em grande parte dois tipos fundamentais de “declínios” que estariam motivando-os: um deles seria a (i) queda de confiança no tipo de representação política até então hegemônica (representação vinculada ao modelo de

⁹ Tradução livre do original em inglês: “We witnessed two remarkable trends in the Americas in 2015: the uncovering of grand corruption networks and the mass mobilization of citizens against corruption. It’s no surprise that Brazil – which faced its largest-ever corruption scandal around Petrobras – is this year’s biggest index decliner in the Americas, yet there and elsewhere we saw corruption investigations against people who looked untouchable only 12 months ago. The challenge now is to tackle the underlying causes. The citizens who took to the streets demanded an end to corruption for good – only serious institutional reform will make that happen.” p. 09. TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index 2015**. Disponível em: <<http://www.transparency.org/cpi2015#downloads>>. Acesso em 12 jan 2016.

¹⁰ BRASIL. **Decreto 5.687 de 31 de janeiro de 2006**. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm>. Acesso em: 12 jan 2016.

¹¹ BOBBIO, Norberto. **Qual democracia?** 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 19.

democracias liberais); bem como o (ii) declínio dos índices de engajamento cívico e participação política dos cidadãos nas democracias modernas.¹² Porém, como já apontado no item anterior, muito se tem pesquisado acerca desse fenômeno de insatisfação popular com a situação política, que é reconhecido não apenas no Brasil.

A fim de compreender de forma apropriada porque esse momento de profunda transformação tem como fator central a representação política, faz-se necessário discorrer acerca do sistema representativo, sobretudo sua vinculação às democracias liberais¹³ modernas, destacando, não apenas sua formação e configuração, mas também os pontos que podem ser causadores dessa insatisfação popular largamente manifestada.

Inicialmente é fundamental destacar que Giovanni Sartori, autor relevante para a ciência política, teoriza que o representante eleito detém um mandato vinculado à nação. Sartori esclarece, porém, que soberania da nação e soberania popular são dois institutos profundamente diferentes, posto que a soberania da nação não remete a uma soberania democrática.¹⁴

Por um lado, a soberania popular pressupõe que o poder dos representantes lhes é transmitido pelo eleitorado e as vontades do governo não são determinadas apenas quando os representantes a escolhem, mas já são direcionadas no momento em que o eleitor concorre para sua determinação. Por outro lado, e de forma oposta, a vontade da nação, vinculada à soberania nacional, não preexiste à formação dos órgãos representativos, isto porque a vontade do representante é a vontade da nação, os porta-vozes da nação são unicamente os indivíduos eleitos. Quando há representantes da nação, não há espaço de fala para o povo.¹⁵ Assim, quando se busca repensar as relações entre cidadão e representante eleito é essencial ter a clareza de que se busca reforçar a soberania popular.

¹² SILVA, Sivaldo Pereira da. **Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado.** 2009. 425p. Tese. Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, p. 24.

¹³ Ao longo desse item grande parte dos autores fazem referência à democracias liberais. Wilson Gomes ensina que uma democracia de padrão liberal-representativo tem três dimensões centrais, quais sejam: competição pluralista, participação eleitoral de cidadãos praticamente iguais e liberdades civis e políticas. Trata-se de um modelo centrado nas instituições políticas e na ascensão a cargos representativos por eleições livres e periódicas, mas cria uma clara separação entre a esfera política e a esfera civil. GOMES, Wilson. **Democracia digital: Que democracia?**. 2010, p. 07. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/13906_Cached.pdf>. Acesso em: 02 mar 2016

¹⁴ SARTORI, Giovanni. **Teoria da representação no estado representativo moderno.** Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1962, p. 19-21.

¹⁵ SARTORI, Giovanni. **Teoria da representação no estado representativo moderno.** Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1962, p. 19-21.

Objetivando descrever os modelos democráticos Alfonso Ayala Sánchez¹⁶ explica que os dois sistemas mais importantes e dos quais emanam as demais formas democráticas são essencialmente a democracia direta e a representativa. Conforme esclarece o autor, no sistema representativo o que se mostra relevante não é o conteúdo das decisões adotadas no campo político e sua adequação com os rumos almejados pela sociedade, mas sim o procedimento que leva até a decisão, qualquer que ela seja.

Porém, não se pode olvidar da existência de algo que Dahl reporta como “a lei do tempo e dos números”, posto que quanto mais cidadãos habitam um território, mais improvável se torna que todos possam participar dos processos decisórios e maior a probabilidade desse dever ser delegado a determinados indivíduos.¹⁷ Em decorrência desse dilema entre participação cidadã e eficácia é que o sistema representativo emergiu como alternativa de garantir a governabilidade de unidades políticas populosas.

Porém, a total falta de correspondência entre o que é executado nos rumos da coisa pública e a vontade popular fazem com que o sistema representativo, até então o ápice da evolução dos institutos de concretização do ideal democrático, se depare com o questionamento: em que medida não estariam os representantes apenas distanciando os representados da condução dos rumos da coisa pública, ou mais que isso, contrariando as vontades dos eleitores que legitimaram seus mandatos?¹⁸

Acerca da perda da credibilidade nessas instituições características de democracias liberais, sobretudo na América Latina, região caracterizada por democracias recentes, Ricardo Sebatían Piana assevera:

A crítica contra as instituições e práticas da democracia liberal de partidos tornou-se mais forte. É um fenômeno complexo, pois, embora reconhecendo que a democracia é insubstituível, um número crescente de cidadãos ignora a democracia realmente existente, em diferentes graus e níveis de aversão. Na verdade, esta crítica é um fenômeno mundial, mas a fragilidade dos modelos institucionais na América Latina é recorrente e seus déficits fazem com que o problema adquira um nível preocupante. De fato, a lacuna é criada entre as demandas sociais e as respostas do Estado mostra um déficit tal que pode afetar a credibilidade dos governos, instituições e partidos políticos como atores necessários para abordar as questões centrais da política.¹⁹

¹⁶ SANCHEZ, Alfonso Ayala (Coord.) **A democracia em la era digital**. Instituto de Investigaciones Jurídicas. México: Série Doutrina Jurídica, n. 650, 2012, p. 06.

¹⁷ DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 125.

¹⁸ BEÇAK, Rubens; LONGHI, João Victor Rozatti. A democracia participativa e sua realização - perspectiva histórica e prospecção futura: o Marco Civil para a regulamentação da internet no Brasil. In: **XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, 2010, Fortaleza - CE. Direitos fundamentais e transdisciplinaridade, 2010. Disponível em: < <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3182.pdf>>. Acesso em: 22 mar 2015, p. 7014.

¹⁹ PIANA, Ricardo Sebatían. Experiencias de gobierno electrónico en América Latina. Parlamentos locais, parlamento regional. In: ROVER, Aires José e GALINDO, Fernando (eds.). **O governo eletrônico e suas**

Nesse cenário, a reconfiguração que tem ocorrido no sistema político são o reflexo do fenômeno do aumento da distancia histórica existente entre a esfera política, formada por aqueles que possuem atribuição para produzir decisões acerca dos rumos da coisa pública diretamente, e a esfera civil, que confere legitimidade à atribuição da esfera política. Sivaldo Pereira da Silva destaca que para muitos analistas isso ocorre como efeito colateral do modelo liberal de democracia que enfatizou o distanciamento entre essas duas esferas, tornando o campo político cada vez mais autônomo e especializado.²⁰

Ademais, o sistema político dos Estados é dominado por interesse que, por muitas vezes, não correspondem ao interesse público. Acerca desse fato, Rubens Beçak e João Victor Longhi explanam:

Afinal, o que se nota é que, principalmente nos países da modernidade periférica, como o Brasil, o sistema político se demonstra dominado por interesses outros que nem sempre se interessam pela manutenção da dinâmica do jogo democrático. As tão veneradas regras do jogo parecem manter um jogo que para muitos já não vale mais ser jogado. O fato de estarem constitucionalizadas escondem por detrás de uma formal liberdade as injustiças que maculam materialmente os princípios constitucionais.²¹

E essa manutenção de um sistema que se governa apenas por regras formalmente constitucionais, mas que desafiam todo um contexto de regras constitucionais materiais explícitas e implícitas, também contribui para o desinteresse político da grande maioria dos cidadãos. Em virtude do afastamento ocorrido entre população e classe política, há uma deterioração no nível de confiança do eleitor em seu representante. Ocorre que a confiança na classe política por parte da população é essencial para o bom funcionamento de um sistema

múltiplas facetas. Zaragoza : Prensas Universitarias de Zaragoza, 2010, p. 184. Tradução livre do original em espanhol: “La crítica contra las instituciones y las prácticas de la democracia liberal de partidos se ha hecho más fuerte. Se trata de un fenómeno complejo, pues, aun reconociendo que la democracia es insustituible, un número creciente de ciudadanos se desentiende de la democracia realmente existente, en diferentes grados y niveles de aborrecimiento. En verdad, esa crítica es un fenómeno a nivel mundial, pero la fragilidad de los modelos institucionales en América Latina es recurrente y sus déficits hacen que la problemática adquiera un nivel preocupante. En efecto, el abismo que se crea entre las demandas sociales y las respuestas del Estado muestra un déficit tal que puede afectar la credibilidad de los Gobiernos, las instituciones y los partidos políticos como actores necesarios para abordar las cuestiones centrales de la política.”.

²⁰ SILVA, Sivaldo Pereira da. **Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado.** 2009. 425p. Tese. Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, p. 16.

²¹ BEÇAK, Rubens; LONGHI, João Victor Rozatti. A democracia participativa e sua realização - perspectiva histórica e prospecção futura: o Marco Civil para a regulamentação da internet no Brasil. In: **XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, 2010, Fortaleza - CE. Direitos fundamentais e transdisciplinaridade, 2010. Disponível em: < <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3182.pdf>>. Acesso em: 22 mar 2015, p. 7024.

representativo democrático. Justamente acerca dessa fundamentalidade da confiança no representante, Alfonso Ayala Sánchez refere:

Uma questão importante na democracia representativa é a confiança que os eleitores têm em que os seus desejos sejam respeitados fielmente, pois a falta de confiança significaria uma ameaça para a legitimidade do governo eleito. Esta relação é vital para a sustentação da democracia moderna, porque se o cidadão confia em no sistema eleitoral isso será refletido diretamente no nível de sua participação política. A confiança social nas instituições é a força principal da democracia representativa, pois sem ela não há nenhuma representação verdadeira, ocasionando que o governo vá em uma direção quando a sociedade considera que existem outras alternativas.²²

Bobbio, por sua vez, define a democracia representativa como o modelo em que as deliberações que dizem respeito à coletividade não são tomadas diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para essa finalidade.²³ Ocorre que, como já referido, nesse momento histórico o representado não confia no representante e tem sido colocada em xeque, portanto, a capacidade dos representantes de tomarem decisões em nome da coletividade.

Outrossim, grande parte dos cidadãos apenas exercem tal papel no momento da eleição, dando ao representante total liberdade de tomar decisões desconexas com os compromissos firmados ao tempo da eleição, dando uma suposta autonomia de governar.

Esse cenário é recorrente dentro desse sistema representativo procedimentalista, em que o cidadão apenas exerce a soberania popular no momento do voto, não havendo momento posterior de controle social ou *accountability*²⁴. Ao observar esse cenário, Guillermo O'Donnel teoriza que nasce uma nova espécie democrática, a democracia delegativa.

²² SÁNCHEZ, Alfonso Ayala (Coord.) **A democracia em la era digital**. Instituto de Investigaciones Jurídicas. México: Série Doctrina Jurídica, n. 650, 2012, p. 09. Tradução livre do original em espanhol: Un importante tema dentro de la democracia representativa es la confianza que los electores tienen em que sus deseos Sean respetados fielmente, pues una falta de confianza significaría una amenaza hacia la legitimidad percibida de un gobierno elegido. Esta relación es vital para la sustentación de la democracia moderna, ya que si un ciudadano confia em su sistema electoral, esto se verá directamente reflejado em el nivel de su participación política. La confianza social em las instituciones es la fuerza principal de la democracia representativa, pues sin ella no existe la posibilidad de una verdadera representatividad, ocasionando que el gobierno vaya em una dirección cuando la sociedad considera que hay otras alternativas.

²³ BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 9. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 56.

²⁴ O conceito de *accountability* aqui referido relaciona-se com o que Guillermo O'Donnel desenvolveu, no sentido de que o representante é responsável pela maneira como age em nome daqueles por quem ele afirma ter o direito de falar. A *accountability* opera não apenas verticalmente, em relação àqueles que elegeram o ocupante de um cargo público, mas também horizontalmente, em relação a uma rede de poderes constituída por outras instituições que têm a capacidade de questionar as maneiras impróprias de o ocupante do cargo em questão cumprir suas responsabilidades. O'DONNELL, Guillermo. Democracias Delegativas? In: **Revista Novos Estudos**, n. 31, out 1991. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/65/20080624_democracia_delegativa.pdf>. Acesso em: 21 jan 2016, p. 32.

Conforme o autor, as democracias delegativas partem da premissa básica de que aquele que recebe os votos do povo e ganha a eleição é autorizado, portanto, a governar o país como lhe parecer mais conveniente, sem necessidade de correspondência com os anseios daqueles que o elegeram.²⁵

Evidentemente, portanto, que essa promoção de afastamento entre a população e as questões do governo tem resultados como os já citados: apatia política, a ausência de confiança do representado em seus representantes e a insatisfação generalizada com o sistema instalado. Nesse sentido, Ilton Freitas refere que:

De modo sintético podemos afirmar que, parodiando os economistas, nas democracias as demandas são “elásticas” em contraposição à “inelasticidade” da oferta de bens e serviços públicos. Talvez resida aqui a base objetiva do que Dahl (1997) descreve como o “paradoxo democrático”, ou seja, a participação popular nos processos eleitorais e a insatisfação com as instituições democráticas. Portanto, satisfação e frustração social são faces de uma mesma moeda que lastreiam a democracia contemporânea, tendo em vista sua legitimidade, contestação e reprodução. Por seu turno, a representação e constituição democrática de legisladores e governantes por meio de eleições e a pressão dos novos grupos por reconhecimento não eliminam os limites da democracia representativa. Isto é, o povo está ausente do processo de tomada de decisões do governo popular.²⁶

Diante disso, o sistema representativo, da forma como é desenvolvido, dá ensejo a diversos questionamentos tornando incerta a noção de que o mero procedimento conforme “as regras do jogo” seja suficiente para garantir a legitimidade do poder decisório dos representantes. É nesse cenário de insatisfação que emerge a figura da participação e a necessidade de estimulá-la e criar mecanismos para sua existência como alternativa viável para sanar parte dos déficits democráticos antes listados.

Um ponto fundamental que permeia toda a discussão acerca dos déficits democráticos é o da legitimidade. Bobbio refere que o calcanhar de Aquiles da democracia é justamente resolver de maneira satisfatória o problema da eficiência do poder. Isto porque, mesmo que trate-se de um poder procedimentalmente legítimo, em razão de sua reiterada ineficiência, deixará de ser legítimo também.²⁷ Por óbvio observamos um caos de ineficiência quando o cidadão se afasta e não confia na condução dada por seus representantes.

E neste cenário a posição apresentada por Ricardo Piana se mostra acertada:

²⁵ O'DONNELL, Guilherme. Democracias Delegativas? In: **Revista Novos Estudos**, n. 31, out 1991. Disponível em: < http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/65/20080624_democracia_delegativa.pdf>. Acesso em: 26 nov 2014, p. 30.

²⁶ FREITAS, Ilton. **Transparência e controle na era digital**. A agenda da democracia brasileira com a presença dos governos na internet pode favorecer o estado democrático de direito. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013, p. 13.

²⁷ BOBBIO, Norberto. **Qual democracia?** 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 35-36.

Todo o processo democrático está exposto ao desafio constante de produzir legitimidade. A distinção entre a legitimidade de origem e legitimidade de exercício mostra que em um sistema democrático não é suficiente acesso aos cargos públicos através de eleições limpas e plurais. Portanto, embora parte da crise tem origem no desenho institucional, uma grande responsabilidade recai sobre o exercício da representação e a mediação dos partidos políticos. A crise de representação afeta a pedra angular da democracia de partido atual. Não só é a natureza oligárquica do processo de definição da oferta eleitoral, mas também o congelamento burocrático das elites representante cada vez mais distante do sentimento popular.²⁸

Visto que a legitimidade não se deve apenas ao procedimento e à ascensão ao poder político conforme as regras do jogo, buscar a aproximação do cidadão eleitor com seus representantes é fundamental para a existência da legitimidade de exercício. Porém, na atual conjuntura, a legitimidade de exercício tem sido relegada a um segundo plano, sendo que, após a assunção ao cargo, o detentor do mandato eletivo age de forma desatenta com aqueles que garantiram sua legitimidade de origem.

No entanto, Wilson Gomes alerta para o fato de que se uma instituição, a exemplo da representação, gera de forma circunstancial consequências nocivas, como a excessiva autonomia da esfera de decisão política, não torna a instituição normativamente reprovável, desde que a situação seja verdadeiramente acidental e não uma de suas características.²⁹ Portanto, desde que o afastamento do cidadão da esfera de decisão política e a desatenção à legitimidade de exercício não sejam características inerentes à representação, mas atreladas a ela por circunstâncias que a moldaram nesse sentido, o instituto da representação não é por si só reprovável.

Diante disso, pode-se afirmar que parte significativa dos déficits democráticos observados tem relação com os problemas incidentais que o instituto da representatividade tem apresentado no contexto das democracias liberais, não necessariamente com o instituto

²⁸ PIANA, Ricardo Sebastián **El Estado** : un recorrido teórico por los temas de hoy . La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2013, p. 18. Disponível em: <<http://libros.unlp.edu.ar/index.php/unlp/catalog/view/95/77/251-1>>. Acesso em: 10 dez 2015. Tradução livre do original em espanhol: “Todo el proceso democrático está expuesto al constante desafío de producir legitimidad. La distinción entre legitimidad de origen y legitimidad de ejercicio pone en evidencia que en un sistema democrático no es suficiente el acceso a los cargos públicos a través de elecciones limpias y plurales. Por ello, si bien parte de la crisis tiene origen en el diseño institucional, una gran responsabilidad recae sobre el ejercicio de la representación y la mediación de los partidos políticos. La crisis de representación afecta la piedra angular de la actual democracia de partidos. No sólo es la naturaleza oligárquica del proceso de definición de la oferta electoral, sino también el congelamiento burocrático de unas élites representativas cada vez más alejadas del sentimiento popular.”

²⁹ GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Cali Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 26.

histórico da representação. Diante dessa percepção resta avaliar alternativas que, quando aliadas à representação política, garantam a aproximação entre o cidadão e a classe política.

E nesse sentido, Wilson Gomes ensina que a ideia de que a democracia constitucional tem como seu fundamento a soberania popular é uma premissa básica. Dela devem emergir ações no sentido de garantir que a opinião do povo prevaleça na condução dos negócios de concernência comum, a vontade pública deve ser servida nas decisões que afetam a coisa pública.³⁰ Evidentemente essa é a solução que deve ser buscada, o desafio está em encontrar meios de alcançar tal objetivo.

Assim, no bojo das críticas ao modelo representativo, há um retorno às possibilidades democráticas que conclamam a participação direta dos titulares da soberania popular. No entanto, conforme esclarece Wilson Gomes, a participação política não tem valor intrínseco, como fim em si mesmo. A participação apenas torna-se um valor democrático a partir do ponto em que se pretende gerar um bem para a comunidade política.³¹

Ademais, a participação se presta a diversos fins, conforme elucida Alberto Zárate:

Frequentemente reivindica-se níveis mais elevados de participação invocando uma regeneração necessária do sistema democrático - a dimensão política- ou, também, a partir da demanda cidadã para contribuir para a tomada de decisões - a dimensão cidadã. No entanto, é possível justificar uma abordagem participativa para a ação do governo simplesmente com referência a aspectos técnicos de tomada de decisão: a introdução de participação no ciclo de produção de políticas públicas pode aumentar a eficácia e eficiência.³²

Ainda que o excerto faça referência especificamente à produção de políticas públicas, é fácil aplicar a mesma lógica para outras áreas do poder em que a introdução de participação seria benéfica para aumento de eficácia e eficiência, a exemplo da produção legislativa. O Poder Legislativo, que possui um grande número de membros, absolutamente todos eleitos

³⁰ GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos. Vol. VII, n. 3 – setembro/dezembro, 2005. Disponível em: <www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394/3537>. Acesso em: 16 abr 2015, p. 216.

³¹ GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Cali Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 26.

³² ZÁRATE, Alberto Ortiz de. Por qué esta obsesión com la participación ciudadana? In: CALDERÓN, César; LORENZO, Sebastián. **Open Government: Gobierno Abierto**. Jaén: Algón Editores, 2010. Disponível em: <<http://www.martinolivera.com.ar/data/gobierno-abierto.pdf>>. Acesso em: 03 abr 2015, p. 34. Tradução livre do original em espanhol: “A menudo se reclaman mayores cuotas de participación invocando una necesaria regeneración del sistema democrático –la dimensión política– o, también, a partir de la demanda ciudadana de contribuir a la toma de decisiones –la dimensión ciudadana . Sin embargo, es posible justificar un enfoque participativo de la acción de gobierno simplemente en referencia a aspectos técnicos de la toma de decisiones: introducir la participación en el ciclo de producción de políticas públicas puede aumentar la eficacia y la eficiencia”.

por voto popular, tem o dever de conduzir-se ao encontro das expectativas e necessidades da população e a participação é um meio viável para tanto.

Acerca da participação cidadã nos rumos dos processos decisórios do governo, Dolores Lavalle Cobo³³ esclarece que a participação, quando desenvolvida de maneira adequada, pode colaborar substancialmente no processo de tomada de decisão governamental, pois permite conhecer o interesse da sociedade, receber e processar a visão dos administrados, trazendo como exemplo o impacto significativo que a elaboração colaborativa de projetos de lei através da possibilidade de haver comentários e consulta à população acerca dos assuntos tratados no Poder Legislativo poderia gerar nos futuros projetos apresentados, nos plebiscitos e na compreensão da população.

Porém, a autora também assevera que tais processos só podem se materializar com seriedade se a sociedade civil conta com as informações necessárias para participar ativamente dos procedimentos, do contrário tratam-se apenas de falácias.³⁴

Observa-se que a participação, tão valorizada pelos estudiosos do tema atualmente, pode se dar de diversas formas, a exemplos dos citados por Cobo, como incontáveis outros. Ainda que haja princípios universais de o que se pode considerar um bom governo e uma democracia efetiva, não existem modelos e práticas aceitos universalmente para se chegar a esse escopo, cabendo a cada estado desenvolver suas experiências, inspirar-se nas já em prática em outros locais e sempre considerar as variáveis particulares a cada local para aplicação dos mecanismos desenvolvidos.

Além da instalação das ferramentas de participação, é fundamental uma mudança de visão por parte do poder público, que deve efetivamente ponderar sobre as diretrizes estabelecidas através da participação popular, não as utilizando como mera ferramenta de legitimação das decisões que toma sob a alegação de que deu voz ao povo.

Para os autores filiados a uma perspectiva deliberacionista ou discursiva, as decisões políticas devem ser fruto de uma cooperação dialógica em que haveria um debate crítico e a tentativa de alguns cidadãos influenciarem os outros sobre o curso das ações a ser estabelecido conjuntamente. Acerca da perspectiva de democracia deliberativa elaborada por Habermas, Rousiley Maia afirma:

³³ COBO, Dolores Lavalle. **Derecho de acceso a la información pública**. Editorial Atrea. Ciudad de Buenos Aires: 2009, p. 05.

³⁴ COBO, Dolores Lavalle. **Derecho de acceso a la información pública**. Editorial Atrea. Ciudad de Buenos Aires: 2009, p. 07.

O autor busca mostrar que a democracia, num contexto pluralista, depende, de um lado, da institucionalização das condições necessárias e dos procedimentos para o estabelecimento da comunicação entre os cidadãos e, de outro lado, da interpenetração entre a tomada de decisão institucionalizada e a opinião pública constituída de modo informal, mas, ainda assim, racionalizada. A teoria de democracia deliberativa habermasiana é construída em dois planos. Há uma distinção e descrição normativa (a) do processo informal da formação da vontade na esfera pública e (b) da deliberação política, a qual é regulada por procedimentos democráticos e é orientada para a tomada de decisão em sistemas políticos específicos. Estas são duas dimensões dependentes. Em uma sociedade descentrada, a soberania popular procedimentalizada, ligada às esferas públicas periféricas, e o sistema político encontram-se intimamente associados.³⁵

Por sua vez, os doutrinadores ligados à formulação de uma democracia participativa, preocupam-se com novas formas de institucionalidade capazes de conferir caráter formal às demandas oriundas dos atores civis, possibilitando uma participação empoderada, pretendendo não apenas dar voz, mas também imaginar desenhos e estímulos institucionais.³⁶

Sivaldo Pereira da Silva esclarece que a ideia por trás desses modelos alternativos não é propriamente uma ruptura com a democracia liberal e com o sistema representativo, mas uma reforma que possa resultar em uma robusta participação pública. Também não se pretende acabar com a forma de representação característica das democracias modernas. Antes, o intuito é estimular argumentação, cooperação dialógica e um tipo específico de participação com uma ênfase discursiva em seu centro.³⁷

Outrossim, em ambas se observa a necessidade de criação de canais de participação mais significativos e densos, encontrando nas TIC um mecanismo potencial para sua concretização, superando impossibilidades práticas como reunir um número alto de indivíduos em um mesmo “ambiente”, propagar informação, entre outras.³⁸

No presente trabalho serão feitas referências à democracia participativa, ainda que se reconheça as virtudes e contribuições do deliberacionismo, optou-se por trabalhar a partir de uma ótica mais aproximada do sistema democrático vigente, a partir do qual poderiam ser realizadas modificações.

³⁵ GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Cali Moreira. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p. 279.

³⁶ MAIA, Rousiley Cali Moreira. Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley Cali Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 66.

³⁷ SILVA, Sivaldo Pereira da. **Estado, democracia e internet**: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. 2009. 425p. Tese. Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, p. 46.

³⁸ SILVA, Sivaldo Pereira da. **Estado, democracia e internet**: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. 2009. 425p. Tese. Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, p. 17.

Paulo Bonavides elucida que, em seu ver, a democracia participativa configura uma nova forma de Estado: o Estado democrático-participativo que, na essência, para os países da periferia é a versão mais acabada e insubstituível do Estado social.³⁹

Na visão do autor, entre o artigo 1º e o artigo 14 da Constituição federal de 1988 já se vislumbra a antecipação material da democracia participativa. O autor refere que ali já estão deitadas as sementes para uma democracia participativa e para a legítima soberania popular, porém alerta que “jamais germinarão se ficarem expostas à ação esterilizadora dos legisladores de mandato representativo”.⁴⁰ Nesse sentido, o autor assevera:

Na clássica democracia representativa o povo simplesmente adjetivava a soberania, sendo soberano apenas na exterioridade e na aparência, na forma e na designação; já com a democracia participativa, aqui evangelizada, tudo muda de figura: o povo passa a ser substantivo, e o é por significar a encarnação da soberania mesma em sua essência e eficácia, em sua titularidade e exercício, em sua materialidade e conteúdo, e, acima de tudo, em sua intangibilidade e inalienabilidade; soberania da qual o povo, agora, não conhece senão o nome, a falsa representatividade, o falso testemunho, a falsa valorização.⁴¹

Acerca dos argumentos que identificam os problemas gerados no seio do sistema representativo e característico das democracias liberais, Wilson Gomes refere serem verdadeiros e sensatos, porém eles não podem levar a consequências insustentáveis ou irreais como: entender a substituição do modelo representativo por democracias diretas como um modelo plenamente realizável na sociedade moderna, percebendo a representação como usurpação de poder; ou entender que a participação verdadeira seria aquela em que todos os membros da comunidade política poderiam participar, havendo um engajamento massivo.⁴²

Ademais, Alberto Zárate ensina que também é relevante refletir acerca do momento adequado para a participação, pois muitas vezes ela ocorre de forma muito restrita.⁴³ No processo legislativo especificamente essa participação pode ocorrer em momentos diversos,

³⁹ BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa**: Por um direito constitucional de luta e resistência, por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros Editores, 2001, p. 20.

⁴⁰ BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa**: Por um direito constitucional de luta e resistência, por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros Editores, 2001, p. 8 e 41.

⁴¹ BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa**: Por um direito constitucional de luta e resistência, por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros Editores, 2001, p. 44.

⁴² GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Cali Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 24.

⁴³ ZÁRATE, Alberto Ortiz de. Por qué esta obsesión com la participación ciudadana? In: CALDERÓN, César; LORENZO, Sebastián. **Open Government: Gobierno Abierto**. Jaén: Algón Editores, 2010. Disponível em: <<http://www.martinolivera.com.ar/data/gobierno-abierto.pdf>>. Acesso em: 03 abr 2015, p. 40.

seja auxiliando a identificar problemas que necessitam de tratamento legislativo, formulando diferentes opções, avaliando e complementando projetos de texto normativo ou avaliando a aplicabilidade posterior à vigência dos textos, por exemplo.

Relevante, ainda, salientar que não necessariamente essa participação deve ser massiva para ser relevante. É essencial que a esfera civil tenha espaços diversos para manifestar-se nas oportunidades em que for conveniente e quando possuir argumentos para contribuir ao debate. Não se tem a pretensão de angariar participação popular em todos os assuntos decididos em todo o tempo.

Ainda acerca da participação, cabe refletir acerca da visão exarada por Zárate:

De qualquer forma, há um elemento que pode nos ajudar a sustentar uma definição: poder. A participação dos cidadãos não implica sempre na transferência, distribuição ou delegação de poderes por parte das autoridades públicas no sentido de iniciativa de cidadania. Se concordarmos que a participação envolve sempre algum grau de devolução do poder ao povo, outros conceitos relacionados deixaram de fora, seja porque envolvem atividades pré participativas em que não existe uma verdadeira transferência de poder, como no caso de mera transparência informativo, seja porque falamos de atividades realizadas por cidadãos sem necessidade de apropriarem-se de parcelas de poder das mãos de instituições públicas, como é o caso em muitas atividades de colaboração entre iguais.⁴⁴

Portanto, não sendo a participação necessariamente uma troca ou devolução de parcela do poder, é possível estabelecer parâmetros que relacionem formas menos participativas (e conseqüentemente menos empoderadoras) e outras que de fato efetuem essa troca e de forma mais plena e efetiva.

No Brasil o que se tem no momento é um sistema misto, com institutos da tradicional democracia representativa aos quais são somados alguns instrumentos e institutos que tendem auferir a vontade do cidadão. Essas medidas se propõem a diminuir a falha de representação e proporcionar uma correspondência mais direta entre as vontades manifestadas pelo povo e o exercício da atividade política.⁴⁵

⁴⁴ ZÁRATE, Alberto Ortiz de. Por qué esta obsesión com la participación ciudadana? In: CALDERÓN. César; LORENZO, Sebastián. **Open Government: Gobierno Abierto**. Jaén: Algón Editores, 2010. Disponível em: <<http://www.martinolivera.com.ar/data/gobierno-abierto.pdf>>. Acesso em: 03 abr 2015, p. 37. Tradução livre do original em espanhol: “En todo caso, hay un elemento que nos puede servir para sostener una definición: el poder. La participación ciudadana no implica siempre la cesión, distribución o delegación del poder por parte de los poderes públicos hacia la iniciativa ciudadana. Si estamos de acuerdo en que la participación implica siempre algún grado de devolución del poder al pueblo, otros conceptos relacionados quedarán fuera, ya sea porque implican actividades pre participativas en las que no hay verdadero traspaso de poder, como es el caso de la mera transparencia informativa, ya sea porque hablamos de actividades llevadas a cabo por los ciudadanos sin necesidad de apropiarse de parcelas de poder en manos de las instituciones públicas, como es el caso de muchas actividades colaborativas entre iguales”.

⁴⁵ No Brasil há o que alguns autores identificam como modelo semidireto de democracia, visto que há uma forma predominantemente representativa, mas foram inseridos mecanismos de intervenção direta da população

A Constituição brasileira apresenta formalmente instrumentos como o plebiscito, o referendo e a lei de iniciativa popular. Porém plataformas digitais que se prestam a esses fins têm sido desenvolvidas para garantir uma interação cidadão-governo.

1.2 A SOCIEDADE INFORMACIONAL E NOVAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A ESFERA PÚBLICA

A criação da internet ocorreu basicamente nas três últimas décadas no século XX, como resultado da fusão de estratégias militares, grande cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovações contraculturais. Ao fazer essa retrospectiva histórica, Castells relata que foi o Estado o incentivador da revolução da tecnologia da informação em todo o mundo.⁴⁶ E é essa revolução tecnológica, concentrada nas Tecnologias da Informação e Comunicação, que está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado.

Os processos de transformação social sintetizados no conceito de sociedade informacional⁴⁷ englobam não apenas as interações sociais e técnicas de produção, mas também aspectos culturais e conformações de poder de forma profunda. Após a difusão das TIC iniciou-se um novo momento da sociedade, no qual todos os indivíduos podem ser criadores da informação, além de receptores. Nesse sentido é a lição de Castells:

[...] a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem

em situações determinadas. Há autores que consideram que a democracia semidireta já está no espectro da democracia participativa, sendo necessário a partir desse ponto apenas ampliar mecanismo participativos. BEÇAK, Rubens. **Democracia: Hegemonia e aperfeiçoamento**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 31, 67 e 68.

⁴⁶ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. Traduzido por Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 76-88.

⁴⁷ Manuel Castells apresenta dois conceitos: sociedade em rede e sociedade informacional. Conforme o autor, a sociedade em rede é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informações a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. As redes, por sua vez, constituem a nova morfologia social de nossas sociedades da difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Ao explicar acerca da sociedade informacional, o autor refere que o termo informacional “indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas”. Refere que uma das principais características da sociedade informacional é sua estrutura básica em redes, contudo apresenta também outros componentes (como movimentos sociais ou o Estado, exemplifica o autor) que não estão contidos no conceito de sociedade em rede. Por esta razão, neste trabalho foi adotado o conceito de sociedade informacional. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. Traduzido por Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 64, 65 e 572.

desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia como no caso da Internet.⁴⁸

Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, refere o autor, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Castells afirma que redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, compartilhando os mesmos códigos de comunicação.⁴⁹

Pierre Lévy esclarece, na obra *Cibercultura*, que um dos papéis que pode ser atribuído às novas tecnologias é promover a construção de coletivos inteligentes, nos quais as potencialidades sociais e cognitivas de cada um podem desenvolver-se e ampliar-se de maneira recíproca. A abertura do ciberespaço, como o autor refere, permite inventar formas de organização econômica e social centradas na inteligência coletiva e na valorização do humano em sua variedade. Assim, o ciberespaço poderá se tornar um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista, de evidência de processos complexos, de tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados o mais próximo possível das comunidades envolvidas.⁵⁰

Na visão de Pierre Lévy, a democracia só progredirá explorando da melhor forma as ferramentas de comunicação contemporâneas. O uso socialmente mais rico das tecnologias consiste, sem dúvidas, em fornecer aos grupos humanos os meios de reunir suas forças mentais para formar coletivos inteligentes e dar vida a uma democracia em tempo real. Dessa forma, o ciberespaço cooperativo deve ser idealizado como um verdadeiro serviço público.⁵¹

Ademais o mesmo autor elucida que quando se busca o que ele chama de “democracia eletrônica” não se trata de “fazer votar instantaneamente uma massa de pessoas separadas quanto a proposições simples que lhes seriam submetidas por algum demagogo telegênico, mas sim de incitar a colaboração coletiva e contínua dos problemas e sua solução cooperativa”.⁵²

Porém, ainda que existam essas teorizações positivas e que conferem às TIC um papel de catalisadoras de mudanças sociais positivas, é imprescindível asseverar que a técnica

⁴⁸ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. Traduzido por Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 69.

⁴⁹ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. Traduzido por Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 565 e 566.

⁵⁰ LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

⁵¹ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 62.

⁵² LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 170.

não pode ser tomada como responsável pela mudança de rumos das práticas de governança, conforme explana Aires Rover:

Portanto, o progresso técnico não é em si um mal nem um bem, mas um instrumento para o desenvolvimento humano em geral. A sociedade em seu papel de arauto e defensora dos valores humanos deve construir mecanismos que não permitam o abuso do poder técnico daqueles que são exatamente os depositários da sua confiança. A nova cidadania exige um senso de responsabilidade e comprometimento com a humanidade, bem como um compromisso teórico-político que enseje a consciência dos perigos e das vantagens que o progresso proporciona.⁵³

Portanto, sempre ao lado dos usos atribuídos às novas tecnologias, não se pode olvidar da necessidade de uma mudança cultural em uma população já tão desacostumada a participar das decisões políticas. Nesse cenário de busca por uma real efetividade da democracia diante das especificidades das sociedades atuais, as TIC podem ser vistas como mecanismos criadores de um ambiente de conversação e participação multilateral, com potencial de sanar parte dos empecilhos historicamente apresentados à possibilidade de participação ativa do cidadão nos rumos da vida política. Conforme Wilson Gomes, “o fato é que o debate sobre participação online é tributário daquele mais amplo e tradicional sobre participação política. [...] a preocupação com a participação política online acaba herdando automatismos conceituais, vieses e lacunas do debate tradicional”.⁵⁴

Assim, considerando que as possibilidades geradas pela sociedade informacional mantêm muitos dos elementos historicamente discutidos acerca da participação da população na arena política, é inegável a possibilidade de que as relações políticas tradicionais se repliquem nessa nova extensão da esfera pública e que haja apenas uma versão online das relações já problemáticas de representação insuficiente e de ausência de espaço de participação. A web pode reproduzir as assimetrias de poder já existentes.

Acerca dessas assimetrias, importante é a reflexão de José Antonio Gomes de Pinho. O autor refere que no contexto brasileiro existem muitas deficiências e limitações históricas e estruturais, sendo que a internet pode ser considerada um instrumento facilitador da participação da sociedade no governo, porém não será por meio do uso de tecnologia que

⁵³ ROVER, Aires José. **A democracia digital possível**. Revista Sequencia, nº 52, p. 85-104, jul 2006. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15202> > Acesso em: 24 jan 2016, p. 93.

⁵⁴ GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Cali Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 22.

surgirá a participação ou controle social, porém existindo os mecanismos, consequentemente é mais fácil que as contribuições existam.⁵⁵

Nesse sentido, Pinho explana:

Assim, o problema (e a salvação) não é da internet, deve ficar claro para não anular suas conquistas e avanços, e sim da especificidade da situação sociopolítica brasileira, reforçada ainda pela posição assumida pela política na sociedade global contemporânea, marcada pelo fim das grandes narrativas, das utopias.⁵⁶

Assim, a realidade da sociedade brasileira é transposta diretamente para o ambiente virtual e os insucessos que a busca por participação usualmente encontra estão presentes nele. Os grupos de pressão que possuem influência offline, que usualmente possuem interesses econômicos, também se equipam de modo a exercê-la online.

Do mesmo modo, a simples abertura de espaços de fala para o cidadão não garante que ele esteja de fato sendo ouvido pelo Estado. As práticas de enviar cartas ou telefonar a fim de mobilizar representantes políticos já existem há muito tempo e não são particularmente efetivas. Os mecanismos online podem sofrer o mesmo destino, basta que a mudança seja apenas da técnica e que não haja um esforço em modificar o lugar do cidadão na vida política e a mentalidade acostuada a distanciá-lo.

Não apenas as assimetrias de poder já existentes se reproduzem, como também são agravadas em decorrência da natureza técnica e dos custos das novas tecnologias. Questões sociais relevantes, a exemplo da exclusão digital, tomam proporções ainda mais sérias em um cenário em que a oportunidade de influenciar politicamente ocorre em um espaço do qual grande parte dos brasileiros é excluída previamente.

Conforme a pesquisa TIC Domicílios, elaborada no ano de 2014 pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC), ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), 50% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet, o que representa cerca de 32,3 milhões de domicílios sem acesso à rede. Também, a pesquisa esclarece que no país há cerca de 94,2 milhões de usuários de internet, o que corresponde a 55% da população com 10 anos ou mais de idade. Ademais, também é importante ressaltar o fato socioeconômico atrelado à questão, pois quanto maior a renda familiar, maior também é a

⁵⁵ PINHO, José Antonio Gomes de. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política e democracia na realidade brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol. 51, n. 1, p. 98- 106, jan-fev, 2011. Disponível em: < <http://rae.fgv.br/rae/vol51-num1-2011/sociedade-informacao-capitalismo-sociedade-civil-reflexoes-sobre-politica-intern>> Acesso em: 29 jan 2016 , p. 102.

⁵⁶ PINHO, José Antonio Gomes de. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política e democracia na realidade brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol. 51, n. 1, p. 98- 106, jan-fev, 2011. Disponível em: < <http://rae.fgv.br/rae/vol51-num1-2011/sociedade-informacao-capitalismo-sociedade-civil-reflexoes-sobre-politica-intern>> Acesso em: 29 ago 2014, p. 105.

proporção de usuários de internet, visto que 88% dos indivíduos com renda familiar superior a dez salários mínimos são usuários da rede, enquanto a proporção é de 27% entre aqueles que têm renda familiar de até um salário mínimo.⁵⁷

Além dos milhões de brasileiros que sequer possuem acesso à internet, é importante observar que o simples acesso não é condição suficiente para que um indivíduo execute na rede tarefas complexas, a exemplo de criticar um projeto de lei. Além das habilidades de navegação na rede, ainda são necessárias capacidades cognitivas para avaliação de textos técnicos que nunca foram redigidos objetivando fácil compreensão. Nesse sentido é a reflexão de Francisco Paulo Jamil Almeida Marques, que esclarece:

É importante destacar ainda que, para assistir televisão ou ouvir rádio, não são necessários maiores graus de instrução (ler um jornal implica ser, pelo menos, alfabetizado). Já a utilização dos novos meios de comunicação requer, além do acesso aos próprios equipamentos (cada vez menos custosos, é verdade, mas ainda longe de serem tão populares como a televisão ou o rádio), competências específicas no que toca à busca pela informação e à interação com a máquina, com a interface dos programas. Ou seja, enquanto se pode ligar a televisão e permanecer inerte, os conteúdos só estão disponíveis no computador caso sejam buscados.⁵⁸

Apesar das evidentes problemáticas que ainda devem ser consideradas acerca dos usos políticos conferidos à internet, as potencialidades que apresenta, a exemplo de ausência de limites territoriais ou temporais, a reunião de um grande número de pessoa que outrora não teriam possibilidade de se reunir para discutir determinados assuntos, entre outros, tem conferido ao ambiente virtual uma nova faceta de extensão para a esfera pública.

No livro “Direito e democracia: entre facticidade e validade” Habermas esclarece, acerca do conceito de esfera pública, que se trata de uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões enfeixadas em temas específicos.”⁵⁹

⁵⁷ CETIC. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros-TIC Domicílios 2014**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014, p. 140, 141 e 145. Disponível em: <http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Domicilios_2014_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2016.

⁵⁸ MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Dimensões da ciberdemocracia: conceito e experiências fundamentais**. 2004. 201p. Dissertação. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11302/1/Dissert%20Francisco%20Marques.pdf>>. Acesso em: 06 fev 2016, p. 85.

⁵⁹ HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 92.

Wilson Gomes e Rousiley Maia⁶⁰ entendem que a esfera pública habermasiana é caracterizada como um *locus* da comunicação, espaços em que as pessoas discutem questões de interesse comum, formam opiniões ou planejam ações. A definição desenvolvida nas obras de Habermas “Democracia e Direito” e “Mudança Estrutural da Esfera Pública” refere-se a um espaço constituído pelo debate, fora das arenas formais do sistema político, onde as atividades das autoridades políticas podem ser confrontadas e criticadas através do argumento racional e livre.

Ademais, Habermas, explana o que a esfera pública não é: não se trata de uma instituição, nem organização, isso porque não constitui uma estrutura normativa que possibilita diferenciar entre competências e papéis dos atores sociais que nela estão inseridos, nem regula o modo de pertença a uma organização. Sequer se constitui como um sistema, pois exteriormente tem horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis.⁶¹ Seguindo nessa reflexão, Wilson Gomes e Rousiley Maia⁶² referem que a visão habermasiana é de que as esferas públicas são estruturas porosas, o que possibilita ligações entre elas. E no interior da esfera pública geral, definida através de sua relação com o sistema político, nos Estados constitucionais, não há fronteira rígidas.

Esse ponto acerca da esfera pública é fundamental, posto que a porosidade dessa estrutura, a possibilidade de ligação e trocas entre os espaços de deliberação, é um fator decisório em sua contribuição para o fortalecimento da democracia. Espaços fechados, elitizados e pouco receptivos de ideias divergentes são os responsáveis por gerar os déficits democráticos hoje observados.

O Estado Democrático de Direito preserva a liberdade de inclusão de novos temas e de novos participantes no debate público. A transformação das fronteiras do que é considerado de interesse público ou não, depende da própria ação discursiva dos atores da sociedade civil⁶³. Além disso, acerca do lugar da esfera pública na sociedade, Habermas diz que:

⁶⁰ GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Cali Moreira. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p. 280.

⁶¹ HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre faticidade e validade. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 92.

⁶² GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Cali Moreira. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p. 283.

⁶³ Habermas define a sociedade civil como “associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais encontram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas”. HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre faticidade e validade. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 99.

Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado. Ela representa uma rede super-complexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras; essa rede se articula objetivamente de acordo com os pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos, assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém ainda assim acessível a leigos.⁶⁴

A afirmação do autor no sentido de que a esfera pública é uma estrutura intermediária entre a esfera política e a esfera privada evidencia o quão fundamental é a existência desse espaço discursivo. São nesses locais que questões são expostas, debatidas, contrapostas, em que é possível adquirir argumentos e repensar posições. No entanto, ao final Habermas declara que os debates mantidos na esfera pública são “acessíveis para leigos”. Hoje, diante do cenário que se tem nas esferas públicas virtuais, dificilmente se verifica que essa constatação permaneça verdadeira.

Dentre as características próprias da esfera pública, muitas delas serviriam inclusive para atenuar características do contexto das democracias liberais em que está inserida. Pedro Demo as enumera: (i) cultivo do bem comum, acima ou pelo menos a par da apropriação privada; (ii) negociação de interesses com base em consenso conduzido pela autoridade do argumento; (iii) controle democrático dos mandantes, definidos como eleitos para servir, não para se locupletar e manipular; (iv) cultivo de padrões éticos da cooperação, por mais que sua validade seja apenas relativa; (v) capacidade de todos de liberdade de expressão, desde que compartilhada com a mesma liberdade do outro; (vi) participação acima de qualquer privatização em nome da “coisa pública”; (vii) cidadania individual e coletiva, tomando a todos como sujeitos históricos.⁶⁵

Entende-se que as teses de Habermas encontraram eco excepcional em tempos de desenvolvimento e propagação das TIC, em ambientes virtuais que passam a fazer parte definitiva do cotidiano na sociedade contemporânea. Atualmente, tem-se observado no ambiente virtual uma nova possibilidade para a esfera pública, isto porque o ambiente virtual incorpora muitas das características a ela atribuídas por Habermas. Quando se fala em uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões” na atualidade é inevitável projetar isso no mundo virtual, que apresenta uma nova possibilidade para a expressão pública, supressão de fronteiras regionais, infindáveis bancos de dados e acesso à informação.

⁶⁴ HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre faticidade e validade. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 107.

⁶⁵ DEMO, Pedro. **A força sem força do melhor argumento**: ensaio sobre “novas epistemologias virtuais”. Brasília: Ibict, 2011, p. 23.

Portanto, nasce a perspectiva de uma esfera pública virtual, que para as gerações habituadas à rede é tão real quanto à inicial descrita por Habermas da burguesia do século XVIII e na qual é viável construir movimentos sociais que transpassam ao mundo físico, criar laços socioafetivos, construir conhecimento cooperativamente. Na arquitetura da rede, Demo relata que é notável a aceitação de um consenso que só pode ser alcançado de modo livre e fundamentado, não perdurando nesse ambiente o argumento de autoridade, mas inspirado na autoridade do argumento.⁶⁶

Como visto, a esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo.⁶⁷ A fim de uma compreensão mais plena da esfera pública faz-se necessário adentrar em outras formulações teóricas de Habermas.

Na formulação da teoria do agir comunicativo, o autor faz distinção entre duas categorias comunicacionais distintas que chama de agir orientado para o entendimento mútuo, ou agir comunicativo, e agir orientado para o sucesso, ou razão instrumental. Em uma situação em que os atores sociais estão orientados para o sucesso, isto é, para as consequências de seu agir, eles tentam alcançar os objetivos de sua ação influenciando externamente, utilizando-se de quaisquer formas de poder que possuem, sejam armas, ameaças, sedução, de modo a ingerir sobre as decisões ou os motivos de seus adversários.⁶⁸

Todavia, quando ele discorre acerca de seu conceito de agir comunicativo, reporta-se a uma lógica diversa a do agir orientado para o sucesso, passando a aproximar-se da orientação para o entendimento mútuo. O agir comunicativo é produzido quando os atores sociais acordam em harmonizar internamente seus planos de ação e em perseguir suas respectivas metas sob um acordo existente. A partir dessa percepção, Habermas afirma que o grau de cooperação e estabilidade das interações sociais, que variam desde relações mais cooperativas e estáveis até mais conflituosas e instáveis, resulta então das faixas de interesse de seus participantes.⁶⁹

É necessário, no entanto, fazer algumas ressalvas acerca da aplicação da teoria habermasiana no contexto político brasileiro. A existência do agir comunicativo pressupõe que os atores sociais abram mão de convencer os demais com seus argumentos, mas

⁶⁶ DEMO, Pedro. **A força sem força do melhor argumento**: ensaio sobre “novas epistemologias virtuais”. Brasília: Ibict, 2011, p. 25.

⁶⁷ HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre faticidade e validade. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 92.

⁶⁸ HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Edição tempo brasileiro, 2013, p. 164.

⁶⁹ HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Edição tempo brasileiro, 2013, p. 164.

contribuir para a construção de uma solução comum. No entanto esse tipo de interação requer um usuário preparado para ser contrariado e receptivo de proposições rivais às suas.

O cidadão brasileiro, habituado a uma democracia recente e calcada em rivalizar pontos de vista, especialmente em decorrência do sistema partidário, não apresenta a característica de conciliar pontos de vista, mas ao que se percebe atua conforme a razão instrumental, conforme o agir orientado para o sucesso. Além do grau de maturidade política desenvolvida pelos brasileiros, outro obstáculo a essa dialogicidade cooperativa são os usos dados pelos usuários brasileiros à internet.

Na mesma pesquisa referida anteriormente, a TIC Domicílios elaborada no ano de 2014 pelo CETIC, revelou acerca dos diversos usos dados pelo total de usuários brasileiros à internet, que as atividades mais desenvolvidas são o envio de mensagens instantâneas (a exemplo de *WhatsApp*, *Skype* e *Facebook*), indicada como atividade realizada por 83% dos internautas, e a participação em redes sociais, atividade desenvolvida por 76% dos usuários de internet.⁷⁰

Esse fator somado aos dados acerca do número de usuários de internet no Brasil, que supera em pouco mais de metade a população total do país, demonstra que a conjuntura do acesso e usos da internet no Brasil evidencia um elevado número de indivíduos sem qualquer acesso à rede e, dentro da percentagem que faz uso da rede, a grande maioria a utiliza para entretenimento e interagir de forma recreacional com outros usuários. O usuário brasileiro não tem por característica desenvolver na internet atividades de cunho político, por exemplo. Assim, a afirmação de que a internet abre um novo espaço mais livre e facilitador da participação encontra diversos limites diante do atual cenário brasileiro.

Mas ainda que sua aplicação apresente desafios, a proposição de Habermas é um excelente ponto de partida para repensar a forma como se criam e são tratados os espaços em que as pessoas discutem questões de interesse comum, formam opiniões ou planejam ações. E um dos pontos de reflexão importantes é que na esfera pública há uma impossibilidade de impor um acordo à outra parte, não sendo possível extorquir o consentimento do adversário por meio de manipulações, pois aquilo que manifestamente advém graças a uma intervenção externa não pode ser tido como um acordo.⁷¹

⁷⁰ CETIC. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros**-TIC Domicílios 2014, p. 159. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014, p. 140 e 141.. Disponível em: < http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Domicilios_2014_livro_eletronico.pdf >. Acesso em: 24 jan. 2016.

⁷¹ HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Edição tempo brasileiro, 2013, p. 165.

Habermas explana que, se o agir em geral for entendido como consistindo em dominar situações, o conceito do agir comunicativo extrai do domínio da situação o aspecto comunicativo da interpretação comum da ação, sobretudo a formação de um consenso. Nesse sentido, afirma:

Toda integração social não violenta pode ser entendida como a solução do seguinte problema: como é possível coordenar entre si os planos de ação de vários atores, de tal modo que as ações de um partido possam ser ‘engatadas’ nas dos outros? Tal engate contínuo reduz o jogo das possibilidades de escolha, duplamente contingentes, a uma medida que possibilita o entrelaçamento menos conflituoso possível das intenções e ações, portanto o surgimento de padrões de comportamento e da ordem social em geral. Enquanto a linguagem é utilizada apenas como um *medium* para a transmissão de informações e redundâncias, a coordenação da ação passa através da influencia recíproca de atores que agem uns sobre os outros de modo funcional.⁷²

Para interagir nesse meio os atores sociais devem estar em uma situação ideal de fala, esclarece Habermas. Acerca desse conceito Pérez Luño refere que situação ideal de fala é o meio através do qual se pode buscar um verdadeiro consenso. Ou seja, uma comunicação sem distorções externas, que garantem uma distribuição simétrica das oportunidades de intervir no diálogo e apresentar argumentos a todos os participantes. Evidentemente que buscar uma situação de fala sem influências externas e com absoluta simetria discursiva parece utópico, no entanto Habermas combate as críticas de abstração e formalismo demasiado que recaem sobre esse cenário da situação ideal de fala, afirmando não se tratar apenas de um princípio regulador, mas uma pretensão ou antecipação por todo aquele que entra no processo discursivo do qual pode resultar um consenso racional.⁷³

Pedro Demo analisa detidamente a natureza dos argumentos quando se pretende uma deliberação à luz do agir comunicativo. O autor salienta que a única espécie de argumento que se pretende final é o argumento de autoridade. A ideia é de que o autor do argumento reconheça a natureza discutível do que propõe, que permaneça aberto a inovações, teorias e interpretações rivais à sua. Na visão de Pedro Demo, é esse tipo de autoria que ambientes virtuais exigem, com peças abertas e discutíveis. Na visão do autor a “decorrência mais contundente é que esse tipo de ambiente aberto – estilo ‘esfera pública’ – estimula os

⁷² HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre faticidade e validade. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 36.

⁷³ PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución**. Madrid: Tecnos, 2010, p. 166.

participantes a preferirem a autoridade do argumento (argumento que se sustenta sem recursos à autoridade)”.⁷⁴

Uma das construções de Habermas sobre a qual Pedro Demo discorre é justamente a força do argumento, salientando que o que sustenta um texto não é alguma autoridade, mas sua elaboração tão bem fundamentada, a ponto de merecer atenção dos outros e mesmo o convencimento. Os argumentos carecem valer por sua estruturação discursiva qualitativa, não por artimanhas autoritárias. Ademais, o mesmo autor considera que a capacidade de produzir conhecimento coletivo é um dos horizontes mais decisivos da qualidade política, possibilitando que dela seja extraída a pretensão de superioridade, ainda que nem todos os participantes tenham aptidão de produzi conhecimento de qualidade elevada.⁷⁵

Entretanto, quando se busca aplicar essa lógica de força argumentativa em um contexto democrático é essencial ressaltar que ela necessariamente deve ser uma via de mão dupla, ou seja, quem questiona também deve esperar ser questionado. É pressuposto desse ambiente dialógico, sobretudo quando ele pretende ser exercido através da internet, que haja liberdade de expressão e que os atores orientados ao entendimento mútuo mantenham algum nível de igualdade.

No caso de interações do cidadão com o Estado, a exemplo de *inputs* no processo legislativo, essa questão recebe destaque especial. Essa lógica é valiosa quando debate-se participação, ainda mais no tocante à participação e contribuição popular em relação a normas legais. Isso porque o mesmo pensamento que rege o debate pode transpor-se para a realidade da formulação normativa.

Os conceitos elaborados por Jürgen Habermas e discussões propostas pelos autores que com ele dialogaram neste item evidenciam as mudanças que a internet gera nas possibilidades democráticas. Todos os pontos discutidos anteriormente passam a usufruir de uma nova gama de possibilidades com o advento das TIC.

Em um contexto de sociedade em rede, as noções de tempo e espaço são mais elásticas, de modo que se pode consultar e promover o debate entre um número significativo de indivíduos interessados, bastando que eles tenham acesso à internet. Apesar das diversas limitações já citadas, não se pode desconsiderar que é viável superar, através das inovações tecnológicas, alguns dos obstáculos práticos que antes impossibilitavam uma interação sem mediadores entre cidadão e Estado.

⁷⁴ DEMO, Pedro. **A força sem força do melhor argumento**: ensaio sobre “novas epistemologias virtuais”. Brasília: Ibict, 2011, p. 13.

⁷⁵ DEMO, Pedro. **A força sem força do melhor argumento**: ensaio sobre “novas epistemologias virtuais”. Brasília: Ibict, 2011, p. 50.

Acerca do papel da rede no contexto democrático, Dominique Cardon reflete:

[...] a Internet estimula todas as experiências que ultrapassam o limiar entre representantes e representados: deliberação ampliada, auto-organização, implementação de coletivos transnacionais, socialização do saber, desenvolvimento de competências críticas etc. Se a nebulosa Internet deve ser examinada atentamente é por constituir um laboratório, em escala planetária, das alternativas à democracia representativa. Interrogar-se sobre a forma política da Internet não quer dizer fazer coro com aqueles que criticam os mecanismos da representação tradicional. Ocorre que, na era digital, a democracia mudou de aparência. A Internet não permite somente comunicar mais, melhor e mais rápido; ela alarga formidavelmente o espaço público e transforma a própria natureza da democracia. Essa revolução que vem acontecendo diante de nossos olhos é uma dádiva na medida em que aprofunda e torna complexo o regime democrático. Entretanto, não se deve acolhê-la com uma satisfação beata. Antes de celebrá-la é preciso pensa-la, questionando ao mesmo tempo seus limites.⁷⁶

Após o exposto, fica evidenciado que a sociedade informacional e uso das TIC vão muito além de uma simples mudança nas ferramentas de comunicação, sendo um ambiente fértil para provocação reflexões e experiências no campo político e da participação cidadã. Isso ocorre, pois se trata de um universo de complexidade técnica e que apresenta múltiplas possibilidades, especialmente no que diz respeito à busca de um espaço dialógico de fluxos comunicacionais e formação de opiniões.

A internet gera uma possibilidade técnica de aprimoramento da democracia, evidentemente que não de forma autônoma, mas conjugada com modificações culturais. O imbricamento entre a participação qualificada e, em um cenário ideal, orientada para o entendimento, com uma boa gestão de ferramentas tecnológicas por parte do Estado pode gerar resultados significativamente positivos, em rumo a uma e-democracia.

1.3 E-DEMOCRACIA: ENTRELACAMENTO ENTRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INTERNET SOB O PRISMA DA GOVERNANÇA

A e-democracia⁷⁷ surge nesse contexto como um dos aspectos constitutivos da governança. Cristiano Faria trabalha o conceito de e-democracia como conjunto de experiências participativas que envolvem o uso de tecnologia, referindo que trata da

⁷⁶ CARDON, Dominique. **A Democracia Internet**: promessas e limites. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

⁷⁷ Neste trabalho optou-se por utilizar o termo e-democracia, e não democracia digital ou democracia eletrônica entre outras denominações, como a terminologia que designa as relações das TIC com as práticas democráticas, em decorrência de sua adoção por organismos internacionais e pela congruência com o termo da governança eletrônica.

incorporação de mecanismos digitais nas práticas democráticas e seu impacto nas instituições políticas, admitindo diversos sinônimos para ela, tais como democracia eletrônica, democracia digital, ciberdemocracia dentre os quais não existem diferenciações que os distanciem essencialmente.⁷⁸

Acerca da conceituação de e-democracia, um estudo feito por Trechsel et al. acerca do uso das tecnologias para favorecimento da democracia na Europa traz uma relevante conceituação do termo:

e-democracia consiste em todos os meios de comunicação eletrônicos que permitem/empoderam cidadãos em seus esforços para tornar os governantes / políticos responsáveis por suas ações no setor público. Dependendo de quais aspectos da democracia que está sendo promovido, e-democracia pode empregar técnicas diferentes: (1) para aumentar a transparência dos processos políticos; (2) para melhorar o envolvimento direto e participação dos cidadãos; e, (3) melhorar a qualidade da formação de opinião através da abertura de novos espaços de informação e deliberação.⁷⁹

Trabalha-se o conceito de e-democracia sob duas óticas: uma ótica não institucional, sem interações formais com o Estado, e outra que se trata de e-democracia institucional, que se presta à integração do cidadão com os órgãos públicos. A versão institucional da e-democracia, acerca da qual versa o presente trabalho, envolve inúmeras experiências, dentre as quais é possível identificar a E-votação, que é a utilização de meios eletrônicos no processo eleitoral e em processos decisórios formais; a E-petição, que se trata da apresentação de pedidos e sugestões pelos cidadãos aos órgãos públicos; e a E-consulta pública, a qual corresponde ao recebimento de sugestões e informações da sociedade em agências públicas referentes a determinados assuntos públicos; e o orçamento público digital, por meio do qual

⁷⁸ FARIA, Cristiano Ferri Soares de. **O parlamento aberto na era da internet**: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, p. 63.

⁷⁹ Tradução livre do original em inglês: “e-Democracy consists of all electronic means of communication that enable/empower citizens in their efforts to hold rulers/politicians accountable for their actions in the public realm. Depending on the aspect of democracy being promoted, e-democracy can employ different techniques: (1) for increasing the transparency of the political process; (2) for enhancing the direct involvement and participation of citizens; and, (3) improving the quality of opinion formation by opening new spaces of information and deliberation.”. TRECHSEL, Alexander; KIES, Raphael; MENDEZ, Fernando; SCHMITTER, Philippe. **Evaluation of the use of new technologies in order to facilitate democracy in Europe: e-democratizing the parliaments and parties of Europe e-representative**. 2004. Disponível em: <http://www2.media.uoa.gr/people/tsaliki/wp-content/uploads/2010/07/Report_eDemocracy_in_Europe_2004.pdf>. Acessado em: 08 fev 2016.

cidadãos podem manifestar suas preferências na alocação de recursos públicos. Porém novas experiências digitais de e-democracia institucional surgem a todo momento.⁸⁰

A e-democracia pode ser exercida de diversas formas, o acesso à participação política não tem fórmula certa, assim como a democracia é moldável e depende do cenário cultural em que está envolta, da mesma forma as manifestações da e-democracia serão. Nesse sentido, Wilson Gomes reflete:

Pode-se notar facilmente, neste quadro, que se mantém no projeto de democracia a ideia de representação política, assim como a de participação. Pois bem, de que se precisa para se produzir um projeto adequado de democracia digital? A prudência obriga a que se considere o conjunto das dimensões envolvidas num projeto desta natureza, evitando soluções ou perspectivas parciais. Em minha opinião, o primeiro aspecto a ser considerado são iniciativas com alto teor democrático, socialmente interessantes, tecnologicamente bem resolvidas e atraentes do ponto de vista do *design*. Iniciativas são projetos ou ideias que articulam ferramentas, dispositivos e aplicativos para realizar determinadas funções dedicadas a resolver problemas ou alcançar propósitos específicos.⁸¹

Assim, a reflexão do autor dá um panorama do que um projeto de e-democracia (ou democracia digital, na terminologia por ele adotada) necessita para existir, sendo indispensável nesse processo a experiência e observação de iniciativas bem sucedidas. Ademais, o autor aponta como iniciativas digitais relevantes aquelas que permitem: (i) fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania, através do aumento da transparência do Estado e da participação e influência civis; (ii) consolidar e reforçar uma sociedade de direitos e (iii) promover o aumento da diversidade de agentes, agências e agendas na esfera pública e nas instâncias de decisão, aumentando instrumentos, meios e oportunidades para que minorias políticas se representem.⁸²

Importante mencionar que as ideias aqui discutidas acerca do uso das TIC por parte do Estado são pautadas em uma ideia de governança eletrônica, ou e-governança. Trata-se de um conceito integrador e abrangente, abarcando de forma adequada a discussão acerca da busca por uma e-democracia. Acerca da elaboração desse conceito de governança, que prestigia o entrelaçamento das mais diversas ações governamentais em relação a seus cidadãos, Alberto Zárate explana que:

⁸⁰ FARIA, Cristiano Ferri Soares de. **O parlamento aberto na era da internet** : pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, p. 108.

⁸¹ GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Cali Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 28.

⁸² GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Cali Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 30.

Os consultores governamentais criaram um novo conceito para designar novos sistemas de geração de políticas públicas mais legítimas e mais colaborativas: Governança. De acordo com o Livro Branco da Governança Europeia, esses processos seriam caracterizados pela transparência, coerência, a eficácia, a abertura à participação, prestação de contas e responsabilidade. Nestes primeiros anos do século XXI, está tomando forma um novo paradigma que se destina a implementar a governança democrática por meio da busca de uma corresponsabilidade social em sua concepção e implementação de políticas públicas, que estão chamando para Governo Aberto. A abertura do governo e a participação do cidadão são a sístole e diástole do coração de governança e governo aberto.⁸³

Por sua vez, a definição de e-governança proposta pela UNESCO parte do conceito de governança que se refere ao exercício de autoridade política, econômica e administrativa no gerenciamento dos assuntos de um país, incluindo a articulação dos cidadãos para defesa de seus interesses e o exercício de seus direitos e obrigações.⁸⁴ A e-governança pode ser entendida, então, como o desempenho da governança, acima mencionada, através de meios eletrônicos, de modo a obter um processo mais rápido, eficiente e transparente de disseminar informações aos cidadãos. A governança é caracterizada pela participação, transparência e *accountability*.

Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha e Paulo Roberto Miranda⁸⁵, ao discorrerem sobre o conceito de e-governança, referem tratar-se de uma categoria que engloba e-administração pública, e-serviços públicos e e-democracia, tratando-se de um conceito mais amplo que o usualmente aplicado, o de governo eletrônico.⁸⁶ Conforme os autores, “o

⁸³ ZÁRATE, Alberto Ortiz de. Por qué esta obsesión com la participación ciudadana? In: CALDERÓN, César; LORENZO, Sebastián. **Open Government: Gobierno Abierto**. Jaén: Algón Editores, 2010. Disponível em: <<http://www.martinolivera.com.ar/data/gobierno-abierto.pdf>>. Acesso em: 03 abr 2015, p. 31. Tradução livre do original em espanhol: “Los consultores gubernamentales han inventado un nuevo concepto para designar nuevos sistemas de generación de políticas públicas más legítimos y más colaborativos: *gobernanza*. Según el Libro Blanco de la Gobernanza Europea, estos procesos habrían de estar caracterizados por la transparencia, la coherencia, la eficacia, la apertura a la participación, la rendición de cuentas y la asunción de responsabilidades. En estos primeros años del siglo XXI, está tomando forma un nuevo paradigma que pretende llevar a efecto la gobernanza democrática por la vía de buscar una corresponsabilidad social en el diseño y puesta en práctica de las políticas públicas, a la que estamos llamando *Gobierno Abierto*. La apertura del Gobierno y la participación de la ciudadanía son la sístole y la diástole del corazón de la gobernanza y del gobierno abierto.”.

⁸⁴ UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Defining e-Governance**. 2005. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=4404&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em 05 fev 2016.

⁸⁵ CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Revista O&S**. Salvador, v.20, n. 66, p. 543-566, 2013, p. 545.

⁸⁶ Conforme definição de Aires Rover, governo eletrônico é uma infraestrutura única de comunicação compartilhada por diferentes órgãos públicos a partir da qual a tecnologia da informação e da comunicação é usada de forma intensiva para melhorar a gestão pública e o atendimento ao cidadão. Assim, o seu objetivo é colocar o governo ao alcance de todos, ampliando a transparências das suas ações incrementando a participação cidadã. ROVER, Aires. A democracia digital possível. **Revista Sequência**, nº52, p. 85-104, jul. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15202/13827>>. Acesso em: 21 jan 2016.

conceito de e-governança pode e deve incluir a melhoria da eficiência e da eficácia, mas a elas não se resume; e-governança é o exercício de uma nova forma e de uma nova possibilidade de governar, com participação de uma ampla rede de atores”.⁸⁷

Na classificação elaborada por Cunha e Miranda, a e-administração pública “pressupõe melhorias dos processos governamentais e do trabalho interno do setor público com a utilização das tecnologias de informação e comunicação”; os e-serviços públicos buscam melhorias na prestação de serviços ao cidadão; e a e-democracia é entendida como “maior e mais ativa participação do cidadão, possibilitada pelo uso das tecnologias de informação e comunicação no processo democrático”.⁸⁸

Importante salientar a presença da subdivisão “e-democracia” na conceituação de governança eletrônica e de uma acentuada preocupação com os aspectos democráticos relativos à ação estatal que são marca da governança eletrônica e que não necessariamente eram parte incorporada do conceito de governo eletrônico.

Portanto, a governança eletrônica, que se relaciona intimamente com a e-democracia, supera a aplicação de TIC pelo governo para mudanças na administração pública, prestação de serviços e informações. Adiciona-se um fator completamente novo que é a necessidade de modificar a relação do cidadão com Estado, estreitando a relação dos indivíduos com os rumos da coisa pública e da sociedade.

Gonzalo Diéguez e Maximiliano Campos Ríos⁸⁹, ao discorrerem sobre as dimensões ou papéis centrais do governo sob a égide de uma administração pública “eletrônica-relacional”, referem que essas dimensões são: (i) a prestação de serviços públicos mais efetivos e transparentes; (ii) fomento a consultas públicas e expansão dos processos democráticos; e (iii) dinamização dos processos de governança na elaboração de políticas públicas.

Porém, observa-se que o por vezes o Estado tem deixado em um segundo plano o desenvolvimento da e-democracia priorizando as esferas de e-administração pública e e-serviços nas finalidades que atribui às TIC, basicamente buscando uma melhor gestão do Estado, pensando na administração pública quase como um fim em si mesma. Não se pode

⁸⁷ CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Revista O&S**, Salvador, v. 20, n. 66, p. 543-566, jul/set, 2013, p. 547.

⁸⁸ CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Revista O&S**, Salvador, v. 20, n. 66, p. 543-566, jul/set, 2013, p. 546.

⁸⁹ DIÉGUEZ, Gonzalo; RÍOS, Maximiliano Campos. Hacia una nueva configuración de las relaciones entre el gobierno y la ciudadanía? Breves apuntes sobre el gobierno eletrônico. In: ELIZALDE, Luciano; RIORDA, Mario. **Comunicación Gubernamental 360**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013, p. 244.

olvidar a importância de melhorar a qualidade, quantidade e acesso às prestações estatais ao cidadão, porém essa lógica trata dele como um cliente e não como o centro das ações governamentais. Porém, ao fazer isso “estamos desperdiçando a principal virtude intrínseca da Internet como instrumento tecnológico para a democracia, ou seja, a possibilidade de criar um marco para os fluxos discursivos e complexos de informação dos cidadãos ao Estado [...]”.⁹⁰

A governança supera a ideia de aplicação de TIC na administração pública, não se tratando da criação de regras de direito, nem gestão de órgãos de governo, indo além da busca por eficiência e transparência, mas perpassa por uma mudança de mentalidade.⁹¹ Assim, a cidadania é figura de destaque quando o tema é governança, uma vez que, um de seus objetivos é que o cidadão possa, seja através de contribuições em debates online, seja na leitura de informações referentes à Administração Pública, participar ativa e conscientemente das decisões referentes à coisa pública.

Acerca da fundamentalidade da participação e da realocação da cidadania no centro das discussões políticas, Paulo Bonavides evidencia:

A queda de legitimidade dos órgãos legislativos e executivos se faz patente, profunda, irreparável nos moldes vigentes. Urge introduzir pois o mais cedo possível a nova legitimidade, cuja base recomposta e, novamente, a cidadania, mas a cidadania redimida, sem os percalços que lhe inibem a ação soberana, sem a perversão representativa, sem o falseamento de vontade, sem as imperfeições conducentes as infidelidades do mandato e aos abusos da representação.⁹²

Pérez Luño reflete que as transformações do Estado de Direito configuram contextos diferenciados para o desfrute da cidadania, assim como fenômenos atuais, a exemplo do impacto gerado pelas novas tecnologias, incide diretamente nas formas do exercício da cidadania na sociedade democrática do presente.⁹³

O aludido autor apresenta a conceituação da teledemocracia como um termo que designa o conjunto de teorias e fenômenos práticos referentes à projeção das novas tecnologias nos processos de participação política das sociedades democráticas, sendo que a tecnologia projeta-se em processos de participação política dos cidadãos, ou cibercidadão.⁹⁴

⁹⁰ CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Revista O&S**, Salvador, v. 20, n. 66, p. 543-566, jul/set, 2013, p. 550.

⁹¹ CALAME, Pierre. **Hacia una revolución de la gobernanza**: reinventar la democracia. Santiago: LOM Ediciones, 2009, p. 15-18.

⁹² BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa**: Por um direito constitucional de luta e resistência, por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros Editores, 2001, p. 18.

⁹³ PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. **Cibercidadanía o ciudadanía.com?** Barcelona: Gedisa, 2004, p. 49.

⁹⁴ PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. **Cibercidadanía o ciudadanía.com?** Barcelona: Gedisa, 2004, p. 62.

O autor divide a teledemocracia em duas versões: a teledemocracia fraca, que acaba por reforçar o sistema de representação vigente e gera a “cidadania.com” e teledemocracia forte, que introduz práticas de democracia direta, baseada na participação do cidadão, habitada pelo cibercidadão.⁹⁵

Na versão fraca da teledemocracia é basicamente a projeção das TIC nos processos políticos como forma de reforçar as bases da própria representação parlamentar, não implicando de forma alguma a uma reformulação ou alternativa ao sistema instalado de participação política indireta que se dá através dos partidos. Nesse caso as tecnologias auxiliam na sondagem de opinião. Nesse cenário é necessário que o usuário, em sua condição de cidadão, deve assumir pontos de vista solidários, que superem seus meros interesses individuais, sob pena de ser “fagocitado pelo usuário-consumidor” que age na rede a fim de obter benefícios egoísticos.

Por sua vez, a teledemocracia forte, que gera o cibercidadão, é diametralmente oposta à anterior e significa uma transformação social que importa em trazer o cidadão para o centro do debate político, retomando a titularidade atualmente desempenhada por partidos políticos. Consiste numa possibilidade dentro da democracia participativa, uma democracia fundada na participação direta e imediata dos cidadãos nas decisões políticas, aspirando alcançar uma crescente descentralização do poder e permitindo maximizar e otimizar a comunicação direta, sem nenhum intermediador, entre os cidadãos e aqueles que têm a seu cargo o poder político.

Portanto, conceitos como cidadania e teledemocracia se entrelaçam, visto que ser cidadão é ter direitos e poder ser ativo na arena pública, sendo que a internet expande essas possibilidades, resultando na teledemocracia. Desse modo Pérez Luño sugere que é necessário que se desenvolva a cibercidadania, que seria um novo modo, mais autêntico, profundo e baseado nos parâmetros tecnológicos atuais para uma participação política com vocação planetária.⁹⁶

Porém, Pérez Luño, ao discorrer sobre os riscos jurídicos da implementação de o que ele chama de teledemocracia, enumera influências negativas que poderiam ser percebidas no processo legislativo, referindo que poderiam conduzir a um empobrecimento da elaboração normativa e assim da própria qualidade das leis. Ainda o autor faz refletir sobre o bloqueio legislativo que seria causado pela inserção de milhões de pessoas propondo alternativas individuais a projetos de lei. Por esta razão, num contexto como este a “vontade popular

⁹⁵ PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. *Cibercidadanía o ciudadanía.com?* Barcelona: Gedisa, 2004, p. 60-72.

⁹⁶ PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. *Cibercidadanía o ciudadanía.com?* Barcelona: Gedisa, 2004, p. 100.

ficaria, por este motivo, reduzida a manifestação de um ‘sim’ ou um ‘não’ a textos legais compactos, completamente elaborados e sem brechas para sua eventual alteração”⁹⁷

Por essas razões, as plataformas do Poder Legislativo brasileiro, desenvolvidas para permitir a contribuição de cidadãos na elaboração de normas legais, enquadram-se como iniciativas a serem observadas, a fim de atestar sua relevância e se seu implemento tem sido orientado pelos objetivos acima enumerados.

1.4 PODER LEGISLATIVO E E-DEMOCRACIA: PLATAFORMAS DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE NORMAS JURÍDICAS NO BRASIL

Neste item será feito um apanhado acerca do Poder Legislativo no Brasil e as possibilidades de os cidadãos nele intervirem, apresentando os meios institucionais tradicionais para tanto e aprofundando essa reflexão no tocante às plataformas digitais criadas para esse fim.

Inicialmente é fundamental salientar que o processo legislativo brasileiro ainda sofre influências das práticas desenvolvidas ainda no Estado Liberal, momento em que há uma busca incessante por segurança jurídica e por proteger o cidadão dos arbítrios dos governantes. Nesse momento, o procedimentalismo passa a ser confundido com legitimidade. Nesse contexto, não seguir o processo legislativo fechado e não dar total autonomia ao representante é visto como antidemocrático.

Nesse sentido, Habermas é preciso ao discorrer sobre a legitimidade das normas e salientar a inserção do cidadão nesse plano decisório:

Uma ordem jurídica não pode limitar-se apenas a garantir que toda pessoa seja reconhecida em seus direitos por todas as demais pessoas; o reconhecimento recíproco dos direitos de cada um por todos os outros deve apoiar-se, além disso, em leis legítimas que garantam a cada um liberdades iguais, de modo que a liberdade do arbítrio de cada um possa manter-se junto com a liberdade de todos’. As leis morais preenchem esta condição *per se*; no caso das regras do direito positivo, no entanto, essa condição precisa ser preenchida pelo legislador político. No sistema jurídico, o processo da legislação constitui, pois, o lugar propriamente dito da integração social. Por isso, temos que supor que os participantes do processo de legislação saem do papel de sujeitos privados do direito e assumem, através de seu papel de cidadãos, a perspectiva de membros de uma comunidade jurídica livremente associada, na qual um acordo sobre princípios normativos da regulamentação da convivência já está assegurado através da tradição ou pode ser conseguido através de um entendimento segundo regras reconhecidas normativamente. Essa união característica entre coerção fática e validade da

⁹⁷ PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. *Cibercidadanía o ciudadanía.com?* Barcelona: Gedisa, 2004, p. 91 e 92.

legitimidade, que tentamos esclarecer através do direito subjetivo à assunção estratégica de interesses próprios, exige um processo de legislação no qual os cidadãos devem poder participar na condição de sujeitos de direito que agem orientados não apenas pelo sucesso. Na medida em que os direitos de comunicação e de participação política são constitutivos para um processo de legislação eficiente do ponto de vista da legitimação, esses direitos subjetivos não podem ser tidos como os de sujeitos jurídicos privados e isolados: eles têm que ser apreendidos no enfoque de participação orientados pelo entendimento, que se encontram na prática intersubjetiva de entendimento.⁹⁸

Ocorre que essa percepção de que a lei é o resultado da razão humana revelado através dos representantes do povo, é uma grande construção do liberalismo, que se deu em resposta histórica à formação monárquica do Estado, representando segurança jurídica para que a burguesia, frente aos desmandes dos reis, para que defendesse seus interesses econômicos de liberdade de comércio e propriedade.⁹⁹ Dessa maneira, cria-se a percepção de que as decisões dos representantes tiram sua legitimidade do procedimento e do fato de haver uma eleição periódica para os cargos de representação. Nesse contexto, a correspondência entre as vontades populares e as ações dos governantes torna-se desimportante.

Acerca desse fenômeno, sobretudo no Poder Legislativo, Piana comenta:

Há várias razões que contribuíram para esta debilidade. Em primeiro lugar, uma distorção da função parlamentar: hoje os parlamentos funcionam mais como uma confederação de interesses do que como o lugar certo para a representação política da pluralidade Social (Grzybowski, 2004). A lacuna entre o processo deliberativo e decisório têm agravado as tensões entre os poderes legislativo e executivo, bem como suas respectivas relações com os cidadãos e com a opinião pública (Godio et al., 2004). Portanto, a crise de representação e prestígio dos partidos políticos certamente afeta mais fortemente o Parlamento, onde interesses partidários confrontam-se com mais intensidade. Neste sentido, a modernização da instituição parlamentar, tanto em seu papel político como em seu papel técnico, aparece cada vez mais como uma questão central da reforma do Estado. Entre seus objetivos destacam-se como prioridades para alcançar um equilíbrio entre os poderes e um maior nível de eficiência e comunicação com a sociedade [...]¹⁰⁰

⁹⁸ HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre faticidade e validade. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 52.

⁹⁹ CASTRO, Bernardo Vassalle de. A participação social no processo legislativo e o desenvolvimento sustentável. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.7, n.13/14 p. 213-239. Janeiro/Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/106/155>>. Acesso em: 17 jan 2016, p. 216.

¹⁰⁰ PIANA, Ricardo Sebastián. Experiencias de gobierno electrónico en América Latina. Parlamentos locales, parlamento regional. In: **O governo eletrônico e suas múltiplas facetas** / Aires José Rover e Fernando Galindo (eds.). Zaragoza : Prensas Universitarias de Zaragoza, 2010, p. 187. Tradução livre do original em espanhol: "Varias son las causas que han contribuido a generar esta debilidad. En primer lugar, una desnaturalización de la función parlamentaria: hoy los parlamentos funcionan más como una confederación de intereses que como el lugar adecuado para la representación política de la pluralidad social (Grzybowski, 2004). La brecha existente entre el proceso deliberativo y de decisión ha potenciado las tensiones entre los poderes legislativo y ejecutivo y sus respectivas relaciones con la ciudadanía y la opinión pública (Godio et al., 2004). Por ello, la crisis de representatividad y de prestigio de los partidos políticos incide sin duda con más fuerza en los Parlamentos, donde los intereses partidarios confrontan entre sí con más intensidad. En este sentido, la modernización de la institución parlamentaria, tanto en su rol político como en su rol técnico, aparece cada vez más como un tema

Isso decorre de uma profissionalização do exercício político e de uma percepção que os eleitores não teriam em regra condições técnicas ou intelectuais de contribuir ao debate. Acerca do assunto, Rubens Beçak e João Victor Longhi discorrem:

[...] a dita “crise de representatividade” é algo recorrente entre a doutrina, dela decorrendo, por exemplo, entraves como: as dificuldades de exercício da iniciativa popular; a composição de uma bancada governista a obstar o exercício da função obstrutiva (e todas as outras); a formação de grupos de pressão multipartidários atuando de acordo com seus próprios interesses (bancada ruralista, “evangélica” etc.); a pouca informação prestada pelo próprio legislativo e a maior visibilidade dada ao poder executivo; dentre tantos outros fatores que levam muitos a afirmar que o legislativo hoje está mais próximo de um problema do que uma solução para o “gap de representatividade”.¹⁰¹

No plano da legitimação, o sistema de representação herdado do paradigma liberal afastou o cidadão dos núcleos de poder e decisão do Estado. No plano do conhecimento, os pressupostos de acesso e de inteligibilidade do conteúdo normativo enfrentaram a ineficácia dos instrumentos de comunicação do Direito e os problemas relacionados à linguagem e à técnica legislativa.¹⁰²

O modelo liberal de legitimação meramente formal e procedimental das decisões políticas mostrou-se insuficiente para a concretização do bem-estar dos cidadãos, que passou a ser buscado através de uma acentuada ação do Estado, a partir da maior intervenção judicial e da ampliação da produção legislativa. Esse aumento da produção normativa, fruto da tentativa estatal de concretizar os direitos fundamentais dos cidadãos é a herança do Estado Social.

Dessa forma, Bernardo Vassalle Castro explicita acerca da construção normativa no Brasil:

A elaboração da norma jurídica no Brasil é ainda o reflexo de uma interposição imprecisa e mal-sucedida do arquétipo de ordenação originalmente estabelecido no Liberalismo – fundado em uma legitimidade meramente formal – e da influência legiferante compulsiva do Estado Social. Muito se legisla, muito pouco se preocupa

central de la reforma del Estado. Entre sus objetivos destacan como prioritarios lograr un efectivo equilibrio entre los poderes y un mayor nivel de eficacia y comunicación con la sociedad [...]”.

¹⁰¹ BEÇAK, Rubens; LONGHI, João Victor Rozatti. Internet como esfera pública global e o papel atual dos parlamentos no processo legislativo. In: **Revista Cultura e Extensão USP**. São Paulo, v.3, n.13, p. 43-53, maio 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rce/article/view/98484/97183>>. Acesso em: 05 jun 2015, p. 49.

¹⁰² CASTRO, Bernardo Vassalle de. A participação social no processo legislativo e o desenvolvimento sustentável. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.7, n.13/14 p. 213-239. Janeiro/Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/106/155>>. Acesso em: 17 jan 2016, p. 218.

com o ato de legislar. As leis e normas regulamentares formam um verdadeiro cipoal normativo e, neste emaranhado de regras, os cidadãos não se identificam com o Direito posto. A formação da ordem jurídica se dá em um espaço por vezes inatingível para os destinatários da norma, que não se reconhecem na legislação. A distância entre o legislador e os atores sociais revela a crise de legitimação do Estado e tem por consequência um sério problema relacionado à força vinculante do ordenamento.¹⁰³

Outrossim, importa salientar que ainda que se trate de um sistema representativo, a democracia tem muitas formas, cada cultura e processo histórico deve adaptar as estruturas de modo que elas reflitam os anseios do povo de forma fidedigna. Desse modo, a inserção de mecanismos de democracia direta dentro desse sistema de representação não somente é adequada, como muito bem-vinda como tentativa de sanar os déficits democráticos evidenciados.

Assim inicia a busca por mecanismos de participação social (especialmente na produção legislativa) para alterar a realidade do sistema legislativo tradicional, hermético, afastado do povo. Torna-se evidente a necessidade de abertura e de engajamento popular na ação parlamentar para além dos mecanismos previstos na Constituição Federal de 1988, porém existe certa resistência quanto a isso no sentido de que seria uma tentativa de usurpar as atribuições do Poder Legislativo.

No Brasil o artigo 14 da Constituição Federal de 1988 prevê como forma de incorporar elementos de democracia direta plebiscitos, referendos e lei de iniciativa popular. A Lei nº 9.709/98, que regulamenta o aludido artigo constitucional, define a forma como será exercida a soberania popular regulamentando os citados dispositivos constitucionais. Desse modo, no Brasil há o que alguns autores identificam como modelo semidireto de democracia, visto que há uma forma predominantemente representativa, mas foram inseridos mecanismos de intervenção direta da população em situações determinadas.¹⁰⁴

A aludida lei indica, em seu artigo 2º, que plebiscito e referendo “são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa”.¹⁰⁵ Rubens Beçak ensina que o plebiscito constitui um instrumento focado em assuntos de relevância constitucional em que o povo

¹⁰³ CASTRO, Bernardo Vassalle de. A participação social no processo legislativo e o desenvolvimento sustentável. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.7, n.13/14 p. 213-239. Janeiro/Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/106/155>>. Acesso em: 17 jan 2016, p. 225.

¹⁰⁴ BEÇAK, Rubens. **Democracia: hegemonia e aperfeiçoamento**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 38.

¹⁰⁵ BRASIL. **Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998**. Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19709.htm>. Acesso em: 18 dez 2015.

decide aprioristicamente, por outro lado o referendo é o instrumento de verificação da vontade popular quando já há uma decisão estatal prévia que carece de convalidação.¹⁰⁶

Já no artigo 13 explicita o que é a iniciativa popular, que se trata da “apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.”¹⁰⁷

Rubens Beçak refere que a iniciativa popular revelou-se um instrumento meramente formal, frustrando as expectativas de que seria uma grande inovação, sendo um instituto decorativo. No entanto, por ser quase inviável sua utilização, quando executado com sucesso mostra-se um agente mobilizador bastante eficaz, fazendo com que se legisle, caso da Lei Complementar 135/2010, a Lei Ficha Limpa, que obteve 1,3 milhões de assinaturas.¹⁰⁸

No entanto, com a incorporação de mecanismos digitais nas práticas democráticas, as possibilidades de participação política da esfera civil, de modo a contribuir para as decisões políticas, são ampliadas. E nesse cenário, as casas legislativas federais brasileiras, Câmara dos Deputados e Senado, passaram a fazer uso de plataformas digitais para proporcionar diferentes formas de interação com o cidadão, estimulando e possibilitando sua inserção no debate político.

Um dos métodos adotados pelos Estados em tempos de sociedade informacional é a possibilidade de o cidadão contribuir para a construção de normas legais. No Brasil esta possibilidade é percebida tanto no Poder Executivo, através do Ministério da Justiça em iniciativas ligadas ao Projeto Pensando Direito (através de portais como o *participacao.mj.gov.br* ou *culturadigital.br*), quanto no Poder Legislativo através dos portais e-Democracia, da Câmara dos Deputados, e e-Cidadania, do Senado Federal.

Outrossim, essa espécie de iniciativa ocorre em diversos países do mundo em diferentes graus e formas de manifestação, alguns apenas através de votação de preferências, alguns por meio da submissão de textos legislativos ou envio de opiniões escritas sobre um texto de lei já finalizado.

1.4.1 O portal e-Democracia da Câmara dos Deputados

¹⁰⁶ BEÇAK, Rubens. **Democracia**: hegemonia e aperfeiçoamento. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 33.

¹⁰⁷ BRASIL. **Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998**. Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19709.htm>. Acesso em: 18 dez 2015.

¹⁰⁸ BEÇAK, Rubens. **Democracia**: hegemonia e aperfeiçoamento. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 39-41.

O portal e-Democracia foi desenvolvido pela Câmara dos Deputados a fim de incentivar a participação da sociedade no debate de temas relevantes para o país por meio da internet. Surgiu ligado ao Programa de Democracia Eletrônica, sendo lançado em junho de 2009 como projeto piloto. O portal foi institucionalizado através da Resolução 49/2013, que criou a Seção de Gestão do portal e-Democracia, no âmbito organizacional do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados.¹⁰⁹

O Portal e-Democracia é dividido em dois grandes espaços de participação: as comunidades legislativas e o espaço livre. Quanto ao primeiro, cada comunidade é relacionada a uma temática sobre a qual é possível debater. A comunidade pode ser criada para apreciação de projetos de lei em trâmite ou assunto relevante que deverão ser apreciados pelos deputados, mas que ainda não possuem um corpo normativo. Essas comunidades oferecem diferentes instrumentos de participação ao cidadão. Já no espaço livre, os usuários do portal que definem quais temas gostariam de discutir, sendo que o debate é acompanhado pela equipe do portal e pode tornar-se uma comunidade legislativa.

Figura 4: Página inicial do portal e-Democracia



Fonte: Portal e-Democracia.

¹⁰⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário da Câmara dos Deputados**. Ano LXVIII. Supl. ao nº 225 .18 dez 2013. Brasília-DF. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020131218S02250000.PDF#page=>>. Acesso em 15 abr 2015.

As diferentes formas de participação propiciadas dentro de uma comunidade legislativa são orientadas conforme o andamento das propostas na Câmara dos Deputados ou qual o nível de debate determinado assunto já se encontra, por exemplo, se já há um anteprojeto de lei, é possível utilizar ferramentas como wikilegis, na qual as discussões relacionam-se a um projeto de lei já em tramitação. Por outro lado, se ainda não há esboço normativo sobre o assunto, não se pode utilizar essa ferramenta, sendo mais produtivo utilizar fóruns, que, organizados por tema, possuem uma maior liberdade para inserção de ideias vinculadas. Dentro das comunidades virtuais é usual que exista a aba “biblioteca birtual”, que propicia um repositório de informações úteis ao debate promovido nas Comunidades, gerida pelos membros da equipe do portal.

Ademais, no portal também ocorrem eventos interativos, em que são transmitidas ao vivo as imagens e o áudio captados em audiências públicas, em reuniões de comissões e outros eventos da casa legislativa com a possibilidade de o cidadão acompanhar tudo o que ocorre na reunião e acessar o bate-papo para interagir com outros usuários que também estão assistindo e eventualmente também com parlamentares.

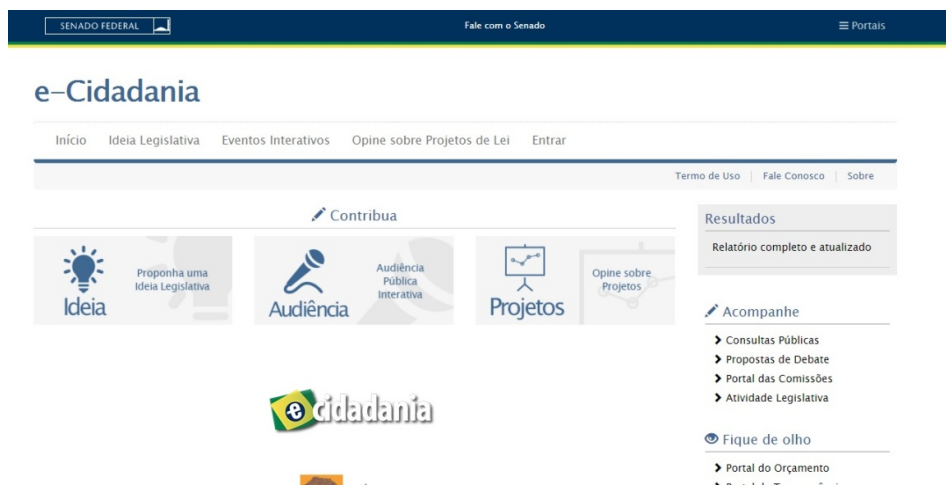
1.4.2 O portal e-Cidadania do Senado Federal

O portal e-Cidadania foi instituído em 2011 pelo Ato nº 3 da Mesa do Senado e, conforme o documento que o instituiu, a plataforma tem por objetivo estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos, por meio de Tecnologia da Informação e Comunicação, nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação da Casa.¹¹⁰ No entanto, no tocante aos mecanismos de participação, a plataforma tem sido vastamente modificada e desenvolvida nos anos posteriores a sua criação. Em 2013 a Resolução 26 do Senado estabeleceu a criação de mecanismos de participação popular nas proposições legislativas na Casa, constituindo inclusive a possibilidade de apoiar ou recusar propostas, informação essa que ficaria visível sempre que se buscasse o acompanhamento legislativo de determinado projeto.¹¹¹

¹¹⁰ SENADO FEDERAL. Ato da mesa nº 3 de 2011. Institui o Programa e o Portal e-cidadania. **Boletim Eletrônico de Pessoal**. 13 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/ecidadania/anexos/ato-3-de-2011-da-mesa-diretora>>. Acesso em: 16 dez 2014.

¹¹¹ SENADO FEDERAL. Resolução nº 26 de 2013. Estabelece mecanismo de participação popular na tramitação das proposições legislativas no Senado Federal. **Diário Oficial da União**. 11 de julho de 2013. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=11/07/2013>> . Acesso em: 13 out 2015.

Figura 5: página inicial do portal e-Cidadania



Fonte: Portal e-Cidadania.

Trata-se, portanto de um espaço institucional *online* de participação política disponibilizado pelo Senado Federal para que o cidadão brasileiro possa colaborar de forma mais direta e efetiva com o processo de atuação legislativa do Senado. Para tanto, o portal e-Cidadania busca promover uma maior conhecimento acerca do processo legislativo e dos debates em curso no Senado, por parte da população; informar aos senadores acerca de manifestações da sociedade sobre os temas legislativos em discussão; proporcionar maior transparência à sociedade pela simplificação da divulgação de informações administrativas e orçamentárias da Casa.

O portal passou por reformulações recentes. A proposta anterior apresentava o espaço do portal subdividido de forma a possibilitar a interação do cidadão no processo de fiscalização (na aba de e-Fiscalização), no processo legislativo (na aba de e-Legislação), e para interação com os Senadores (na aba de e-Representação). Na plataforma constava que o elemento subjacente a essas três áreas é a educação cívica, fundamental para a construção de um cidadão ativo. Desse modo, o Senado propunha disponibilizar nessas seções ferramentas educativas que qualifiquem o debate e elevem o nível de conhecimento do cidadão acerca da coisa pública.

Figura 6: Página inicial do portal e-Cidadania antes de sua reformulação.

Fonte: Google Imagens.

Atualmente, após a reformulação, o portal apresenta uma estrutura centrada no que antes era encontrado na aba e-Legislação, ou seja, a plataforma direcionou seu enfoque para o processo legislativo e a participação e voz do cidadão nesse trâmite. Desse modo, conforme visto na Figura 2, a plataforma se divide em 3 principais espaços: Ideias Legislativas, Eventos Interativos e aba destinada a opinar sobre projetos de lei existentes.

Após todo o desenvolvido neste capítulo acerca dos déficits democráticos e das possibilidades participativas almejadas em uma e-democracia, faz-se necessário lançar um olhar sobre as duas plataformas participativas do Poder Legislativo brasileiro acima descritas, a fim de que se possa constatar empiricamente em que medida se dá essa participação, quais limites encontra e de que forma é aproveitada na construção legislativa.

2. POSSIBILIDADES E LIMITES DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA CONSTRUÇÃO LEGISLATIVA NO CASO BRASILEIRO: ANÁLISE DOS PORTAIS E-DEMOCRACIA E E-CIDADANIA.

Após as reflexões feitas no capítulo anterior e a percepção de que diversas iniciativas já foram adotadas no sentido de tentar suprimir os déficits democráticos e gerar uma aproximação entre os cidadãos e a esfera política, faz-se necessário observar mais detidamente os mecanismos concebidos para tanto. Este capítulo da dissertação, portanto, tem um viés mais empírico, posto que busca construir um panorama das plataformas destinadas à participação popular no processo legislativo criado pelas casas legislativas federais do Brasil.

A parte inicial deste capítulo do trabalho resultou de um esforço em angariar e cotejar diferentes métodos de perceber e categorizar a participação cidadã nas práticas democráticas. Esta digressão fez-se necessária, pois, como já referido no capítulo anterior, há formas de participação que de fato não importam em uma devolução de poder para o povo. Diante disso, a categorização de participação é uma ferramenta útil que viabiliza uma mais fácil compreensão dessas discrepâncias entre os diversos modos de participação autorizados.

Além da reunião de diferentes formas de categorizar a participação, na parte inicial do capítulo também se elegeu a teorização elaborada por Wilson Gomes, que refere existirem cinco graus de participação democrática, e a partir dela fez-se a análise dos portais, buscando estabelecer aproximadamente em qual desses graus as plataformas do Poder Legislativo brasileiro possibilitam participação. Essa análise deu-se de forma direta, sistemática e não participante, sendo que para o preenchimento das tabelas visitou-se cada plataforma em duas oportunidades diferentes, em 30 de outubro e 5 de novembro de 2015.

Em um segundo momento realizou-se a análise de cada um dos portais, e-Democracia da Câmara dos Deputados e e-Cidadania do Senado, que se deu de duas formas: (i) quantitativa, buscando reunir informações numéricas acerca do volume de usuários, ferramentas mais utilizadas, crescimento ou detração de acessos ao longo do tempo entre outras informações úteis que possam ser recolhidas a partir dos dados disponibilizados nos portais; e (ii) qualitativa, sendo que foram selecionados projetos ou proposições com maior expressividade numérica de participação para produção de uma análise de como foi o aproveitamento dessas contribuições dentro da tramitação legislativa usual.

A análise quantitativa foi feita através de observação direta e não participante em cada um dos portais associada à pesquisa documental em eventuais relatórios de resultados publicados pelos portais, sendo que o recolhimento dos dados ocorreu nas duas últimas

semanas de novembro de 2015. Por sua vez, a análise qualitativa foi feita através de pesquisa documental nos relatórios e pareceres produzidos durante o trâmite legislativo. A pesquisa nos documentos se deu por palavras-chave, posto que são documentos extensos, sendo as palavras utilizadas: e-democracia, e-cidadania, participação, internet. A busca por esses documentos ocorreu entre 03 e 07 de fevereiro de 2016.

O conjunto de informações formado pela avaliação do grau de participação possibilitado pela estrutura das plataformas, somado às análises quantitativas e qualitativas de cada umas delas, possibilita auferir empiricamente a significância política dessas plataformas e se a participação popular é expressiva e qual a destinação dada a ela dentro do processo legislativo.

2.1 DO *STATUS QUO* AO PODER CIDADÃO: OS PORTAIS DO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO SOB O PRISMA DE GRAUS DE PARTICIPAÇÃO.

A participação popular e formas de estabelecer diferentes níveis em que ela ocorre já é assunto discutido há bastante tempo. Existem diferentes formas de perceber essa progressão, entendimentos esses advindos de diferentes organizações ou doutrinadores. Interessante, no entanto, perceber que há uma semelhança que perpassa por todos eles.

No final da década de 1960, Sherry Arnstein publicou um artigo intitulado *A Ladder of Citizen Participation* (Uma escada da participação cidadã) cuja preocupação era demonstrar que existia uma “escada” no que vinha sendo chamado de participação política. A autora detectou oito níveis ou “degraus”, a saber: (i) manipulação; (ii) terapia; (iii) informação; (iv) consulta; (v) conciliação; (vi) parceria; (vii) delegação de poder e; (viii) controle cidadão.¹¹²

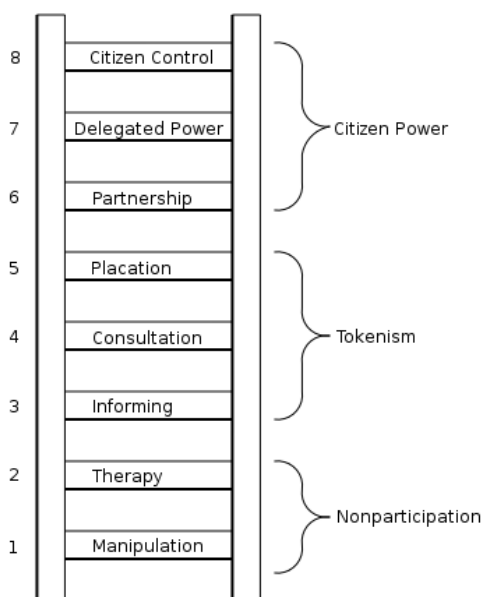
Esses oito níveis estariam agrupados em três diferentes planos, quais sejam: Não participação, que pretende substituir a participação por mecanismos de manipulação e busca “educar” o cidadão; *Tokenism*¹¹³ ou de Participação simbólica, que já permite aos cidadãos terem voz e serem ouvidos, mas não garante que sua opinião vincule ações estatais; e, por fim, Poder cidadão, que permite ao cidadão participar efetivamente das tomadas de decisões,

¹¹² ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. In: **JAIP**, Vol. 35, N. 4, Jul de 1969, p. 216-224. Disponível em: <<http://www.apho.org.uk/resource/item.aspx?RID=82367>>. Acesso em: 23 nov 2015.

¹¹³ Conforme a enciclopédia britânica Merriam-Webster *tokenism* é definido como “the practice of doing something (such as hiring a person who belongs to a minority group) only to prevent criticism and give the appearance that people are being treated fairly”, em tradução livre, “a prática de fazer algo (como a contratação de uma pessoa pertencente a um grupo minoritário) apenas para evitar críticas e dar a aparência de que as pessoas estão a ser tratados de forma justa.

mediante mecanismos que proporcionam o acordo e mediante verdadeira delegação. Essa distribuição se dá conforme a figura abaixo:

Figura 4- Escada de participação de Arnstein.



Fonte: ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. In: JAIP, Vol. 35, N. 4, Jul de 1969, p. 216-224. Disponível em: <<http://www.apho.org.uk/resource/item.aspx?RID=82367>>. Acesso em: 23 nov 2015.

Arnstein esclarece que nos níveis de não participação e *Tokenism* a participação não garante mudanças no *status quo*, ainda que o cidadão possa ser efetivamente ouvido, sua participação não ter a força de direcionar ações políticas.¹¹⁴ Assim, resta claro que na visão da autora há a possibilidade de ferramentas implementadas para interação governo-cidadão serem apenas uma tentativa de manipulação, que não possuem nenhum grau real de incorporar a participação da população no processo decisório.

Outra escala conhecida é a da *International Association for Public Participation* (Associação Internacional para Participação Pública), que formulou uma gradação de participação cidadã posterior à de Arnstein, chamada *Spectrum of Public Participation* (Espectro de Participação Pública) que se divide em cinco níveis. Porém o início da escala se

¹¹⁴ ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. In: **JAIP**, Vol. 35, N. 4, Jul de 1969, p. 216-224. Disponível em: <<http://www.apho.org.uk/resource/item.aspx?RID=82367>>. Acesso em: 23 nov 2015.

dá no nível zero, que é caracterizado pela informação. Isso porque se entende que a informação é pré-participação, pressuposto dela.¹¹⁵

O nível zero, da (i) informação, se caracterizaria por um canal unidirecional em que o governo facilitaria o acesso a informações de suas intenções. O primeiro nível seria (ii) Consulta, o cidadão expressa sua opinião, mas não há qualquer compromisso de que tratamento será dado a essa informação; o segundo nível é (iii) Envolvimento, que importa em aceitar propostas dos cidadãos, porém sem permitir que eles participem de decisões globais e gerais; o terceiro grau é a (iv) Colaboração, que é um processo de negociação derivado das demandas cidadãs, porém é conduzido pela administração; o quarto grau é a (v) Delegação, no qual os cidadãos podem decidir de forma autônoma em determinadas áreas.

Há também a gradação formulada pela Organização das Nações Unidas. Juntamente com a pesquisa acerca de Governo Eletrônico (*e-Government Survey*), a ONU também tem realizado uma pesquisa sobre e-participação, estabelecendo um ranking mundial dela nas decisões políticas. A escala de participação política da ONU divide-se em três níveis, iniciando em um mais passivo até um de participação pública ativa.

O primeiro é o (i) e-Informação (*e-Information*), que possibilitaria a participação através da disponibilização de informações ou fornecimento delas perante solicitação; o segundo o (ii) e-Consulta (*e-Consultation*), gera um engajamento maior do público com contribuições mais elaboradas e profundas, e auxiliando em deliberação acerca de políticas públicas e serviços; e o terceiro e-Decisão (*e-Decision-making*), que se propõe a empoderar o cidadão através da co-criação de alternativas políticas e co-produção de serviços públicos.¹¹⁶

Os indicadores observados para auferir em qual dos níveis cada país avaliado se encontra são elencados em uma tabela inserida no e-Government Survey 2014 que inclui os seguintes indicadores: 1) Existência de informação arquivada (políticas, orçamentos, documentos legais etc.) relacionados com a educação, saúde, finanças, assistência social, informações de trabalho e meio ambiente; 2) Existência de conjuntos de dados sobre educação, saúde, finanças, como os gastos do governo, bem-estar social, informações de trabalho e meio ambiente; 3) Acesso a sites do governo em mais de uma língua oficial nacional; 4) Apresenta disponibilidade de redes sociais; 5) Presença de mecanismos de e-

¹¹⁵ INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR PUBLIC PARTICIPATION. **IAP2 Spectrum of Public Participation**. 2007. Disponível em: <http://c.yimcdn.com/sites/www.iap2.org/resource/resmgr/imported/IAP2%20Spectrum_vertical.pdf>. Acesso em: 24 abr 2015.

¹¹⁶ UNITED NATIONS. **E-Government Survey 2014: e-Government for the future we want**. 2014. Disponível em: <http://unpan3.un.org/egovkb/Portals/egovkb/Documents/un/2014-Survey/E-Gov_Complete_Survey-2014.pdf>. Acesso em: 25 abr 2015, p. 63.

consulta para os seis sectores: educação, saúde, finanças, assistência social, informações de trabalho e meio ambiente; 5) Disponibilidade de ferramentas, a fim de obter opinião pública crua (não-deliberativa) para a deliberação de políticas públicas, tais como fóruns on-line, ferramentas de mídia, enquetes, ferramentas de votação; 6) Presença de ferramentas de e-decisão para os seis sectores: educação, saúde, finanças, assistência social, informações de trabalho e meio ambiente.¹¹⁷

Além das produções estrangeiras anteriormente citadas, há no Brasil uma escala elaborada por Wilson Gomes¹¹⁸ que esclarece que há alguns graus de participação popular proporcionados pela infraestrutura da internet, que parecem satisfazer diferentes compreensões da democracia. Cabe salientar que, dentre as classificações observadas, adotou-se esta formulada por Wilson Gomes como parâmetro para as análises empíricas das páginas na internet de casas legislativas. Essa escolha deu-se por ser uma categorização de grande relevância desenvolvida no Brasil, sendo que neste trabalho esta análise será aplicada apenas em plataformas nacionais. No entanto as classificações anteriormente citadas também servirão de subsídio para a formulação dos indicadores de análise.

O autor, portanto, propõe a divisão da participação em cinco graus, indo de uma participação praticamente inexistente até uma situação análoga à democracia direta, onde os cidadãos interferem na coisa pública sem intermediários.

O primeiro grau descrito pelo autor corresponde ao nível mais baixo de participação, representado pelo mero acesso do cidadão a serviços públicos através da página do órgão estatal na internet, bem como a prestação de informações, servindo, inclusive, como plataformas de autopromoção do governo, por vezes destinando ao cidadão um tratamento de cliente ou usuário. O pressuposto neste grau está alicerçado no fluxo de interação predominantemente de mão única: o governo disponibiliza informações ou torna a prestação de serviços mais eficiente, através do emprego destas tecnologias de comunicação. Falar em

¹¹⁷ Os indicadores são a tradução livre do original em inglês: “Existence of archived information (policies, budgets, legal documents etc.) related to education, health, finance, social welfare, labour information and environment; Existence of datasets on education, health, finance such as government spending, social welfare, labour information and environment; Access to government websites in more than one official national language; Availability of social networking features; Presence of e-consultation mechanisms for the six sectors: education, health, finance, social welfare, labour information and environment; Availability of tools in order to obtains raw (non-deliberative) public opinion for public policy deliberation such as online forums, media tools, polls, voting tools; Presence of e-decision-making tools for the six sectors: education, health, finance, social welfare, labour information and environment.”

¹¹⁸ GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. In: Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Vol. VII, n. 3 – setembro/dezembro, 2005. Disponível em: <www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394/3537>. Acesso em: 16 abr 2015, p. 218-220.

primeiro grau de participação política significa que há uma ênfase na eficiência instrumental da relação política.

O segundo grau elaborado por Wilson Gomes é caracterizado por práticas de consulta pública a fim de averiguar a opinião do cidadão a respeito de temas relevantes e de políticas públicas, ou ainda, para formação da própria agenda pública. Já se observa algum nível de porosidade na esfera política, mas o fluxo comunicacional parte da esfera política e retorna a ela com o feedback do cidadão. Aqui, o emprego das TIC terá papel próximo ao de um “canal de comunicação”, embora a emissão continue predominantemente de mão única: o governo não cria um diálogo efetivo com a esfera civil, mas emite sinais para o público a fim de receber algum tipo de retorno. A abertura governamental à participação popular se limita a criar tais canais de sondagem de opinião sobre determinados assuntos públicos, não significando necessariamente que esta opinião colhida será plenamente acatada em todos os campos da produção da decisão política.¹¹⁹

Já o terceiro grau de democracia digital importa em um Estado com volume e intensidade de prestação de informação e prestação de contas, correspondendo a um alto nível de transparência, “cuja esfera política se orienta por um princípio de publicidade política esclarecida”. Nesse caso o Estado presta serviços, informações e contas à cidadania, mas não conta com ela para a produção da decisão política. Sivaldo ressalta a diferença deste grau para os demais:

A publicidade de informações aqui é significativamente diferente da publicidade de informações do primeiro grau: no grau mais elementar (o primeiro), a informação é claramente menos preocupada em demonstrar transparência dos atos de concernência pública e menos preocupada com a formação e as repercussões da opinião pública. A publicidade, neste terceiro grau, é voltada para fortalecer a cidadania, concentrando energias na configuração de uma esfera governamental disposta a “evitar” a prática do segredo. A permeabilidade política deste grau em relação à esfera civil também difere da porosidade do grau anterior. No caso do segundo grau, a porosidade política está restrita à recepção da opinião do público e a predisposição em considerá-la no processo de tomada de decisão política. No caso deste terceiro grau, esta permeabilidade ocorrerá mediante o controle público das ações governamentais propiciado pela transparência de suas ações. Apesar desta porosidade ser mais efetiva do ponto de vista da participação da esfera civil, é importante ressaltar que, neste terceiro grau, a produção da decisão ainda permanece, em última instância, restrita à esfera política.¹²⁰

¹¹⁹ SILVA, Silvaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. In: **Opinião Pública**, Campinas, Vol XI, Out 2005, p. 450-468. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26422.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015, p. 455.

¹²⁰ SILVA, Silvaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. In: **Opinião Pública**, Campinas, Vol XI, Out 2005, p. 450-468. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26422.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015, p. 455.

O quarto grau de participação civil na decisão política corresponde a determinados modelos de democracia deliberativa. Consiste na criação de processos e mecanismos de discussão, visando o convencimento mútuo para se chegar a uma decisão política tomada pelo próprio público, definindo práticas mais sofisticadas de participação democrática. Silvaldo ressalta que a esfera política permanece como um importante agente no processo de tomada da decisão, permanecendo seu papel representativo. Porém, alia-se à esfera civil, que, neste grau, não tem apenas papel de consulta, mas é coprodutora da decisão política.¹²¹

Por fim, o quinto grau identifica-se com modelos de democracia direta, na qual não há esfera política profissional e os cidadãos é que controlam a decisão política. Gomes refere que se trata do modelo de *democracy plug'n play*, do voto eletrônico, preferencialmente online, da conversão do cidadão não apenas em controlador da esfera política, mas em produtor de decisão política sobre os negócios públicos. Nesse modelo a esfera política estaria reduzida às funções de administração pública.

Os graus organizam-se de forma hierárquica, sendo, em teoria, um pressuposto do anterior, de modo que para que os elementos de uma hierarquia avançada sejam executados de forma satisfatória, os componentes de hierarquia anterior devem ter sido implementados. No entanto, em nível prático é possível iniciar a implementação de um grau superior sem a completa execução do anterior, pois a aplicação de cada nível é algo que deve se prolongar no tempo. São níveis distintos, porém integráveis e nunca excludentes.

Dentro de cada um desses graus de participação fez-se necessária a elaboração de indicadores que permitam verificar em qual dos níveis as plataformas digitais encontram-se majoritariamente. Não se pretende indicar um nível definitivo, mas espectro ou região da classificação em que determinada ferramenta adotada pelo Poder Legislativo do país encontra-se.

Para a elaboração dos indicadores de cada uma das categorias de participação cidadã na decisão política, entendeu-se por necessário consultar as outras classificações referidas anteriormente. Também, partiu-se de uma aplicação dos graus de participação democrática desenvolvida por Sivaldo Pereira da Silva¹²², a qual é indicada pelo próprio Wilson Gomes.¹²³

¹²¹ SILVA, Sivaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. In: **Opinião Pública**, Campinas, Vol XI, Out 2005, p. 450-468. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26422.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015, p. 456.

¹²² SILVA, Sivaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. In: **Opinião Pública**, Campinas, Vol XI, nº 2, Out 2005, p. 450-468. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200007>. Acesso em: 25 maio 2015.

¹²³ No artigo “A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política”, em que Wilson Gomes formula os gradientes de participação democrática, ele refere que aquelas categorias se aplicam à maior

No primeiro grau foram consideradas: (i) Presença de informações institucionais genéricas (contato telefônico, endereço físico, endereço eletrônico, função da plataforma); (ii) Informações e notícias sobre a atividade legislativa assuntos em debate no portal; (iii) Possibilidade de inserção de dados pelo usuário e consequente obtenção de informação do tipo consulta automatizada instantânea; (iv) Arquivo de informações sobre temas tratados anteriormente no portal; (v) Possibilidade de subscrição em boletins eletrônicos ou acompanhamento de determinados temas legislativos; (vi) Presença de dispositivo audiovisual para acompanhamento em tempo real de atividades legislativas.

TABELA 1 – Elementos do primeiro grau de participação democrática.

Primeiro Grau	e-Democracia	e-Cidadania
i) Presença de informações institucionais genéricas (contato telefônico, endereço físico, endereço eletrônico, função da plataforma)	Parcial	Sim
ii) Informações e notícias sobre a atividade legislativa e assuntos em debate no portal	Sim	Sim
iii) Possibilidade de inserção de dados pelo usuário e consequente obtenção de informação do tipo consulta automatizada instantânea	Não	Não
iv) Arquivo de informações sobre temas tratados anteriormente no portal	Sim	Sim
v) Possibilidade de subscrição em boletins eletrônicos ou acompanhamento de determinados temas legislativos	Sim	Sim
vi) Presença de dispositivo audiovisual para acompanhamento em tempo real de atividades legislativas	Sim	Sim

Fonte: autoria própria.

parte das democracias liberais conhecidas. Portanto, indica que para um tratamento mais específico da realidade brasileira utilize-se a elaboração de Sivaldo Pereira da Silva no artigo “Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras”, em que sua formulação é aplicada na análise de portais governamentais brasileiros.

Importante salientar que ambas as plataformas são parte integrante de um complexo de páginas online do Poder Legislativo brasileiro. Assim, a ausência de algum elemento nas plataformas especificamente não indica que a página principal do site da casa legislativa também possua determinada falha ou ausência de mecanismo.

Quanto ao primeiro grau, observa-se que a grande maioria dos indicadores formulados estava contemplada nas plataformas, com exceção da possibilidade de consulta automatizada a partir de termos inseridos pelo usuário. Esse mecanismo, ainda que existente no site principal de ambas as casa legislativas, inexistente nas plataformas dedicadas à participação.

Ademais, a ausência de referência a endereço físico, como é o caso do e-Democracia, não necessariamente prejudica a experiência do usuário ou indica uma menor porosidade da plataforma, mas parece ser decorrente da característica da plataforma de privilegiar o contato virtual com os usuários, mesmo que para sanar dúvidas ou receber críticas.

Mas de forma geral o primeiro grau de participação política encontra-se configurado, visto que a plataforma disponibiliza informações e serve como uma vitrine das atividades desenvolvidas, sendo marcante o fluxo unidirecional de informações do governo para o cidadão.

No segundo grau foram consideradas: (i) Existência de sondagem de opinião não publicada, buscando receber opinião sobre determinado tema de interesse geral, mas sem publicização das opiniões emitidas pelos cidadãos; (ii) Existência de local para recepção de críticas do cidadão não publicadas no portal (a exemplo de ouvidoria) (iii) Existência de campanha online que estimule a emissão da opinião do cidadão através do portal com link direto para formulário ou ferramenta que colha esta opinião; (iv) Sistema de votação eletrônica voltado para sondagem de opinião : no formato consulta/enquete sem efeito deliberativo; v) Presença de link ou referência a redes sociais ligadas à plataforma.

TABELA 2 – Elementos do segundo grau de participação democrática.

Segundo Grau	e-Democracia	e-Cidadania
i) Existência de sondagem de opinião não publicada, buscando receber opinião sobre determinado tema de interesse geral, mas sem publicização das opiniões emitidas pelos cidadãos;	Não	Não
ii) Existência de local para recepção de críticas do	Sim	Sim

cidadão não publicadas no portal (a exemplo de ouvidoria)		
iii) Existência de campanha <i>online</i> que estimule a emissão da opinião do cidadão através do portal com link direto para formulário ou ferramenta que colha esta opinião;	Sim	Não
iv) Sistema de votação eletrônica voltado para sondagem de opinião: no formato consulta/enquete sem efeito deliberativo.	Sim	Não (ocorre em outra plataforma)
v) Presença de link ou referência a redes sociais ligadas à plataforma	Sim	Não

Fonte: autoria própria.

No segundo grau já se observa uma grande diminuição dos indicadores contemplados nos portais, sobretudo no portal e-Cidadania. Interessante perceber, no entanto, que ainda que não haja em qualquer dos portais estímulo ao recebimento de opiniões dos cidadãos sem publicação das mesmas, isso ocorre em vista do próprio objetivo das plataformas, que são espaços que conferem visibilidade à participação.

Nos demais quesitos observa-se que o portal e-Democracia parece fazer um esforço maior em ser atraente ao cidadão, seja pela existência de campanha com link direto para a página de participação; seja pela apresentação de enquetes, maneira rápida e simplificada de angariar informação, ou pelos símbolos de redes sociais na página do portal. Esses elementos dão ao portal uma aparência de preocupar-se mais com a experiência do cidadão, distanciando-se do que usualmente se observa em páginas governamentais.

O portal e-Cidadania não evidencia o uso desses recursos que tendem a chamar atenção do usuário.¹²⁴ Importante mencionar, no entanto, que existe outra plataforma do Senado dedicada à realização de enquetes e pesquisas de opinião para reunir dados da percepção pública acerca de determinadas matérias, a plataforma Datasenado. Desse modo, ainda que a plataforma não apresente o recurso, ele é presente dentro do site da casa legislativa.

¹²⁴ Em fevereiro de 2016, ao retornar ao portal e-Cidadania, foi possível observar que já havia referência às redes sociais na plataforma, assim como passou a constar publicidade de determinadas matérias em discussão no site com link direto para a área de inserção de opiniões. Assim, o aspecto do portal que não eram atentos à experiência do usuário já tem mudado e a plataforma apresenta características mais adequadas à participação e compatíveis com o segundo grau de participação política.

No terceiro grau foram consideradas: (i) Existência de espaços para recepção de críticas e sugestões do cidadão publicadas no portal; (ii) Fórum online temáticos do tipo discursivo, aberto ao público mais amplo, acerca de temas específicos de interesse público, com opiniões dos cidadãos publicadas no portal; (iii) Existência de pré-legislação (projetos de leis ou similares) disponíveis para consulta online e inserção de opinião publicada do cidadão; (iv) Existência de ferramenta para inserção de proposições a serem discutidas no Poder Legislativo; (v) Presença de dispositivo audiovisual que possibilite acompanhar em tempo real a atividade legislativa e inserir comentários publicados

TABELA 3 – Elementos do terceiro grau de participação democrática.

Terceiro Grau	e-Democracia	e-Cidadania
i) Existência de espaços para recepção de críticas e sugestões do cidadão publicadas no portal;	Sim	Não
ii) Fórum online temáticos do tipo discursivo, aberto ao público mais amplo, acerca de temas específicos de interesse público, com opiniões dos cidadãos publicadas no portal;	Sim	Não
iii) Existência de pré-legislação (projetos de leis ou similares) disponíveis para consulta online e inserção de opinião publicada do cidadão;	Sim	Sim
iv) Existência de ferramenta para inserção de proposições a serem discutidas no Poder Legislativo	Não	Sim
v) Presença de dispositivo audiovisual que possibilite acompanhar em tempo real a atividade legislativa e inserir comentários publicados	Sim	Sim

Fonte: autoria própria.

Quanto ao terceiro grau, os portais apresentam um número significativo das características que o configuram. Sobretudo porque este grau indica permeabilidade da esfera política, que se abre para a participação civil, no entanto ainda guarda todo o processo decisório para a esfera política. E as plataformas aqui estudadas se apresentam justamente

com essa finalidade de abertura para a participação como auxiliar da tomada de decisões pelos representantes.

Ademais, observa-se que cada plataforma faz uso de mecanismos diversos para angariar tal participação. O portal e-Democracia apresenta um viés mais voltado à deliberação com a presença de fóruns, que são positivos por possibilitarem a interação discursiva, no entanto necessitam do filtro da equipe do portal para concatenar os pontos de vista externados. O portal e-Cidadania, por outro lado, possibilita a porosidade da esfera política oferecendo espaço de proposição de ideias a serem legisladas, no entanto não abre caminho para a dialogicidade entre os cidadãos e a construção de algo a partir disso. As abordagens são diferentes e possuem pontos positivos e negativos, mas de qualquer forma buscam abrir espaço de fala para o cidadão dentro de um contexto legislativo antes mais hermético.

No quarto grau foi considerado: (i) espaços de deliberação que vincule a decisão política (a exemplo do orçamento participativo).

TABELA 4 – Elementos do quarto grau de participação democrática.

Quarto Grau	e-Democracia	e-Cidadania
i) espaços de deliberação que vincule a decisão política	Não	Não

Fonte: autoria própria.

Por fim, no quinto grau consideraram-se iniciativas de democracia direta, onde a decisão política advém inteiramente da esfera civil e não há esfera política profissional, o que por óbvio não foi observado.

Diante dos indicadores fixados, observa-se que no quarto e quinto graus nenhuma das plataformas apresentou correspondência com os indicadores fixados.

2.2 PORTAL E-DEMOCRACIA: UM ESTUDO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E DA INCORPORAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES DA ESFERA CIVIL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O funcionamento do Portal e-Democracia tem como proposta gerar participação cidadã que possa contribuir na discussão política, auxiliar nas discussões legislativas e

possibilitar um espaço de aproximação entre o cidadão e seus representantes. O funcionamento da plataforma teve início em 2009 e de lá até o momento é necessário que se observe que espécie de crescimento ou detração houve na adesão de cidadãos à plataforma, assim como quais das ferramentas do portal são utilizadas de forma mais expressiva, entre outras informações.

Isto porque a plataforma tem objetivos bastante interessantes e até fundamentais diante dos déficits democráticos do modelo de governo atual, sendo essencial confrontar o desempenho e os resultados advindos da plataforma com seu escopo. Isto permite avaliar se o trabalho até agora desenvolvido caminha para alcançar seus objetivos ou se as práticas até então adotadas estão aquém do que se espera.

Para tanto se faz essencial uma pesquisa quantitativa que ilustre como o uso do portal tem ocorrido na realidade. Os dados numéricos não apenas ilustram o volume de participação, assim como evidenciam as preferências dos usuários, assuntos em que buscaram contribuir e quais ferramentas do portal se mostram mais bem sucedidas.

Além disso, foi a partir da observação quantitativa que se elegeu quais seriam os objetos da pesquisa qualitativa feita em um segundo momento. Assim, as ferramentas com destaque no número de usuários e os assuntos ou projeto de lei que angariaram o maior volume de contribuições foram analisados mais detidamente. Buscou-se na produção legislativa produzida após as contribuições quais foram os reflexos que as sugestões populares desempenharam no deslinde da matéria, se é que o fizeram.

Importante salientar que a partir de setembro de 2015 a plataforma passou a dar uma roupagem diferente à ferramenta wikilegis. Após esse período o wikilegis passou a ser uma sessão na plataforma e-Democracia que não precisa ser acessada em uma comunidade legislativa, mas também pode ser acessada de forma autônoma e na qual foram disponibilizados projetos de lei em trâmite.

Esses projetos ficam disponíveis para inserção de propostas dos cidadãos, artigo por artigo, e não possuem todas as demais ferramentas usuais de comunidades legislativas, a exemplo de fóruns de discussão. Porém, os números apresentados ainda são irrisórios e considerando que os novos usos da ferramenta iniciaram apenas um mês antes das observações feitas neste trabalho, não se verificou que os resultados eventualmente apresentados seriam relevantes ou representativos do uso da ferramenta no tempo, escopo do trabalho.

Ademais, a aba eventos interativos não foi analisada, pois não foi publicado qualquer relatório de resultados sobre ela e a observação direta fez-se impraticável por serem 720

eventos à época, os quais deveriam ser acessados um a um e a contagem dos participantes em cada um deles deveria ocorrer nominalmente.

2.2.1 Dados acerca da participação e ferramentas no portal e-Democracia

Esta parte do trabalho se propõe a angariar informações acerca do funcionamento do portal e-Democracia. Para a produção da análise foi feito uso de estatísticas e relatórios produzidos e disponibilizados pelos próprios portais, assim como por dados colhidos e sistematizados através de observação direta e não participante no portal. Parte dos dados recolhidos e produzidos consta no Anexo A e Apêndice A.

Dentre as informações publicadas acerca do funcionamento da plataforma estão os registros do contador de acessos do portal, demonstrando o volume de acesso e participação no e-Democracia desde seu início até o mês de fevereiro de 2015¹²⁵. Dentre os dados evidenciados estão expostos na Tabela 5, a seguir:

TABELA 5 – Dados gerais acerca da participação no portal e-Democracia

Fórum	Postagens: 20.270 Tópicos criados: 3.929 Visualizações: 33.697.146
Wikilegis	Comentários: 1054 Sugestões: 1049
Salas de bate-papo	Mensagens: 17.874

Fonte: autoria própria a partir de dados do contador de acessos do e-Democracia.

Esse é um primeiro panorama que se apresenta. Importa salientar que esses números são resultados decorrentes do acúmulo de mais de 5 anos de funcionamento do portal. Nos fóruns percebe-se que foram feitas 20. 270 postagens por usuários, sendo que ao longo do mesmo tempo 33.697.146 visualizações destes tópicos ocorreram, número vultosamente

125 E-DEMOCRACIA. **Dados sobre a participação no portal**. 23 mar 2015. Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/documentos?p_p_id=110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_struts_action=%2Fdocument_library_display%2Fview_file_entry&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect=http%3A%2F%2Fedemocracia.camara.gov.br%2Fdocumentos%2F-%2Fdocument_library_display%2FHNVH5wq0YGgp%2Fview%2F2019039%3F_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect%3Dhttp%253A%252F%252Fedemocracia.camara.gov.br%252Fdocumentos%253Fp_p_id%253D110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp%2526p_p_lifecycle%253D0%2526p_p_state%253Dnormal%2526p_p_mode%253Dview%2526p_p_col_id%253Dcolumn-2%2526p_p_col_pos%253D1%2526p_p_col_count%253D2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_fileEntryId=2019079#.VuOa6PkrLIU>. Acesso em: 03 fev 2016.

maior. Assim, é evidente o volume de acessos que o portal recebe de usuários que não necessariamente buscam inserir comentários ou contrapor argumentos, mas apenas visualizam as páginas já existentes.

Nas salas de bate-papo o número de mensagens trocadas (17.874) se assemelha ao de fóruns, no entanto as salas de bate-papo usualmente eram abertas por algumas horas durante transmissão de alguma audiência pública ou evento. Assim, a participação ali registrada nesse tempo tinha efeito imediato, a exemplo de alguma pergunta que o usuário gostaria que fosse respondida durante a audiência. Após encerrado o evento, é usual que as salas sejam fechadas e os registros da conversa permaneçam disponíveis através de um arquivo na página.

Assim, o fato de que o número de comentário nos fóruns e de mensagens nas salas de bate-papo são semelhantes já indica que o uso da ferramenta fórum não é intenso, visto que se assemelha quantitativamente ao de uma ferramenta que só está aberta durante algumas horas em datas determinadas.

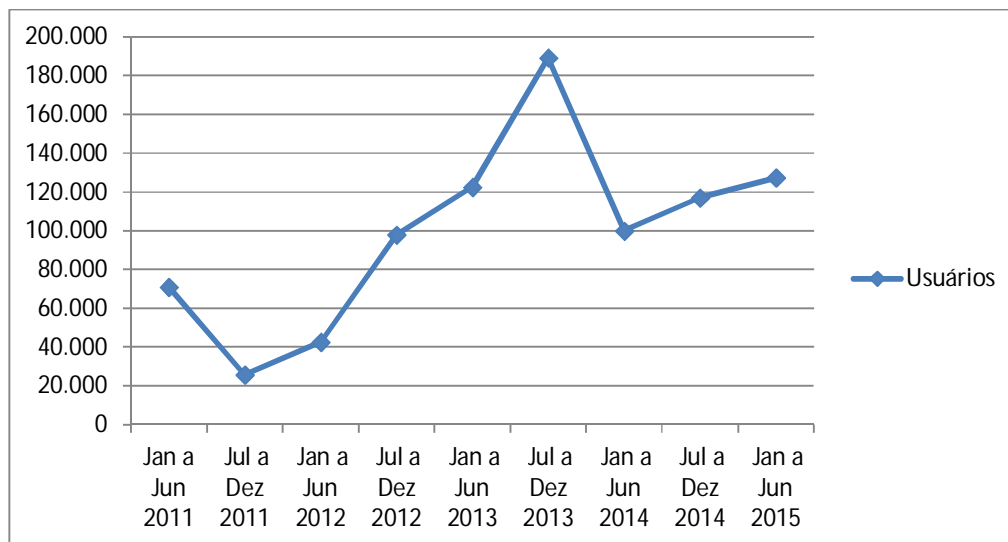
Já na wikilegis, a ferramenta que permite sugerir alterações ou tecer comentários em cada artigo de um projeto de lei, observa-se um uso menos expressivo do que as ferramentas anteriormente citadas. No total, foram feitas pouco mais de 2.000 contribuições no wikilegis, entre sugestões de alteração e comentários.

Dentre as informações acerca do uso do portal, a equipe do e-Democracia disponibilizou relatórios semestrais gerados pelo Google Analytics a partir do funcionamento do portal, estando o conteúdo de tais relatórios reproduzido no Anexo A. As informações fornecidas foram estudadas e sistematizadas e, para uma melhor visualização neste trabalho, formularam-se os gráficos analisados na sequência a partir de tais dados.

Cabe ressaltar que só foram publicados relatórios a partir do primeiro semestre de 2011 e que esta parte da observação ocorreu nos últimos meses de 2015, com acesso ao relatório do primeiro semestre deste ano apenas.¹²⁶ Por esta razão, os números a seguir demonstrados referem-se ao período de janeiro de 2011 até junho de 2015. A primeira tabela ilustra o volume de usuários que fizeram uso do portal durante o aludido período (Gráfico 1).

Gráfico 1- Evolução do número de usuários do Portal e-Democracia entre Jan 2011 até Jun 2015.

¹²⁶ Nos primeiros meses de 2016, próximo à conclusão do trabalho, buscou-se os dados referentes ao segundo semestre de 2015, a fim de complementar o estudo, e verificou-se que não haviam sido disponibilizados.



Fonte: autoria própria.

No Gráfico 1 observou-se um crescimento médio nos acessos ao portal ao longo do tempo, o que evidentemente pode ser atribuído ao fato de que quanto maior o tempo de existência do portal, maior também é o número de indivíduos que tem conhecimento dele. Igualmente, dentro desse crescimento médio, há um pico atingido no segundo semestre de 2013. Pode-se aventar que o aumento nas participações possa ter relações com os protestos ocorridos no país em junho de 2013 em um esforço popular de buscar retomar parte do poder de condução da coisa pública.

Corroborando com o acima referido, a informação veiculada pelo portal da Câmara dos Deputados demonstra um número elevado de acessos em uma única semana de julho de 2013, chegando a comunidade legislativa denominada “Reforma Política” a apresentar um total de mais de 16 mil acessos em apenas 7 dias, número próximo ao total de usuários que acessaram a plataforma no período de 180 dias referente ao segundo semestre de 2011.¹²⁷

Observa-se uma grande diferença entre o semestre em que houve o menor e maior número de usuários. No menor deles houve pouco mais de 20.000 acessos enquanto no período de maior uso do Portal chegaram a trafegar quase 200.000 usuários no e-Democracia, um número 10 vezes maior que o anterior. Ademais, a queda de usuários após o ápice de 2013 pode indicar o caráter efêmero do interesse político gerado pelas manifestações e que não

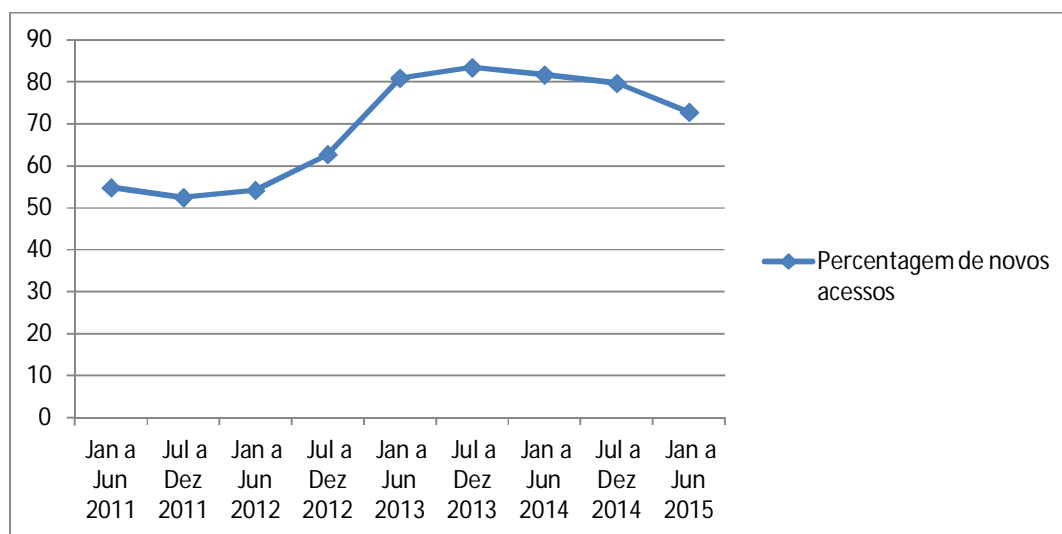
¹²⁷AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Portal e-Democracia recebe mais de mil participações sobre reforma política.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/448388.html?timestamp=1375309915796>> . Acesso em: 12 fev. 2016.

houve continuidade de interesse por parte dos usuários que fizeram uso da ferramenta no período de inquietação popular.

A análise dos últimos 3 semestres revela o cenário de maior estabilidade apresentado no gráfico, o que pode nos indicar o uso regularmente conferido ao portal atualmente. O número de usuários semestral se manteve entre 100 mil e 140 mil, o que indica que o Portal tem atraído uma média entre 16 mil e 24 mil pessoas mensalmente durante o último ano e meio.

Por sua vez, o gráfico seguinte, que representa dados obtidos através dos relatórios do Google Analytics do e-Democracia, é o que registra a porcentagem de novos acessos em cada semestre. Conforme pode ser observado no Gráfico 2, o volume de novos usuários é bastante significativo, sobretudo a partir de 2013, quando se manteve sempre acima de 70% em todos os semestres. É marcante o número de usuários que toma conhecimento da ferramenta e navega nela pela primeira vez.

Gráfico 2- Porcentagem de novos acessos



Fonte: autoria própria.

Ademais, se confrontados os dados do Gráfico 1 com o Gráfico 2, é possível atribuir o aumento médio de usuários da plataforma a partir de 2013 a esse número elevado de novos acessos. No entanto, também com base nesses dados, fica claro que no período de maior número médio de acessos, mais de 80% dos usuários que estavam visitando a plataforma o

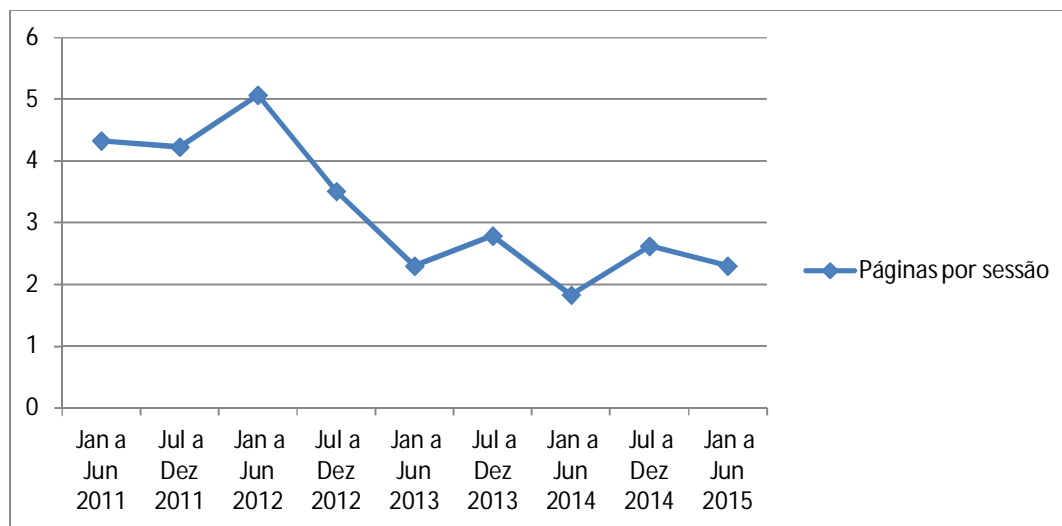
faziam pela primeira vez, o que significa que menos de 20% do público estava retornado à plataforma.

Aliás, após 2013 a percentagem de usuários que retornaram à plataforma nunca ultrapassou 30% do total de usuários semestrais. Esse é um indicativo relevante, afinal faz questionar o motivo do baixo número de usuários que retornam à plataforma. Faz-nos levantar algumas possibilidades que possam ter gerado tal situação: os usuários não acharam a iniciativa interessante e não quiseram participar? E dentre os que inseriram participação, não se sentiram ouvidos e perderam o estímulo de contribuir? Ou o usuário apenas tem interesse em determinado assunto e após acompanhar determinada discussão específica não pretende mais contribuir em outras proposições?

O Gráfico 3 representa a média do número de páginas do Portal e-Democracia abertas durante cada sessão iniciada pelos usuários. Esse dado é relevante, pois se a média de páginas abertas é baixa, indica que o usuário apenas tinha interesse em um determinado assunto debatido ou abriu o portal e acessou apenas um dos links que estavam disponíveis em sua página inicial.

Assim, sugere-se que poucas páginas acessadas em cada visita ao site decorrem de um afunilamento nos interesses do usuário, que acessa o Portal para contribuir em apenas um assunto e que possivelmente não abre todas as páginas de discussão que já ocorreram sobre o assunto específico em que estava interessado. Por outro lado, uma média de mais páginas acessadas em cada sessão demonstraria que o usuário teve interesse por mais de um assunto ou abriu mais discussões, em suma, um aprofundamento de uma discussão ou participação em mais de uma delas.

Gráfico 3- Páginas abertas por sessão no portal e-Democracia o longo do tempo.



Fonte: autoria própria.

A observação do Gráfico 3 nos indica que houve um sensível decréscimo no número médio de páginas abertas por cada sessão dos usuários ao Portal e-Democracia. A média que até meados de 2012 era superior a 4 páginas por sessão, chegando a alcançar 5 em determinado ponto, diminuiu e se manteve abaixo de 3 páginas em todos os semestres posteriores.

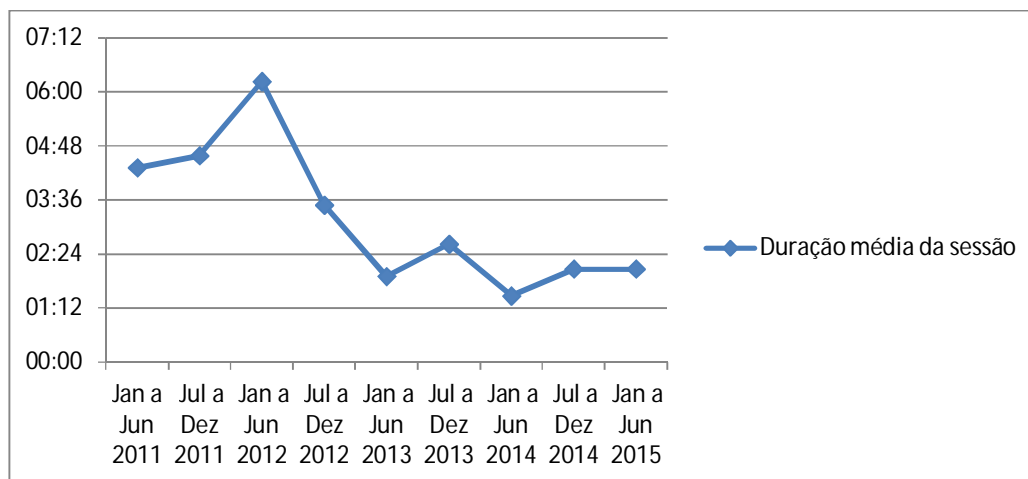
Ademais, os semestres em que o número médio de páginas abertas é mais alto são exatamente os mesmos em que o número de usuários do portal foi mais baixo. Não que os dois fatores tenham relação direta, mas é um fenômeno interessante de ser percebido, visto que quando o portal recebe seu maior número de visitantes também recebe o maior número de usuários com interesses superficiais na plataforma. Isso pode ocorrer visto que anteriormente o número diminuto de usuários era composto por indivíduos engajados nas discussões do portal e após, com o aumento de acessos, o público tornou-se mais diversificado. No entanto, esse dado evidencia o cuidado necessário ao observar apenas o número elevado de acessos, afinal, podem indicar uma diversidade de usuários não muito preocupados em aprofundar a discussão.

Portanto, ainda que com o passar do tempo cada vez mais pessoas conheçam a existência do portal e a possibilidade de participar de decisões legislativas, o que fica demonstrado é que o acesso ao e-Democracia é cada vez mais raso, com acesso a poucas

páginas, suficientes para observar a discussão sobre um determinado assunto ou inserir seu próprio comentário sem observar toda a discussão anterior.

Corroborando esse cenário, o Gráfico 4 apresenta a duração média de cada sessão aberta no portal. O tempo em que os cidadãos ficaram na plataforma é representado por uma curva bastante semelhante à representação de páginas abertas por sessão (vide Gráfico 3), o que é bastante compreensível, posto que quanto mais páginas o usuário acessar e quanto mais informações buscar, maior o período de conexão com o e-Democracia.

Gráfico 4- Duração média da sessão



Fonte: autoria própria.

Do Gráfico 4 se extrai que no período inicial do portal, até meados de 2012, o tempo médio de conexão era superior a 3 minutos e 36 segundos, superando a média de 6 minutos por visita no primeiro semestre de 2012. Evidentemente esse período registra uma média de tempo que comporta sessões em que mais páginas podem ser acessadas, sejam múltiplas páginas de debate acerca do mesmo assunto ou diferentes matérias postas para discussão no e-Democracia.

Por outro lado, a partir de 2013 a média se manteve próxima ou inferior a 2 minutos e 24 segundos, o que reforça o que já foi referido no sentido de que ao longo do tempo a participação dos usuários se alterou, tornando-se cada vez mais afunilada. Uma média de participações inferior a 2 minutos e meio não caracteriza uma participação geral aprofundada, mas interações curtas, pontuais, que indicam um usuário com interesse em determinada discussão e que possivelmente não busca se inteirar sobre a íntegra dos debates anteriores.

Após essa análise sobre os dados semestrais fornecidos pelo portal e-Democracia, buscou-se, ainda na análise numérica, observar como se dá o uso das ferramentas disponíveis no site. Conforme já descrito, o portal é estruturado de tal forma que dentro de cada comunidade legislativa podem ser ofertadas tantas ferramentas quantas se desejar, a fim de obter participação e *feedback* do cidadão. Portanto, há comunidades legislativas em que há grande fluxo de atividades, com fóruns e bate-papo para discussão de ideias, wikilegis para sugestão de alterações em textos de lei, enquetes, bibliotecas virtuais para fornecer subsídio ao debate, dentre outras opções. A figura abaixo exemplifica a multiplicidade de ferramentas que podem estar disponíveis em uma única comunidade legislativa.

Figura 5: Exemplo de comunidade legislativa e ferramentas de participação nela disponibilizadas no portal e-Democracia

The screenshot displays the e-Democracia portal for the Câmara dos Deputados. At the top, there's a header with the logo and navigation links. The main content area is titled 'Estatuto da Juventude' and includes a description of the community's purpose. A navigation menu is visible, with 'Participe' expanded to show options like 'Fórum', 'Bate-Papo', and 'Wikilegis'. A central section shows a debate progress bar with 'Fase Encerrada' and 'Fase Atual' indicators. Below this, there are icons for 'Wikilegis', 'Fóruns', 'Bate-papo', and 'Biblioteca Virtual'. A sidebar on the right includes social media sharing options and a 'Vídeo' section.

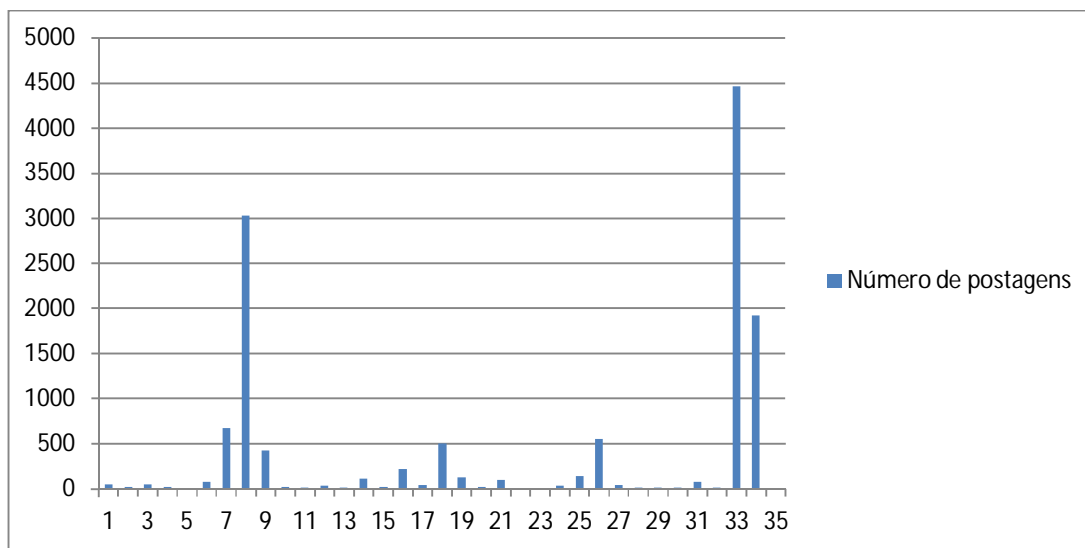
Fonte: Portal e-Democracia.

Para produzir esta parte do trabalho foram observadas apenas as comunidades legislativas encerradas (nas quais, em tese, não seriam aceitas novas contribuições). A análise se deu sobre um universo de 39 Comunidades Legislativas encerradas, conforme dados do Apêndice A. Em cada uma dessas comunidades observou-se a existência e resultados

numéricos de: fórum, wikilegis, bate-papo¹²⁸ e enquete. Os resultados da tabela de observação foram sistematizados nos gráficos a seguir.

A análise das comunidades legislativas foi iniciada verificando-se a existência e relevância numérica dos fóruns. A Tabela 5 representa o número de comentários inseridos nos tópicos de debate de cada uma dessas comunidades, sendo que o eixo horizontal da tabela só tem representação de 36 comunidades legislativas, pois em três delas não foi disponibilizada a ferramenta fórum.

Gráfico 5- Total de postagens em Fóruns por Comunidade Legislativa.



Fonte: autoria própria.

O dado mais marcante é que dentre as 36 comunidades com presença de fóruns, apenas em três delas foram inseridos mais de mil comentários, quais sejam: a comunidade legislativa sobre Reforma Política; a 1ª CONSOCIAL Virtual (evento virtual em que o usuário poderia sugerir propostas que poderia se tornar políticas públicas, projetos de lei ou passar a compor agendas de governo) e a 1ª Conferência Virtual de Proteção e Defesa Civil

¹²⁸ Necessário ressaltar que, não obstante se tenha observado a existência ou ausência de salas de bate-papo, também se objetivava analisar o número de usuário que nelas interagiram, especialmente durante audiências públicas online. No entanto, logo se percebeu uma discrepância significativa entre o número de participantes que a plataforma informava terem entrado no chat e a quantidade de nomes diferentes interagindo. Assim, por não haver segurança em utilizar os dados fornecidos pelo site e pela impossibilidade de contabilizar as interações de cada nome diferente em todos os bate-papos, essa análise numérica não será realizada neste trabalho. Cabe referir, no entanto, por uma análise rápida que há uma significativa participação dos próprios parlamentares nas salas de bate-papo.

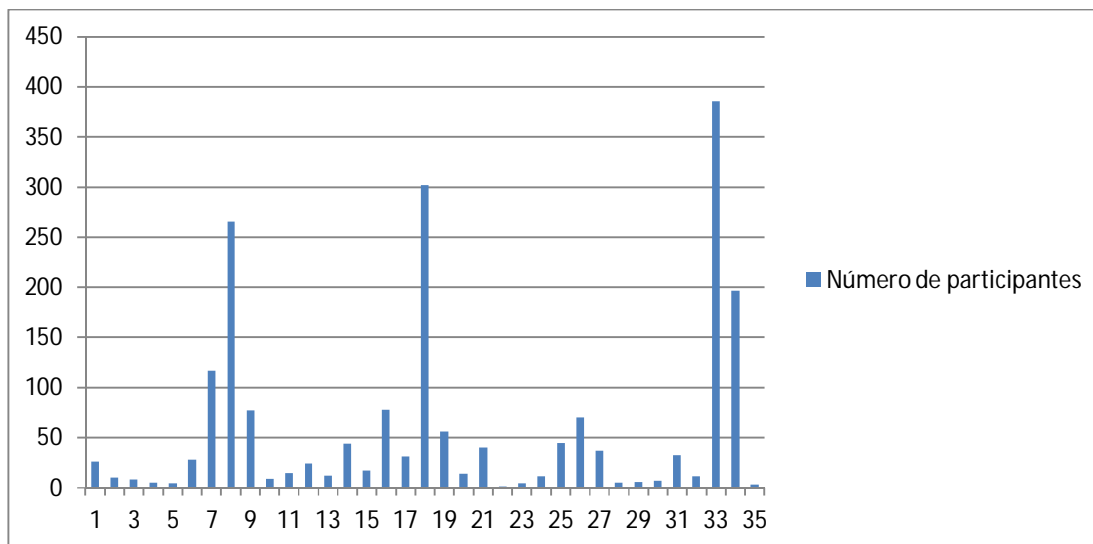
(espaço para discussão e construção de princípios e diretrizes sobre proteção e defesa civil). Outras três apresentaram mais de 500 comentários: a comunidade legislativa referente à Reformulação do Ensino Médio; a sobre a LDO 2013 e a da Conferência Virtual do Meio Ambiente.

Nenhuma das comunidades com mais de mil comentários se referia a um projeto de lei específico, especialmente porque o fórum se presta a uma discussão mais aberta, característica de um momento em que ainda não se compôs um corpo normativo. Ainda, das 6 comunidades que angariaram maior participação, três se referem a eventos online, com data marcada e divulgação, sendo que em ambos os casos as propostas priorizadas no ambiente virtual iriam para o evento presencial que ocorreria depois. Desse modo, a expressiva interação muito provavelmente se deve à divulgação dos eventos especificamente e não a cidadãos que entraram na plataforma espontaneamente.

Ainda que se trate de uma plataforma criada e voltada para contribuições do cidadão ao Poder Legislativo, esse resultado apresenta um panorama inesperado, em que a plataforma é utilizada para sugestão de políticas públicas e também como um recurso integrante de um evento presencial. O uso mais significativo, afinal é o que obteve mais participações, não é necessariamente o voltado para a sugestão de projetos de lei, como seria de se esperar de uma plataforma do Poder Legislativo.

A partir dos dados constantes no Apêndice A também foi possível formular a representação visual do número de participantes em cada comunidade legislativa. No Gráfico 6 fica evidenciada uma grande disparidade no interesse demonstrado pelos usuários do portal em determinados assuntos. Comunidades como o Simpósio da Amazônia e Combate ao Trabalho Escravo atraíram apenas 5 participantes cada, enquanto a dedicada à LDO 2013 teve 302 participantes.

Gráfico 6- Total de participantes em Fóruns por comunidade legislativa.



Fonte: autoria própria.

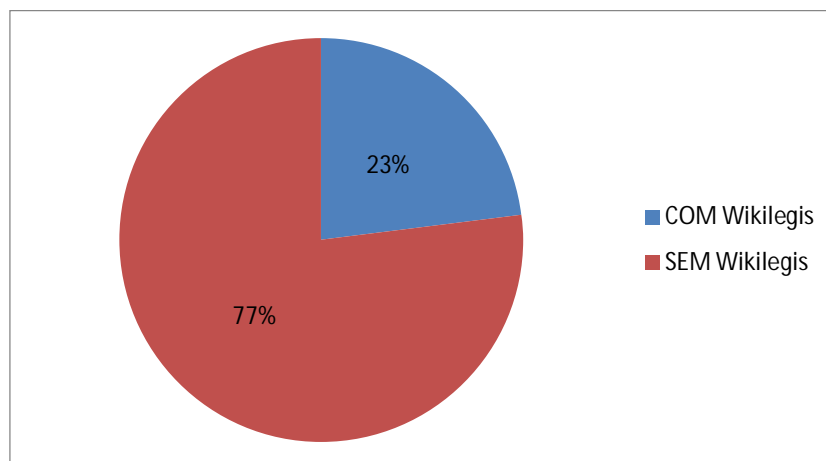
O número de participantes tende a ser maior, por óbvio, nos fóruns com mais comentários. No entanto há uma comunidade com fórum com número expressivo de participantes que não está entre as três com mais postagens, a comunidade que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013.

Como já referido, três das 39 Comunidades Legislativas não apresentaram a ferramenta fórum, que são: Regimento Interno; Estatuto da Pessoa com Deficiência¹²⁹ e Código de Processo Civil. Ademais, observou-se que estas 3 Comunidades foram as em que o wikilegis foi utilizado de forma mais expressiva. Salienta-se que as três são comunidades sobre projetos de lei já de certa forma esboçados e delimitados. Isso reforça o já mencionado no sentido de que o fórum, que é a ferramenta mais utilizada, se presta a um momento de discussão anterior a qualquer proposição legislativa.

Porém, ainda que o wikilegis se apresente como uma ferramenta melhor estruturada para que o cidadão contribua em projetos de lei, das 39 comunidades legislativas observada apenas 9 apresentaram a possibilidade de uso tal ferramenta, o que fica ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 7- Proporção de Comunidades Legislativas com e sem wikilegis.

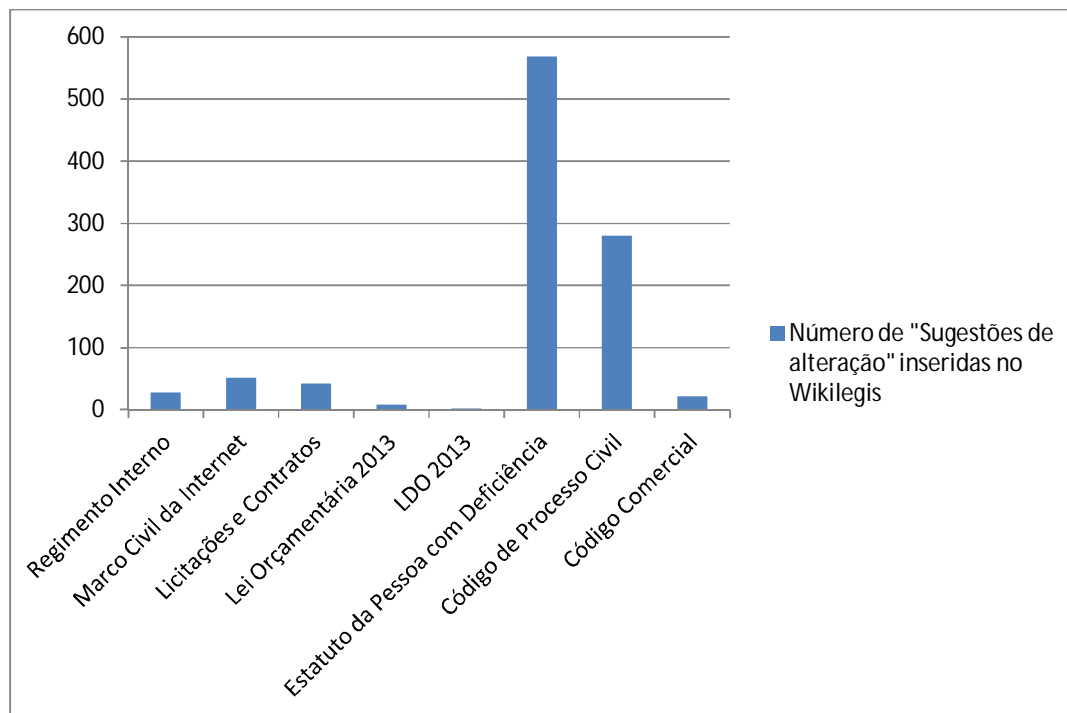
¹²⁹ A comunidade legislativa do Estatuto da pessoa com deficiência foi encerrada em 30/12/2013, sendo que fazia parte do trâmite do PL 7699/06 do deputado Paulo Paim. Importante notar que na Câmara o tramite do PL ocorre normalmente durante o período de consulta, não ficando obstados quaisquer requerimentos a seu respeito. O aludido PL tornou-se a Lei 13. 146 de 6 de julho de 2015, que “ Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).”



Fonte: autoria própria.

Fica evidente, portanto, que a proporção de Comunidades Legislativas que não apresentam wikilegis, e assim não abrem espaço de fala acerca de anteprojeto de lei já estruturado, é esmagadoramente maior do que as que o fazem. O Gráfico 8, por sua vez, apresenta o desempenho da ferramenta que possibilita aos usuários inserirem sugestões de alteração legislativa fazendo uso do wikilegis.

Gráfico 8- Uso da ferramenta “Sugestão de alteração” no Wikilegis

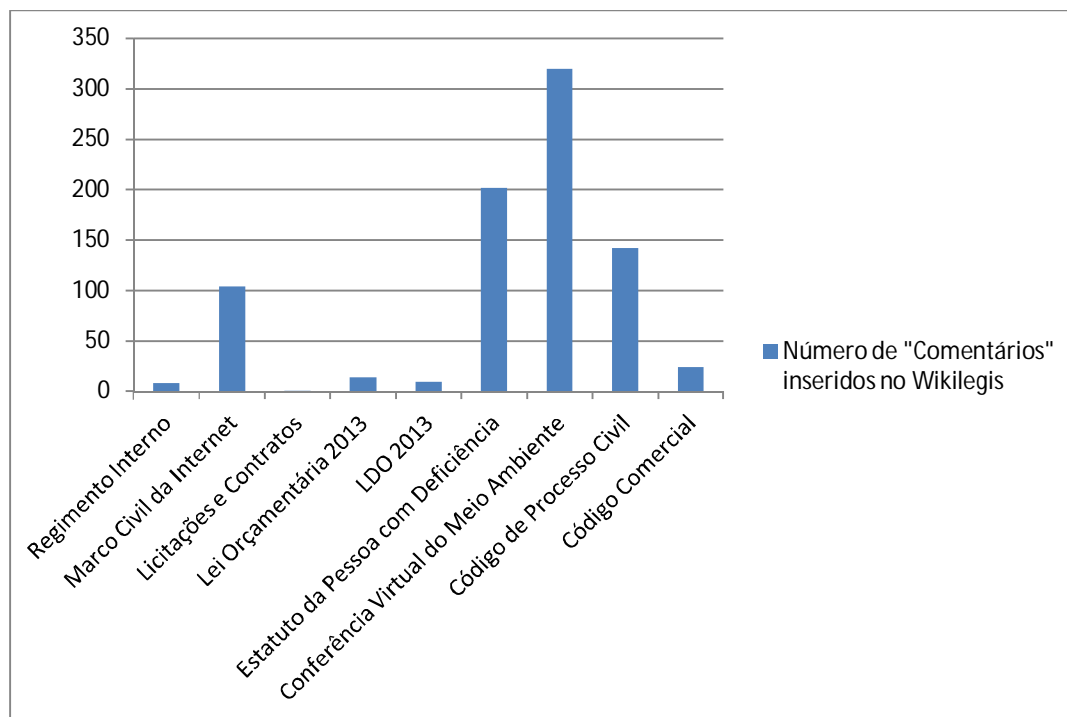


Fonte: autoria própria.

Para inserir uma sugestão legislativa o usuário deve buscar o artigo, parágrafo, inciso ou alínea que entende ser problemático e inserir uma alternativa à redação daquele dispositivo no projeto de lei. A ferramenta de comentários também é disponibilizada em cada dispositivo, da mesma forma que a de sugestões, mas tem caráter mais aberto e possibilita aos cidadãos elaborar uma argumentação favorável ou contrária ao dispositivo.

O Gráfico 9 expõe o desempenho da ferramenta de comentários. Observa-se que o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Processo Civil tiveram desempenhos de destaque em ambas as ferramentas, sendo que também receberam um número elevado de comentários o Marco Civil da Internet e a Conferencia Virtual do meio ambiente. Relevante salientar que esta última é a única das comunidades legislativas com wikilegis que não possui um projeto de lei. Nela foram disponibilizadas as propostas priorizadas em debate anterior na comunidade.

Gráfico 9- Uso da ferramenta "Comentários" no wikilegis



Fonte: autoria própria.

Após a observação de todos esses resultados quantitativos, que já permitem visualizar melhor o funcionamento, sucessos e insucessos da plataforma. Para continuar a compreender o desempenho do portal, e mais, a destinação dada pela plataforma pelas contribuições populares, passa-se agora a uma análise focada em um momento posterior, já no trâmite legislativo.

2.2.2 As referências ao portal e-Democracia durante o trâmite legislativo e o destino dado às contribuições dos cidadãos.

Após a avaliação quantitativa das comunidades legislativas, buscou-se dentre elas as que angariaram as participações numéricas mais volumosas, tanto pelo uso do wikilegis, quanto pelo uso dos fóruns. Do uso do wikilegis as comunidades que tiveram destaque foram: Estatuto da Pessoa com Deficiência, Código de Processo Civil, Marco Civil, pois somando comentário e sugestões essas três apresentaram um maior número de proposições, o que as torna mais significativas e aumenta a chance de suas contribuições serem apreciadas no

processo legislativo. Todas as demais comunidades, com os resultados do wikilegis somados, apresentam menos de 100 manifestações ao todo. Excepcionou-se da contagem a comunidade da Conferência Virtual do Meio Ambiente por tratar-se de evento sem vinculação direta com algum trâmite legislativo.

Do uso dos Fóruns, as comunidades que obtiveram destaque numérico, considerado aqui por mais de 500 postagens, foram: Reformulação do Ensino Médio; Reforma Política (2013); LDO 2013; 1ª CONSOCIAL VIRTUAL; 1ª Conferência Virtual de Proteção e Defesa Civil e Conferência Virtual do Meio Ambiente. No entanto, essas três últimas não serão analisadas neste subitem, pois fizeram uso da comunidade legislativa apenas para criar e priorizar propostas em diversos eixos temáticos que nos três casos seriam levadas para a fase nacional do evento, não resultando da comunidade qualquer esforço normativo.

Portanto, do portal e-Democracia observou-se qual foi o aproveitamento dado às contribuições populares a partir de seis comunidades legislativas: Estatuto da pessoa com deficiência; Código de Processo Civil; Marco Civil; Reformulação do Ensino Médio; Reforma Política (2013); LDO 2013.

Na comunidade legislativa do Marco Civil, a qual debatia o projeto de lei 2.126/2011, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, foi iniciada em meados de 2012. Posteriormente o projeto de lei foi transformado na Lei Ordinária 12. 965 de 23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet.

O relator Alessandro Molon, no Relatório¹³⁰ do projeto substitutivo apresentado em plenário, fez referência a sugestões recebidas online em outras plataformas a exemplo do twitter, reproduzindo o conteúdo de um tweet e identificando o cidadão autor nominalmente em seu relatório.

Também fez referencia à necessidade de submeter o projeto ao e-democracia, visto que se trata de um projeto atinente à internet. Refere que das 140 propostas de alteração feitas no wikilegis, diversas foram agregadas ao projeto substitutivo de novembro de 2012. Ademais, até mesmo o pré-relatório do projeto de lei foi disponibilizado no e-democracia durante três dias, entre 04 e 06 de julho de 2012 para sugestões.

¹³⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Substitutivo oferecido em plenário em substituição à Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei nº 2.126 de 2011, do poder executivo, que “estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil”**. 2014, p. 15. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1225789&filename=PPP+1+PL212611+%3D%3E+PL+2126/2011>. Acesso em: 05 fev 2016.

Também no Relatório há uma tabela comparativa¹³¹ entre o projeto original e o apresentado após consulta pública e em diversos dos dispositivos modificados consta a origem da sugestão acatada, fazendo menção nominal ao cidadão que inseriu a sugestão de tal mudança no portal e-Democracia.

No tratamento conferido às contribuições ao Marco Civil da Internet observa-se uma condução bastante diferente das anteriormente relatadas. O relator faz menção às contribuições e destacou quais foram acatadas, ainda reconhecendo especificamente de quem partiu a ideia incorporada ao projeto. Dessa forma há uma clareza na destinação da contribuição e a sensação de responsividade por parte do legislativo, pois para eleição de tais ideias foi necessário de fato ler e ponderar sobre as informações inseridas na plataforma.

Por sua vez, a comunidade legislativa concernente à Reformulação do Ensino Médio foi concomitante aos trabalhos da “Comissão especial destinada a promover estudos e proposições para reformulação do Ensino Médio” (CEENSI) da Câmara dos Deputados. A plataforma foi utilizada para discussão e harmonização de propostas e para acompanhar audiências públicas online juntamente com o bate-papo virtual entre os que assistiam a elas.

Os trabalhos na comunidade legislativa iniciaram em 18 de setembro de 2012 e foram encerrados apenas em 15 de maio de 2015, conforme dados do Relatório elaborado pela equipe do e-Democracia.¹³² No relatório final das atividades da comissão¹³³ consta:

Por fim, gostaríamos de ressaltar a participação popular nas discussões da CEENSI por meio dos debates virtuais promovidos no Portal e-Democracia. No período de 18 de setembro de 2012 a 21 de outubro de 2013, a Comunidade Virtual recebeu cerca de cinco mil visitas, com mais de 57 mil visualizações de página. Foram realizadas

¹³¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Substitutivo oferecido em plenário em substituição à Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei nº 2.126 de 2011, do poder executivo, que “estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil”**. 2014, p. 49. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1225789&filename=PPP+1+PL212611+%3D%3E+PL+2126/2011>. Acesso em: 05 fev 2016.

¹³² E-DEMOCRACIA. **Comunidade Reformulação do Ensino Médio**. 19 OUT 2015. Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/documentos?p_p_id=110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_struts_action=%2Fdocument_library_display%2Fview_file_entry&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect=http%3A%2F%2Fedemocracia.camara.gov.br%2Fdocumentos%2F-%2Fdocument_library_display%2FHNVH5wq0YGgp%2Fview%2F1586357%3F_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect%3Dhttp%253A%252F%252Fedemocracia.camara.gov.br%252Fdocumentos%253Fp_p_id%253D110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp%2526p_p_lifecycle%253D0%2526p_p_state%253Dnormal%2526p_p_mode%253Dview%2526p_p_col_id%253Dcolumn-2%2526p_p_col_pos%253D1%2526p_p_col_count%253D2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_fileEntryId=2257095#.VuOY_PkrLIU>. Acesso em: 06 fev 2016.

¹³³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão Especial Destinada a Promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI)**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1190083&filename=Tramitacao-REL+1/2013+CEENSI>. Acesso em: 06 fev 2016.

vinte Audiências Públicas Interativas por meio do bate-papo com vídeo, com um total de 266 participantes. Foram abertos dois fóruns, um de apresentação dos internautas e outro temático, com nove tópicos, onde foram realizadas 660 postagens.

Após essa referência, o relator passou a descrever os tópicos debatidos no fórum temático e as sugestões apontadas pelos participantes, descrevendo ao logo de seis páginas do relatório quais foram esses direcionamentos. Observa-se novamente um caso em que há ponderação sobre as ideias inseridas, não apenas a menção da ferramenta, mas a avaliação dos conteúdos nela inseridos pelos usuários.

A comunidade legislativa sobre a Reforma Política foi aberta para contribuir com os trabalhos do Grupo de Trabalhos destinado a elaborar propostas relativas à reforma política e consulta à população sobre o tema. A comunidade ficou aberta 24 de julho e 05 de novembro de 2013.

No Relatório fez-se referencia ao portal:

O debate foi lançado para a sociedade, por meio do portal e-democracia, onde houve intensa participação. Ao longo de treze semanas, mais de cento e cinquenta mil pessoas visitaram o sítio eletrônico, participando dos fóruns, trazendo sugestões e dando opinião sobre os tópicos sugeridos.¹³⁴

Ainda, informações publicadas no portal e-Democracia revelam que três assuntos debatidos no portal foram acatados na proposta de reforma constitucional levada ao legislativo: voto distrital, fim das reeleições e voto facultativo. Houve cerca de 1.099 mensagens que referiam acerca de voto distrital, sendo que tal previsão se encontrava no art. 45 da proposta. Fim das reeleições e voto facultativo, assuntos mencionados em 370 e 249 mensagens cada, respectivamente, foram tratados no artigo 14.¹³⁵ Portanto, também aqui observou-se a utilização das contribuições populares, diante da incorporação dessas previsões no projeto.

¹³⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório do Grupo de Trabalho destinado a estudar e elaborar propostas referentes à reforma política e à consulta popular sobre o tema.** Nov 2013. Disponível em: <<http://edemocracia.camara.gov.br/documents/1595700/1595761/Relat%C3%B3rio+Final+do+Grupo+de+Trabalho+da+Reforma+Pol%C3%ADtica/6180947e-3e8a-4efb-a37c-ac95521bd8cc>>. Acesso em: 06 fev 2016.

¹³⁵ E-DEMOCRACIA. **Infográfico Reforma Política: dados finais.** 19 nov 2013. Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/web/reforma-politica/artigos-e-publicacoes?p_p_id=20&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_20_struts_action=%2Fdocument_library%2Fview_file_entry&_20_redirect=http%3A%2F%2Fedemocracia.camara.gov.br%2Fweb%2Freforma-politica%2Fartigos-e-publicacoes%3Fp_p_id%3D20%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D1%26p_p_col_count%3D2&_20_fileEntryId=1739186#.VthBmPkrLIU>. Acesso em: 06 fev 2016.

Por sua vez, a comunidade legislativa da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 traz um exemplo oposto aos três anteriormente citadas. O PL nº 03/2012- CN, posteriormente transformado na Lei 12.708, de 17 de agosto de 2012, foi disponibilizado no portal entre junho e agosto de 2012. Por isso é especialmente preocupante que o Parecer da “Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização”¹³⁶ seja datado em 07 de julho de 2012. O Relatório Parcial de Debate Virtual sobre a LDO 2013, elaborado pela equipe do e-Democracia é datado de 10 de julho de 2012.¹³⁷

Há diversas manifestações inseridas no portal após essa data e a enquete disponibilizada foi encerrada em 18 de agosto de 2012, após a aprovação da lei. Assim, não é de todo surpreendente que no aludido Relatório não haja qualquer menção a contribuições populares ou advindas do portal e-Democracia.

Quanto ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, cabe referir que o PL 7699/06 ficou disponível para contribuições no portal entre 19/07/2013 até 30/12/2013, período de quase 6 meses. O período de consulta foi durante a tramitação do PL que deu origem à Lei Ordinária 13.146/2015, que “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”.

A única menção às contribuições ocorre no Parecer elaborado, quando a relatora afirma que “a proposta de Substitutivo do Grupo de Trabalho, que constitui a base do texto que ora apresentamos ao Plenário, foi amplamente discutida por diversos segmentos da sociedade civil. Além da disponibilização pelo e-democracia, muitas contribuições também nos foram apresentadas em eventos, por mensagens eletrônicas ou em visitas aos nossos

¹³⁶ CONGRESSO NACIONAL. **Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 3, de 2012-CN, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências”**. 03 jul 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/ldo/LDO2013/parecer_CMO/01_Relatorio.pdf>. Acesso em 05 fev 2016.

¹³⁷ E-DEMOCRACIA. **Relatório Parcial de Debate Virtual sobre a LDO 2013**. 10 jul 2012. Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/documentos?p_p_id=110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_struts_action=%2Fdocument_library_display%2Fview_file_entry&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect=http%3A%2F%2Fedemocracia.camara.gov.br%2Fdocumentos%2F-%2Fdocument_library_display%2FHNVH5wq0YGgp%2Fview%2F1586357%3F_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect%3Dhttp%253A%252F%252Fedemocracia.camara.gov.br%252Fdocumentos%253Fp_p_id%253D110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp%2526p_p_lifecycle%253D0%2526p_p_state%253Dnormal%2526p_p_mode%253Dview%2526p_p_col_id%253Dcolumn-2%2526p_p_col_pos%253D1%2526p_p_col_count%253D2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_fileEntryId=1586441#.VuOX0PkrLIU>. Acesso em 06 fev 2016.

gabinetes.”¹³⁸ Não, portanto qualquer outra menção às contribuições, se foram acatadas ou não, quantas foram, qual análise ou importância foi conferida a elas.

Em relação à comunidade legislativa referente ao Código de Processo Civil, cabe referir que o projeto de lei 8046/2010 apresentado em 22/12/2010 no legislativo foi disponibilizado no portal e-Democracia a partir do dia 06 de outubro de 2011. Posteriormente tornou-se a Lei Ordinária 13.105 de 16 de março de 2015, o Código de Processo Civil. Portanto, o projeto foi disponibilizado no portal em um período bastante inicial de sua tramitação. Ao observar o Parecer no relator, verifica-se que o projeto foi inserido na plataforma logo que chegou do Senado.

As informações do Parecer são no seguinte sentido:

Por determinação do Presidente Fábio Trad, a quem devemos registrar a excelente condução dos trabalhos da Comissão Especial, foi disponibilizado no site na Câmara, no espaço E-Democracia, a versão do projeto tal como veio do Senado, oferecendo de forma inédita, a possibilidade a qualquer brasileiro, de qualquer parte do País, participar e oferecer sugestões aditivas, modificativas ou supressivas. O Portal E-Democracia registrou 25.300 acessos, 282 sugestões, 143 comentários e 90 e-mails.¹³⁹

Novamente neste Parecer, ainda que com extensas 1120 páginas, a única correspondência com os mecanismos de busca aplicados foi esta. Não se mencionou novamente as contribuições dos internautas, se foram incorporadas, como foram debatidas. Enfim, evidencia um padrão de superficialidade no tratamento das contribuições.

2.3 PORTAL E-CIDADANIA: UM PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO AO LONGO DO TEMPO E A TRAMITAÇÃO DAS IDEIAS LEGISLATIVAS NO SENADO FEDERAL

Da mesma forma como ocorreu com o portal e-Democracia, para entender o funcionamento e o uso efetivamente dado ao portal e-Cidadania é necessário observá-lo por diferentes ângulos. Assim, a pesquisa aqui descrita se deu em dois momentos, inicialmente sendo composta por uma pesquisa preocupada em encontrar resultados numéricos que traçam

¹³⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parecer da relatora designada para manifestar-se sobre emendas de plenário ao projeto de lei nº 7699 de 2006**. 2015, p. 10. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1306736&filename=PPP+1+%3D%3E+PL+7699/2006>. Acesso em: 05 fev 2016.

¹³⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.025, de 2005, ao Projeto de Lei nº 8.046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do Código De Processo Civil**. 2012, p.06. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil/arquivos/ParecerRelatorGeraautenticadoem18091222h47.pdf>>. Acesso em: 05 fev 2016.

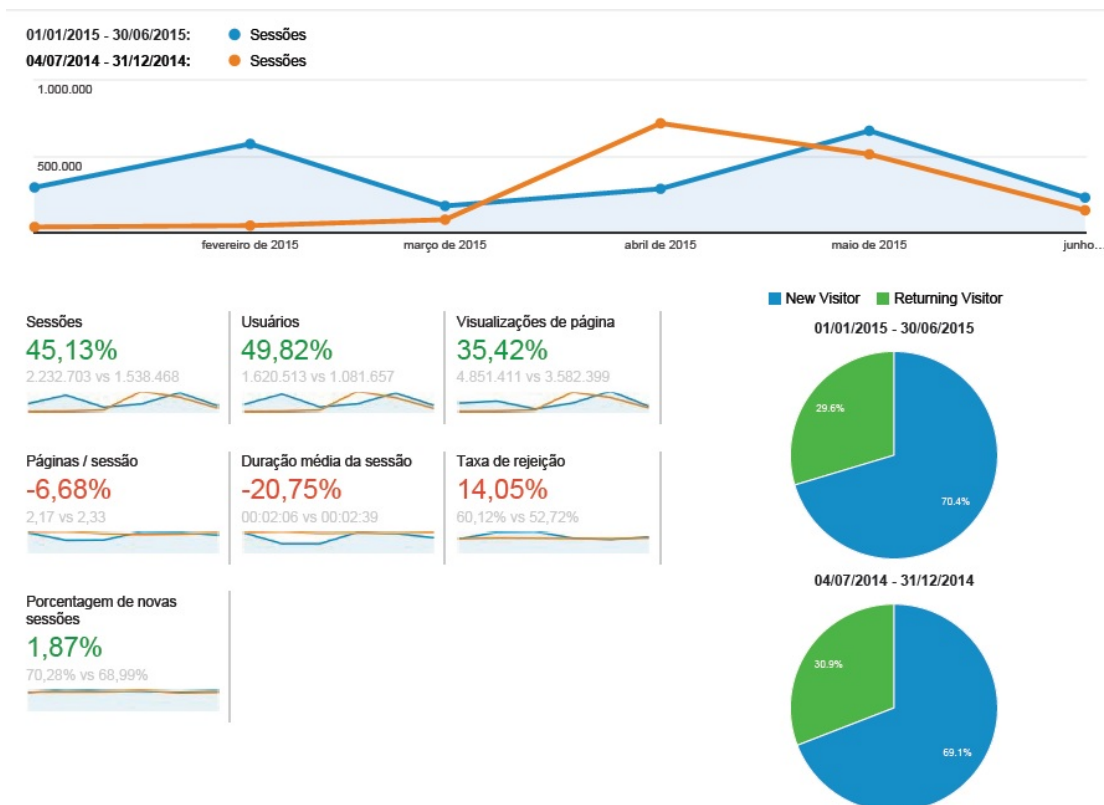
a evolução da adesão popular ao portal ao longo do tempo e quantificam o número de cidadãos que fazem uso da plataforma.

Em um segundo momento, com base nos dados numéricos angariados e selecionando os elementos de destaque no portal, a pesquisa passou a se preocupar com a forma como o trâmite legislativo tratou tais contribuições, observando qual importância foi dada ao input do cidadão nas plataformas que buscam estimulá-lo.

2.3.1 LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DA ADESÃO POPULAR AO PORTAL E-CIDADANIA O LONGO DO TEMPO

O portal, após reformulação, passou a dar maior espaço para a contribuição cidadã. Porém os dados gerais de uso disponibilizados neste portal só apresentam os resultados a partir de 2014 e à época da observação já incluíam os do primeiro semestre de 2015. Felizmente, cerca de cada ferramenta especificamente foi possível consultar as informações desde sua implementação. Mas pela razão citada a imagem abaixo, que apresenta uma visão geral do público alvo do portal entre as datas de 04 de julho de 2014 e 30 de junho de 2015, contém diversas informações esquematizadas pelos gestores do portal.

Figura 7: Visão geral do público alvo do portal e-Cidadania 04/07/2014 a 30/06/2015.



Fonte: Portal e-Cidadania

O gráfico gerado apresenta a sobreposição dos dois semestres e observa-se que à exceção de um pico apresentado em outubro de 2014, o primeiro semestre 2015 obteve um número médio de acessos superior. Conforme pode-se verificar na imagem, o número de sessões abertas na plataforma teve um aumento de 45,13%, o que representa uma diferença de 694.235 sessões abertas a mais no primeiro semestre de 2015. Também o número de usuários teve o significativo aumento de 49,82%, o que significa que no primeiro semestre de 2015 houve um aumento de 538.856 usuários no portal.

Esses números são especialmente significativos se comparado aos números examinados no subitem anterior do portal e-Democracia, em que o número de usuários que acessou o portal em um semestre nunca chegou a 200 mil. Apenas o aumento de usuários angariado pelo portal e-Cidadania é quase 3 vezes superior ao mês em que o e-Cidadania teve mais acessos.

Também houve um aumento do número de visualizações que as páginas do e-Cidadania receberam, um aumento de 35,42% de um semestre para o outro. No entanto, esse aumento claramente se deve ao aumento de acesso que o portal obteve e não necessariamente

porque o cidadão que buscou a plataforma interessou-se e buscou diversas páginas dentro dele. Esse fato fica evidenciado diante da diminuição do número de páginas visualizadas por sessão, ainda que essa degradação seja mínima, pouco mais de 6%, assim como pela diminuição dos tempos de sessão que passaram de 2:39 minutos para 2:06 minutos médios.

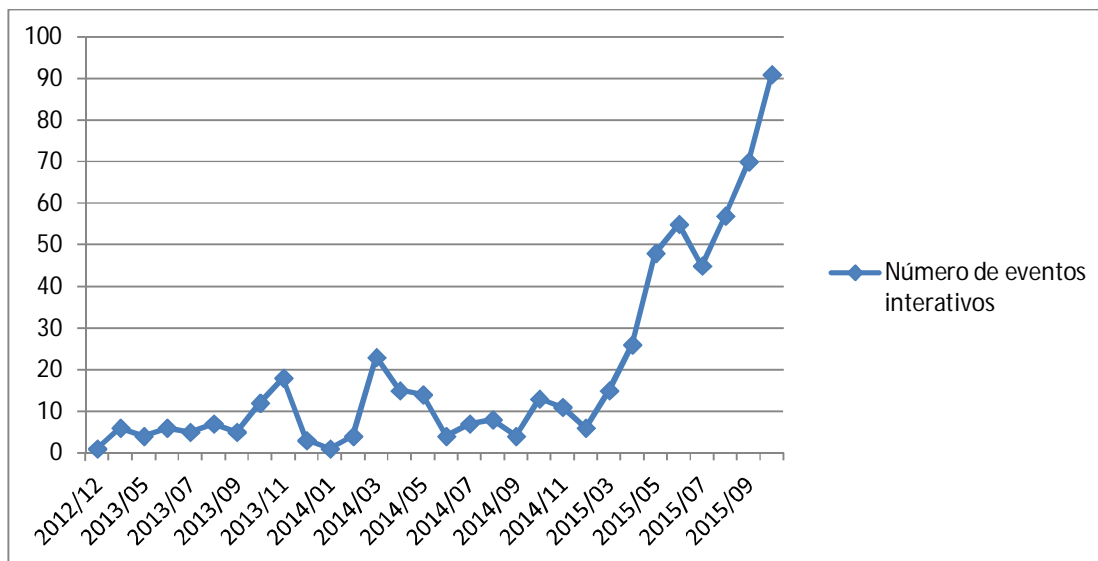
Assim, da mesma forma que no portal e-Democracia, no caso do e-Cidadania no período observado houve uma redução no número de páginas que o usuário acessou em sua visita e o tempo em que ele ficou na plataforma. Por fim, percebe-se que em ambos os semestres o número de usuários que retornavam à plataforma era de aproximadamente 30%.

Conforme já mencionado anteriormente, o e-Cidadania é dividido em 3 principais espaços: Ideias Legislativas, em que o cidadão pode sugerir uma matéria a ser legislada; Eventos Interativos, em que é possível acessar audiências públicas, reuniões de Comissões do Senado, entre outras atividades desenvolvidas pela Casa e participar com perguntas; e por fim Opine sobre um projeto de lei, destinada a opinar sobre projetos de lei existentes.

Quando da observação e recolhimento de dados para o trabalho havia uma janela no portal que fornecia os resultados apresentados por cada uma dessas ferramentas ao longo do tempo (esquemáticos nos Apêndices B, C e D) e a partir do acesso e esquematização desses dados foi possível confeccionar os gráficos que serão apresentados ao longo deste subitem. Durante o desenvolvimento do trabalho observou-se que o link que direcionava o usuário da plataforma à página de resultados foi suprimido da página inicial do portal e até o encerramento do trabalho o e-Cidadania não apresentava mais seus resultados ao público.

O primeiro gráfico a ser confeccionado foi o relativo aos eventos interativos que ocorreram na plataforma. O Gráfico 9 demonstra claramente um crescimento vertiginoso do uso da ferramenta que possibilita ao cidadão assistir eventos que ocorrem na casa legislativa em tempo real e possibilitam ao cidadão, não apenas fiscalizar os atos do Senado, mas também comentar e enviar questionamentos.

Gráfico 9- Número de eventos interativos ao longo do tempo.



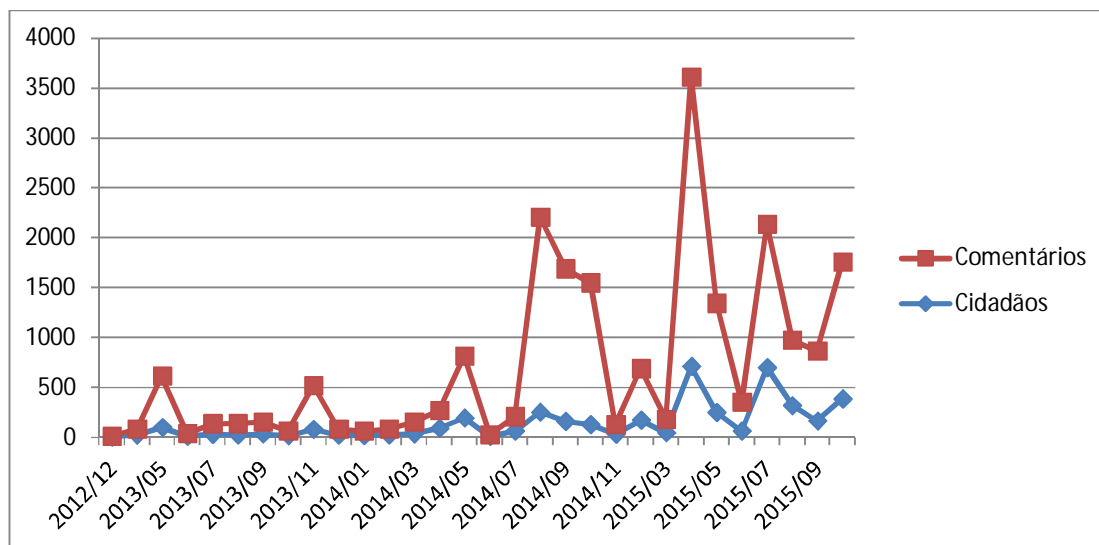
Fonte: autoria própria.

No início a ferramenta não era muito aproveitada pelo portal, sendo que apenas a partir de 2015 passou a ocorrer mais de 30 desses eventos dentro de um mês. Atualmente é comum que sejam disponibilizados diversos eventos por dia na plataforma, desde pautas de comissões do Senado, do Plenário, sabatina de indicados a cargo de embaixador, dentre inúmeros outros eventos. Isso indica um esforço consciente de disponibilizar esse tipo de conteúdo na plataforma, que não é uma ferramenta que contribui diretamente na produção legislativa, mas permite ao cidadão acompanhar os trabalhos desenvolvidos na casa legislativa.

Importante salientar que a análise acerca dessa ferramenta aqui desenvolvida é estritamente numérica, mas um ponto interessante seria ter verificar em que medida são reproduzidas nas sessões as perguntas enviadas pelo portal. Neste trabalho, no entanto, esta observação não ocorreu visto que importaria em acompanhar na íntegra as transmissões ocorridas no portal para comparar o mural de comentários e os questionamentos expressos.

No Gráfico 10 pode-se observar o número de cidadãos que acessaram os eventos interativos e comentários inseridos na plataforma. Evidentemente que se observa períodos em que houve um número elevado de comentários na plataforma, sobre tudo porque houve um aumento dos eventos transmitidos nela.

Gráfico 10- Número de cidadãos que participaram dos eventos interativos e comentários feitos nessa plataforma



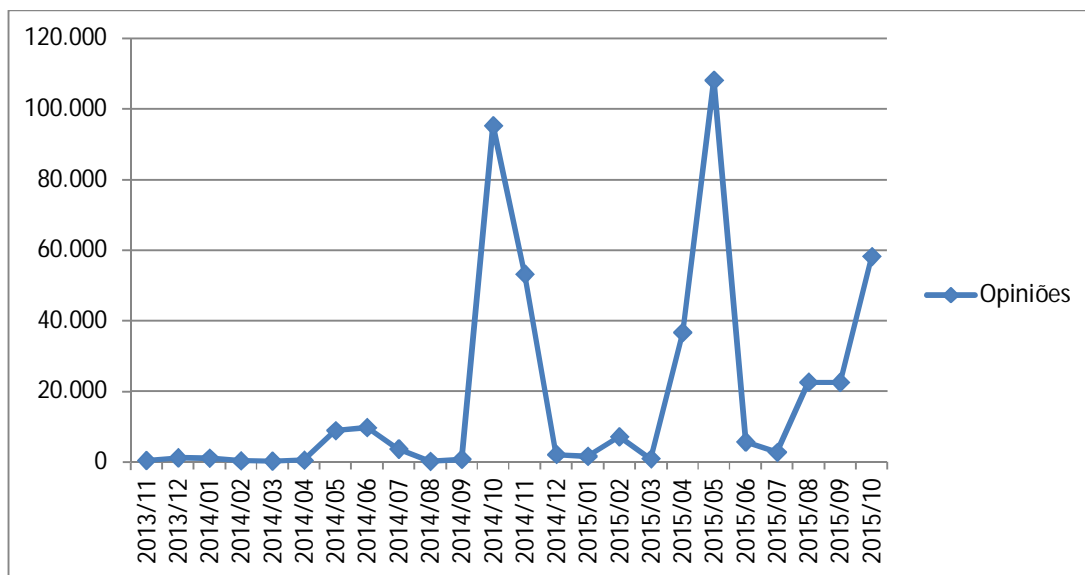
Fonte: autoria própria.

Neste gráfico observa-se que o número mensal de usuários dessa ferramenta ultrapassou o número de 500 em apenas dois meses durante o período analisado. Ao observar a plataforma é evidente que grande parte dos eventos disponibilizados não é acessada ou recebe comentários de qualquer cidadão, por outro lado, há alguns eventos que angariam grande participação.

Outra ferramenta listada no portal é a Opine sobre um projeto de lei, que possibilita ao cidadão opinar diretamente acerca de projetos legislativos, medida provisória ou qualquer outra proposição que tramite no Senado. Não existe uma lista de projetos pré-selecionados, sendo necessário que o cidadão busque o projeto por palavra-chave ou autoria. Assim, evidentemente o cidadão buscará contribuir em projetos que o interessem em decorrência do objeto tratado, não porque a proposição consta listada no portal, mas porque o indivíduo possui interesse específico naquele projeto, em tramitações sobre assuntos específicos ou em propostas de determinado candidato.

No Gráfico 11 está representado o número de comentários inseridos na plataforma durante os eventos em determinados meses, conforme dados disponibilizados pelo e-Cidadania.

Gráfico 11- Número de opiniões emitidas na aba “Opine sobre projetos legislativos” do e-Cidadania.



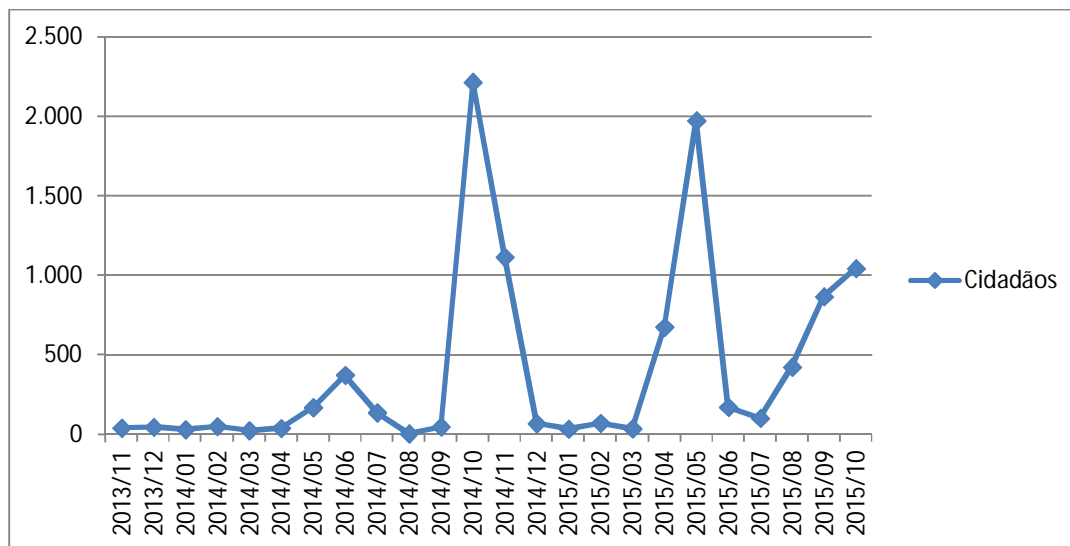
Fonte: autoria própria.

Os dados constantes nesse gráfico demonstram que o número de opiniões emitidas acerca de proposições que tramitam no Senado apresentou variações bruscas nos meses observados, alternando entre períodos de grande crescimento, alcançando em dois momentos mais de 80 mil opiniões em um único mês.

No entanto a grande maioria dos meses que tiveram o desempenho revelado demonstram que a média se manteve abaixo de 20 mil contários mensais. O número não é inexpressivo ainda assim, mas evidencia que existem momentos de grande interesse popular que destoam do uso comumente conferido ao portal.

Da mesma forma o Gráfico 12, que também foi confeccionado a respeito da aba “Opine sobre projetos legislativos”, demonstra que o máximo de acessos que a aba teve durante um único mês foi pouco mais de 2 mil. Tal fato é surpreendente, especialmente em comparação com o Gráfico 11, pois a diferença numérica significa que cada cidadão deve ter feito diversas contribuições. Conforme é possível verificar com base nos dados do Apêndice C essa situação se confirma, posto que nos dois meses de pico em 10/2014 e 05/2015 houve uma média de 43 e 54 comentários por usuário, respectivamente.

Gráfico 12- Número de cidadãos que opinaram na plataforma



Fonte: autoria própria.

Diante dessa perspectiva de que os usuários que acessam a plataforma para inserir opiniões fazem isso de forma profunda, deixando cada um um número elevado de impressões sobre os textos legislativos aponta para um usuário de fato interessado em participar deste processo e influencia-lo de alguma forma. Ademais, a grande discrepância entre o número de usuários entre um mês e outro aponta também aqui para uma movimentação devida alguma matéria legislativa de grande interesse social.

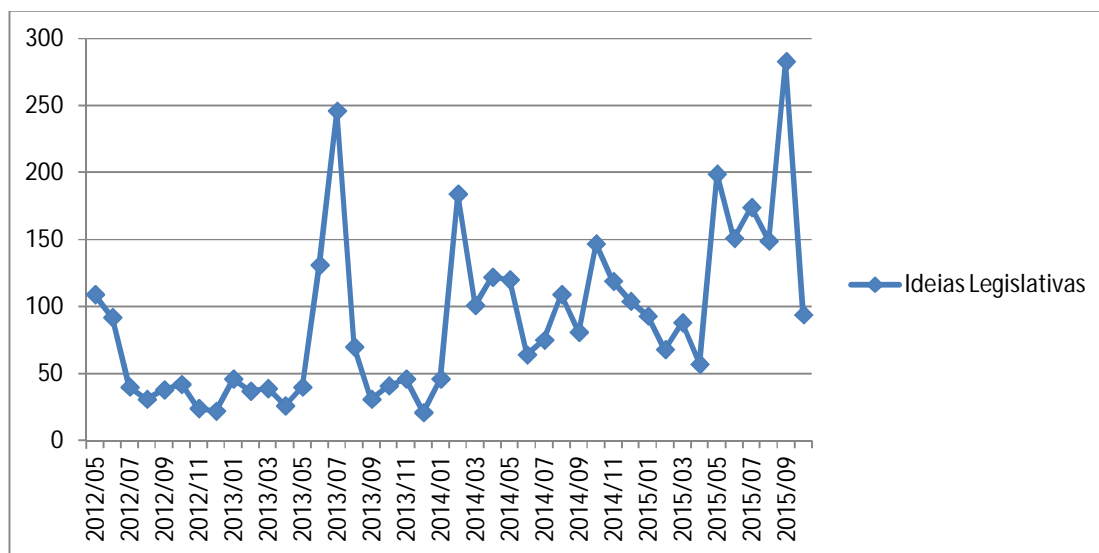
A última das áreas do e-Cidadania a ser discutida neste subitem é a dedicada à ideias legislativas. Nesta aba do portal basta o cidadão fazer o login na plataforma (que pode ser feito também com uma conta do *Facebook* ou *Google*) e pode inserir uma ideia legislativa que fica listada para receber “apoios”, que são votos favoráveis de outros usuários da plataforma. Quando uma ideia legislativa atinge 20.000 apoios ela automaticamente é enviada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sendo que cada sugestão fica aberta para votação por um período de 4 meses após sua submissão. Importante salientar que só é possível apoiar uma proposta, discordâncias não são computadas nessa ferramenta.

As ideias submetidas pelos cidadãos dão conta dos mais variados assuntos e uma rápida observação das ideias sugeridas (Apêndices E e F) demonstram que diversas delas são inconstitucionais. É uma plataforma absolutamente livre para que o cidadão sugira uma matéria que percebe carecer de tratamento legislativo e o único balizador para o assunto sugerir merecer ou não atenção dos Senadores é a votação dos demais usuários da plataforma.

Ademais, essa ferramenta é muito interessante, posto que com apenas 20 mil apoios a sugestão do cidadão será encaminhada à uma comissão parlamentar e terá designado um relator. Em comparação com outros institutos constitucionais que prestigiam uma democracia participativa, a exemplo da iniciativa popular, é um mecanismo acessível e de modo nenhum burocrático. Enquanto a iniciativa popular apresenta exigências que dificilmente são alcançadas e é vista como um instituto decorativo na Constituição, a possibilidade de apresentar ideias legislativas possui parâmetros tangíveis e rapidamente alcançáveis.

O Gráfico 13 ilustra o número de ideias legislativas sugeridas na plataforma ao longo do tempo. Observa-se, dentre grandes variações, um crescimento médio ao longo do tempo, especialmente porque até maio de 2013 a plataforma apresentava resultados abaixo de 50 ideias legislativas por mês. No entanto, após junho de 2013, e aqui novamente faz-se necessário referir as manifestações ocorridas em todo o país neste período, o portal recebeu um número bastante elevado de proposições, aproximando-se de 250 em julho daquele ano.

Gráfico 13- Número de ideias legislativas inseridas na plataforma e-Cidadania ao longo do tempo



Fonte: autoria própria.

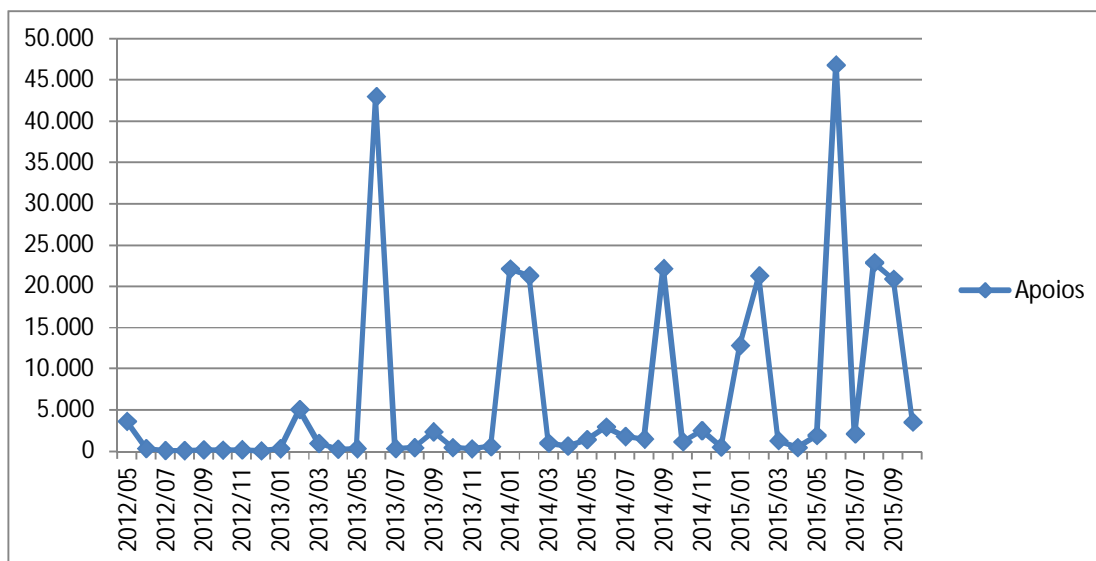
Após o aumento apresentado em meados de 2013 o volume de sugestões no portal passou a apresentar um aumento médio, que se manteve na faixa de 50 a 150 ideias legislativas mensais. Se comparada numericamente a outras ferramentas não é de fato um número expressivo, mas é necessário considerando que para participar nessa ferramenta é

necessário que o cidadão esteja disposto a preencher três campos: um com a ideia central de forma concisa; outro com a exposição do problema a ser enfrentado; e por fim a exposição da sugestão legislativa submetida. Assim, mostra-se uma ferramenta que exige empenho por parte do cidadão que pretende expor uma ideia para votação, exige uma reflexão prévia e um discurso justificando a relevância daquele assunto e da necessária medida legislativa.

O Gráfico 14, a seguir, revela o número mensal de apoios deixados por usuários do portal em propostas nele listadas. Importante perceber que ainda que a ferramenta seja uma forma muito mais simples do que as antes disponibilizadas para garantir que o Senado discuta determinado tema, os resultados mostram que em grande parte dos meses o número total de apoios feitos na plataforma não seria suficiente para classificar uma única proposta.

Ademais, observa-se que, ainda que tenha gradativamente diminuído a frequência de meses em que ocorrem menos de 5 mil apoios no portal, os números apresentados ainda variam largamente e há uma alternância de períodos de mais apoios, próximo aos 20 mil mensais, e períodos em que a média fica bem abaixo de 5 mil. Assim, não se tem uma linearidade no acesso que a ferramenta recebe, possivelmente um número maior de acessos sendo devido a publicização de que determinado assunto está disponível para ser votado e pode tornar-se de interesse legislativo. Assim, mais uma vez o usuário do portal seria atraído a ele por seu interesse particular na matéria e não pela possibilidade genérica de contribuir na produção legislativa ou melhorar a representação política.

Gráfico 14- Número de apoios mensais recebidos ao longo do tempo.



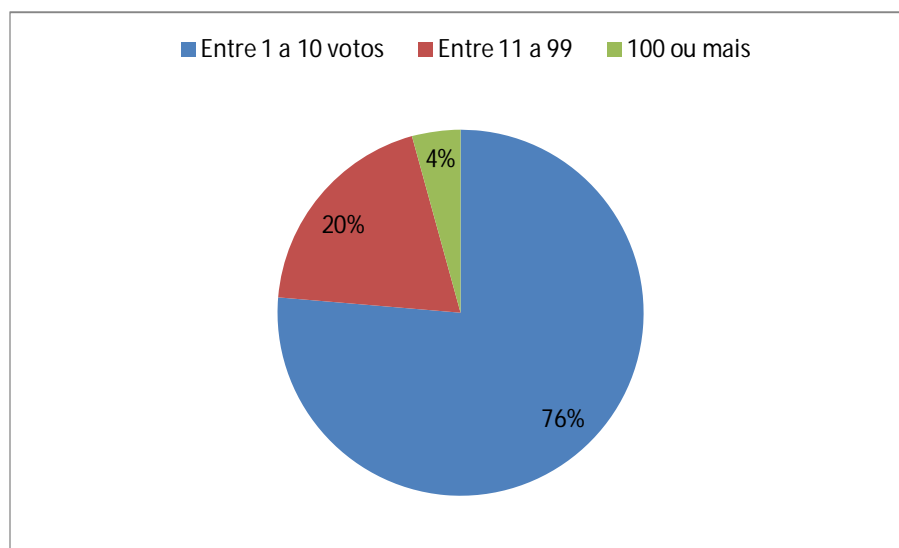
Fonte: autoria própria.

A área de ideias legislativas é dividida em sugestões que estão abertas (ou seja, podem ser votadas) e sugestões já fechadas, as quais já foram submetidas no portal a mais de 4 meses e que não podem mais ser votadas. Durante o período de observação dessa pesquisa, por exemplo, havia 566 ideias legislativas abertas para votação (listadas no Apêndice E), das quais 191 possuíam ao menos 1 voto e apenas 7 possuíam mais do que 100 apoios. Isso significa que 375 das ideias submetidas não haviam computado nenhum apoio.

Também nas ideias abertas, dentro do período de 4 meses duas ideias legislativas haviam obtido mais de 20.00 apoios e aguardavam envio à Comissão: uma chamada “Reestruturação dos soldos dos militares” e outra “Apresentar projeto para inserir a previsão na Lei 11.091/2005 o RSC- Reconhecimento de Saberes e Competências dos TAEs”

Desde a criação da ferramenta 2387 ideias legislativas foram encerradas sem apoio suficiente (conforme ANEXO G), significando que não obtiveram o número de votos necessário para seu envio à Comissão. Dentre essas 2387 ideias legislativas que constam na plataforma como encerradas sem apoio suficiente, 747 não receberam nenhum voto. Ademais, conforme se pode observar no Gráfico 15, abaixo, dentre as propostas submetidas na plataforma que receberam votos, a grande maioria recebeu entre 1 e 10 votos e apenas 4% das ideias legislativas angariaram mais do que 100 apoios.

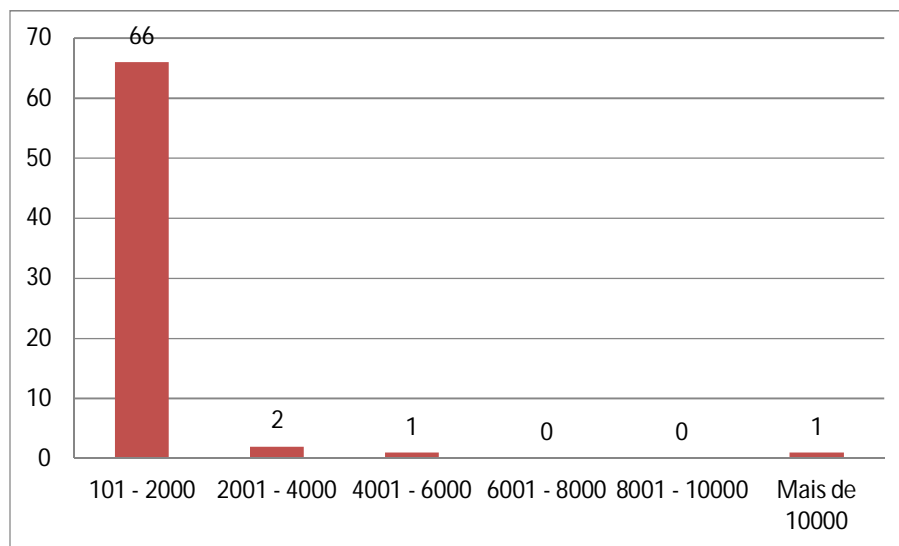
Gráfico 15- Proporção entre ideias legislativas com e sem votos



Fonte: autoria própria.

Já o Gráfico 16 exibe a representação das ideias legislativas que obtiveram mais de 100 votos. Dentre as 70 ideias legislativas encerradas sem envio à Comissão do Senado, 66 delas receberam até 2 mil votos. Ou seja, ficaram significativamente distantes de alcançar o número necessário para seu envio. Além disso, apenas uma delas, que buscava “Regulamentar a profissão ‘cientista’ no Brasil” conseguiu angariar mais do que 10 mil apoios, aproximando-se mais do que as anteriores do número necessário, mas ainda assim longe, com seus 12.154 votos.

Gráfico 16- Ideias Legislativas encerradas sem apoio suficiente que receberam mais de 100 votos.



Fonte: autoria própria.

Porém, diversas ideias legislativas atingiram número necessário de votos de outros usuários e de fato foram levadas à apreciação da Comissão, quais sejam: (i) Regulamentação das Atividades de Marketing de Rede; (ii) Direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado; (iii) Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha; (iv) Fim da imunidade tributária para as entidades religiosas (igrejas); (v) Institui a correção automática anual da remuneração dos servidores públicos federais, bem como a data-base da categoria em comento; (vi) Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das 12 primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde; (vii) Dá eficácia ao resultado do Referendo de 2005.

2.3.2 A tramitação de ideias legislativas no Senado

A avaliação da destinação dada às contribuições populares do portal e-Cidadania se deu acerca das proposições na aba “ideias legislativas”. Ainda que a avaliação numérica feita anteriormente indique que o maior número de contribuições dos cidadãos se deu na aba “Opine sobre projetos legislativos”. No entanto essa ferramenta requer que o usuário insira palavras chave que o levem até projetos de lei em que ele busca opinar. Assim, considerando que não há um registro de quais projetos de lei foram objeto de comentários e considerando que há uma infinidade de projetos que tramitaram no Senado desde o início da plataforma¹⁴⁰, não foi possível realizar tal observação.

A área dedicada à inserção de ideias legislativas, ainda que não seja numericamente a mais utilizada, apresenta volume relevante de acessos, superior ao de qualquer ferramenta do portal e-Democracia, por exemplo. Ademais é uma ferramenta estruturada de forma ímpar e inovadora, que merece ser observada para verificar a concretude ou não de seu funcionamento.

Durante as observações algumas ideias legislativas já haviam atingido mais de 20 mil apoios e estavam em diversos momentos diferentes do trâmite. Duas das ideias legislativas ainda aguardavam envio à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa: uma referente à “Reestruturação dos soldos dos militares” e outra intitulada “Apresentar projeto para inserir a previsão na Lei 11.091/2005 o RSC-Reconhecimento de Saberes e Competências dos TAEs”. Por não terem sido enviadas até a época da observação, não foi possível acompanhar os encaminhamentos dados a estas duas sugestões, porém elas somam-se às seguintes como temas tratados pelo Senado de forma vinculada pela decisão popular.

Duas ideias legislativas que foram enviadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa já foram analisadas e não foram acatadas pelos Senadores, sendo ao fim arquivadas. São as intituladas: “Regulamentação das Atividades de Marketing de Rede” e “Direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado”.

A proposta sobre “Regulamentação das Atividades de Marketing de Rede”¹⁴¹ foi denominada no Senado Sugestão nº 7 de 2014. A proposta foi publicada no portal em

¹⁴⁰ Dados estatísticos publicados pelo Senado apontam que na legislatura de 2015, entre fevereiro e dezembro, foram apresentadas 1.692 matérias na casa, afora as que já estavam em trâmite. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/estatisticas>>. Acesso em: 20 fev 2016.

¹⁴¹ O conteúdo total inserido pelo usuário foi: “Problema apontado: Atualmente, tem sido um assunto debatido nos meios de comunicação. Regularizar a diferença entre Marketing Multinível e Esquema

08/07/2013 e em 28/01/2014 já foi protocolada no legislativo. Em 07/05/2015 foi aprovado parecer de três páginas na Comissão pela rejeição da sugestão, fundamentando que “a Sugestão torna-se desnecessária, tendo em vista que a legislação pátria já coíbe fraudes do gênero piramidal e já regula as relações lícitas decorrentes do marketing multinível”¹⁴².

Por sua vez, o acerca do “Direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado”¹⁴³, a Sugestão nº 12 de 2014, foi publicada no portal em 18/02/2014. A sugestão foi protocolada no legislativo em 03/05/2014. No parecer de 13 páginas o relator refere que “a sugestão, de autoria do cidadão André de Carvalho Franco, não vem acompanhada de qualquer minuta ou proposta”¹⁴⁴, o que sequer é possibilitado pelo portal. E ainda refere que no prazo regimental não foram oferecidas emendas.

O procedimento alternativo evidentemente ainda não foi plenamente incorporado na casa legislativa, o que fica evidenciado quando o relatório ressalta que o cidadão não apresentou emenda em prazo regimental. As possibilidades do e-Cidadania vão de encontro ao rito usual e as adaptações não são apenas virtuais, mas devem ocorrer nas práticas legislativas e na mentalidade dos que as conduzem, do contrário não há como frutificar.

No entanto no Parecer ressalta-se a relevância da participação popular, com o seguinte excerto:

Não queremos, tampouco, inferir que a presente sugestão decorra de uma vontade leviana de seus signatários em portar arma de fogo por uma compulsão desmotivada. Temos ciência que ela é resultado de uma grande mobilização que resultou em vinte mil assinaturas de apoio à sugestão do autor. Reafirme-se, todavia, que sua origem deve-se ao recorrente fenômeno da violência urbana no Brasil, elevando a segurança pública à categoria de prioridade a ser atendida pelo Poder Público.¹⁴⁵

Piramidal.Exposição: Definir o marketing multinível como um negócio legítimo, ao contrário do esquema em pirâmide. O Marketing Multinível surgiu em 1903 e em 1979 tornou-se uma indústria reconhecida nos EUA. Desde então, reconheceu a legitimidade da operação como uma forma legal.”.

¹⁴² SENADO FEDERAL. **Parecer da Comissão De Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 7, de 2014, que trata da regulamentação das atividades de marketing de rede.** 29 de abril de 2015. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/165253.pdf>>. Acesso em 07 fev 2016.

¹⁴³ O conteúdo total inserido pelo usuário foi: “Problema apontado: Hoje o CAC ou o cidadão de bem não possui o direito ao porte de armas, mesmo com toda burocracia que se exige para a compra de uma arma.Exposição: O Estatuto do Desarmamento é totalmente contra o plebiscito, o que demonstra mais interesse ideológico do que vontade do cidadão no mesmo. Desde a implantação desse estatuto, os maiores beneficiários são os bandidos, que obtém armas através das fronteiras e não em lojas sérias”.

¹⁴⁴ SENADO FEDERAL. **Parecer da Comissão De Direitos Humanos e Participação Legislativa, sobre a Sugestão nº 12, de 2014, de proposta de ideia legislativa nº 20.741, intitulada “Direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado”.** 10 jun 2015. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/168537.pdf>>. Acesso em :07 fev 2016.

¹⁴⁵ SENADO FEDERAL. **Parecer da Comissão De Direitos Humanos e Participação Legislativa, sobre a Sugestão nº 12, de 2014, de proposta de ideia legislativa nº 20.741, intitulada “Direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado”.** 10 jun 2015, p. 06. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/168537.pdf>>. Acesso em :07 fev 2016.

E por fim, o parecer opina pela rejeição da Sugestão, o que foi aprovado pela comissão em 16/06/2015. Como justificativa, mencionou-se que se constatou que “a pretensão do autor da sugestão, bem como seus signatários, já encontra abrigo naquelas proposições que tramitam neste Poder”, assim como que não é pela livre comercialização e liberação do porte de armas de fogo que haveremos de encontrar o conforto de uma sociedade pacífica ou redução das taxas de violência.¹⁴⁶

Afora as ideias que constavam como não acatadas no portal, ainda haviam outras que estavam em tramite após atingirem os 20 mil apoios necessários, que são: Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha; Fim da imunidade tributária para as entidades religiosas (igrejas); Institui a correção automática anual da remuneração dos servidores públicos federais, bem como a data-base da categoria em comento; Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das 12 primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde; Dá eficácia ao resultado do Referendo de 2005.

A ideia legislativa “Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha”, Sugestão nº 8 de 2014¹⁴⁷, publicada no e-Cidadania em 30/01/2014 e protocolada em 11/02/2014 com 189 páginas, ainda encontra-se em tramitação.

Foram realizadas diversas audiências públicas acerca do tema, requeridas pelo relator Senador Cristovam Buarque. Em 02/06/2014 foi realizada audiência pública com a participação de Julio Heriberto Calzada Mazzei, Secretário-Geral da Secretaria Nacional de Drogas da República Oriental do Uruguai; Rafael Franzini Batle, Representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC; e Márcia Loureiro, Coordenadora Geral da Coordenação Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores - MRE. Em 11/08/2014 foi realizada a segunda audiência, de temática “Marco legal do tema a partir das políticas públicas brasileiras e da legislação nacional”, com a presença de Nivio Nascimento - Coordenador do Programa do Estado de Direito da UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; Coronel Jorge da Silva - Ex-chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

¹⁴⁶ SENADO FEDERAL. **Parecer da Comissão De Direitos Humanos e Participação Legislativa, sobre a Sugestão nº 12, de 2014, de proposta de ideia legislativa nº 20.741, intitulada “Direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado”**. 10 jun 2015, p. 12. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/168537.pdf>>. Acesso em :07 fev 2016.

¹⁴⁷ O conteúdo total inserido pelo usuário foi: “Problema apontado: O mercado não regulado da maconha gera violência, crimes e corrupção. O usuário é penalizado e milhares de jovens estão presos por tráfico. Exposição: A maconha deve ser regularizada como as bebidas alcoólicas e cigarros. A lei deve permitir o cultivo caseiro, o registro de clubes de auto cultivadores, licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda de maconha no atacado e no varejo e, regularizar o uso medicinal”.

Em 25/08/2014 ocorreu a terceira audiência, de temática “Estado da arte do debate a partir da ciência e da saúde pública”, na qual compareceram Renato Malcher Lopes - Neurocientista, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Fisiológicas da Universidade de Brasília - UnB; Vladimir de Andrade Stempliuk - Membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia - CFP; Nara Santos - Assessora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Em 08/09/2014 foi realizada a quarta audiência pública, intitulada “Relativamente aos impactos sobre a violência”, e os convidados foram Gerivaldo Alves Neiva - Juiz de Direito da Coordenação Estadual da Associação de Juízes para a Democracia da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB; Daniel Nicory - Defensor Público do Estado da Bahia; e Sérgio Harfouche - Promotor Público - MS.

A quinta audiência realizada, com temática “Impactos no judiciário e no sistema penal” ocorreu em 22/09/2014 e dela participaram Guilherme Zanina Schelb, Procurador da República; Carlos Maroja, Juiz de Direito; João Batista Damasceno, Juiz da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - AMAERJ; Roberto Luiz Corcioli Filho, Conselheiro da Associação de Juízes para a Democracia - AJD; João Marcos Buch, Juiz de Direito; Débora Maria da Silva, Coordenadora do Movimento Mães de Maio; e Fábio Gomes de Matos e Souza, Psiquiatra.

A última das audiências, de temática “Posicionamento dos atores sociais contrários à qualquer liberação”, ocorreu em 13/10/2014 e contou com a participação de Aníbal Gil Lopes - Padre da Arquidiocese do Rio de Janeiro; Marcos Zaleski - Psiquiatra; Ana Cecília Petta Roselli Marques - Presidenta da Associação Brasileira do Estudo do Álcool e outras Drogas - ABEAD; Alexandre Sampaio Zakir - Delegado de Polícia - Corregedor no Estado de São Paulo; Osmar Terra - Deputado Federal.

As referidas audiências públicas foram transmitidas na ferramenta “eventos interativos” do portal e-Cidadania e as participações de cidadãos inseridas na plataforma nestas oportunidades foram anexadas juntamente com as manifestações dos convidados aos registros de “Resultados da Reunião”.

Foram recebidos pela comissão um ofício da Câmara Municipal de Campinas que encaminhou um abaixo assinado com manifestação contrária à aprovação da Sugestão nº 8 de 2014, assim como uma moção de repúdio da Câmara Municipal de São João da Boa Vista. Também foi recebida uma manifestação da Comissão Global de Políticas Sobre Drogas, representada pelo Instituto Igarapé, que apresenta o resumo do relatório "Sob Controle:

Caminhos para Políticas de Drogas que Funcionam", assim como um Parecer Técnico da ONG Rede Justiça Criminal favorável à matéria.

Ao fim, o relator apresentou Relatório opinando pelo acolhimento da Sugestão nº 8 de 2014, para que ela continuasse em tramitação, solicitando criação de Subcomissão especial dentro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sendo que o aludido relatório foi aprovado em 02/09/2015.

A ideia legislativa intitulada “Institui a correção automática anual da remuneração dos servidores públicos federais, bem como a data-base da categoria em comento”¹⁴⁸, a Sugestão nº 3 de 2015, foi publicada por um cidadão no portal em 26/06/2015 e seu protocolo legislativo ocorreu em 11/09/2015.

Em 20/11/2015 foi apresentado parecer opinando pela prejudicialidade da sugestão, diante de sua inconstitucionalidade, posto que a matéria em questão é de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República, ademais na parte inicial do parecer conta, acerca da análise de propostas advindas da plataforma e-Cidadania:

Dispõe o Regimento Interno do Senado Federal, art. 102-E, inciso I, que compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional. Não obstante tratar-se de sugestão oriunda de ideia legislativa oferecida por uma cidadã, que não deveria ser acolhida em face do citado dispositivo regimental – o qual legitima a apresentação de sugestão apenas às pessoas jurídicas ali indicadas – esta Comissão tem apreciado ideias legislativas de

¹⁴⁸ O conteúdo total inserido pelo usuário foi: “Problema apontado: No Brasil, os servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais não tem direito à correção automática de seus salários baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, algo tão comum aos trabalhadores da iniciativa privada garantido pela Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984. Além do mais, os trabalhadores da iniciativa privada possuem uma data-base instituída, o que significa que, além de terem o salário corrigido pela inflação anualmente, têm garantido uma data para que haja a negociação coletiva com o empregador com o intuito de obter aumentos salariais e de estabelecer cláusulas que regulem condições especiais de trabalho. Isso quer dizer que, enquanto os trabalhadores da iniciativa privada conseguem manter seu poder aquisitivo ano e ano e negociar melhores condições de trabalho, ou seja, melhorar sua qualidade de vida, os servidores públicos federais não. Dessa maneira, quase todo ano, os servidores públicos federais são obrigados a entrar em greve para tentar fazer com que seus empregadores os recebam e negociem melhores condições de trabalho, além de solicitar que seus salários sejam corrigidos com base na inflação do período. Exposição: Instituir a correção automática anual da remuneração dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federal, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. Entende-se por remuneração o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei (Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990). A correção automática anual da remuneração dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federal acontecerá no dia da data-base dos servidores públicos federais, a qual deverá ser estabelecida nessa Lei. A data-base é a data em que ocorrerá a correção monetária anual da remuneração dos servidores públicos federais e as negociações coletivas que tenham por finalidade a obtenção de aumentos de salários e o estabelecimento de cláusulas que regulem condições especiais de trabalho. A elaboração da Lei que trate dos assuntos em comento deverá ser feita com ampla participação das entidades sindicais e instituições afins que representem oficialmente os servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federal”.

cidadãos com base no Ato da Mesa nº 3, de 2011, que institui o Programa e o Portal e-Cidadania.¹⁴⁹

Assim como na ideia legislativa anterior, aqui também se observa uma certa resistência em reconhecer a legitimidade da iniciativa legislativa decorrente do portal, mas o que não atrapalha, por fim, a análise da matéria sugerida.

A ideia legislativa denominada “Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das 12 primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde”¹⁵⁰, a Sugestão nº 15 de 2014, foi publicada no e-Democracia em 24/09/2014 e teve seu protocolo legislativo em 16/12/2014. Determinou-se a realização de audiências públicas a fim de instruir a matéria, mediante requerimento do relator da matéria, Senador Magno Malta. Em 05/05/2015 ocorreu a primeira das audiências públicas, tendo como convidados Elizabeth Kipman, Especialista no tema; Henrique Batista e Silva, Representante do Conselho Federal de Medicina; Eliane Oliveira, Especialista no tema; Isabela Mantovani, Especialista no tema; Cláudio Fonteles,

¹⁴⁹ SENADO FEDERAL. **Parecer da Comissão De Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 3, de 2015, do Programa eCidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011, oriunda da Proposta de Ideia Legislativa nº 42.691, sob o título de “Institui a correção automática anual da remuneração dos servidores públicos federais, bem como a data-base da categoria em comento”**. 09 dez 2015. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/184830.pdf>>. Acesso em: 07 fev 2015.

¹⁵⁰ O conteúdo total inserido pelo usuário foi: “Problema apontado: São muitos os motivos pelos quais brasileiras interrompem uma gravidez. Os mais comuns são para adiar a gravidez para um momento mais adequado ou para concentrar energias e recursos em crianças já existentes. Algumas mulheres, no entanto, são incapazes de cuidar de um filho, quer em razão dos custos diretos, ou devido à ausência ou falta de apoio de um pai. Outras desejam planejar para proporcionar uma melhor educação para seus filhos no futuro. As gestantes também podem possuir graves problemas de relacionamento familiar, ou se considerar jovens demais para se tornarem mães. Não raramente, abortos também são resultado de pressões sociais: para uma mulher, pode ser insuportável o estigma de ser mãe solteira ou mãe precoce. A insuficiência dos programas de apoio financeiro para as famílias, a falta de acesso ou a rejeição a métodos contraceptivos, e a estigmatização de pessoas com deficiência também são fatores que podem resultar em aborto obrigatório ou seletivo. A atual legislação vitimiza a mulher, tornando-a refém de clínicas de aborto clandestinas. Não obstante, estimativas do Ministério da Saúde apontam a ocorrência de 1,25 milhão de abortos ilegais, ao ano, no Brasil. Exposição: As interrupções voluntárias da gravidez que serão praticadas nos termos estabelecidos por esta lei serão consideradas ato médico. Todas as instituições do Sistema Único de Saúde (SUS) aptas a realizar interrupções de gravidez serão obrigadas a cumprir os preceitos desta lei, sendo permitido aos profissionais de saúde declarar objeção de consciência, a qual será comunicada ao diretor da unidade hospitalar. A lei deverá estabelecer as condições técnico-profissionais e administrativas necessárias para permitir às usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) o acesso ao procedimento de interrupção voluntária da gravidez dentro do prazo de 12 semanas de gestação. Uma equipe de saúde interdisciplinar deverá informar a mulher sobre as disposições desta lei, a natureza do aborto e os riscos inerentes a esta prática, assim como sobre as alternativas ao aborto, incluindo programas sociais de apoio financeiro, bem como sobre a possibilidade de oferecer a criança à adoção. Uma equipe interdisciplinar deverá prestar apoio psicológico e social à mulher, para ajudá-la a superar as causas que induziram ao aborto, e para garantir que ela possua todas as informações necessárias para tomar uma decisão consciente e responsável. A gestante terá um período de reflexão de cinco dias, após o qual, se ratificado que deseja terminar sua gravidez, um médico ginecologista realizará o procedimento imediatamente. A ratificação da mulher será expressa por consentimento informado. As interrupções voluntárias da gravidez, nos termos desta lei, em vista da evidência científica disponível, serão orientadas para a redução de riscos à saúde da mulher. Somente o aborto realizado nos termos desta lei será descriminalizado no Brasil, permanecendo ilegais quaisquer práticas com caráter e valor comercial”.

Especialista no tema; Ilka Teodoro, Representante da Comissão da Mulher da OAB/DF; Luiz Bassuma, Autor do Estatuto do Nascituro; Maria do Socorro Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; Maria Esther de Albuquerque Vilela, Coordenadora-Geral de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; Rosângela Aparecida Talib, Representante do Movimento Católicas pelo direito de decidir; Ana Maria Costa, Representante do Centro Brasileiro de Estudo da Saúde – CEBES.

Em 28/05/2015 ocorreu a segunda audiência pública, contando com os convidados Fernanda Takitani, Professora e Pesquisadora do Observatório Interamericano de Biopolítica; Lenise Garcia, Professora do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília - UnB e Presidente do Movimento Brasil sem Aborto; Thomaz Gollop, Representante do Grupo de Estudos do Aborto - GEA; Sandra Valongueiro, Especialista no tema; Jolúzia Batista, Representante da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto; Lia Zanota Machado, Antropóloga da Universidade de Brasília - UnB; e o Padre Berardo Graz, representante de: Comissão em Defesa da Vida da Regional Sul 1, da CNBB.

A terceira audiência pública, ocorrida em 06/08/2015, teve as contribuições de Viviane Petinelli e Silva, Representante do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil; Sônia Corrêa, Co-cordenadora do Observatório de Sexualidade de Política – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids; David Kyle, Diretor do filme "Blood Money"; Débora Diniz, Professora da Faculdade de Direito da UnB e Pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS/UnB; Tatiana Lionço, Professora Adjunta do Instituto de Psicologia, Conselheira do CRP/DF e Integrante do Movimento Estratégico pelo Estado Laico; Marcia Tiburi, Professora de Pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Padre Paulo Ricardo; e Vereadora Heloisa Helena, Câmara Municipal de Alagoas.

Em 24/09/2015 ocorreu a quarta audiência pública, com a participação de Maria Teresa Blandón, Ativista Feminista da Nicarágua; Nazareno Vasconcelos Feitosa, Integrante do Movimento Brasil Movidado do Distrito Federal; José Eustáquio Diniz Alves, Doutor em Demografia, Professor Titular do Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE; Stela Barbas, Doutorada e Mestre em Direito. Professora Universitária. Portugal; Adelize Leite Godoy D'avila, Integrante do Movimento Pró-Vida de Campinas - SP; Olímpio Barbosa Moraes Filho, Vice-Presidente da Comissão de Abortamento, Parto e Puerpério da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia - FEBRASGO; Maria José Rosado Nunes, Coordenadora Geral do Católicas pelo Direito de Decidir; e Padre Pedro Stepien, Diretor Nacional do Pró-Vida.

Também em 29/06/2016 foi recebido relatório da ouvidoria do Senado com manifestações contrárias e favoráveis à matéria. Da mesma forma, em 06/08/2015 foi recebido pela comissão abaixo assinado de mais de vinte mil assinaturas formalizado pelo Grupo de Ação Política da Igreja Batista de Lagoinha, com o apoio da União Nacional de Estudantes Cristão (UNEC) e outras igrejas, contrário à aprovação da Sugestão. Após 24/09/2015 não houve mais tramitações acerca da matéria.

A ideia legislativa denominada “Dá eficácia ao resultado do Referendo de 2005”¹⁵¹, a Sugestão nº 4 de 2015, foi postada no portal em 15/06/2015, tendo sido protocolada em 11/09/2015. Em 06/10/2015 foi designada a relatoria da matéria e não houve movimentação posterior.

Da mesma forma, ideia legislativa que sugere o “Fim da imunidade tributária para as entidades religiosas (igrejas)”¹⁵², a Sugestão nº 02 de 2015, foi publicada no portal em 05/03/2015 e protocolada no legislativo em 02/07/2015. Em 06/10/2015 foi designado o

¹⁵¹ O conteúdo total inserido pelo usuário foi: “Problema: A inércia do legislativo após o referendo de 2005 afronta os pilares da Democracia. 60 milhões de brasileiros votaram contra o desarmamento no Brasil e exigem, portanto, a imediata revogação da Lei 10.826/03, já com um atraso de 10 anos. Exposição: O Instituto DEFESA, mais representativa organização do Brasil com o objetivo de recuperar, ampliar e conservar o direito de acesso Às armas e à legítima defesa, registrado sob o CNPJ 19.606.448/0001-81, em nome de seus mais de 100 mil associados distribuídos em todas as Unidades da Federação, vem ao Senado Federal solicitar a REVOGAÇÃO DA LEI 10.826/03 em respeito ao Referendo de 2005. Desde 2003, ao Brasil foi outorgada uma legislação diametralmente oposta ao interesse público, reiteradas vezes manifestado por todos os meios disponíveis ao cidadão. Em 2005, o Referendo comprovou a distância entre a norma em vigor (Lei 10.826/03) e o anseio do povo, vinculando, portanto, o poder legislativo a rever o texto legal. Vários projetos que procuram flexibilizar o Estatuto do Desarmamento têm expressivo apoio popular, sendo muito próximo do consenso o objetivo de assegurar ao brasileiro técnica e psicologicamente apto o direito a ter e portar armas. Na Câmara dos Deputados, o PLC 3.722/12, que expressamente revoga a Lei 10.826/03, foi recordista em participação e apoio popular e deverá ser aprovado em breve. Espera-se que o Senado comprove o seu compromisso com os valores democráticos, com o povo brasileiro e, acima de tudo, com a liberdade e, com a máxima celeridade, devolva ao brasileiro os direitos naturais que lhes foram arditosamente subtraídos”.

¹⁵² O conteúdo total inserido pelo usuário foi: “Problema apontado: Os constantes escândalos financeiros que líderes religiosos protagonizam estão tornando-se o principal motivador da ideia de que a imunidade tributária das igrejas deve ser banida. O Estado é uma instituição laica e qualquer organização que permite o enriquecimento de seus líderes e membros deve ser tributada Exposição: Num Estado laico não faz sentido dar imunidade tributária a uma parcela das instituições do Brasil apenas porque elas são de cunho religioso. Qualquer organização que permite o enriquecimento de seus líderes e membros deve ser tributada. Quando certos líderes religiosos abusam do conceito de liberdade religiosa, exigindo mais e mais dinheiro dos fiéis para enriquecimento próprio, isso mostra que o único combate que deve ser feito é o do bolso, tirando esse privilégio que nunca deveria ter existido. Sabe-se que Estados não laicos normalmente impõe tributos apenas às outras religiões para manter o privilegio da escolhida. Mas um Estado laico deve retirar esse privilegio, e não o estender as outras religiões. No ponto de vista do Estado a igreja deve ser vista como uma empresa como outra qualquer que luta com os concorrentes (outras igrejas, principalmente de outras denominações) para obter o maior número de clientes (fiéis) e com isso ter a maior receita (oriunda de cobranças que variam de religião a outra). Esse ponto é primordial para se estabelecer que a cobrança de impostos deve existir. As igrejas não podem ser consideradas associações não lucrativas pois o seu intuito de sempre querer mais clientes mostra que ela não quer apenas fazer uma boa ação para a sociedade, ela quer, na medida do possível, monopolizar a crença. Associações em sua grande maioria não competem entre si, muito pelo contrário, muitas ficam "felizes" quando outra associação do mesmo fim abre para poder dividir o trabalho (Exemplo: quando uma associação de reforço escolar nova abre, a associação mais antiga pode dividir os alunos em dois centros, minimizando o trabalho que antes era exigido todo de um grupo único)”.

Senador Marcelo Crivella como relator da matéria. Até o fim da escrita do trabalho não havia qualquer encaminhamento posterior.

Após esse apanhado, não apenas acerca dos encaminhamentos dados às ideias legislativas, mas todo o feito anteriormente em ambos os portais fornece uma panorama complexo e rico sobre o funcionamento das plataformas que possibilitam a participação popular no processo legislativo. Importante ressaltar alguns pontos de destaque e deduções que se extrai a partir de tais dados, sobretudo frente os ideais de participação e o exemplo norteador que é a e-democracia

2.4 DOS RESULTADOS OBSERVADOS NOS PORTAIS PARTICIPATIVOS DO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO E DO CAMINHO ATÉ UMA E-DEMOCRACIA.

Diante de ambos cenários apresentados dentro do Poder Legislativo brasileiro, urge destacar alguns pontos e observá-los comparativamente e frente às abordagens doutrinárias anteriormente desenvolvidas. Como visto, uma e-democracia consiste no conjunto de práticas e experiências participativas que fazem uso de tecnologia para serem viabilizadas. A e-democracia possui objetivos diversos, desde aumentar a transparência nos processos políticos até o melhoramento da formação de direcionamentos com espaços de deliberação e envolvimento direto dos cidadãos, assim como promove o aumento “agentes, agências e agendas na esfera pública e nas instancias de decisão”¹⁵³

As ferramentas estudadas em algum nível são o reflexo da utilização de tecnologias para o melhoramento da participação e entrosamento dos cidadãos na esfera política. No entanto, as observações demonstraram que os mecanismos implementados falham em alcançar a grande maioria dos objetivos tratados quando falamos em uma e-democracia.

Os dados colhidos nas plataformas revelaram aspectos bastante relevantes acerca do estado da arte da participação cidadã na construção legislativa. Observou-se que cada casa legislativa optou por moldar sua plataforma prezando por aspectos distintos.

Nesse sentido, o portal e-Democracia apresenta um viés mais voltado à deliberação, com a presença de fóruns e o espaço livre, que são positivos por possibilitarem a interação discursiva. Isso indica ser o portal norteado para um nível mais sofisticado de participação e, portanto, de e-democracia. Relevante lembrar que na formulação de Wilson Gomes apenas no

¹⁵³ GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Cali Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 30.

quarto grau de participação política fala-se em deliberação e a estruturação que o portal apresenta mostra-se relativamente adequada para possibilitá-la.

Isto porque no fórum não é necessário escolher entre duas alternativas, concordar ou discordar de uma premissa. Nele parte-se do problema para que cada um contribua com uma solução parcial ou com novas perspectivas. No plano teórico é uma ferramenta muito apropriada para abrigar uma estrutura a exemplo da esfera pública, que exige diálogo, concessões e complementaridade.

A ideia de esfera pública, como uma rede amoldada para que nela exista fluxo de conteúdos e formação de opiniões, não exige que nela sejam tomadas as decisões que vincularão juridicamente os demais indivíduos da sociedade. No entanto sua característica de ser local de tomada de posição é essencial para corporificar os direcionamentos que a sociedade deseja tomar. Já uma esfera pública virtual apresenta a possibilidade de que essa síntese de diferentes juízos sociais ocorra através da internet.

No portal e-Democracia, de estrutura mais aberta e ensejadora de conversação entre os indivíduos, vislumbra-se a possibilidade de comportar o tipo de interação esperada de uma esfera pública virtual. No entanto, apenas aí se encontram as semelhanças. Os participantes não chegam a uma formação de opinião, mas quem sintetiza o conteúdo esparsos são indivíduos externos ao debate, não sendo utilizado como um espaço de construção conjunta de soluções.

Frisa-se, portanto, que apenas verificou-se a existência de espaço para diálogos, não que essa existência determine que isso que ocorra nos fóruns e espaços livres disponibilizados. Esperar desses espaços um agir comunicativo que busca harmonizar planos de ação e estabelecer metas é ignorar absolutamente a maturidade política e hábitos de uso da internet no país, os quais já foram abordados.

Entretanto, importante referir que uma estrutura aberta como essa demanda um grandioso trabalho de filtragem e organização por parte da equipe responsável pelo portal, posto que os pontos de vista externados podem se coadunar em parte e ser conflitantes em outra parte. Ademais, a necessidade de filtragem por si só já levanta toda uma problemática ligada à subjetividade de quem a realiza. Além da subjetividade dos filtros aplicados na análise das contribuições, há também diversas dificuldades operacionais em lidar com debates tão livres. Acerca dessas dificuldades, Cristiano Ferri Soares de Faria¹⁵⁴, ao realizar estudo sobre a plataforma e-Democracia em suas primeiras versões (entre 2009 e 2010) relatou:

¹⁵⁴ FARIA, Cristiano Ferri Soares de. **O parlamento aberto na era da internet** : pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, p. 198.

A CVL para debater o Estatuto da Juventude recebeu 299 postagens espalhadas em treze tópicos criados em forma de fóruns. Parte dos 404 participantes dessa CVL expressou livremente opiniões genéricas ou técnicas e apresentou sugestões de soluções criativas e de informações úteis. No entanto, a compreensão do teor de cada postagem dependia da leitura completa do seu texto. E muitas delas abrangiam aspectos variados, dificultando a distinção entre opinião e sugestão, por exemplo. Dessa forma, o custo de organização e intelecção desse conteúdo tornou-se bem alto, já que a interface não contribuiu para a facilitação dessas tarefas. Assim, os consultores legislativos tiveram que despender grande esforço para sintetizar tal conteúdo para os deputados.

Portanto, o material é organizado por consultores legislativos, mas ao fim cabe apenas ao parlamentar responsável pela emissão do parecer e elaboração do texto final do projeto de lei decidir se e quais sugestões serão acatadas e incorporadas ao texto substitutivo apresentado.¹⁵⁵ Evidentemente nesse processo cabe muita discricionariedade e um direcionamento manifestado pelos cidadãos pode não ser contemplado na produção legislativa.

O portal e-Cidadania, por outro lado, possibilita a porosidade entre a esfera política e a esfera civil oferecendo espaço de proposição de ideias a serem legisladas, no entanto não abre caminho para a dialogicidade entre os cidadãos e a construção de algo a partir de suas contribuições individuais. Assim, o portal e-Cidadania tem uma proposta bastante diferente da anteriormente relatada, pois prioriza ferramentas que não estimulam a interação entre cidadãos participantes e a formulação gradual de novas concepções.

A estrutura apresentada por esse portal distancia-se mais do ideal deliberativo, indicando ser adequado a graus menos elevados de participação. Tal fato foi corroborado pela análise do portal conforme os indicadores elaborados para cada grau de participação política. Isto porque considerando o segundo e terceiro graus, em que as plataformas encontraram correspondência (visto que o primeiro trata de aspectos de informação e não participação propriamente) dentre os 10 indicadores estabelecidos, o portal e-Democracia encontrou correspondência em 8 e o e-Cidadania teve correspondência em apenas 4 deles.

Resta claro que, em relação aos mecanismos implementados e a estruturação do portal, o e-Cidadania está habilitado a ofertar níveis de participação menos profundos que o e-Democracia. No entanto, se as ferramentas do e-Democracia não forem aproveitadas de maneira séria e que tenha reflexo na produção legislativa, são apenas estruturalmente preparadas para a participação, mas não serão geradoras de qualquer mudança. Da mesma

¹⁵⁵ FARIA, Cristiano Ferri Soares de. **O parlamento aberto na era da internet**: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, p. 195.

forma, se as ferramentas de níveis mais simplórios de participação do e-Cidadania forem utilizadas de maneira fecunda, poderão produzir resultados muito mais positivos do que as deliberativas. Isto porque a estrutura dos portais apenas determina o que é inserido neles, mas não orienta a destinação de tais contribuições.

Cabe salientar que, afora as ferramentas acima referidas, que diferem entre os portais, há uma marcante semelhança nos demais mecanismos ofertados. Em ambos os portais há a possibilidade de acompanhar audiências públicas e tecer comentários online sobre elas em tempo real, comentários esses que ficam visíveis para outros usuários, possibilitando interações e trocas de impressões entre eles. Esse mecanismo é bastante proveitoso ao gerar uma maior transparência do processo legislativo.

Também nas duas plataformas existe a possibilidade de opinar acerca de projetos de lei que já estão em trâmite legislativo. No entanto, no portal e-Democracia poucos projetos são disponibilizados com essa finalidade. Como visto, 77% das comunidades legislativas analisadas não possuíam a ferramenta wikilegis, que é justamente a ferramenta do portal que permite ao cidadão colocar-se no papel de parlamentar e repensar o dispositivo legal. Alguns projetos são selecionados e inseridos no portal, mas dentre as comunidades legislativas encerradas apenas 11 haviam recorrido à ferramenta. Salienta-se que o uso da ferramenta foi modificado recentemente e a tendência é que cada vez mais projetos de lei sejam disponibilizados para comento.

No e-Cidadania aplica-se um método diferente, posto que é possível opinar sobre qualquer projeto que esteja em tramitação no Senado. Basta que o cidadão busque por palavras-chave relativas ao assunto sobre o qual deseja opinar e serão listados os projetos de lei que tenham ligação com a palavra digitada.

Há de se ressaltar, contudo, que a linguagem legislativa não é acessível a grande parte dos cidadãos, sendo altamente técnica por vezes. Ainda assim, a ferramenta tem adesão significativa dos usuários do portal e-Cidadania, apresentando em seus picos os números de participação mais elevados dentre quaisquer ferramentas em ambos os portais. Conforme foi demonstrado no Gráfico 11, em seu ápice foram inseridas 108.050 opiniões na plataforma em um único mês. Ainda que a média geral seja sensivelmente mais baixa (conforme dados do Anexo D), não se pode ignorar a relevância da ferramenta.

E considerando o desempenho positivo da ferramenta no e-Cidadania e a reformulação ocorrida no e-Democracia para privilegiar mais o uso de contribuições diretamente no texto de lei, observa-se que ambas as plataformas veem nessa ferramenta um caminho viável para o recebimento da cooperação dos cidadãos.

Em relação ao fato de ocorrerem picos de participação seguidos por períodos de médias mais baixas nas ferramentas que possibilitam opinar sobre projetos de lei, isso indica que elas recebem grande parte das visitas em decorrência de estar tramitando no legislativo ou disponibilizado no portal algum assunto de grande interesse dos cidadãos, que os mobiliza a intervir na esfera política. Esse aspecto é relevante, pois indica que os usuários do portal o buscam em decorrência das matérias sendo legisladas e não pela perspectiva de contribuir na produção legislativa ou melhorar a representação política.

Outro aspecto que a observação demonstrou ser semelhante em ambos os portais no período de análise é que houve uma redução no número de páginas que o usuário acessou em sua visita e o tempo em que ele ficou na plataforma. Evidentemente que há indivíduos que dedicam tempo expressivo à sua contribuição, mas em ambas as plataformas de participação há uma tendência de redução do aprofundamento médio dos cidadãos nas plataformas, com acesso a menos páginas de cada portal e menos tempo gasto analisando o conteúdo abarcado.

Cabe uma comparação dos números da participação apresentados por cada portal. A ferramenta mais utilizada no portal e-Democracia foi o fórum, que apresentou 20.270 postagens de seu início em 2009 até fevereiro de 2015 (limite temporal dos dados do contador de acessos divulgados), conforme informações do contador de acessos. No total entre comentários e sugestões a plataforma wikilegis teve 2.103 opiniões acerca de projetos de lei neste mesmo período.

Para efeitos de comparação, a ferramenta ideias legislativas do e-Cidadania apresentou 2.605 ideias legislativas e 172.298 apoios entre maio de 2012 (quando os dados começaram a ser contabilizados conforme dados do Apêndice D) e fevereiro de 2015. Já a ferramenta para opinar sobre projetos legislativos apresentou 187.571 intervenções de usuários da plataforma em intervalo de tempo ainda menor, entre novembro de 2013 (quando os dados começaram a ser contabilizados conforme Apêndice C) e fevereiro de 2015.

Evidente, portanto, que o portal e-Cidadania apresentou desempenho numérico superior ao da plataforma da Câmara dos Deputados, mesmo em intervalos de tempo inferiores. Ainda que o desempenho quantitativo do e-Cidadania seja alavancado por alguns meses de participação massiva de números elevadíssimos, discrepantes com os demais meses no portal, não se pode negar que o uso médio do portal é mais intenso em volume de usuários e inserção de participações.

Em relação ao número de usuários, o portal e-Democracia nunca ultrapassou o número total de 200.00 usuários em um semestre, e essa marca foi atingida em um momento de efervescência política no país, que foi o segundo semestre de 2013. Por outro lado, o e-

Cidadania, que apenas forneceu o número total de usuários no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015, apresentou respectivamente 1.538.468 e 2.232.703 usuários. Assim, os números do portal que apresenta os mecanismos de participação mais simplificados, sem interação dialógica entre cidadãos, são significativamente superiores.

Apesar da lacuna entre os números de uso nos portais, é fundamental destacar que a observação dos dados indica que em ambas as plataformas há um evidente aumento médio de usuários. Todos os gráficos relativos ao número de usuários ou uso de ferramentas dos portais apresentaram crescimento, assim pode-se afirmar que os portais de participação do Poder Legislativo brasileiro têm apresentado um crescimento da participação numérica dos usuários.

Porém, apenas os números da participação não nos fornecem um cenário absolutamente confiável, razão pela qual também foi realizado um estudo qualitativo do tratamento das contribuições dentro da estrutura parlamentar. E nessa análise ambos os portais apresentaram resultados que variaram entre a total anulação da cooperação cidadã até movimentações legislativa na discussão de questões propostas.

Não há propriamente um direcionamento das discussões por parte dos cidadãos, a esfera política segue absolutamente independente das contribuições populares. É possível perceber alguma abertura legislativa, seja na incorporação de proposições advindas da esfera civil, seja pela movimentação parlamentar em torno de questões de iniciativa popular, no entanto trata-se mais de concessões feitas por conveniência em assuntos que potencialmente seriam tratados daquela maneira independente do envolvimento popular.

No caso da análise qualitativa feita nas documentações produzidas acerca de temas tratados em comunidades legislativas do e-Democracia da Câmara dos Deputados, dentre os seis temas eleitos para análise, em três deles (Marco Civil da Internet, Reformulação do Ensino Médio e Reforma Política) houve uma preocupação evidente em demonstrar o uso conferido às contribuições recebidas pela plataforma.

As menções não são apenas relevantes para quantificarmos a adesão às ideias advindas de fora da estrutura legislativa e verificarmos a porosidade do trâmite. Também é relevante que os parlamentares ressaltem o acolhimento ou rejeição de ideias como forma de responder ao cidadão que investiu tempo e reflexão na plataforma, que confiou que a dialogicidade, a qual é fomentada pelo próprio Poder Legislativo, pode levar a algum lugar em que efetivamente faça diferença na esfera política.

E por essa razão é especialmente preocupante que nas outras três comunidades legislativas não se tenha percebido esse cuidado durante a tramitação dos projetos. Sobretudo no caso da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, que teve seu parecer datado um mês

antes do encerramento das contribuições no portal. Essa situação demonstra o desinteresse por parte dos representantes com a perspectiva cidadã acerca dos temas. Esqueceram-se da existência do portal e dos indivíduos que lá inseriram sugestões e assuntos a serem priorizados.

Os outros dois projetos acompanhados, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Código de Processo Civil, também apresentaram uma perspectiva no mesmo sentido da Lei de Diretrizes Orçamentárias, posto que apenas relatar que o projeto foi disponibilizado na plataforma, como se esse fosse o objetivo e um fim em si mesmo, demonstra uma inclinação em ver a abertura à participação como uma atitude benevolente à população, mas não essencial. Não indica uma transferência de poder ou transformação de pensamento, não colocando o cidadão no papel central da esfera política.

Já na análise dos encaminhamentos dados às ideias legislativas com mais de 20 mil apoios no portal e-Cidadania, observou-se que o procedimento de recebimento de iniciativas normativas pela internet ainda é vista com reservas por parte dos parlamentares. Esse fato apenas evidencia a necessidade de que as modificações tecnológicas inseridas no processo legislativo devem necessariamente ser ladeadas por mudanças comportamentais e culturais por parte da classe política também.

Mas em todas as propostas que tramitaram observou-se uma efetiva análise da matéria proposta. Ademais, dentre as ideias legislativas que tiveram tramitação, as que foram arquivadas tiveram como justificativa a matéria proposta já ser legislada naquele sentido ou já haver projeto sobre o assunto tramitando na casa.

Por sua vez, as ideias legislativas “Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha” e “Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das 12 primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde” ensejaram uma tramitação de fôlego. Em cada uma delas foram realizadas diversas audiências públicas com a presença de especialistas e indivíduos com diferentes posicionamentos e perspectivas acerca dos temas. Por exemplo, na mesma audiência foram ouvidos a presidente do Movimento Brasil sem Aborto e representante da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto.

Porém, os dois bons exemplos acima citados, ainda que evidenciem como um trabalho legislativo pode tratar com seriedade a cooperação dos cidadãos, não são parâmetro para compreender a ferramenta, sobretudo por serem dois entre milhares de ideias legislativas submetidas no portal de participação do Senado.

Após todos os dados colhidos, gráficos, relatórios e pareceres analisados, fica evidente que o Poder Legislativo no Brasil tem realizado a inserção das TIC nas práticas estatais numa perspectiva vertical, por vezes despreocupada com uma possibilidade de participação efetiva e que possibilite ao cidadão observar os resultados de seu esforço político.

Essa observação vem a corroborar a reflexão de Maria Alexandra Cunha e Paulo Roberto Miranda, com base na obra de Oliver Schmidtke, que mencionam que as melhorias nas ferramentas de comunicação tem uma tendência de acelerar a atividade política, mas não de determinar a sua qualidade, direção ou resultado.¹⁵⁶

Portanto, os resultados das atividades políticas, e o interesse do cidadão em dar continuidade a ela, dependem da postura do governo de efetivamente abrir espaços de diálogo, ouvir o cidadão e vincular suas ações às tendências contatadas. Do contrário, a ação estatal apenas irá contribuir para a manutenção da apatia, ou aversão, política.

¹⁵⁶ CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Revista O&S**, Salvador, v. 20, n. 66, p. 543-566, jul/set, 2013, p. 551

CONCLUSÃO

Após todo o exposto, restou evidenciado que há instalada uma insatisfação generalizada com os rumos que a democracia moderna tem tomado, sobretudo acerca da representação política, que cada vez mais distancia o cidadão de seu representante e faz com que os indivíduos não se reconheçam na produção legislativa de seus países.

Esses déficits democráticos tem sido objeto de discussão e há um esforço na busca por aplacá-los. A participação dos cidadãos na esfera política tem sido vista como uma das possibilidades de sanar os problemas de legitimidade atrelados à representação política e como um retorno a práticas mais próximas do que a soberania popular exige de um sistema democrático.

Nesse cenário as possibilidades geradas pelas TIC aparecem como potencializadoras da participação, pois por suas características inerentes, como por serem transfronteiriças e por flexibilizarem o tempo para interação, dentre outras. Ao longo do trabalho ficou evidente que as TIC de fato superam alguns dos empecilhos práticos anteriormente impostos à participação, os quais hoje já não existem, como reunir um grande número de pessoas de locais diferentes do país em um único espaço de discussão. No entanto, ao eliminar alguns obstáculos acabou por gerar inúmeros outros que precisam ser considerados. A exclusão digital ainda é uma questão presente no Brasil. E além dos problemas do acesso à internet, viu-se que o uso feito da rede no país é direcionado para o entretenimento, não sendo prioridade, durante o parco acesso de grande parte dos usuários, a buscar mudanças na esfera política.

Porém, sendo a capacidade de produzir decisões participativamente um horizonte decisivo da qualidade política, o acesso à rede torna mais fácil vislumbrar a interação e diálogo entre cidadãos, em uma estrutura que tem potencial para ser uma esfera pública virtual, onde os fluxos comunicacionais se perpassam e são coordenados. No entanto, esse é um ideal norteador, que a observação das plataformas mostrou não ser parte da realidade política brasileira.

Partindo do referencial teórico desenvolvido no primeiro momento do trabalho, restou evidente que a participação pode ser um aliado substancial no processo de direcionamento político, desde que desenvolvida de maneira adequada e com mecanismos aptos a captá-la e refleti-la na decisão final. E para além dos mecanismos, é necessário que os cidadãos que nela insiram suas contribuições estejam munidos com informações para posicionarem-se.

Com isso, é evidente que um cenário frutífero de interação governo-cidadão também depende de uma mudança cultural em uma população que não tem por prática intervir na

esfera política, acostumada a ser destituída da soberania popular. Para que a internet possua o papel de mecanismo criador de conversação, é fundamental que a esfera civil se perceba como parcialmente responsável pelos rumos políticos e capaz de influenciá-los.

Durante o desenvolvimento do trabalho foi mencionado que a internet fez nascer uma possibilidade técnica de aprimoramento da democracia, desde que ladeada por uma população disposta a dialogar e construir a solução na esfera pública. Soluções pré-prontas e opiniões absolutas em pouco contribuem no debate político, pois excluem o conhecimento e as proposições de todos os demais. Desse modo, uma participação civil orientada pelo agir comunicativo, aliada a ferramentas tecnológicas eficientes, é um caminho promissor para a instalação de uma e-democracia.

No entanto, além dos fatores da cultura política e das próprias ferramentas, como acima mencionado, é absolutamente fundamental para o sucesso da empreitada que haja uma mudança na forma como o Poder Legislativo vê as contribuições cidadãs. Não há mais tempo para tratar a cooperação popular como mera sugestão ou como engodo para remediar a crise que o instituto da representação tem enfrentado. Ainda que o mandato representativo não seja vinculado, ele é refém da legitimidade de exercício, sendo que a supressão da soberania popular apenas agrava a palpável redução da legitimidade dos representantes políticos.

Mas de fato, ao analisar as possibilidades estruturais trazidas pelas plataformas, sobretudo a e-Democracia, da Câmara dos Deputados, se vislumbra o potencial de uma esfera pública virtual, posto que assim como na esfera pública habermasiana, a conversação não abrange absolutamente todos ao mesmo tempo, mas reúne grupos para o debate de assuntos determinados e para amalgamar diferentes fluxos comunicacionais. A internet tem potencial para fazer, e em uma escala diminuta tem feito, justamente isso. Porém, vislumbraram-se elementos problemáticos nos espaços de fala online, especialmente porque a interação entre cidadãos é compilada por agentes externos e pode ser absolutamente vedada pelos parlamentares que as recebem em relatório.

Por outro lado, a estrutura do portal e-Cidadania não se mostra aberta para essa possibilidade de construção colaborativa, sendo pautada por instrumentos mais diretos e menos subjetivos. Isso faz com que seja um portal adequado ao recebimento de participação em níveis mais simplórios. No entanto os resultados numéricos desse portal são expressivamente maiores do que o do portal ligado à Câmara dos Deputados, plataforma criada antes, inclusive.

Além do mais, a análise quantitativa revelou que houve um aumento médio da participação nos portais, no entanto também se percebeu que houve situações em que o

aumento no número de participantes significou uma degradação no aprofundamento das participações, com acesso a um número cada vez menor de páginas dentro dos portais e menos tempo dedicado a cada visita. Evidencia-se, portanto, que não é propriamente o volume de participação que determina uma participação significativa.

Em decorrência desse fato, mostra-se fundamental que existam espaços diversos para proporcionar oportunidade de participação aos cidadãos de queiram fazê-lo e quando entenderem que o assunto é de seu interesse ou que tenham algo a acrescentar na discussão desenvolvida. E tanto melhor se o espaço promover uma dialogicidade guiada por um agir orientado para o entendimento. Mas como visto, essas são linhas guia e cada experiência participativa vai adaptá-las até onde seja possível.

Na análise qualitativa das plataformas foram apresentados alguns exemplos positivos, marcadamente no e-Democracia as comunidades legislativas do Marco Civil e da Reforma Política e no e-Cidadania as ideias legislativas destinadas a “Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha” e “Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das 12 primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde”. No entanto resta uma sensação geral de que em grande parte os espaços abertos não tinham como objetivo ponderar acerca dos direcionamentos delineados com a participação popular.

Essa situação é patente quando se observa o caso da comunidade legislativa que discutiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 e que teve o relatório Poder Legislativo produzido antes de encerrado o período de contribuições. Esse é o retrato de um mecanismo construído como ferramenta de legitimação, que dá importância à aparência de participação. Nesse caso a plataforma deu voz aos cidadãos, mas os representantes não deram ouvidos a eles.

Assim, o cenário apresentado pelas plataformas brasileiras de participação no processo legislativo ainda é bastante irrisório. Uma plataforma apresenta estrutura que apenas possibilita participação política em níveis iniciais, a outra, ainda que possibilite interação dialógica, compila e torna as contribuições disponíveis ao parlamentar para serem utilizadas ou não, sujeitas às tendências legislativas do relator da matéria.

Ainda que as plataformas tenham angariado participação cidadã numericamente relevante, sobretudo em momentos em que eram discutidas matérias de grande interesse social, não se observou o mesmo sucesso na empreitada de refletir a participação cidadã na construção legislativa.

As contribuições do cidadão não vinculam, não orientam e por vezes, sequer são referidas durante o processo legislativo. Os resultados buscados por uma e-democracia

encontram pouco eco na utilização feita da participação cidadã durante o trâmite legislativo no Brasil. Ainda que se possa dizer que a existência das plataformas aumenta a transparência dos processos políticos e facilitem o envolvimento dos cidadãos, não há como atribuir a elas uma melhoria da qualidade da formação das opiniões legislativas.

Percebe-se, após todo o exposto, que o caminho que leva até uma e-democracia, dentro de um contexto de governança eletrônica, ainda é longo e permeado por obstáculos, sejam eles ligados à situação social do Brasil, aos ranços da classe política, ou ao desenvolvimento de plataformas tecnológicas que não desempenham de forma satisfatória seu propósito.

Ainda que se possa dizer que são um primeiro passo na direção de uma e-democracia, as plataformas participativas do Poder Legislativo brasileiro são acessórias da classe política e não da esfera civil, no sentido de que geram um espaço de fala, mas a oitiva dessa fala é opcional para os representantes. E quando a esfera política pode escolher se dá ou não ouvidos ao cidadão, sabe-se que o objetivo ainda está longe de ser alcançado.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Portal e-Democracia recebe mais de mil participações sobre reforma política**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/448388.html?timestamp=1375309915796>> . Acesso em: 12 fev. 2016.
- ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. In: **JAIP**, Vol. 35, N. 4, Jul de 1969, p. 216-224. Disponível em: <<http://www.apho.org.uk/resource/item.aspx?RID=82367>>. Acesso em: 23 nov 2015.
- BEÇAK, Rubens. **Democracia: Hegemonia e aperfeiçoamento**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BEÇAK, Rubens; LONGHI, João Victor Rozatti. A democracia participativa e sua realização - perspectiva histórica e prospecção futura: o Marco Civil para a regulamentação da internet no Brasil. In: **XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, 2010, Fortaleza - CE. Direitos fundamentais e transdisciplinaridade, 2010. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3182.pdf>>. Acesso em: 22 mar 2015.
- BEÇAK, Rubens; LONGHI, João Victor Rozatti. Internet como esfera pública global e o papel atual dos parlamentos no processo legislativo. In: **Revista Cultura e Extensão USP**. São Paulo, v.3, n.13, p. 43-53, maio 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rce/article/view/98484/97183>>. Acesso em: 05 jun 2015.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **Qual democracia?** 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa: Por um direito constitucional de luta e resistência, por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade**. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.
- BRASIL. **Decreto 5.687 de 31 de janeiro de 2006**. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm>. Acesso em: 12 jan 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998**. Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19709.htm>. Acesso em: 18 dez 2015.
- CALAME, Pierre. **Hacia una revolución de la governanza: reinventar la democracia**. Santiago: LOM Ediciones, 2009.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário da Câmara dos Deputados**. Ano LXVIII. Supl. ao nº 225 .18 dez 2013. Brasília-DF. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020131218S02250000.PDF#page=>>>. Acesso em 15 abr 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Substitutivo oferecido em plenário em substituição à Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei nº 2.126 de 2011, do poder executivo, que “estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil”**. 2014, p. 15. Disponível

em:<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1225789&filename=PPP+1+PL212611+%3D%3E+PL+2126/2011>. Acesso em: 05 fev 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão Especial Destinada a Promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI)**. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1190083&filename=Tramitacao-REL+1/2013+CEENSI>. Acesso em: 06 fev 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório do Grupo de Trabalho destinado a estudar e elaborar propostas referentes à reforma política e à consulta popular sobre o tema**. Nov 2013. Disponível em:

<<http://edemocracia.camara.gov.br/documents/1595700/1595761/Relat%C3%B3rio+Final+do+Grupo+de+Trabalho+da+Reforma+Pol%C3%ADtica/6180947e-3e8a-4efb-a37c-ac95521bd8cc>>. Acesso em: 06 fev 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parecer da relatora designada para manifestar-se sobre emendas de plenário ao projeto de lei nº 7699 de 2006**. 2015, p. 10. Disponível em: <

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1306736&filename=PPP+1+%3D%3E+PL+7699/2006>. Acesso em: 05 fev 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.025, de 2005, ao Projeto de Lei nº 8.046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do Código De Processo Civil**. 2012, p.06.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil/arquivos/ParecerRelatorGeralautenticadoem18091222h47.pdf>>. Acesso em: 05 fev 2016.

CASTRO, Bernardo Vassalle de. A participação social no processo legislativo e o desenvolvimento sustentável. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.7, n.13/14 p. 213-239. Janeiro/Dezembro de 2010. Disponível em:

<<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/106/155>>. Acesso em: 17 jan 2016.

CARDON, Dominique. **A Democracia Internet: promessas e limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. Traduzido por Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CETIC. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros- TIC Domicílios 2014**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014, p. 140, 141 e 145. Disponível em: <

http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Domicilios_2014_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2016.

COBO, Dolores Lavalle. **Derecho de acceso a la información pública**. Editorial Atea. Ciudad de Buenos Aires: 2009.

CONGRESSO NACIONAL. **Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização sobre o Projeto de Lei n 3, de 2012-CN, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências”**. 03 jul 2012. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/ldo/LDO2013/parecer_CMO/01_Relatorio.pdf>. Acesso em 05 fev 2016.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Revista O&S**. Salvador, v.20, n. 66, p. 543-566, 2013.

DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DEMO, Pedro. **A força sem força do melhor argumento**: ensaio sobre “novas epistemologias virtuais”. Brasília: Ibict, 2011.

DIÉGUEZ, Gonzalo; RÍOS, Maximiliano Campos. Hacia una nueva configuración de las relaciones entre el gobierno y la ciudadanía? Breves apuntes sobre el gobierno eletrônico. In: ELIZALDE, Luciano; RIORDA, Mario. **Comunicación Gubernamental 360**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013.

E-DEMOCRACIA. **Comunidade Reformulação do Ensino Médio**. 19 OUT 2015.

Disponível em: <

http://edemocracia.camara.gov.br/documentos?p_p_id=110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_struts_action=%2Fdocument_library_display%2Fview_file_entry&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect=http%3A%2F%2Fedemocracia.camara.gov.br%2Fdocumentos%2F-%2Fdocument_library_display%2FHNVH5wq0YGgp%2Fview%2F1586357%3F_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect%3Dhttp%253A%252F%252Fedemocracia.camara.gov.br%252Fdocumentos%253Fp_p_id%253D110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp%2526p_p_lifecycle%253D0%2526p_p_state%253Dnormal%2526p_p_mode%253Dview%2526p_p_col_id%253Dcolumn-2%2526p_p_col_pos%253D1%2526p_p_col_count%253D2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_fileEntryId=2257095#.VuOY_PkrLIU>. Acesso em: 06 fev 2016.

E-DEMOCRACIA. **Dados sobre a participação no portal**. 23 mar 2015. Disponível em: <

http://edemocracia.camara.gov.br/documentos?p_p_id=110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_struts_action=%2Fdocument_library_display%2Fview_file_entry&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect=http%3A%2F%2Fedemocracia.camara.gov.br%2Fdocumentos%2F-%2Fdocument_library_display%2FHNVH5wq0YGgp%2Fview%2F2019039%3F_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect%3Dhttp%253A%252F%252Fedemocracia.camara.gov.br%252Fdocumentos%253Fp_p_id%253D110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp%2526p_p_lifecycle%253D0%2526p_p_state%253Dnormal%2526p_p_mode%253Dview%2526p_p_col_id%253Dcolumn-2>

2%2526p_p_col_pos%253D1%2526p_p_col_count%253D2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_fileEntryId=2019079#.VuOa6PkrLIU>. Acesso em: 03 fev 2016.

E-DEMOCRACIA. **Infográfico Reforma Política: dados finais**. 19 nov 2013. Disponível em: < http://edemocracia.camara.gov.br/web/reforma-politica/artigos-e-publicacoes?p_p_id=20&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_20_struts_action=%2Fdocument_library%2Fview_file_entry&_20_redirect=http%3A%2F%2Fedemocracia.camara.gov.br%2Fweb%2Freforma-politica%2Fartigos-e-publicacoes%3Fp_p_id%3D20%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D1%26p_p_col_count%3D2&_20_fileEntryId=1739186#.VthBmPkrLIU>. Acesso em: 06 fev 2016.

E-DEMOCRACIA. **Relatório Parcial de Debate Virtual sobre a LDO 2013**. 10 jul 2012. Disponível em: < http://edemocracia.camara.gov.br/documentos?p_p_id=110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_struts_action=%2Fdocument_library_display%2Fview_file_entry&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect=http%3A%2F%2Fedemocracia.camara.gov.br%2Fdocumentos%2F%2Fdocument_library_display%2FHNVH5wq0YGgp%2Fview%2F1586357%3F_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_redirect%3Dhttp%253A%252F%252Fedemocracia.camara.gov.br%252Fdocumentos%253Fp_p_id%253D110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp%2526p_p_lifecycle%253D0%2526p_p_state%253Dnormal%2526p_p_mode%253Dview%2526p_p_col_id%253Dcolumn-2%2526p_p_col_pos%253D1%2526p_p_col_count%253D2&_110_INSTANCE_HNVH5wq0YGgp_fileEntryId=1586441#.VuOX0PkrLIU>. Acesso em 06 fev 2016.

FARIA, Cristiano Ferri Soares de. **O parlamento aberto na era da internet** : pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

FREITAS, Ilton. **Transparência e controle na era digital**. A agenda da democracia brasileira com a presença dos governos na internet pode favorecer o estado democrático de direito. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos. Vol. VII, n. 3 – setembro/dezembro, 2005. Disponível em: <www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394/3537>. Acesso em: 16 abr 2015.

GOMES, Wilson. **Democracia digital: Que democracia?** 2010. Disponível em:< http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/13906_Cached.pdf>. Acesso em: 02 mar 2016

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Cali Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Cali Moreira. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre faticidade e validade. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Edição tempo brasileiro, 2013.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR PUBLIC PARTICIPATION. **IAP2 Spectrum of Public Participation**. 2007. Disponível em:
<http://c.y.mcdn.com/sites/www.iap2.org/resource/resmgr/imported/IAP2%20Spectrum_vertical.pdf>. Acesso em: 24 abr 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2003.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley Cali Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Dimensões da ciberdemocracia**: conceito e experiências fundamentais. 2004. 201p. Dissertação. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2004. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11302/1/Dissert%20Francisco%20Marques.pdf>>. Acesso em: 06 fev 2016.

O'DONNELL, Guillermo. Democracias Delegativas? In: **Revista Novos Estudos**, n. 31, out 1991. Disponível em:
<http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/65/20080624_democracia_delegativa.pdf>. Acesso em: 21 jan 2016.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución**. Madrid: Tecnos, 2010.

PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. **Ciberciudadanía o ciudadanía.com?** Barcelona: Gedisa, 2004.

PIANA, Ricardo Sebastián. Experiencias de gobierno electrónico en América Latina. Parlamentos locales, parlamento regional. In: ROVER, Aires José e GALINDO, Fernando (eds.). **O governo eletrônico e suas múltiplas facetas**. Zaragoza : Prensas Universitarias de Zaragoza, 2010.

PIANA, Ricardo Sebastián **El Estado** : un recorrido teórico por los temas de hoy . La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2013, p. 18. Disponível em:
<<http://libros.unlp.edu.ar/index.php/unlp/catalog/view/95/77/251-1>>. Acesso em: 10 dez 2015.

PINHO, José Antonio Gomes de. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política e democracia na realidade brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol. 51, n. 1, p. 98- 106, jan-fev, 2011. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol51-num1-2011/sociedade-informacao-capitalismo-sociedade-civil-reflexoes-sobre-politica-intern>> Acesso em: 29 jan 2016.

ROVER, Aires. A democracia digital possível. **Revista Sequência**, nº52, p. 85-104, jul. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15202/13827>>. Acesso em: 21 jan 2016.

SANCHEZ, Alfonso Ayala (Coord.) **A democracia em la era digital**. Instituto de Investigaciones Jurídicas. México: Série Doctrina Jurídica, n. 650, 2012.

SARTORI, Giovanni. **Teoria da representação no estado representativo moderno**. Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1962.

SENADO FEDERAL. Ato da mesa nº 3 de 2011. Institui o Programa e o Portal e-cidadania. **Boletim Eletrônico de Pessoal**. 13 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/ecidadania/anexos/ato-3-de-2011-da-mesa-diretora>>. Acesso em: 16 dez 2014.

SENADO FEDERAL. Resolução nº 26 de 2013. Estabelece mecanismo de participação popular na tramitação das proposições legislativas no Senado Federal. **Diário Oficial da União**. 11 de julho de 2013. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=11/07/2013>> . Acesso em: 13 out 2015.

SENADO FEDERAL. **Parecer da Comissão De Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 7, de 2014, que trata da regulamentação das atividades de marketing de rede**. 29 de abril de 2015. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/165253.pdf>>. Acesso em 07 fev 2016.

SENADO FEDERAL. **Parecer da Comissão De Direitos Humanos e Participação Legislativa, sobre a Sugestão nº 12, de 2014, de proposta de ideia legislativa nº 20.741, intitulada “Direito de porte de armas a cidadão devidamente qualificado”**. 10 jun 2015. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/168537.pdf>>. Acesso em :07 fev 2016.

SENADO FEDERAL. **Parecer da Comissão De Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 3, de 2015, do Programa eCidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011, oriunda da Proposta de Ideia Legislativa nº 42.691, sob o título de “Institui a correção automática anual da remuneração dos servidores públicos federais, bem como a data-base da categoria em comento”**. 09 dez 2015. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/184830.pdf>>. Acesso em: 07 fev 2015.

SILVA, Sivaldo Pereira da. **Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado**. 2009. 425p. Tese. Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, Silvaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. In: **Opinião Pública**, Campinas, Vol XI, Out 2005, p. 450-468. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26422.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index 2015**. Disponível em: <<http://www.transparency.org/cpi2015#downloads>>. Acesso em 12 jan 2016.

TRECHSEL, Alexander; KIES, Raphael; MENDEZ, Fernando; SCHMITTER, Philippe. **Evaluation of the use of new technologies in order to facilitate democracy in Europe: e-democratizing the parliaments and parties of Europe e-representative**. 2004. Disponível em: <http://www2.media.uoa.gr/people/tsaliki/wp-content/uploads/2010/07/Report_eDemocracy_in_Europe_2004.pdf>. Acessado em: 08 fev 2016.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Defining e-Governance**. 2005. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=4404&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em 05 fev 2016.

UNITED NATIONS. **E-Government Survey 2014**: e-Government for the future we want. 2014. Disponível em: <http://unpan3.un.org/egovkb/Portals/egovkb/Documents/un/2014-Survey/E-Gov_Complete_Survey-2014.pdf>. Acesso em: 25 abr 2015.

ZÁRATE, Alberto Ortiz de. Por qué esta obsesión com la participación ciudadana? In: CALDERÓN. César; LORENZO, Sebastián. **Open Government: Gobierno Abierto**. Jaén: Algón Editores, 2010. Disponível em: <<http://www.martinolivera.com.ar/data/gobierno-abierto.pdf>>. Acesso em: 03 abr 2015.

APÊNDICEA - TABELA DE COMUNIDADES LEGISLATIVAS DO PORTAL E-DEMOCRACIA

	Comunidade	Tema	Fóruns	Wikilegis	Bate papos	Enquete
1.	Voz da Criança e do Adolescente	Discussões sobre os direitos humanos da criança e do adolescente e acompanhamento, fiscalização e implementação ECA.	Número de fóruns: 6 Número de posts: 49 Número de participantes: 26	Não	Não	Não
2.	Tráfico de Pessoas	Debate com a sociedade para apoiar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que tem como objetivo conscientizar, debater e propor formas de combate ao tráfico de pessoas.	Número de fóruns: 0 Número de posts: 22 Número de participantes: 10	Não	Não	Ainda aberta, não funciona (Não é possível votar ou ver resultados).
3.	Sistema Único de Saúde	Comunidade criada para promover amplo debate sobre os temas relacionados ao financiamento, à reestruturação e à organização do Sistema Único de Saúde.	Número de fóruns: 4 Número de posts: 52 Número de participantes: 8	Não	Sim. 1 participante (dado errado, posto que o histórico mostra mais participantes)	Não
4.	Simpósio da Amazônia	Comunidade criada para aprofundar o debate acerca da questão ambiental envolvendo a região estratégica da Amazônia.	Número de fóruns: 4 Número de posts: 22 Número de participantes: 5	Não	Não	Não
5.	Seminário Previdência Social Brasileira	Concomitante a evento promovido pela "Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados" (CONOF) para discutir a sustentabilidade do	Número de fóruns: 0 Número de posts: 4 Número de participantes: 4	Não	Não	Não

		Regime Geral e dos Regimes Próprios de Previdência Social.				
6.	Segurança na Internet	Comunidade criada com o objetivo de debater com a sociedade a tipificação de crimes na Internet.	Número de fóruns: 1 Número de posts: 77 Número de participantes: 28	Wikilegis - formato irregular. Não há como inserir "Sugestão de alteração" por artigo.	Sim	Não
7.	Regimento Interno	Debate virtual sobre o Regimento Interno da Câmara. As contribuições deste debate auxiliam os trabalhos dos deputados envolvidos com o tema	Não	Wikilegis - Sugestões de alteração: 28 Comentários: 8	Sim	Não
8.	Reformulação do Ensino Médio	Debate virtual em apoio à Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio.	Número de fóruns: 2 Número de posts: 672 Número de participantes: 117	Não	Sim	Não
9.	Reforma Política	Comunidade destinada a complementar os debates do grupo de trabalho criado para elaborar, em 90 dias, um anteprojeto de reforma política.	Número de fóruns: 18 Número de posts: 3.035 Número de participantes: 266	Não	Sim	Substituída por ideias a serem votadas: 116293 votos.
10.	Política sobre Drogas	Esta comunidade tem o objetivo de promover amplo debate com a sociedade para auxiliar os parlamentares na elaboração de uma política pública sobre drogas.	Número de fóruns: 9 Número de posts: 426 Número de participantes: 77	Não	Sim	Não
11.	Política Espacial Brasileira	Discutir o futuro da política espacial e recolher sugestões para transformar o Brasil numa das	Número de fóruns: 5 Número de posts: 25	Não	Não	Não

		Nações com autonomia para explorar os recursos espaciais são os objetivos desta comunidade. Participe!	Número de participantes: 9			
12.	Obrigatória do Diploma de Jornalista	Discutir as implicações da exigência de diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista.	Número de fóruns: 1 Número de posts: 18 Número de participantes: 15	Não	Sim	Não
13.	Mudança do Clima	O objetivo desta Comunidade é discutir a elaboração da Política Nacional sobre Mudança do Clima, de forma a subsidiar a formatação de proposta de texto legal.	Número de fóruns: 6 Número de posts: 39 Número de participantes: 24	Não	Não	Não
14.	Memória, Verdade e Justiça	Debate virtual com o objetivo de promover ampla discussão com a sociedade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988.	Número de fóruns: 0 Número de posts: 20 Número de participantes: 12	Não	Sim	Não
15.	Marco Civil da Internet	Debate virtual sobre os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. As contribuições deste debate auxiliam os trabalhos dos deputados envolvidos com o tema.	Número de fóruns: 0 Número de posts: 111 Número de participantes: 44	Wikilegis. Sugestões de alteração: 52 Comentários: 104	Sim	Não
16.	LOA 2014	Comunidade virtual com o objetivo de promover o amplo debate com a sociedade sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2014, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014	Número de fóruns: 1 Número de posts: 23 Número de participantes: 17	Não	Não	Sim. 5 votos

17.	Licitações e Contratos	Por que mudar? O que mudar? Como mudar? Debate virtual com a sociedade para o aprimoramento da lei de licitações e contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/93).	Número de fóruns: 2 Número de posts: 220 Número de participantes: 78	Wikilegis. Sugestões de alteração: 42 Comentários: 1	Não	Sim. 156 votos
18.	Lei Orçamentária 2013	Comunidade virtual com o objetivo de promover o amplo debate com a sociedade sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2013 – PL nº 24/2012-CN	Número de fóruns: 0 Número de posts: 46 Número de participantes: 31	Wikilegis Sugestões de alteração: 8 Comentários: 14	Sim	Não
19.	LDO 2013	Criação da comunidade virtual legislativa no Portal e-Democracia com o objetivo de promover amplo debate com a sociedade sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.	Número de fóruns: 0 Número de posts: 506 Número de participantes: 302	Wikilegis Sugestões de alteração: 2 Comentários: 10	Não	Sim. 126 votos.
20.	LAN Houses	Esta Comunidade foi criada com o objetivo de promover um amplo debate virtual sobre os projetos de lei que regulamentarão o funcionamento das lan houses no país	Número de fóruns: 5 Número de posts: 126 Número de participantes: 56	Não	Sim	Não
21.	Juventude e Cultura	Essa comunidade é parte integrante do seminário "Direitos Humanos, Juventude e Desenvolvimento"	Número de fóruns: 3 Número de posts: 22 Número de participantes: 14	Não	Sim	Não
22.	Internet: direito fundamental?	Debate com a sociedade sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 479/10, que inclui o acesso à internet em alta velocidade entre	Número de fóruns: 1 Número de posts: 97 Número de participantes:	Não	Não	Sim. 5.457 votos

		os direitos fundamentais do cidadão.	40			
23.	III Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo	Nos dias 9 de 10 de julho, arquitetos e parlamentares de todo o país discutirão os principais temas em pauta no Congresso Nacional relacionados à profissão.	Número de fóruns: 0 Número de posts: 2 Número de participantes: 1	Não	Não	Não
24.	Hackathon OBSERVAÇÃO PREJUDICADA	Comunidade destinada ao acompanhamento e a debates sobre a Maratona Hacker, que ocorre na Câmara dos Deputados entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro de 2013.	Número de fóruns: 2 Número de posts: 102 Número de participantes: 2	Não	Não	Não
25.	Governança e Gestão de Parlamentos	NÃO HÁ DESCRIÇÃO	Número de fóruns: 0 Número de posts: 4 Número de participantes: 4	Não	Não	Não
26.	Estatuto da Pessoa com Deficiência	Debate com o objetivo de proporcionar a participação dos mais de 45 milhões de brasileiros com deficiência e de todos outros brasileiros interessados na discussão sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência.	Não.	Wikilegis Sugestões de alteração: 568 Comentários: 202	Não	Não
27.	ENCCLA	Abriga discussões acerca das “boas práticas em contratações públicas, prioritariamente voltadas para a prevenção da corrupção”, no âmbito da Enccla - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.	Número de fóruns: 4 Número de posts: 37 Número de participantes: 11	Não	Não	Não
28.	Diálogo Virtual -	Diálogo virtual com a sociedade civil sobre o	Número de fóruns:	Não	Não	Não

	OGP	Plano de Ação Brasileiro na Parceria para o Governo Aberto – Open Government Partnership - OGP	5 Número de posts: 142 Número de participantes: 45			
29.	Conferência Virtual do Meio Ambiente	Câmara dos Deputados é parceira do Ministério do Meio Ambiente na organização da conferência virtual integrante da 4a Conferência Nacional do Meio Ambiente	Número de fóruns: 8 Número de posts: 549 Número de participantes: 70	Wikilegis Sugestões de alteração: 0 (não habilitado) Comentários: 320	Sim	Não
30.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	Não há	Número de fóruns: 1 Número de posts: 45 Número de participantes: 37	Não	Não	Não
31.	Combate ao Trabalho Escravo	Comunidade criada com o objetivo de retomar o debate da Proposta de Emenda Constitucional 438/2001 contra o Trabalho Escravo.	Número de fóruns: 2 Número de posts: 8 Número de participantes: 5	Não	Sim	Não
32.	Código de Processo Civil	Comunidade criada para debater com segmentos interessados da sociedade o Projeto do novo Código de Processo Civil no âmbito da Câmara dos Deputados.	Não há	Wikilegis Sugestões de alteração: 280 Comentários: 142	Sim	Não
33.	Código Comercial	Comunidade criada para receber contribuições de segmentos interessados da sociedade sobre o Projeto de Lei do novo Código Comercial no âmbito da Câmara dos Deputados.	Número de fóruns: 0 Número de posts: 17 Número de participantes: 6	Wikilegis Sugestões de alteração: 22 Comentários: 24	Sim	Não
34.	Catástrofes Climáticas	Comunidade criada com o objetivo de	Número de fóruns:	Não	Não	Não

		discutir com a sociedade propostas relacionadas às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas.	6 Número de posts: 9 Número de participantes: 7			
35.	Aprimoramento das Instituições Brasileiras	Comunidade com o objetivo de compartilhar com a sociedade estudos, proposições em tramitação e debater propostas em relação à temática envolvendo o aprimoramento do Estado, das instituições e da democracia brasileira.	Número de fóruns: 0 Número de posts: 76 Número de participantes: 32	Não	Não	Não
36.	Ampliação do Acesso à Justiça	Debate com a sociedade sobre a criação dos Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões (PEC – 544/2002).	Número de fóruns: 0 Número de posts: 19 Número de participantes: 11	Não	Não	Sim. 99 votos.
37.	1ª CONSOCIAL VIRTUAL	Neste espaço você cria propostas que podem se transformar em políticas públicas, projetos de lei e, até mesmo, passar a compor agendas de governo.	Número de fóruns: 17 Número de posts: 4.463 Número de participantes: 386	Não	Não	Não
38.	1ª Conferência Virtual de Proteção e Defesa Civil	Espaço para discussão e construção de princípios e diretrizes sobre proteção e defesa civil. As propostas elaboradas aqui, serão levadas para a etapa nacional da 2ª CNPDC	Número de fóruns: 12 Número de posts: 1.927 Número de participantes: 197	Não	Sim	Não
39.	Audiência Participativa	Comunidade destinada a permitir à sociedade definir os trabalhos da Comissão de Legislação Participativa.	Número de fóruns: 1 Número de posts: 5 Número de participantes: 3	Não	Não	Substituída por ideias a serem debatidas. 8058

						votos
--	--	--	--	--	--	-------

APÊNDICE B - TABELA DE EVENTOS INTERATIVOS DO PORTAL E-CIDADANIA

Ano/Mês	Eventos	Cidadãos	Comentários
2015/10	91	384	1373
2015/09	70	162	702
2015/08	57	317	655
2015/07	45	697	1438
2015/06	55	63	289
2015/05	48	249	1093
2015/04	26	710	2898
2015/03	15	45	134
2014/12	6	171	516
2014/11	11	29	99
2014/10	13	126	1421
2014/09	4	159	1530
2014/08	8	251	1955
2014/07	7	63	144
2014/06	4	7	18
2014/05	14	192	621
2014/04	15	90	177
2014/03	23	34	117
2014/02	4	23	57
2014/01	1	16	44
2013/12	3	19	62
2013/11	18	78	439
2013/10	12	15	48
2013/09	5	32	119
2013/08	7	23	113
2013/07	5	30	105
2013/06	6	12	26
2013/05	4	98	514
2013/04	6	22	60
2012/12	1	2	7

APÊNDICE C - TABELA DA FERRAMENTA “OPINE SOBRE PROJETOS” DO PORTAL E-CIDADANIA:

Ano/Mês	Proposições	Cidadãos	Opiniões
2015/10	346	1.044	58.144
2015/09	407	867	22.502
2015/08	268	424	22.573
2015/07	171	102	2.702
2015/06	249	171	5.693
2015/05	360	1.974	108.050
2015/04	150	675	36.691
2015/03	66	36	867
2015/02	71	71	7.135
2015/01	86	34	1.581
2014/12	145	68	2.082
2014/11	205	1.116	53.104
2014/10	293	2.216	95.193
2014/09	86	48	732
2014/08	40	5	151
2014/07	278	136	3.622
2014/06	102	373	9.726
2014/05	106	169	8.852
2014/04	64	39	450
2014/03	63	24	233
2014/02	88	51	291
2014/01	43	31	1.043
2013/12	56	46	1.162
2013/11	81	40	407

**APÊNDICE D - TABELA DE DADOS DA FERRAMENTA “IDEIAS
LEGISLATIVAS” DO PORTAL E-CIDADANIA**

Ano/Mês	Ideias	Cidadãos Autores	Apoios
2015/10	94	85	3.553
2015/09	283	238	20.859
2015/08	149	119	22.872
2015/07	174	135	2.113
2015/06	151	127	46.821
2015/05	199	135	1.925
2015/04	57	38	455
2015/03	88	70	1.301
2015/02	68	49	21.269
2015/01	93	64	12.828
2014/12	104	67	526
2014/11	119	82	2.516
2014/10	147	102	1.151
2014/09	81	61	22.156
2014/08	109	72	1.484
2014/07	75	45	1.797
2014/06	64	53	2.954
2014/05	120	66	1.412
2014/04	122	93	648
2014/03	101	79	997
2014/02	184	108	21.276
2014/01	46	31	22.098
2013/12	21	18	589
2013/11	46	35	304
2013/10	41	33	452
2013/09	31	25	2.371
2013/08	70	38	448
2013/07	246	163	341
2013/06	131	93	42.998

2013/05	40	31	319
2013/04	26	23	255
2013/03	39	31	958
2013/02	37	33	5.075
2013/01	46	36	319
2012/12	22	17	48
2012/11	24	14	200
2012/10	42	24	152
2012/09	38	26	192
2012/08	31	26	86
2012/07	40	26	92
2012/06	92	52	350
2012/05	109	63	3.637

APÊNDICE E - TABELA DE IDEIAS LEGISLATIVAS ABERTAS NO PORTAL E-CIDADANIA

Ideia Legislativa	Apoios
1. Pedido de cassação do registro do partido dos trabalhadores	1529
2. Unificar o valor das verbas indenizatórias pagas aos servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.	1432
3. Aprovação imediata pec 271/2013 que trata da isonomia das verbas indenizatórias dos servidores federais dos 3 poderes!	653
4. Criar de uma PEC, que modifica o nome de GCM para Polícia Municipal; de ASP para Polícia Penitenciária; de ASSE para Polícia Socioeducativa.	544
5. Revisão do nível hierárquico de nível C para nível D	500
6. Implantação da Monarquia Parlamentarista no Brasil	323
7. Retirada do Brasil do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.	254
8. Altera o texto do subitem "f" do Art. 61 § 1º item II que dispõe sobre militares das Forças Armadas	87
9. Validar títulos de mestrado e doutorado realizados fora do Brasil.	65
10. Criação de Plano de Saúde Como Benefício para servidores Públicos Federais dos Institutos Federais de Educação, com inclusão dos Familiares	59
11. Tornar crime fabricar,comercializar ou veicular símbolos ou propaganda que utilizem a foice e o martelo para fins de divulgação do comunismo	55
12. Oferecer melhores condições financeiras aos pais de crianças portadoras de necessidades especiais para custeio do tratamento.	46
13. Lei que flexibiliza em 4 horas diárias e ininterrupta o trabalho do estudante de ensino superior (1º curso) com incentivo para a contratação	36
14. Permitir a criação e homologação junto aos órgãos de trânsito de kits de personalização de veículos terrestres.	34
15. Revogação da Lei 10.826/2003, visando a descriminalização e regulamentação do porte civil de armas de fogo para legítima defesa.	28
16. Regulamenta a cobrança de taxas de cancelamento, remarcação e reembolso de passagens aéreas	27
17. Tornar obrigatória a presença de bibliografia nos conteúdos programáticos dos editais de concursos públicos.	21
18. Gestor público é obrigado a ter curso superior na área do conhecimento em ciência social (administração, contabilidade, direito, economia).	21
19. Alteração do Quadro I da Norma Regulamentadora 4-SESMT para que seja inserido os Profissionais Tecnólogos em Segurança do Trabalho.	20
20. Nossa lista de cortes nos gastos da união	19
21. Equiparar salários dos professores da rede municipal e dos	18

vereadores nos respectivos municípios.	
22. Como a legislação brasileira pode evitar que novas greves de transportes causem impactos econômicos sociais e ambientais.	18
23. Reconhecimento de saberes e competências	15
24. Auditoria da Dívida Pública Brasileira	14
25. Uma Árvore por pessoa! Incentivar o plantio massivo de árvores pela nação brasileira. Revitalizar todas as áreas desmatadas!	13
26. O ESTADO arcar com custos de tratamento de saúde caso o usuário não seja atendido pelo SUS e busque a rede privada para ser atendido.	13
27. Aplicar multa sobre os fabricantes que fizerem eletrodomésticos e produtos de informática programados para durar pouco tempo.	13
28. Cotas em grandes empresas para pacientes com epilepsia	12
29. Servidores concursados por editais lançados antes de 05 de fevereiro de 2013 ficam livres da FUMPRES	11
30. Informar nas propagandas oficiais em TV/Radio/Internet o custo empreendido na propaganda.	11
31. Interrupção da adição de flúor na água tratada por qualquer companhia de saneamento no país.	10
32. INCLUSÃO DE TRABALHO OBRIGATÓRIO PARA PRESIDÁRIO	10
33. Violência doméstica	10
34. Tornar o executivo, legislativo e judiciário um serviço altruísta	10
35. Desoneração e subsídios para repelentes com princípio ativo da Icaridina.	9
36. Extingue todos os partidos; cria a candidatura avulsa, estabelece forma de remuneração; elimina horário eleitoral em rádios e tv.	8
37. Valorização da Carreira Docente	7
38. Porte de arma para vigilantes com registro na polícia federal com função ativa.	7
39. Pagamento de remuneração natalina (décimo terceiro salário) a estagiários remunerados, proporcional ao período de duração do contrato.	6
40. Reforma política, eficiência no processo de eleição, punição adequada para corrupção, melhoria do serviço público na prestação de serviços	6
41. Correção parcelada do subsídio dos ministros do STF. Projeto de Lei do Supremo Tribunal Federal. Reajuste de 16%, parcela única.	6
42. Redução do número de vereadores por município, do teto remuneratório dos vereadores e do limite das despesas do Poder Legislativo Municipal.	6
43. Fim da Imunidade e ou Foro Privilégiado nos Três Poderes:	6
44. Isenção de impostos sobre qualquer tipo de livro. Mais educação, menos tributação.	6
45. Lei de criação de prova não obrigatória para candidatos a cargos políticos.	6
46. Institui plataforma digital oficial para aprovação de projetos	6

legislativos diretamente pela população brasileira.	
47. Criminalização da apologia ao retorno da ditadura militar, pregação de novas rupturas institucionais ou teocracia.	5
48. Estatuto Popular Contra Corrupção (EPOCC)	5
49. Regulamentação do exercício da profissão de Informática, todos os profissionais de Informática, dos níveis técnicos, e com formação superior	5
50. Proposta para que todos os CNPJ devam possuir um Administrador (bacharelado) com carteirinha do CRA, para responder legalmente pela empresa.	5
51. Impeachment do Diretor/Presidente da Rádio Comunitária de Brazlândia-DF, e a retomada da rádio para a população	5
52. Obrigar os entes federativos a fornecerem educação em tempo integral a todos os alunos, da creche ao ensino médio.	4
53. As mulheres transexuais sejam atendidas na Delegacia da Mulher e sejam enquadradas na Lei 11.340	4
54. Deficientes terão carteira de identificação única RG nacional	4
55. Apoio à implementação definitiva da nova ortografia da língua portuguesa resultante do Acordo Ortográfico celebrado pelas nações lusófonas.	4
56. Valorização do funcionalismo público, desmantelado por paraquedas político-partidários: incentivo ao cargo de carreira para eficácia!	4
57. Supressão da possibilidade de criação de cargos comissionados de assessoramento.	4
58. Se a constituição nos assegura o direito de escolha, porque somos obrigados a votar? escolher não votar também é uma escolha.	4
59. Obrigar os supermercados, de medio e grande porte, a recolher resíduos de óleo de cozinha, para reciclagem	4
60. Que seja imprescindível a presença de um corretor imobiliário gabaritado nos contratos de compra e venda e ajuda de custo para estagiários e	3
61. Alterar o prazo máximo de duração de estágio, aumentando para 36 meses.	3
62. Instaurar o plebiscito cumulativo para escolhermos todos os representantes ao legislativo e executivo a partir de plataformas de propostas	3
63. Determinar que os Bancos disponibilizem alternativas eletrônicas para liquidação ou amortização de empréstimos e financiamentos.	3
64. Pagamento de ajuda de custo (transporte) para candidato em processo de entrevista de emprego superior (1 dia).	3
65. Investir em ciência e tecnologia imediatamente	3
66. Provimento dos cargos de Conselheiro de Tribunais de Contas por concurso público de provas e títulos.	3
67. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal devem ser eleitos por voto popular para garantir sua isenção entre os 3 Poderes.	3

68. Tornar a "licitação pública", obrigatório na grade curricular das escolas públicas e privadas.	3
69. Unificação das identificações individuais.	3
70. Redução de salários dos parlamentares	3
71. Que Professores Recebam Ajuda De Custo Ou Gratuidade No Transporte Intermunicipal Em Deslocamentos Para Exercer Sua Função De Professor	3
72. Regulamentar as exigência aos profissionais de tecnologia da informação(T.I)	3
73. O aqui exposto projeto de lei tem por fito a ideal identificação física do indivíduo ou suspeito criminoso.	3
74. Legalização da maconha	3
75. Vincular o pagamento dos prêmios de loterias ao CPF do apostador, transformando o bilhete em um título pessoal e intransferível.	2
76. Transporte universitário intermunicipal gratuito.	2
77. Criação de um sistema básico de distribuição de alimentos financiado por doações populares,de empresas e pelo governo.	2
78. Automatizar a homologação da Certidão de Tempo de Contribuição entre os órgãos de Previdência nas esferas Municipais, Estaduais e Federais.	2
79. Permitir o trânsito de motos nos corredores de ônibus	2
80. Criação de uma nova disciplina denominada cidadania e direitos, a ser incorporada ao PNE	2
81. Projeto de Lei para um Novo Pacto Federativo	2
82. Fim do alistamento militar obrigatório.	2
83. Limite de idade	2
84. Reforma política - participação popular na escolha dos candidatos que irão disputar as eleições.	2
85. Mudar a lei do comprimento para caminhões para termos no Brasil caminhões Americanos.	2
86. Controle popular, por meio de referendo, sobre a criação ou ampliação de tributos e obrigações e sobre a restrição de direitos.	2
87. Educação Financeira no Ensino Médio - Introdução à Economia, Finanças Pessoais, Investimentos, Mercado Financeiro e Empreendedorismo.	2
88. Transformar o tráfico e a corrupção em crime hediondo, inafiançável, imprescritível e sem direito a graça ou anistia.	2
89. Proibir tráfego de veículos de cargas pesadas nos dias de domingo e feriado nacional nas rodovias onde há grande índice de acidentes.	2
90. Limite de Multas por veículo.	2
91. Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas	2
92. Corte de gastos públicos	2
93. Vigilante Nas Ruas A Serviço Da População	2
94. Garantir bolsa que auxilie no transporte e alimentação de universitários provenientes de famílias de baixa renda, cadastradas no Cadúnico.	2

95. Ordenar a todos os estados da federação para dar ênfase a políticas voltadas a Redução de Danos quanto ao uso de drogas/álcool/nicotina.	2
96. Cassação de um partido político em caso de corrupção crônica, lavagem de dinheiro, crimes eleitorais e crimes contra a economia do país.	2
97. Para reduzir furtos e roubos proponho a indenização da vítima por quem roubou ou receptou em dinheiro e em dobro do preço do bem roubado.	2
98. Que todos os deputados estaduais e federais possuam nível Superior de Escolaridade.	2
99. Instituir plataforma digital para avaliação de políticos e candidatos.	2
100. Bolsa planejamento familiar	2
101. Fornecer o porte de arma para o segurança pessoal fora de serviço, para ele poder se proteger e proteger a sua família	2
102. Extinguir o ensino religioso e colocar outra matéria de ensino de civismo.	2
103. Projeto de Emenda à Constituição: PEC do fim do auxílio moradia para magistratura/Ministério Público e impedir a criação de penduricalhos	2
104. Alterar o artigo 87 da Constituição Federal, visando a proibição da escolha de Ministros de Estado como mero acordo partidário.	2
105. Energia sustentável a todos	2
106. Inclusão de uma disciplina de combate à corrupção no Plano Nacional de Educação	2
107. Exigência de curso superior para candidatar-se a cargo eletivo	1
108. Os policiais só sejam intimados para depor em processos judiciais quando houver requerimento fundamentado da defesa ou do MP.	1
109. Obrigatoriedade de campanhas periódicas para o cadastramento de doadores de medula óssea em todo e qualquer órgão público, civil e militar.	1
110. Tornar crime hediondo o desvio de verbas públicas	1
111. Ajuda de Custo a Presidentes de Bairro	1
112. Onde ficara obrigatório, na criação de novos bairros em cidades em desenvolvimento, a obrigatoriedade de pelo menos 85% de arborização!	1
113. Mudança da moeda oficial brasileira para o dólar americano. Governo comprará todo o real em circulação utilizando dólares	1
114. Novo modelo de segurança pública	1
115. Aumenta a pena para tráfico de animais e caça ilegal	1
116. Investir fortemente na mudança de cultura do povo:	1
117. Tornar crime ambiental em hediondo	1
118. Torna crime penal humilhação em ambiente de trabalho	1
119. Proposta de emenda à constituição determinando a aplicação do art. 40, § 10 da cf à militares das forças armadas.	1

120. Os vereadores passem a receber um salário igual aos professores (graduados) de seus municípios e cumpram jornada de quarenta horas semanais.	1
121. Promover um processo eleitoral transparente à luz da Constituição de 1988,(voto impresso).	1
122. Cursos educacionais na modalidade online	1
123. Redução da idade penal para 14 anos e fm da progressão de pena	1
124. Exigência de nível superior para concorrência de cargos políticos	1
125. Criação de subsídio para compra de alimentos aos portadores da doença celíaca (intolerância ao glúten)	1
126. Tornar obrigatório para todos os candidatos à Presidência da República comprovar a capacidade de falar inglês de forma fluente.	1
127. Os candidatos eleitos, incluindo seu cônjuge e descendentes só podem utilizar serviços públicos de saúde e educação.	1
128. Proibir o uso de animais em Rodeio	1
129. Implantar o parlamentarismo monárquico constitucional no Brasil como parte da reforma política	1
130. Tributação progressiva para prêmios de loterias/sorteios/capitalização e mudança na destinação social da arrecadação com as loterias.	1
131. Aumentar o fluxo de ônibus coletivo e não permitir passageiros em pé.	1
132. Criação de Universidades Políticas.	1
133. fazer o site geral de licitações e contratos administrativos em todos os níveis, envolvendo todas as fases e participação TCs MPs, Policias	1
134. Uso de psicodélicos como requisito para a formação de psiquiatras, psicólogos ou terapeutas ocupacionais	1
135. Cliente tem livre-arbítrio para entrar e sair de bares, shows, baladas e festas	1
136. Nome do Sindicato no contracheque	1
137. modificar o art. 247 do capítulo II das infrações administrativas e do estatuto da criança e adolescente.	1
138. Não tributar produtos sem similar nacional	1
139. Forças armadas no controle das fronteiras	1
140. Uma lei criminal-ambiental que puna com mais rigidez as crueldades cometidas contra animais silvestres e domesticados! Reclusão de 12 anos.	1
141. Somos a favor das melhorias de salários e condições de trabalho dos Professores, Militares, Profissionais de Saúde e do Judiciário.	1
142. Garrafas pethes	1
143. Criação de um local onde idosos possam passar o dia e ao final retornem às suas casas, assim seus responsáveis podem trabalhar.	1
144. Lei que faça a educação ir mais longe, ir além do espaço físico escolar. "mais educação"	1
145. Obrigatoriedade de divulgação eletrônica de demonstrações	1

contábeis de entidades beneficiárias de subvenções e de assistência governamentais	
146. Laqueadura obrigatória no terceiro filho.	1
147. Alterar o Parágrafo Único do Artigo 1º da Constituição Federal.	1
148. Diminuir os casos de corrupção Eleitoral.	1
149. Revogar o dispositivo constitucional que permite que as Forças Armadas participem de operações internas no país.	1
150. Fim do lixo nos pequenos e grandes centros urbanos por meio da implementação da usina de lixo no país.	1
151. Passe livre para todo eleitor brasileiro durante os dias de eleição, plebiscito e referendo em toda federação	1
152. Restituição de impostos para as empresas que fazem o transporte público municipal de acordo com votação de satisfação da população.	1
153. Todas as escolas públicas do país serem em tempo integral.	1
154. Mudança nas loterias	1
155. Tarifa sobre ligação recebida fora do estado.	1
156. Sobre um Estatuto do Doente Mental, nos moldes do Estatuto do Idoso e do Estatuto do Deficiente.	1
157. Atenção Aos Animais E Restituição Imposto De Renda Com Despesas Médicas Com Os Mesmos	1
158. Liberação de cassinos no Brasil.	1
159. Proíbe o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário de indicar/aprovar cargos para o Poder Judiciário em qualquer nível.	1
160. Construção de presídios suficientes e seguros em cada estado. Cada estado com seus presos.	1
161. Possibilitar aos cidadãos um dia de folga na data de seu aniversário	1
162. Ampla divulgação dos editais das licitações com envio ou obtenção dos arquivos digitais sem necessidade de visita presencial.	1
163. Mudar a punição de quem esta na cnh provisoria e toma uma multa grave	1
164. Criação de lei e fiscalização para que as incorporadas valorizem adequadamente os profissionais corretores de imóveis PF e PJ, e clientes	1
165. Legalização da maconha pra fins religiosos e espirituais.	1
166. Não ser obrigatório contratar advogado para realizar o inventário caso haja apenas um herdeiro ou todos os herdeiros estejam em acordo.	1
167. Apoio e incentivo aos jovens universitários de baixa renda, incluindo os beneficiados com o programa de financiamento estudantil	1
168. Torna crime hediondo e de responsabilidade pública o mal uso, desvio e apropriação de verba pública destinada a educação.	1
169. Cria o Fundo Nacional para Habitação dos Servidores Públicos Federais, com vistas ao fornecimento de Crédito Imobiliário Subsidiado.	1
170. Proibição de propagandas de bebidas alcoólicas em todo o território nacional por veículos de comunicação de massa.	1
171. Minha ideia é que seja discutido a redução de gastos dos senadores	1

172. A idéia é a diminuição de embalagens quando da compra de produtos adquiridos no e-commerce.	1
173. Trabalhadores de empresa privada receberem o Ticket alimentação em dinheiro.	1
174. Assegurar por lei ao professor mecanismos sobre alunos que perturbam o ambiente de ensino.	1
175. Garantia de horário na programação de rádios com músicas brasileiras de vários tipos musicais, incluindo programação com obras regionais	1
176. Criação de imposto sobre grandes fortunas.	1
177. Redução da Carga Tributária	1
178. Isentar A Tributação Sobre Os Geradores Solares Residenciais E Industriais (Painéis)	1
179. Para que a população tenha mais saúde, bem que poderia ser abatido no IR, as despesas com mensalidade de academia.	1
180. Limitar para 2 (dois) anos o recebimento de bolsa família e benefícios adjacentes.	1
181. Reestruturar o Sistema Prisional - Privatizando as cadeias para empresas privadas ou públicas utilizarem a mão-de-obra dentro de prisões	1
182. Remuneração por hora de trabalho no congresso com ponto biométrico/ocular para parlamentares	1
183. Lei de combate aos crimes contra as pessoas adultas do sexo masculino cujo os crimes mais comuns são de violência de ameaças de morte.	1
184. Manter uma rigorosa fiscalização sobre policiais de todo o Brasil. Com a intenção de acabar com o abuso de poder, presenciados diariamente.	1
185. Proteção máxima e impossibilidade de destruição de cavernas e biomas	1
186. Alterações da Lei 8.112, de 11 de Dezembro de 1990	1
187. Lei anti terrorismo	1
188. Isenção da incidência de imposto de renda sobre o auxílio-alimentação pago em pecúnia aos servidores públicos das três esferas de governo.	1
189. Instituir o salário mínimo a partir do lucro líquido da empresa privada, valor coletado da declaração do imposto de renda anual da empresa.	1
190. Impeachment da Presidente Dilma Rousseff	1
191. Piso Salarial Conselheiros Tutelares	1
192. Leis de Engenharia Genética para Edição do Genoma Humano.	0
193. Evitar a cobrança do CPMF	0
194. Anti terrorismo de estado.	0
195. Cumprimento da Lei nª 6.880/1980 - Estatuto dos Militares	0
196. Eu apoio o armamento pra nós que temos o registro na polícia federal, nós precisamos de segurança depois do trabalho	0

197. Imposto sobre imóveis a partir do terceiro imóvel	0
198. Instituir uma lei que proíba a instalação de aparelhos de som (áudio), em veículos automotores, cuja potência ultrapasse a permitida.	0
199. Criar uma Central Única de Estágio e Emprego para Juventude entre 15 e 29 anos: SINE JOVEM	0
200. Salário de professor igual ao de vereador. Salário de vereador igual ao do professor!	0
201. Atendimento médico veterinário público	0
202. 80% dos filmes transmitidos em rede nacional deverão ser nacionais.	0
203. Fim da internação compulsoria e involuntária	0
204. Criação de um plano nacional de saúde para os profissionais da educação	0
205. Porcentagem nos salários dos ministros, deputados Federais, presidentes, senadores.	0
206. Punir causadores de acidentes em estado de embriaguez	0
207. Operação de internet em celulares	0
208. Lei contra políticos corruptos.	0
209. Diminuição de tributos sobre alimentos e bebidas de maior valor nutricional.	0
210. arrecadação de impostos, tornar obrigatório máquina de registro e de emissão de cupom fiscal	0
211. proposta é para mudar os requisitos para de acesso a isenção em concursos públicos	0
212. Aumentar as vendas e fortalecer a indústria e o comércio, principalmente de eletroeletrônicos.	0
213. Valorização de mão-de-obra.	0
214. Utilizar espaços, públicos ou não, que não estejam em uso para desenvolvimento de hortas comunitárias.	0
215. Todo gasto do cidadão com sua segurança poder ser deduzido no imposto de renda.	0
216. Lei para Salário para Trabalhadoras do Lar: Esposas, Mãe Solteiras	0
217. Legitimidade e Ética do processo eleitoral	0
218. Parcelamento de multas de trânsito	0
219. Prevenção de patologias reumáticas e osteoporose	0
220. Condicionamento da participação do processo eleitoral a demonstrações de competência e interesse	0
221. Destinação de 5% dos reursos anuais daáre da educação para educação inclusiva.	0
222. Cabine para os motoristas de ônibus	0
223. Prova de competência e condições intelectuais pra exercer cargo público.	0
224. Meus representantes, Proponho a colocação em pauta urgente de projeto que regulamente a lei sobre as grandes fortuna.	0
225. Dinheiro em papel ser eliminado, no lugar todos os brasileiros teriam um cartão que funcionaria como dinheiro.	0

226. O processo licitatório é publico, porém falta dar maior publicidade a todos os atos das fases internas a filmagens dos certames ao vivo.	0
227. Combate à corrupção	0
228. Aumento do preço do Nióbio e proibição de contrabando do mesmo	0
229. Medida de dedução do imposto pago referente ao pagamento do ipva para cidadãos que pagam pedágio em rodovias estaduais e federais.	0
230. Privatização do sistema penitenciário brasileiro	0
231. Novo índice de reajuste do FGTS	0
232. Doação de inventos e dos direitos de patente ao órgão ou entidade que trabalha no social e desenvolvimento da vida.	0
233. Propaganda institucional.	0
234. A ideia central é por as coisas no devido lugar; do jeito que está hoje, para tirar a CNH, o cidadão está refém das autoescolas.	0
235. Fazer uso do "fgts" para quitar débitos no "spc" e "serasa".	0
236. Isentar da Taxa de Fiscalização da Instalação (TFI)os operadores da Faixa Cidadão para ser cobrado uma única taxa quando do licenciamento.	0
237. Proibir empresas de manter listas negras e discriminatórias, principalmente o conhecido SERASA; se já temos o Poder Judiciário!	0
238. Descontar em folha de pagamento o dia em que os políticos faltarem no serviço.	0
239. Instituir na grade curricular do ensino Público a matéria de Política Brasileira	0
240. Inserir a disciplina Legislação de Transito no ultimo ano do ensino médio e disponibilizar aprovação teórica dos estudantes concluintes.	0
241. Proibição de designação de reunião no Senado/Câmara dos Deputados ou comissões em dia e hora que esteja pautada reunião Congresso Nacional	0
242. Facilitar ou liberar modificações em veículos automotores.	0
243. Mudar a multa dos passageiros sem cinto do motorista para uma punição ao próprio passageiro.	0
244. Maior Oportunidade Para Quem Não Tem Experiência Em Empregos	0
245. Igualdade na doação de sangue para LGBTs. Revisão da Portaria nº 2712/2013 da ANVISA.	0
246. Ensino sobre politicas nas escolas de ensino médio	0
247. Impedir o livre acesso dos automóveis, motos e caminhões aos postos de combustíveis no perímetro urbano.	0
248. Projeto de Decreto Legislativo para sanar atos praticados durante a vigência da medida provisória nº 664/2014, convertida na Lei 13.134/2015	0
249. Aumentar o número de dias de folga para doação de sangue e em contrapartida reduzir o número de feriados.	0
250. Carteira Nacional de Habilitação para Professores dos Ensinos Fundamental, Médio e Superior - (CNHP)	0
251. Prever correção monetária para pagamento de salários atrasados	0

a partir do 5º dia útil do mês subsequente aos servidores públicos.	
252. Projeto de lei que acaba com a cessão de veículos públicos para autoridades exceto as mencionadas	0
253. Aumento de receita	0
254. Locomoção Pública com Segurança	0
255. Terrorismo	0
256. Diminuir a impunibilidade no governo e administração pública tornando corresponsável quem indica/nomeia/contrata a pessoa que comete crime	0
257. Atestado médico deve ser cadastrado em um sistema que fique disponível para empresa/trabalhador/médico.	0
258. Excesso de despesas com a Administração Pública.	0
259. Uniformização das carreiras do governo federal dos três poderes.	0
260. Proporcionar equidade salarial a homens, mulheres e demais gêneros no Brasil.	0
261. Que todo candidato a eleição de cada partido político faça um teste de proficiência nas disciplinas relacionadas a Administração Pública	0
262. Redução em 30% nos vencimentos de políticos e ocupantes de cargos públicos e comissão em todas as esferas de governos.	0
263. Limite máximo de criação de cargos em comissão em todas as esferas de governos.	0
264. Fim de benefícios como ax. moradia, viagens, alimentação e transporte entre outros para todos ocupantes de cargos eletivos e comissão.	0
265. O fim das urnas eletrônicas, que têm sido fraudadas.	0
266. Iniciativa popular para emendas às Constituições federal, estadual e leis orgânicas.	0
267. Dar autonomia aos estados e Distrito Federal para legislarem seus próprios códigos penais e civis.	0
268. Instituir cursos de especialização gratuitos, on line, reconhecidos pelo MEC, por meio do portal do Senado Federal.	0
269. Turmas Recursais	0
270. Ordem e progresso: carros equipados com som que excedem o limite (paredões)	0
271. Criar um espaço para que os cidadãos comuns possam ter poder de voto em tempo real para Propostas em votação em Plenário das duas Casas.	0
272. Necessidade dos Ministros e Secretários Estaduais e Municipais serem formados nas suas áreas de atuação	0
273. aposentadoria das militares, aos 25 anos de serviço, por que?	0
274. Determinar a obrigatoriedade de os agentes públicos eleitos matricularem seus filhos e demais dependentes em escolas públicas.	0
275. Alterar o regime da comunhão parcial de bens, como regra nas relações patrimoniais aplicáveis à união estável, para separação de bens.	0
276. Acabar com a universalidade do SUS montando um sistema que atende apenas minorias; pessoas com dinheiro pagarão por suas	0

despesas em saúde	
277. Cobrar 0,38% em cima de todos os jogos vendidos nas casas lotéricas (mega sena, lotofácil, etc.).	0
278. Apenas empresas 100% nacionais podem explorar o território brasileiro	0
279. Gostaria que o Senado Federal pudesse criar uma lei para proteger o consumidor impedir a sonegação.	0
280. Redução de gastos do executivo e legislativo	0
281. Metodos de ensino e mudança de grade curricular	0
282. Tornar crime hediondo toda e qualquer comissão paga por clínicas, laboratórios e demais serviços relacionados à saúde, a médicos e parceiros	0
283. Que A Pensão Alimentícia Dos Filhos, Em Atraso, Não Precise Ser Requerida Ao Juiz Pela Mãe E Sim Automaticamente Pelo Conselho Tutelar	0
284. Policiais devem fazer teste antidrogas	0
285. A pena de morte nunca foi justa em nenhum lugar.	0
286. Coibição de violência nas universidades federais e privadas contra estudante, com risco de vida.	0
287. A ideia central é: Para que um cidadão possa candidatar-se para qualquer cargo político se fará obrigatório o concurso público e ficha limpa	0
288. Revisão total do sistema trabalhista.	0
289. Regras mais brandas para pequenos condomínios horizontais (de casas)	0
290. Aumento no número dos cursos de ciências exatas.	0
291. Melhorar o tempo do processo para cooperação internacional nas cidades de fronteira seca, para facilitar comércio e prisões.	0
292. Garantir a todo cidadão o direito de contestar a constitucionalidade de lei que julgar inconstitucional.	0
293. O fim da hipocrisia e demagogia sobre a maioridade penal.	0
294. Garantir na Constituição Federal, o atendimento pré-hospitalar e a prevenção a incêndios como disciplinas obrigatórias em todas as escolas.	0
295. Jornalista Profissional - Acesso Garantido	0
296. Redução da desproporção salarial do cidadão com os que gerem o país.	0
297. Imposto de Renda de acordo com faixas salariais.	0
298. Tributar em 50% (cinquenta por cento) os aluguéis a partir do 11º imóvel.	0
299. Estabelece O Pagamento Do Adicional De Periculosidade Para Os Policiais Federais, Policiais Rodoviários Federais E Carreira Típica De Estado	0
300. Onde obter recursos para salvar a saúde, educação, segurança pública, moradia, etc.	0
301. Merenda nas escolas, desde as creches até o ensino médio.	0
302. Aulas de artes (música, desenho, pintura, escultura), artes	0

marciais, ciências e tecnologias obrigatórias nas escolas.	
303. Para que enfrentar filas se podemos resolver tudo em um só lugar	0
304. Criação de cota de até 30% de vagas em toda cadeia legislativa para pessoas desfiliaadas a partidos políticos. Em todas as esferas.	0
305. Auxílio para professores de Educação Física para compra de uniforme/material para trabalho	0
306. Defender o direito do trabalhador que está sendo tirado pelo Governo	0
307. Fim de Concessão Pública	0
308. Instituir folga para os pais comparecerem nas reuniões escolares dos filhos. Sem prejuízo financeiro.	0
309. Aposentadoria parcial, na qual o aposentado trabalha em meio período, com a redução salarial compensada integralmente pela Previdência	0
310. Desbloqueio de celular após roubo ou furto, assalto a mão armada ou outro tipo de violência, só por cadastro com C.P.F.	0
311. Uma lei que obriga a Caixa disponibilizar para download todas as apostas antes de cada concurso da loteria. Isso é Transparência.	0
312. Unificação de todos os impostos e simplificação.	0
313. Eliminar Eleições por Sufrágio Universal e instituir o Concurso Público para Cargo Eletivo Posterior.	0
314. Acabar com os benefícios para ex-presidentes.	0
315. PAE - Pacto de Ajuste Estrutural (ajustão)	0
316. regular mídia para democracia efetiva.	0
317. Projeto de lei criando obrigatoriedade de seguro de saúde para turistas de fora do Mercosul.	0
318. Apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 561 (PLC 561)	0
319. CADASTRO NACIONAL DE REGISTROS PÚBLICOS.	0
320. Controle , prevenção e identificação de origem de substância entorpecente com venda regular para maiores de 18 anos sendo comercializada nas	0
321. Conferir igual validade legal para os cursos à distância e presenciais.	0
322. Lei para regulamentar o uso dos serviços públicos de saúde, educação e transporte a serem usados pelos parlamentares e seus familiares.	0
323. Altos custos na operação com celular devido a baixa concorrência	0
324. Lei da reforma do Congresso (emenda à Constituição) PEC de iniciativa popular	0
325. Que qualquer redistribuição de servidor para outro órgão se dê segundo critérios objetivos, tais como maior tempo de serviço público.	0
326. Deduzir do IRRF os prejuízos comprovados da falta ou má prestação dos serviços de contrapartida do estado	0
327. Segurança de fronteiras	0
328. Abatimento de despesas financeiras de juros de empréstimos e financiamentos do imposto de renda de pessoa física.	0

329. Uma pessoa só poderá por seu nome á disposição para futuras eleições municipais, estaduais e federais se tiver curso superior	0
330. Torne um pobre um empreendedor	0
331. Cadeia para quem compra e não paga.	0
332. Construções de edifício: obrigatoriedade de garagem rotativa para a rua	0
333. Transmissão ao vivo e online das reuniões de colegiado de sindicatos com mais de 2000 associados	0
334. Privatização ou concessão do sistema prisional	0
335. Evitar a visualização do cliente no caixa do banco	0
336. Torna obrigatória nos cursos de nível superior a exigência mínima de quatro disciplinas de língua portuguesa, independente do curso.	0
337. Fim das propagandas inúteis do governo federal nas televisões. Dados estranhos são apresentados, como a eficiência dos médicos cubanos.	0
338. Contratos com empreiteiros com garantia de performance Bond	0
339. Aparelhos que sintonizam emissoras via internet móvel e tv ao via internet.	0
340. Políticos deveriam deixar de receber auxílios tão caros à população de um país em crise.	0
341. Nas escolas e creches, principalmente as escolas públicas, é obrigatório alimentação saudável.	0
342. afastamentos e expulsão com justa causa.	0
343. Após indícios de qualquer crime,especialmente sobre a ADM pública os presidentes das casas serão afastados até o fim do processo	0
344. Proibição de aquisição, doação, permuta e comodato de veículos oficiais para uso pessoal ou em serviço de autoridades.	0
345. Tempo de homologação para empregados em geral	0
346. criar uma lei para acabar com o PT já	0
347. Regulação, controle e responsabilização do exercício da atividade de mídia, face aos direitos humanos, civis e constitucionais.	0
348. Criação do plano de moeda dólar sul-americano.	0
349. Trabalho	0
350. Armamento no Brasil	0
351. cassação definitiva de CNH para infratores que causarem acidentes de trânsito com vítimas.	0
352. Qualificação mínima para candidatura a cargos eleitorais e punição de candidatos por conduta inadequada em horário político e em campanha.	0
353. Aulas de Direitos Humanos(Básico) nas escolas públicas e/ou privadas.	0
354. Desvincular a educação da estrutura política do executivo, com independência administrativa/funcional e financeira, nos moldes do MP.	0
355. Impressão dos valores em braile nas notas de Real	0
356. Redução de filas em Hospitais	0
357. Alteração nos art's 3º e 4º da Lei Complementar 116/03.	0

358. Exame nacional para exercício da medicina no Brasil. Renovação de direito de exercício a medicina.	0
359. Não existe necessidade alguma de maioria penal. Cometeu crime doloso responde e cumpre pena em estabelecimento compatível com idade.	0
360. Gestão Pública	0
361. Descriminalizar a nudez, pois criminalizar a nudez não faz sentido.	0
362. Diminuir reincidência em acidentes com motoristas que bebem.	0
363. Limitar as taxas de juros anuais para crédito pessoal e cartões de crédito	0
364. Tipificar desvios da saúde e educação como crimes de terrorismo	0
365. reformas importantes a serem feitas no código de defesa do consumidor	0
366. Projeto de lei pra alterar a lei de pagamento de fiança	0
367. Criação de classificação indicativa de faixa etária para músicas, assim como é feito para filmes e novelas	0
368. Toda doação a igrejas, ONG's e Terceiro Setor devem ser Declaradas ao IR.	0
369. Boa noite fico muito triste quando vejo um fumante, jogando a carteira de cigarros e as bitucas.	0
370. Criar ferramentas mais rápidas e diretas para deficientes	0
371. Mudar o hábito dos telespectadores brasileiros.	0
372. Formar um fundo da transparência a partir de multas geradas de órgãos de controle e fiscalização como TCU, CGU, MPF, entre outros.	0
373. Retirar a fiança para quem atropela e mata alguém na rua por estar dirigindo embriagado ou por passar em sinal fechado	0
374. ECA; Conselho Tutelar, CMDCA	0
375. Fim do horário de verão.	0
376. acabar com cartões corporativos para todos cargos publicos	0
377. Cargo político para o qual há eleição através de voto popular seja de natureza voluntária, sem retribuição pecuniária do serviço prestado	0
378. Tornar crime hediondo toda e qualquer apologia à pedofilia.	0
379. Crise econômica em nosso país e no mundo.	0
380. Que as ONG's e OSCIP's, sejam transparentes e acatem a lei da transparência e sistema "S"	0
381. Combate às queimadas	0
382. Disponibilização de espaços por parte do governo, seja ele municipal ou não, para desenvolver hortas comunitárias e a sua regulamentação.	0
383. Atendimento pelo plano de Saúde e SUS em Hospitais Particulares.	0
384. Redução do salário do Executivo Legislativo e Judiciário em mais de 50%.	0
385. Reavaliação salarial com alteração de lei sobre aposentadorias.	0
386. Extinção da política para os políticos que cometeram qualquer ato ilícito.	0

387. TEM SOLUÇÃO PARA INTERNET SER DE GRAÇA E TEM SOLUÇÃO PARA AS EDIÇÕES DIGITAIS DE TODOS OS JORNAIS DE TODO O BRASIL SER DE GRAÇA.	0
388. Concurso para delegado de polícia ,deve ter como exigência no mínimo 10 anos de comprovada experiência policial e nível superior em qualquer	0
389. Garantia de direitos à secessão das 5 regiões (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste) e/ou aos 26 estados.	0
390. Criar uma lei para que seja obrigatório o repasse da infração nos salários e demais benefícios no primeiro dia da data base	0
391. Peço que os criminoso paguem com trabalho sua pena, colocar os delatores para trabalhar na construções, construções de asfalto e outros	0
392. Que se crie uma lei definindo o dia da bíblia	0
393. Educação de Trânsito nas escolas nos níveis fundamentais e médios e Mestrado, Doutorado e Bacharel em Direito para ingressar no Poder Legisl	0
394. Empresas licitadas pelo governo são obrigatoriamente cidadãs, oferecendo 6 meses de licença maternidade para suas funcionárias.	0
395. Terceirização dos Presídios Estaduais	0
396. Penalidades para os pais que colocam os filhos em situação de risco	0
397. Validação da procuração para transferência de veículos	0
398. Redução De Custos Com Transporte E Estadias Dos Políticos	0
399. Livre escolha, pelo trabalhador, a qual Sindicato deseja se filiar.	0
400. Lei do Trabalho Certo Já que a pessoa com deficiência encontra-se com uma dificuldade enorme de arrumar trabalho	0
401. Criar ou adaptar uma lei que retire a fiança para crimes praticados por motoristas embriagados, que venham a atropelar pessoas.	0
402. Carros (blindados) apreendidos pela justiça que sejam doados, e reformados pintados para a polícia.	0
403. Atestado de comparecimento abonar horas ausentes no trabalho.	0
404. Acabar com a suspensão do processo penal quando o réu não é encontrado nos endereços por ele fornecidos e no seu domicílio eleitoral.	0
405. Proibir a criação de órgãos vinculados à Administração Pública Federal, Direta, Indireta e Autárquica, a criação de Conselhos Profissionais	0
406. Melhoria do sistema único de saúde	0
407. A retirada da comemoração do dia 12 de outubro.	0
408. Pacote de medidas anticorrupção	0
409. Proposta de implantação da CPMF	0
410. Corrupção! Tolerância zero.	0
411. Baixar os vencimentos de todos políticos em 60%, em vez de aprovar CPMF	0
412. A solução para internet ser de graça auto sustentável.	0
413. A ideia é que criar em todos os municípios do Brasil vereadores políticos mirins que como por exemplo igual a deputados mirins.	0

414. Inclusão da disciplina ciência política na grade do ensino médio, com o intuito de formar cidadãos conhecedores das políticas públicas.	0
415. Criar lei que incentive: A recuperação do infrator, a valorização do conhecimento e promova a paz e harmonia.	0
416. Obriga todos os políticos e cargos nomeados, a matricularem seus filhos em escolas públicas e utilizarem o sistema de saúde pública	0
417. Voto de rejeição na eleição de parlamentares municipais, estaduais e federais, inclusive, senadores.	0
418. Lei de Segurança Nacional	0
419. Acabar com horas extras pagas por folga (banco de horas)	0
420. Regulamentar o uso de som automotivo em meios urbanos.	0
421. Salvar a economia	0
422. Listagem de ingredientes com maior detalhamento	0
423. Descontos em passagens aos quem precisam viajar com urgência para o velório de parentes próximos como pais, irmãos, ou avôs.	0
424. Exigir escolaridade média para vereadores, deputados estaduais, prefeitos, e superior para governador, senador, deputado federal,presidente	0
425. Aposentadorias	0
426. Contra o projeto de lei de Cunha que dificulta o atendimento às vítimas de estupro.	0
427. Possibilidade de deduzir os gastos com curso de inglês na declaração de imposto de renda	0
428. Palestras educativas	0
429. Bafômetro e digital, para ligar o veículo	0
430. Suspensão de todos os benefícios pensionais para filhas solteiras maiores de servidores públicos	0
431. Obrigatoriedade de cursos profissionalizantes a alunos do ensino médio e esportes a alunos do ensino fundamental	0
432. Isenção unificada em concursos e seleções públicas: federal, estadual e municipal, e da administração indireta.	0
433. Evitar acidentes	0
434. Para melhorar a produtividade dos funcionários a avaliação deveria ser feita pela matrícula,individualmente.	0
435. Cobrança de impostos para pessoas físicas e jurídicas que reproduzam folders e panfletos distribuídos com fins de marketing e publicidade.	0
436. Expor com clareza, na forma da lei, os deveres dos pais e/ou responsáveis com a educação dos filhos.	0
437. Regulamentar o envio de e-mail marketing (spam) e oferecer ao usuário a opção de receber ou não propagandas veiculadas pelo meio eletrônico.	0
438. Obrigar que os bancos coloquem os recibos e comprovante de pagamento e operações com mais durabilidade, pois os mesmos apagam muito fácil	0
439. PCCR ou PCCS para funcionários públicos da administração direta	0

e indireta	
440. Punir políticos com a perda de mandato ao prometer obras e benefícios à população	0
441. Reforma fiscal, previdenciária e política já	0
442. Redução salarial de senadores e deputados, assim como do presidente da República.	0
443. Aumento de 35% para 40% no empréstimo consignado, sendo os 5% liberado para compra de usina solar residencial(energia solar)	0
444. Contra corruptos	0
445. Constar coordenada geográfica da empresa no CNPJ (CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA).	0
446. Amarrar o processo penal ao processo civil	0
447. Reciclagem de resíduos da construção civil para serem utilizados em obras públicas.	0
448. Federalização do ensino médio e fundamental	0
449. O orçamento previdenciário - custeio da previdência social.	0
450. As alterações promovidas pelo Estatuto das Pessoas com Deficiência no Código Civil devem ser inseridas no Novo Código de Processo Civil.	0
451. Aumentar a jornada de estágio de nível técnico para 8 horas diárias.	0
452. Proibição do uso de agrotóxicos em todos os tipos de temperos.	0
453. Fiscalizar e controlar todas as contas do Governo Federal no âmbito de sua gestão.	0
454. Formular adendo à Lei orçamentária de dispositivo coibindo apresentação de orçamento deficitário pelo poder executivo.	0
455. Fiscalização	0
456. Isenção de imposto de importação de equipamentos de radioamadorismo para radioamadores licenciados pela ANATEL	0
457. Agilizar a validação dos diplomas dos refugiados com ensino superior.	0
458. Otimizar serviços de saúde	0
459. Tornar imune ou isento quaisquer tipos de impostos incidentes sobre o arroz, feijão, ovo, leite, manteiga, água, margarina e pão.	0
460. PROPOSTA PARA O ENSINO BRASILEIRO	0
461. Reduzir ministérios	0
462. Não há necessidade de mudar a Constituição.	0
463. As principais vias, tais como avenidas e ruas com mão dupla devem ser vias expressas sem quaisquer cruzamentos com viadutos e trincheiras.	0
464. Criação de Carreira Única dos Médicos Públicos do Brasil vinculados ao SUS e Fundo Interfederativo para financiamento entre as três esferas.	0
465. Creio que a solução mais viável para uma estabilidade financeira seria os aposentados continuarem contribuindo com Previdência Social	0
466. Autonomia e fortalecimento na fiscalização do gasto público	0

467. Folga trabalhista para visita à casa Legislativa, bem como órgãos públicos do poder executivo de esfera municipal ou estadual.	0
468. Aumento de 100% nos impostos cobrados sobre as indústrias do tabaco, álcool e da pornografia, para investimento na área da saúde	0
469. Extinção automática do fator previdenciário para todos que na data da aposentadoria já haviam atendido 85/95	0
470. Tornar a agricultura no Brasil 100% orgânica.	0
471. Modificação da constituição e das leis extinguindo todos os tributos existentes e substituindo-os por um sistema simples de três tributos.	0
472. Punição para políticos corruptos.	0
473. Exercício da cidadania e do poder constituinte através da Iniciativa Popular centralizando as demandas no site do TSE	0
474. Novo código penal para o Brasil ,menos benefícios para réus	0
475. Ensino de língua espanhola no ensino fundamental das escolas públicas do brasil.	0
476. Responsabilidade solidária do partido político com o seu indicado a cargo no Executivo.	0
477. CRIAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO DESTINADO AO PROGRAMA "BOLSA FAMÍLIA", COM RESTRIÇÃO DE USO.	0
478. Descentralização das tomadas de decisões econômicas por órgão independente do Banco Central	0
479. Criar mecanismos para que os partidos tenham um limite para se reeleger.	0
480. Determinar um horário depois do horário bancário para a retirada e entrega de dinheiro em bancos por carros-fortes.	0
481. Impedir a reeleição de partidos ou coligados no poder executivo - alternância de ideologias e governo suprapartidário	0
482. Criação de um arquivo unificado a respeito de informações médicas sobre atendimentos, medicações e exames realizados no Brasil.	0
483. Instituir mecanismos de avaliação qualitativa e competitiva das multinacionais com sede no exterior	0
484. Penalizar ainda mais o crime de corrupção com verba pública de forma a inibir tal crime.	0
485. Coibir agressão física contra os professores	0
486. Punição a empresas de transporte coletivo público que não realizem a manutenção regular do veículo.	0
487. Ser obrigatório direcionamento para uma atendente real nos atendimentos eletrônicos por voz, caso não seja entendido o que o cliente deseja.	0
488. Coibir morosidades processuais	0
489. Igualdade para todos, tais como, o corte de benefícios e o uso do serviço público para todos sem exceção, desde a presidente ate vereadores.	0
490. Militarização da educação pública	0
491. Normatizar o tipo de letra e tamanho que deve ser utilizado para	0

informar a data de validade dos produtos, especialmente medicamentos.	
492. Alterar o artigo constitucional que obriga todo jovem a se apresentar para o serviço militar obrigatório ao completar 18 anos	0
493. Deveria ser item obrigatório cabo de chupeta em todos os automóveis	0
494. Fim do horário de verão em todo território nacional.	0
495. Proposta para Câmara Legislativa Federal que torna obrigatório para os parlamentares o conhecimento apropriado da Constituição Federal.	0
496. Reformar a forma de gastos com salários políticos para diminuir o superfaturamento das contas públicas	0
497. Instaurar noções de empreendedorismo, política pública, ética e cidadania, constituição brasileira e sistema político brasileiro nas escolas	0
498. Enquadrar as empresas envolvidas em corrupção na Lei 8257 de 26 de nov. de 1991.	0
499. Proibição de adoção de criança por casal homoafetivo.	0
500. Menor	0
501. Remuneração de estágio no valor correspondente à metade do piso salarial da categoria profissional a qual o estágio está vinculado.	0
502. Permissão De Servidores Públicos Em Diretorias De Associações De Moradores Sem Fins Economicos	0
503. Projeto de lei para melhorar o atendimento médico no brasil.	0
504. Fim do Foro Privilegiado para autoridades envolvidas em casos de corrupção ativa comprovada.	0
505. Mudar a Lei para facilitar o exame de vista para Carteira Nacional de Habilitação.	0
506. Proibir a venda de aparelhos e sistemas que permitam o desbloqueio do IMEI de celulares e venda de aparelhos que possam ter o IMEI alterado	0
507. Garantir o bem estar social e de saúde nos bairros residenciais	0
508. PEC que exclui o § 4º do Art. 86 da CF/88.	0
509. PEC que insere o afastamento do cargo eletivo por aclamação popular (vereador, prefeito, deputado, governador, senador e presidente)	0
510. Nas greves do INSS fica como responsável por pagar benefícios a beneficiários as empresas dos mesmos quando acidentados por trabalho.	0
511. Isenção de impostos em equipamentos de DJ e iluminação profissional para eventos que não possuam similar fabricados no Brasil.	0
512. Revogar o caráter indeterminado do contrato de funcionários públicos e criar mecanismos de avaliação do serviço prestado pelos mesmos.	0
513. Autoriza a cláusula de fidelidade e antiadulterio em casamentos	0
514. Combate ao contrabando, o tráfico de drogas, de armas, de munição e de explosivos	0
515. Educação federal	0
516. Redução dos impostos dos cigarros	0

517. Obrigatoriedade de implantação de máquina que emite o cupom discal em todos os estabelecimentos comerciais	0
518. Financiamento de cursos universitários de medicina pelas prefeituras, com contrapartida de serviços.	0
519. Tonar hediondo crimes de corrupção, pois muitos políticos roubam e nada acontece, as CPI's só acabam em pizza.	0
520. Transporte universitário obrigatório disponibilizado pelas prefeituras do país.	0
521. Bibliologia como matéria obrigatória nas escolas e universidades públicas e privadas em todo o Brasil.	0
522. Desconto em livros de autores que são filósofos, sociológicos, direito.	0
523. Direitos	0
524. Permitir a Auditores-Fiscais e equivalentes o direito ao exercício da advocacia, salvo contra a Fazenda Pública que os remunere	0
525. Criar uma lei onde nós cidadãos, temos direito de escolher a empresa que vai iniciar as obras para construção de algum ministério ou órgão.	0
526. Dar mais dignidade aos monoculares, reconhecendo na forma de lei federal esta condição (não corrigível e permanente) como deficiência.	0
527. Assegurar a revisão geral anual dos subsídios dos servidores públicos.	0
528. Limitar o uso de semáforos à ruas estritamente residenciais	0
529. O alcoolismo está fora de controle, com clínicas de reabilitação caras, e quase sem apoio público empresas do ramo deve bancar o tratamento	0
530. Limitar o contrato e acordos dentro do período de mandato dos governantes	0
531. Participação dos pais na vida escolar dos filhos	0
532. Inserir nos planos de saúde, sem custo, a presença de enfermeiros, e outros profissionais, para atendimento em clínica e domicílio.	0
533. Legalidade na documentação dos imóveis retomados Caixa	0
534. Uso da Aviação Militar especializada no combate a incêndios florestais.	0
535. Fim do foro privilegiado aos políticos, congresso, planalto e judiciário! E transparência total da vida pública!	0
536. Tornar agravante a participação de menores em crimes, acrescentando, pelo menos, 1/4 da pena para os maiores que concorrem para o delito.	0
537. Estabelecer critérios para a prova de vida de aposentados ser efetuada por profissional da instituição bancária na residência do aposentado.	0
538. Propor uma Lei que permitisse o abatimento de precatórios devidos pelo União, nas dívidas de financiamentos habitacionais.	0
539. Usar vídeo como forma de documentação extra em licitação	0

540. Isenção tributária de impostos incidentes sobre inventários em sede de gratuidade de justiça	0
541. Políticos devem fazer trabalhos na área social antes de poderem se candidatar	0
542. Mudar a lei que impede o comercio de caminhões americanos aqui no Brasil causando falta de segurança nas estradas, entenda por que.	0
543. Hasteamento da bandeira histórica nacional, a bandeira do império, no dia 7 de setembro, nos principais locais da nação	0
544. Caixa preta das vítimas de agressão; Meio de produzir provas contra os agressores de mulheres.	0
545. Segurança	0
546. Valorização das microempresas	0
547. Candidatos mais votados assumirem os mandatos	0
548. Tornar corrupção crime hediondo, com pena de 30 anos sem regime fechado sem progressão de pena.	0
549. COMBATER A SONEGAÇÃO FISCAL PARA OTIMIZAR OS PRODUTOS E SERVIÇOS E AUMENTAR A ARRECADAÇÃO DO ICMS	0
550. Dar o direito de todo cidadão acima de 18 anos, qualificado, de portar arma para sua própria segurança e de familiares.	0
551. Mudanças imediatas na administração do país	0
552. Criação de uma data em cada semestre para o início da vigência das leis aprovadas, aumentado a segurança jurídica.	0
553. Suspensão do salário dos servidores públicos com cargo eletivo enquanto estiverem presos e receberem apenas auxílio-reclusão	0
554. Conceder o poder de todo policial (civil, militar, pericia) de aplicar multa de trânsito.	0
555. o Brasil não tomar atitudes fortes hoje. O Brasil tem tudo para ser um grande líder mundial, tem território, não sofre desastres naturais.	0
556. O Fim dos impostos sobre consumo.	0
557. Identidade animal	0
558. Isenção de impostos sobre instrumentos musicais nacionais e importados, bem como seus acessórios	0
559. Promover assistência médica dentro de todas as instituições públicas e privadas do país.	0
560. Passagens aéreas	0
561. Redução do número de senadores de 3 para 2 representantes por Unidade Federativa, assim como estabelece a PEC 67/2007.	0
562. Retirar animais de condomínios ou sobre taxar no valor mensal do condomínio , tanto quantos forem os animais existentes>. Lei/n°4.591	0
563. Acabar com a cota para compra nos países vizinhos	0
564. Proponho a votação por urna eletrônica com emissão de comprovante impresso a ser depositado em urna específica.	0
565. Punir de forma mais rápida e prática, senadores e deputados federais, com suspeita de envolvimento em crimes de investigação exclusiva da PF	0

566. Políticos que quiserem se candidatar devem ter no mínimo o ensino médio completo, e para cargos de presidência, o ensino superior completo	0
---	---

APÊNDICE F - TABELA IDEIAS LEGISLATIVAS ENCERRADAS SEM APOIO SUFICIENTE NO PORTAL E-CIDADANIA.

Ideia Legislativa	Apoios
1. Regulamentação da profissão "cientista" no Brasil.	12154
2. Implantação da Monarquia Parlamentarista no Brasil	4767
3. Reduzir o preço dos livros	2306
4. Redução e limitação da quantidade de cargos comissionados.	2280
5. Aumento de pena aos delitos dos arts 123, 124, 125 e 126 do CP - infanticídio, autoaborto, aborto sem consentimento e com o consentimento.	1755
6. Proj. Anjo da Guarda:proteger crianças esquecidas em carros	1727
7. Dispor de 8% de toda riqueza do pré-sal para salário mínimo	1524
8. Porte de arma aos vigilantes que possuem curso registrado na policia Federal	1345
9. Estatizar os Conselhos de Fiscalização, vinculando suas arrecadações ao Orçamento Geral da União e subordinando-os ao Ministério do Trabalho	1217
10. legalização da maconha para uso recreativo e médico.	924
11. Trabalho somente para brasileiros na costa do Brasil.	913
12. Projeto de lei da Cannabis medicinal	810
13. Criação de Projeto de Lei que garanta que a Administração de empresas seja feita somente por Administradores e Tecnólogos em suas áreas	722
14. Regulamentação da profissão de operador de telemarketing.	708
15. Redução e limitação da quantidade de cargos comissionados.	684
16. Regulamentação da profissão de agente socioeducador.	680
17. Proibir os “chemtrails”: pulverizações químicas na atmosfera	627
18. Iluminação Pública	627
19. Fim dos benefícios pagos a ex-deputados e ex-senadores.	613
20. Solicitação obrigatória de exames de genética para verificar trombofilia em todas as mulheres antes da prescrição de anticoncepcionais.	578
21. Porte de arma ao cidadão de bem já.	555
22. Regulamentação para marcadores de “airsoft”(armas de pressão de uso permitido- ação de gás comprimido)– dispensa do certificado de registro	528
23. Retirar do Deputados, Senadores e Juizes o poder de aumentar os próprios salários.	501
24. Transformação das Organizações Religiosas em simples Associações Civas, no rol das pessoas jurídicas de direito privado	458
25. Liberação e legalização da maconha para uso recreativo para maiores de 18 anos	458
26. Maioridade penal	419
27. Reinclusão auxilio moradia para Militares	418
28. Alteração no armamento dos vigilantes do Brasil : liberação de calibres restritos e aumento da quantidade de munições .	378

29. Fim da imunidade tributária às entidades religiosas	365
30. Reabilitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, não aceitando as alterações da Lei de Diretrizes Orçamentárias proposta pelo Governo Federal	363
31. Está é uma solicitação pública, pleiteando que seja retirado das repartições públicas de todo Brasil, o símbolo religioso, da igreja católica	307
32. Regulamentação da profissão de tecnólogos.	297
33. Mudança do atual armamento da segurança privada do Brasil e maior carga de munição reserva	266
34. Direito Tributário. Extinção da imunidade tributária religiosa.	257
35. Mudança no armamento dos vigilantes de carro forte.	230
36. Fim de diversos "benefícios políticos", como auxílio-moradia e carros oficiais, para políticos, tendo por exemplo a Administração Sueca	218
37. Punição ao corrupto: Afastamento imediato; corte de remunerações; proibição de ocupação em novos cargos ,devolução de 5x o valor roubado.	208
38. Redução do Salário e Benefícios de Senadores e Deputados Estaduais e Federais	196
39. Filhos de políticos em mandato frequentarem escolas públicas	196
40. Fim do ensino religioso em escolas públicas	191
41. Suspensão temporária do título de eleitor para beneficiários de programas assistenciais, como bolsa família, após um período de seis meses.	190
42. Fim do voto obrigatório.	185
43. Fracasso Escolar: Alteração de Diretrizes e Bases. Currículo	179
44. Regulamentar a profissão do analista de sistema.	178
45. Redução da maioria penal para 16 anos.	173
46. Retirar o auxílio-moradia de todos os deputados	165
47. Obrigatoriedade de registro no NOTIVISA pelo profissional médico, das reações adversas graves ocasionadas pelo uso de anticoncepcionais	164
48. Aprovação do Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, quanto ao porte de armas para Fiscais Ambientais e Praças das Forças Armadas.	163
49. Remoção para acompanhar cônjuge, companheiro devido nomeação.	154
50. Reestruturação da carreira dos militares das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros dos Estados, Distrito Federal e Territórios.	152
51. Lei de Bem-Estar Animal	151
52. Direito do povo solicitar referendo e plebiscito na internet	150
53. Projeto para reativar transporte ferroviário	147
54. Definir como hediondo o crime de corrupção.	145
55. Disciplina de Legislação Básica no ensino médio.	144
56. Eliminação da figura do suplente parlamentar	140
57. Aumento salarial para as Forças Armadas.	139
58. quanto ao porte de armas	135
59. Eleições Limpas - Proposta de Reforma Política Democrática	125
60. Imposto de Importação - Isenção em remessas de pequeno valor	120
61. Redução salarial e de benefícios de todos os cargos políticos do Brasil destinando o restante do dinheiro para a educação e saúde.	117

62.	Estímulo a práticas sustentáveis (telhado verde, energia solar, energia eólica, composteiras domésticas) com redução de impostos.	116
63.	Retirada da menção "Deus seja louvado" das cédulas	114
64.	Exigir a reforma e reciclagem de pneus.	108
65.	Utilização de presidiários na execução de obras públicas.	107
66.	Porte de arma para vigilantes.	106
67.	Obrigatoriedade da utilização de software livre e de código aberto em todas as esferas públicas, Municipal, Estadual e Federal.	106
68.	Utilizar produtos de origem pneumática em obras federais.	105
69.	Redução salarial de agentes políticos.	104
70.	Fazer com que presos tenham que trabalhar para se sustentar enquanto cumprem pena	104
71.	Voto impresso.	99
72.	Prover financiamento para instalação de energia solar ou eólica residencial com parcelas equivalentes ao valor das ultimas contas de luz.	97
73.	Só através de Plebiscito poderá haver aumento de salários, verbas e benefícios dos Políticos.	94
74.	Caçar o mandato de político corrupto.	93
75.	Acabar com a aposentadoria compulsória dos magistrados.	89
76.	Conceder ao povo poder de expulsar um político corrupto.	88
77.	Tornar o transporte público "gratuito".	86
78.	Garantir os direitos e o tratamento aos portadores de doenças raras.	86
79.	Regulamentação do setor da Tecnologia da Informação.	84
80.	Obrigatório ensino superior e ficha limpa para candidatos	82
81.	Tornar as Urnas Eletrônicas inconstitucionais.	80
82.	TRANSPARÊNCIA NAS DOAÇÕES FEITAS AS IGREJAS.	80
83.	Fim do voto obrigatório	80
84.	Todos os presidiários terão que trabalhar na prisão.	79
85.	FIM DO VOTO OBRIGATÓRIO	79
86.	Não a reeleição de deputados, senadores e vereadores.	77
87.	Voto facultativo	76
88.	Proporcionar ao povo o direito de cassar políticos.	74
89.	Instituir o Dia Nacional da Liberdade de Impostos	74
90.	Porte de arma obrigatório.	71
91.	Aplicação de 80% do royalties arrecadados nos jogos da loteria federal na educação	69
92.	Obrigar membros do poder legislativo a trabalhar no mínimo 40 horas semanais, acabar com regalias e fim de foros privilegiados.	67
93.	Paintball: marcador não é arma!	66
94.	Fim da aposentadoria para cargos eleitorais.	65
95.	Acabar com a Taxa e impostos sobre equipamentos para RADIOAMADORES licenciados pela Anatel (Importados)	63
96.	Aceleração da identidade de gênero para transexuais.	62
97.	Auditoria da Dívida Pública	61
98.	Fim do imposto de renda o adicional de férias.	61
99.	Valorização dos Professores - Plano de Carreira em Nível Nacional	61
100.	Regulamentação da Maconha	60
101.	Garantir a não perturbação da ordem na vizinhança.	60
102.	Eliminar a necessidade de renovação de registro de arma de fogo.	60

103. Regulação da maconha como a bebida alcóolica e o cigarro.	59
104. Remover a classificação de Secreto dos documentos ligados ao financiamento do BNDES para obras de construção do Porto de Mariel em Cuba.	58
105. Todos os politicos devem receber apenas um salario minimo.	58
106. Fiscalização da carga horária cumprida pelos instrutores de trânsito no Brasil - Violação dos direitos trabalhistas dos instrutores	56
107. Trabalho de Conclusão de Mandato-(TCM).	55
108. Torpedos SMS via celular para centrais 190	54
109. Criar o imposto sobre grandes fortunas e regulamenta o mesmo .	53
110. Reforma do poder legislativo.	52
111. Detentos gerando economia para o Estado, ajudando-o na construção de casas populares e demais obras publicas.	52
112. Fim do imposto de renda sobre o 13º salário.	51
113. Permitir ao cidadão possuir armas dentro de sua propriedade.	51
114. Obrigatoriedade dos filhos de políticos estudarem no ensino público	50
115. Leis penais mais rígidas.	50
116. Limitar salários dos vereadores, deputados e senadores.	50
117. Fim da sustação de ação penal contra parlamentar denunciado	50
118. Proibir candidatos de usarem pseudônimos em campanhas	50
119. Redução do custo do Estado com o pagamento a parlamentares.	50
120. Todos os políticos eleitos tenham obrigação de utilizar serviços públicos.	49
121. Posse de armas	49
122. Maioridade Penal - 14 Anos	48
123. Pagº de 14ºsalário ao professor que recebe até 10sal/mínimos	48
124. Obrigatoriedade de fiscalização da receita federal do IRPF sobre políticos, servidores, e responsáveis por dinheiro público	48
125. Obrigatoriedade de nível superior para a autoridades do executivo	47
126. Voto distrital	47
127. Bloquear o sinal de celulares nos presídios.	47
128. Lei do Armamento	47
129. Convocação de Plebiscito para Sistema de Governo no Brasil em 2020	46
130. Fim da contribuição sindical compulsória	46
131. Lei que exija a realização de plebiscito para que a população autorize ou não, transações com dinheiro publico, com outros países.	46
132. Repasse dos recursos do petróleo para complementação do Piso Salarial dos Engenheiros, Químicos, Arquitetos e Veterinário do Setor Público	46
133. Estabelecer o salário dos parlamentares em função do salário mínimo.	46
134. Reduzir os salários de todos os políticos do país em 60% tendo em vista que as gratificações de mais de 100% são desnecessárias e surreais.	45
135. Adicionar 1h ao fuso horário do Brasil	45
136. Definir alíquota máxima de ICMS para as contas de energia.	45
137. Altera o sistema de aposentadoria dos congressistas, que passam a contribuir ao INSS e se sujeitam ao teto salarial deste.	45

138. Porte De Arma Para Vigilantes	44
139. Alterar a legislação eleitoral para tornar o processo mais justo, democrático e honesto.	44
140. Reduzir o numero de deputados federais e senadores para apenas dois por estado	44
141. Converter o crime de corrupção ativa e passiva em crime hediondo. Aumentando a pena para no mínimo 15 e no máximo 30 anos.	43
142. NIÓBIOBRAS	43
143. Proibir a ocultação, sob qualquer pretexto, do processo de apuração de votos, obrigando a sua divulgação em tempo real, voto a voto	43
144. Fim da urna eletrônica	42
145. tornar crime hediondo e sem progressão de regime os crimes que atentem contra a vida e a integridade física de policiais militares.	41
146. Fim do financiamento brasileiro a ditadura Cubana	41
147. Arborização mínima das cidades	41
148. Legislação específica para regulamentar a redistribuição.	40
149. Criar o Processo Legislativo Especial Federativo – PLEF	40
150. Políticos eleitos devem usar serviços públicos.	40
151. Pena triplicada para maior acompanhado de menor em crimes	39
152. Obrigatoriedade de diploma de curso superior para políticos.	39
153. Julgar menores como adultos em caso de crimes hediondos.	39
154. Introdução do direito constitucional nas escolas públicas.	38
155. Fim da cobrança do IPTU e do ITBI	38
156. Tornar crime hediondo homicídio realizado contra policiais.	37
157. Regulamentação da atividade de marketing multnível - MMN.	37
158. Obrigatoriedade de câmara de ré nos carros vendidos no Brasi	36
159. Concurso público para Ministro do STF, vedada a filiação a partidos políticos.	36
160. Tornar ofensa criminal qualquer intimidação sexual em vias públicas	35
161. Caracterizar desvio de verba publica como terrorismo.	35
162. Trabalho para os presos.	35
163. Fim do pagamento de salários para políticos	34
164. Ensino de economia e de direito nas escolas.	33
165. Fim do financiamento feito por empresas privadas e públicas ao Fundo Partidário.	33
166. Fim do voto obrigatório e plebiscito pelo parlamentarismo.	33
167. Casamento civil indissolúvel opcional.	33
168. Fundo de Defesa dos Direitos Trabalhistas	33
169. Fim das Férias de 60 dias para Juízes e Procuradores	33
170. Ensino de História da Africa como matéria própria nas escolas publicas	32
171. Um plano de Habitação para os Policiais Militares Civis e Bombeiros Militares, em que haveria um crédito pré-aprovado descontado em Folha.	32
172. A ideia é que seja direito do cidadão acima de 18 anos de idade que tenha porte de armas de fogo de qualquer calibre.	32
173. Fim de cotas para negros em e concursos.	32
174. Laqueadura pelo SUS para baixa renda a partir dos 18 anos	32

175.	Inclusão de introdução ao direito no ensino público.	32
176.	Tornar inafiançável todo crime praticado por ex-presidiário.	32
177.	Decisões judiciais em 3 meses para idosos maiores de 75 anos	32
178.	Não permitir uso recreativo, medicinal e indust. da maconha.	32
179.	Direito Penal. Pena de trabalho forçado. Instituição do trabalho obrigatório para presos.	31
180.	Alteração do Regulamento do Programa Bolsa Permanência-PBP Para poder ter acesso ao auxílio financeiro	31
181.	Acabar com o monopólio dos Correios	31
182.	Inelegibilidade eterna.	31
183.	Extinguir o quociente eleitoral.	31
184.	O reajuste das bolsas de Pesquisa CAPES e CNPQ para graduação, Mestrado ou Doutorado ser no mínimo o reajuste mínimo igual inflação.	30
185.	Torna abuso sexual e Pedofilia crime hediondo	29
186.	Incentivo ao esporte seguro.	29
187.	Castração química como punição para estupradores e pedófilos	29
188.	Proibição de candidatura a cargos públicos por parte de líderes religiosos.	29
189.	Permitir o cidadão denunciar infração de trânsito e recompensá-lo com parte do valor da multa	28
190.	Políticos devem usar o SUS(Sistema único de saúde)	28
191.	Contratação de pessoas para trabalhos de curta duração	28
192.	A legalização e comercialização da maconha no Brasil.	28
193.	CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO POLÍTICO.	28
194.	Imposto único.	28
195.	Plano de cargo e carreira para todos os Profissionais da Educação não docentes, ou seja, para todos os funcionários das escolas.	27
196.	Desconto de Imposto de Renda nos salários dos Policiais	27
197.	Disponibilizar para a sociedade o acesso aos resultados dos exames realizados por pacientes do SUS, através da internet em âmbito nacional.	27
198.	Obrigar a divulgação do nome do suplente dos parlamentares	27
199.	Fazer um concurso público para ocupação de cargos políticos.	27
200.	Projeto participe: participação da população em projetos	27
201.	Referendo quando Congresso rejeitar propostas da população.	27
202.	Fim da distinção entre calibre restrito e calibre permitido.	27
203.	Introduzir a disciplina "Educação Financeira" no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio.	26
204.	Obrigatoriedade de plantio de árvores nativas e abertura de canteiros verdes na calçada das cidades brasileiras	26
205.	Reduzir pela metade o número de Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.	26
206.	Nióbio reserva soberana	26
207.	Redução do número de deputados em todas as esferas.	26
208.	Descriminalização da maconha no Brasil.	26
209.	Casas de parto em todos os estados do Brasil	26
210.	CANDIDATOS A CARGOS POLÍTICOS DEVEM PRESTAR CONCURSO PÚBLICO	26
211.	Projeto de lei ajude a Sofia - Direito a tratamento no exterior custeado pelo SUS para crianças e adultos que correm risco de vida.	26

212. O imposto do lixo ser cobrado das empresas proporcionalmente à quantidade de lixo que geram.	25
213. Multa para quem estacionar em rampas de acesso para deficientes	25
214. Redução da maioria penal.	25
215. Fim da obrigatoriedade de estar filiado a um partido político para concorrer a um cargo eletivo de administração pública.	25
216. Reajuste do Salário Mínimo na mesma base de cálculo dos Deputados e Senadores	25
217. Todos os políticos eleitos para cargos federais (presidente, senadores e deputados) devem fazer uso da rede pública federal de saúde!	24
218. Baixar para 60 anos a idade de isenção do Imposto de renda Pessoa Física.	24
219. Lei mais rígida para proteger animais da agressão e espancamento	24
220. Criar cadastro nacional gratuito para CPF roubado.	24
221. Proposição de uma Lei que trate da Justiça Restaurativa.	24
222. Abono de permanência do servidor público para 30%.	24
223. Regulamentação da prática do Homeschooling.	24
224. Disponibilização gratuita, por meio da internet, de material de estudo considerado obrigatório para concurso público.	23
225. Tributar automóveis de acordo com o consumo de combustível.	23
226. Dedução dos valores de aluguel no Imposto de Renda.	23
227. Tornar o voto nulo válido.	23
228. Criminalização da homofobia e da transfobia.	22
229. Proibição do uso de carros de som para propaganda política	22
230. Imposto sobre grandes fortunas	22
231. Obrigatoriedade de novos condomínios de estarem equipados com formas de captação de água da chuva e placas de aquecimento por energia solar	21
232. Regresso da votação manual (por cédulas)	21
233. Financiamento dos Governos para o uso da Energia Solar	21
234. Voto e alistamento eleitoral facultativo.	21
235. Lei de responsabilidade educacional	21
236. Mudanças das leis para crimes hediondos bárbaros e cruéis.	21
237. SAMU NAÚTICO	21
238. Eleições legislativas e executivas separadas	21
239. Recall Político ou Revogação de Mandato Eletivo.	21
240. Cobrança de mensalidades a presos com condições financeiras favoráveis	20
241. Proibir o uso de jatinho da FAB para ministros de Estado	20
242. Devolução em dobro do dinheiro desviado pela corrupção.	20
243. Manutenção de escolas públicas feitas por empresas privadas	20
244. Projeto para controle máximo de passageiros em transportes públicos, evitando superlotação e aumento do contingente total.	20
245. Liberação de medicamentos derivados da maconha	20
246. Descriminalização da eutanásia	20
247. Proibir Saídas temporárias de condenados em crimes violentos.	19
248. Devolução, por parte do autor, de bens e valores danificados, roubados ou furtados às vítimas.	19
249. "Fim da progressão de regime prisional em caso de reincidência"	19

250. Criar lei tornando o STF, o TSE, o MEC, a Receita Federal, o MP, o TCU e a Pol. Federal partidários, e independentes do Pres. da República.	19
251. Impedir que candidatos usem da propaganda eleitoral e institucional para propagar mentiras e informações falsas ou enganosas.	19
252. Lei Seca - Alterar Índice Tolerável	19
253. Gratuidade do Estacionamento de Shoppings.	19
254. Trabalho remunerado para Presidiários com valor particionado	19
255. Diminuição do número de parlamentares.	19
256. Trabalhador escolhe o banco para empresa depositar o FGTS	19
257. Limitação de partidos políticos.	19
258. Isenção de imposto de renda.	19
259. Pontos públicos de saúde animal	19
260. Redução da maioria penal para 12 anos de idade já!	18
261. Considerar criança a pessoa até catorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre catorze e dezoito anos.	18
262. Fim do foro privilegiado.	18
263. Alteração das leis 12705/2012, 12704/2012 e 12464/2011, que limitam a idade para concursos das forças armadas	18
264. Criação de um sistema público nacional para cadastro do histórico de saúde das pessoas, a ser utilizado pela iniciativa pública e privada.	18
265. Obrigatoriedade de controle de estabilidade (ESP) nos carros	18
266. Obrigatoriedade do segundo grau completo para políticos.	18
267. Inclusão da disciplina de política no currículo escolar.	18
268. Ensino da Palavra de Deus - Bíblia nas Escolas.	18
269. Reformulação do sistema educacional brasileiro	18
270. Apenas dois senadores por Estado, sem suplentes.	18
271. Reajuste simultâneo de salários públicos.	17
272. Criar crime específico para punir o agente que transmite o vírus da imunodeficiência humana (HIV) que sabe ou deveria saber estar infectado.	17
273. Auxílio Moradia para Militares	17
274. Altera a lei nº 8.072/90 para considerar o crime de roubo, em todas as suas modalidades, e o de homicídio simples, crimes hediondos.	17
275. Incentivo a Ferrovias como transporte intermunicipal	17
276. Alteração da urna eletrônica eleitoral.	17
277. Criar cotas do ProUni para o programa Ciência Sem Fronteiras	17
278. Direito Constitucional no Ensino Médio	17
279. FIM DE VERBA DE GABINETE	17
280. Recontagem segura dos votos no caso de empate técnico com margem mínima de erro nas eleições - Lei Eleitoral	17
281. É preciso capacitação para representar a população.	16
282. MODAL AÉREO NA AMAZÔNIA	16
283. Fim da reeleição para o legislativo, ou seja, para deputados federais, senadores, deputados estaduais e vereadores.	16
284. Promulga-se nesta proposição que a triagem neonatal, também conhecida como "teste do pezinho", realize o exame de sangue da medula óssea.	16
285. Alteração e atualização da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985. Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em	16

Engenharia	
286. Revisão da inadimplência dos municípios em outro mandato.	16
287. Obrigar estados a construir presídios para evitar superlotação	16
288. Discutir e aprovar reforma tributária ampla e simplificada.	16
289. Campanha de incentivo ao planejamento familiar.	16
290. Aula de ciência política, social e saúde pública.	16
291. Mais rigor na punição de bandidos que utilizarem armas de grosso calibre	16
292. Critério curricular para se candidatar a cargo político eletivo.	15
293. Salário dos governantes	15
294. Assédio moral no trabalho	15
295. Obrigatoriedade de exposição do formato dos medicamentos (comprimidos) em tamanho real nas embalagens.	15
296. Obrigar as empresas que realizam vendas por telemarketing a informar aos clientes como obtiveram seus dados para contato.	15
297. Ingresso nos Tribunais de Contas por meio de concursos	15
298. Estender porte de arma funcional fora do horário de serviço.	15
299. Trabalho para os presos, reeducar, ocupar o tempo e a cabeça.	15
300. Reforma Política	15
301. Implantação de escolas públicas em regime integral	15
302. PROIBIR TRANSPORTE DE PASSAGEIRO DE PÉ EM TRANSPORTE PÚBLICO	15
303. Fim do voto obrigatório.	15
304. Extinção de uma das férias dos magistrados e MP.	15
305. Destinar as fianças da Lei Seca para o SUS.	15
306. Aumento do rigor para concessão de vistos, nacionalidade e cidadania para imigrantes no Brasil, precisamos da Lei de imigração mais severa.	15
307. Limitação de Juros no Cartão de Credito, e acordos de saldo devedor.	14
308. Concurso e Teste Psicotécnico para Assumir ou Concorrer a qualquer Cargo Político.	14
309. Carteira de Habilitação Ouro para condutores sem nenhum tipo de infração no prazo de 5 anos	14
310. Fim do alistamento militar obrigatório	14
311. Acabar com a imunidade tributária da igreja.	14
312. Responsabilizar parlamentar por danos causados à sociedade.	14
313. Políticos obrigados a utilizar os serviços públicos.	14
314. Proibir consumo e propagandas de álcool em vias públicas.	14
315. Cadastro de DNA	14
316. Direito ao aborto antes da 11ª semana de gestação.	14
317. Criminalização de motoristas embriagados.	14
318. Substituir os políticos que não trabalham.	14
319. Instituir a Polícia Municipal em todos os municípios.	14
320. Ensino da Constituição Federal nas escolas.	13
321. Aumento Penal para delinquentes perigosos	13
322. Acrescentar artigo na Lei 8.069/90 vedando que seja exigido, além do que já está previsto nesta lei.	13
323. Redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais.	13

324. Voto direto para Vice-Presidente da República, Vice-Governador, vice-prefeito e Suplentes de Senadores.	13
325. Diminuir o valor do salário de funcionário público que trabalha na área da política, que vá do cargo do vereador(a) ao/a presidente/a.	13
326. Proibição do aborto em todas as circunstâncias.	13
327. Proibição de uso de verba pública para realização de festas e shows	13
328. Adoção de critérios mais rigorosos para o recebimento do Bolsa Família.	13
329. Privatização do Sistema Prisional brasileiro	13
330. Fim dos veículos de tração animal	13
331. Todas as prefeituras devem cuidar das calçadas do município.	13
332. Fim de 1/6 na progressão do regime	13
333. Comercialização de carros híbridos e elétricos no Brasil.	13
334. Energia solar e eólica para todos.	13
335. Dedutibilidade no IRPF do custo de empregados domésticos.	13
336. O vereador deve ser reeleito por somente um mandato.	13
337. Direito iguais: cidadão comum e congressistas.	13
338. Reduzir salário, regalias e benefícios, para um salário mínimo o vencimento de todos os parlamentares dos poderes Executivo e Legislativo	13
339. Obrigar estabelecimentos hoteleiros a fornecer água gratuitamente aos hóspedes.	12
340. Restrição ao uso do número no CPF apenas para a Receita.	12
341. Proposta para o Kit Escola sem LGBT fobia	12
342. Tornar obrigatória a doação de órgãos, nos mesmos moldes em que ocorre em Portugal	12
343. Mudar o sistema de substituição dos Ministros do Supremo Tribunal Federal de: INDICAÇÃO para: eleição dentre os Magistrados de Carreira.	12
344. Inclusão de bebidas alcoólicas e tabaco na lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Que proíbe o consumo de drogas que causam dependência.	12
345. Políticos com os mesmos direitos do cidadão comum!	12
346. Sistema nacional de notificação de violência contra o animal	12
347. Implantar no ensino médio a constituição federal	12
348. Reduzir a zero os salários de presidente, deputados, senadores, governadores, deputados estaduais e distritais .	12
349. Aprovação dos tecnólogos em forma de lei PL 2245/07	12
350. Acabar com o deslocamento de presos de presídios até os fóruns para oitiva do juiz de direito usando a Teleconferência.	12
351. Obriga a identificação do policial em serviço	12
352. Maioridade Penal	12
353. A regulamentação da profissão de Cientista.	12
354. Incluir o tipo sanguíneo e fator RH na CNH	12
355. Inclusão de pais de deficientes nas cotas da lei 8213/91.	12
356. Não obrigatoriedade do alistamento militar	12
357. Sites eletrônicos para acesso aos três poderes.	12
358. Ferrovias já. Políticas que permitam sua implementação. Liberdade de locomoção. Princípio constitucional.	12

359. Elaboração de pena em dinheiro que o condenado deverá ganhar trabalhando na prisão para pagar indenização às vítimas e sua estadia lá.	11
360. Política pública de incentivos a bons motoristas	11
361. Uso facultativo de cinto de segurança aos integrantes das Polícias Militares dos Estados	11
362. Transformar Os Centro De Detenções De Menores Em Colégios Internos Militares	11
363. Lei anticorrupção (recursos públicos)	11
364. Grafia legível em receitas médicas	11
365. Rastros Químicos no espaço Aéreo Brasileiro	11
366. Geração de energia por presos a partir de bicicletas ergométricas.	11
367. Criação da Ordem dos Docentes do Brasil (ODB) para selecionar profissionais da educação básica e valorizar a categoria.	11
368. Piso salarial de vigilante de R\$3.000,00	11
369. Gestor Hospitalar para os hospitais	11
370. Implementação da matéria Informática em todas as escolas do Brasil.	11
371. Por fim a reeleição de candidatos a cargos políticos que se perpetuam no poder	11
372. Call center não deve ser terceirizado. A empresa deve ser responsável pelo seu relacionamento direto e indireto com o consumidor	11
373. Desacato ao vigilante em serviço.	11
374. Controle do Preço de Aluguel Residencial (Rent Control)	11
375. Estudo do direito constitucional e civil no ensino médio.	11
376. Presidiários trabalhando e estudando reduz a violência.	11
377. Prova de direito antecedendo a candidatura a eleição.	11
378. Voto comprovado	11
379. Ensino público pra filhos e dependentes de políticos	11
380. Fim dos partidos de aluguel.	11
381. Projeto Brasil sem drogas	11
382. Redução do consumo de bebidas alcóolicas.	11
383. Eleição única para todos os cargos.	11
384. Incentivos a conteúdo de ensino gratuito na Internet.	11
385. Folga no dia do aniversário	11
386. Construir crematórios municipais gratuitos nas capitais.	11
387. Limitar o reajuste dos salários parlamentares ao mesmo reajuste dado ao salário mínimo do trabalhador brasileiro	11
388. Obrigar, a partir 2017, o uso do gás argônio em luminárias LED adquiridas pelos municípios, com 10 anos de garantia mínima de fábrica.	10
389. Construção e Manutenção de Abrigos Coletivos para moradores de Rua	10
390. Impedir alterações constantes da Constituição da República Federativa do Brasil e promover a participação popular no processo político.	10
391. Anexar cidades com menos de 3 mil habitantes a cidades maiores	10
392. Disponibilizar sinal analógico ou digital da tv senado, tv câmara e tv justiça.	10
393. Militares das Forças Armadas, independente da idade, realizar Concursos/Processos seletivos para Curso de formação de Oficiais da PM.	10

394. Que sejam multadas as pessoas, pedestres que jogam lixo no chão, nas ruas, sabendo que tem lixeiras em todo lugar	10
395. Atestado de laicidade como critério de elegibilidade	10
396. Permitir ao cidadão , ajudar a combater os abusos, infrações e talvez mortes nas estradas.	10
397. Instituir venda exclusiva de bebida alcóolica em "BeerStore" (estabelecimento especializado, certificado e sistematizado)	10
398. Aproveitamento de aprovados em cadastro de reserva	10
399. Teste de bafômetro obrigatório	10
400. Reduzir o preço dos livros	10
401. Reduzir para no máximo 4 o número de Partidos Políticos no Brasil.	10
402. Incluir a disciplina "Noções de Programação" na grade curricular das escolas	10
403. Importação de arma de pressão e acessórios sem CII e LI	10
404. Cães farejadores dentro de penitenciarias para ajudar a combater drogas e celulares na entrada de visitas e agentes.	10
405. Institucionalização da pena de morte.	10
406. Carros equipados com sistema de rastreamento de fábrica	10
407. Isenção do pagamento sobre o registro de imóveis.	10
408. Fim da progressão em regime semiaberto p/crimes hediondos.	10
409. Proibição da transgênese no Brasil.Não aos Transgênicos!	10
410. Melhorar o sistema público de saúde e a educação.	10
411. Saque do FGTS.	10
412. Permitir e incentivar pesquisas com Cannabis Medicinal.	10
413. Incluir cidadania e conscientização no currículo escolar.	10
414. Poluição sonora vinda de veículos automotivos.	10
415. Internet banda larga.	10
416. Redução maioria penal.	10
417. Penalização do responsável pela empresa na Lei Anticorrupção	10
418. Fim da reeleição no Poder Legislativo em todas as esferas.	10
419. Promessas políticas sejam registradas em juízo e cumpridas.	10
420. Proibir propaganda eleitoral antecipada na mídia	10
421. Valorização da família brasileira.	10
422. Incluir Direito Constitucional no Ensino Médio.	10
423. Dez dias de férias a cada 4 meses	10
424. Regularização de ambulantes para venda em ônibus coletivo.	10
425. Propor a criminalização do agente que empreende fuga.	10
426. Aulas de Direito do Consumidor nas escolas.	10
427. Proibição de doutrinação comunista em escolas públicas.	9
428. Regularizar Incisos I,II e III,§ 4º, Artigo 40 da CF	9
429. Instituir Programa Nacional de Contra Ocupação Irregular, em áreas de riscos de desmoroamento.	9
430. Proteção da mata Amazônica	9
431. 15NC criado pela startup HLima Services. O objetivo é dar ao povo condições mínimas de sobrevivência, entre outros benefícios.	9
432. Limita candidatura a Presidência a apenas 2 vezes na vida e proíbe uso político de benefícios do estado	9
433. Crimes contra a administração devem ir a Juri Popular, composto	9

de especialistas no tema da pena.	
434. Tirar da Presidenta o poder de indicar quem favoreça o governo	9
435. Fim das propagandas eleitorais.	9
436. Substituir o atual "kit" entregue aos alunos e muitas vezes não/mal utilizado por um tipo de "cartão material escolar" movimentando o setor	9
437. Impedimento legal à existência de Candidatos Piadas	9
438. Transferência para o Ministério da Educação de parcela indenizatória pleiteada judicialmente em excesso.	9
439. Política nacional para os animais domesticáveis.	9
440. Proibição de cobranças de estacionamento em vias públicas.	9
441. Acabar com a urna eletrônica.	9
442. Candidatar-se apenas no seu Estado de origem.	9
443. Criar um teto salarial limite para jogadores de futebol.	9
444. Dados via internet para aplicações de mobilidade urbana.	9
445. Reestruturação da Polícia Federal.	9
446. Programa "IMPOSTO ZERO" para as empresas privadas.	9
447. Alterar a regra de acumulação remunerada de cargo público.	9
448. O povo deve conhecer melhor seus direitos e deveres.	9
449. Obrigatória creche e pré-escolar por tempo integral.	9
450. Reduzir o número de municípios brasileiros de 5561 para 524.	9
451. Prêmios de loterias em maior quantidade e com valor menor.	9
452. Separar os presos, não em alas ou blocos mais em presídios.	9
453. Proibir deputados e senadores ocupar vagas no executivo.	9
454. Políticas Públicas. Educação. Federalizaria o Ensino Fundamental Público e o Ensino Médio Público.	9
455. Faculdade pública somente para quem não tem condições financeira de pagar uma privada.	8
456. Critérios para exercer cargos políticos.	8
457. Planejamento populacional	8
458. Fim da contribuição do FGTS para o GOVERNO, o valor pago diretamente ao empregado que poderá aplicar em instituição financeira privada.	8
459. Projeto de Lei por Iniciativa Popular via Internet	8
460. Regulamentação de direitos do deficiente sobre transporte público	8
461. Proibir no transporte público que o passageiro de ônibus urbano fique em pé, obrigando o uso de cinto de segurança a todos	8
462. Escola Públicas administradas por militares (Forças Armadas ou Auxiliares) a fim de aumentar a segurança e manter os alunos longe das drogas	8
463. Diminuição do número de parlamentares da Câmara e do Senado Federal	8
464. Transferir para o povo a prerrogativa exclusiva de convocar plebiscitos e/ou referendos sem a necessidade de autorização do Congresso.	8
465. Acabar com a propaganda de governos sejam estaduais, municipais e nacional em tv.	8
466. Possibilitar apresentação de projetos de iniciativa popular por meio digital com inserção de nome, prenome, estado da federação e CPF.	8
467. Proibir Candidatos Impugnados pela Justiça Eleitoral de Continuar	8

com Campanha na Rua.	
468. Esvaziar cadeias, pois cadeia não melhora o cidadão, além disso é muito dispendioso, chega de jogar o dinheiro do povo no ralo.	8
469. Extinção de todos os cartórios de registro.	8
470. Padronizar qualidade do asfalto brasileiro.	8
471. Aumento de salário do governo deve passar por plebiscito	8
472. Redução dos salários e auxílios dos senadores e deputados.	8
473. Extinção dos cargos comissionados no poder público.	8
474. Arborização das cidades	8
475. Saneamento básico, saúde, cidadania, reforma urbana.	8
476. Proibição de propaganda de bebidas antes das 22 horas	8
477. Vereador e deputado ou prefeito com no mínimo curso superior	8
478. Indicação de ministros passarem pelo crivo do senado	8
479. Mudança na lei de execução penal.	8
480. Fim das restrições que da lei 9.263(artigo 10º)	8
481. Impostos menores para jogos e consoles no Brasil. Urgente.	8
482. Retirar o imposto de renda da remuneração das férias.	8
483. Concorrer a cargos eletivos por "candidatura independente".	8
484. A sociedade civil organizada nas sabatinas do Senado Federal	8
485. Eleição para Ministros do STF	8
486. Lei anticorrupção e deveres político	7
487. Oferecer atendimento veterinário a animais acidentados.	7
488. Maus pagadores pagam multas e bons pagadores recebem bonus? das contas públicas não! Desconto para o bom pagador!	7
489. Reduzir o número de parlamentares	7
490. Vincular os salários de todos os servidores públicos, incluindo deputados, senadores e juizes, ao salário mínimo.	7
491. Tornar proibida a retirada de filtros de motocicletas.	7
492. Paridade Salarial Entre Ativos E Aposentados No Serviço Publico Federal; E Incorporação Imediata Ao Provento Básico De Gratificações	7
493. A não privatização e/ou concessões de serviços públicos em locais como: Parques, Torres de TVs, Zoológicos, estacionamentos públicos,...	7
494. Voto direto para Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores	7
495. Airsoft não é arma	7
496. Altera por emenda o artigo 96 da cf impondo limites e controle da liberdade financeira do poder judiciario, "fim do auxilio-moradia"	7
497. Privatização da Petrobras e liberalização completa do mercado de combustível	7
498. Revoga Lei da Palmadilha ou Lei Bernardo pois não tem função.	7
499. Alteração do Inciso X do Art. 117. da Lei 8112/90 - Prestação de Serviços Autônomos	7
500. A competência p/aumentar os salários de carreiras de estado seja dividida, de modo que ninguém possa aumentar os próprios salários.	7
501. Vedar a incidência de impostos e contribuição social sobre armações para óculos, suas partes, lentes para óculos e lentes de contato.	7
502. Engenharia de Segurança do Trabalho	7
503. Soldados do Exército migrarem para a Polícia Militar sem concurso público.	7

504. Fim da prescritibilidade para crime hediondo	7
505. Tornar a lesão corporal grave um crime hediondo, com pena de 12 a 30 anos de prisão.	7
506. Construção de presídios por presidiários	7
507. Obrigatoriedade de Graduação e Pós Graduação em Ciências Políticas, Administração Pública e Relações Exteriores para candidatos ao Executivo	7
508. Classificar e Separar Criminosos para que dificultar aliciamento e formação de quadrilhas dentro de presídios	7
509. Aumentar a fiscalização nas fronteiras do País	7
510. Direito Penal, Constitucional e Eleitoral nas escolas.	7
511. Acesso ao cidadão a meio de proteção: gás de pimenta, teaser	7
512. Educação financeira nas escolas.	7
513. Regulamentação da canabis sativa, uso recreativo/medicinal	7
514. Praças de convivência para humanos e animais	7
515. PEC ANTI-TRÁFICO reclusão 10 anos para uso e porte droga.	7
516. Sistema de cotas baseado unicamente na renda	7
517. Votos brancos e nulos devem reduzir o número de políticos.	7
518. Tribunal do júri para crimes cometidos por parlamentares.	7
519. Poluição sonora vinda de carros particulares.	7
520. Energia renovável residencial	7
521. A implantação do voto facultativo no Brasil.	7
522. Fim do voto obrigatório.	7
523. Concurso público para cargos políticos.	7
524. "Recall" para políticos por meios eletrônicos.	7
525. Proibição das sacolinhas plásticas nos supermercados.	7
526. Fim do voto obrigatório	7
527. Limitar TETO SALARIAL do servidor em 20 salários mínimo.	7
528. Cassação de agentes públicos em razão de corrupção	7
529. Punição para candidato que não cumprir promessa.	7
530. Aprovação em concurso para candidatura a cargo político.	7
531. mega site compulsório de compras governamentais	7
532. Multa para quem joga lixo na via pública	7
533. Energia Elétrica	7
534. Combate ao desvio de verbas públicas, combate a corrupção punindo corruptos e corruptores, combate ao tráfico de influência.	6
535. Discussão sobre troco de centavos que estão ficando pra trás.	6
536. Tornar a corrupção crime inafiançável e imprescritível	6
537. Reforma no sistema de benefícios, salários e aposentadoria de deputados e senadores	6
538. CRR - Centro de Reclusão Ressocializador	6
539. Fim do Foro Privilegiado.	6
540. Estelionato Eleitoral	6
541. Coletivização Da Petrobras Administrada Por Funcionários Concursados E Divisão Dos Lucros A Todos Brasileiros Em Depósito Direto	6
542. A Democratização da Comunicação	6
543. Homologação de divórcio de casamento realizado no exterior sem necessidade de advogado e feita através do consulado brasileiro	6

544. Cintos de segurança em todos os ônibus de passageiros no país disponíveis em boas condições e a proibição de viajar em pé	6
545. Salário máximo	6
546. Invasão de propriedade rural como crime hediondo.	6
547. Limitar o número de reeleições no Legislativo.	6
548. Torna Sequestro relâmpago crime hediondo e dificulta progressão de pena	6
549. Descriminalizar a nudez inocente. O ser humano nasceu nu, a maldade está na cabeça de quem vê.	6
550. Altera a LEI No 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004, limitando o tempo de recebimento do benefício ao máximo em 12 meses.	6
551. Regulamentação do "Profissional de Saúde Pública"	6
552. Criação de um projeto de lei no qual disponibilize recursos para capacitação de jovens que moram em municípios com menos de 20 mil habitante	6
553. Criação de um fundo nacional de saúde. Cartão pessoal para cada cidadão para uso em hospitais privados. Privatização dos hospitais públicos	6
554. "Organização do Estado" como disciplina escolar obrigatória.	6
555. Exigência de curso superior a Deputados e Senadores.	6
556. Obrigatoriedade de placa sinalizadora de velocidade máxima em todas as estradas e cidades do Brasil afixadas nos postes dos radares.	6
557. Painel com a escala dos médicos nos postos e hospitais.	6
558. Redução gradativa carga horária de trabalho após os 40 anos.	6
559. Direito das crianças à uma melhor formação social.	6
560. Salário mínimo para o poder legislativo.	6
561. Demissão de funcionários públicos.	6
562. Reforma política através de uma constituinte exclusiva.	6
563. Acabar com as inúmeras apelações para julgamento.	6
564. Laicidade do Estado	6
565. Voto popular direto em projetos de lei na Câmara.	6
566. Reciclar todo o lixo do Brasil!	6
567. Retirar a retenção do IR no salário dos trabalhadores.	6
568. Diminuição dos impostos na fonte de renda do cidadão.	6
569. Constituição Federal como livro didático	6
570. Isenção/Redução dos Impostos nas Vendas de Livros	6
571. Reforma política: presidencialismo ou parlamentarismo?	6
572. Fim da reeleição sem limites para o Poder Legislativo.	6
573. Revogar lei permissiva de aumento dos próprios salários.	6
574. Vereador sem subsídio.	6
575. Diminuição da carga horária dos professores da rede pública.	6
576. Exame nacional de conhecimentos mínimos para candidatos.	6
577. Limite de funcionários não concursados nos Ministérios.	6
578. Bolsa de cursos e aperfeiçoamento para professores.	6
579. Obrigar todos pagarem multa, quando sujarem as ruas.	6
580. Atendimento aos servidores usuários de drogas ilícitas.	6
581. Logística reversa de materias oxidantes.	6
582. Privatização do sistema carcerário.	6
583. Desconto no IPVA e licenciamento ao bom motorista	6

584.	Proibir a demissão do cidadão que se aposentará em 3 anos.	6
585.	Multa por embriaguez ao volante baseada no valor do veículo.	6
586.	Tributação de igrejas e templos	6
587.	Alíquota única (10%) no Imposto de Renda de Pessoas Físicas	6
588.	Obrigar polícia a passar por treinamento e avaliação anual.	6
589.	escola integral x professor integrado	6
590.	Incluir direito no currículo escolar	5
591.	ACABAR COM O SUPLENTE INDICADO PELO SENADOR ELEITO	5
592.	Alto número de vítimas no trânsito sem responsabilização	5
593.	Redução dos deputados federais.	5
594.	Rever conceito de necessitado na atuação da Defensoria	5
595.	Valorização da caderneta de poupança para os necessitados.	5
596.	Proibição da livre comercialização de fogos de artifícios.	5
597.	Dedução da prestação da casa própria no Imposto de Renda.	5
598.	Mudança no sistema de governo.	5
599.	Proibir o uso de escapamento barulhentos nas motos de motoboys	5
600.	Todo ajuste salarial dos políticos deverão ser aprovados perante a referendo público	5
601.	Proposição de lei que os serviços prestados pelos Senadores e Deputados Federais, e Vereadores sejam voluntários, sem receber vencimentos.	5
602.	Instituição da reserva exclusiva do mercado imobiliário para os corretores de imóveis, acabando com a sonegação de impostos nas transações.	5
603.	Direito Penal. Introduziria no sistema penal a "pena educacional".	5
604.	ministros do STF não poder mais ser indicado pelo presidente da república.	5
605.	Instituição de um Sistema Público de Cinema.	5
606.	Defesa de realização de referendo, para se manter a republica presidencialista ou voltar a monarquia constitucional	5
607.	Instituir o comprovante impresso de votação e o boletim impresso de cada urna, bem como a contagem manual obrigatória dos votos.	5
608.	Fim Seleção Candidatos pela Legenda	5
609.	Afastar do cargo público ou político todo cidadão envolvido em denuncia de corrupção contra o patrimônio público e a sociedade, com provas.	5
610.	Reduzir e limitar o número de partidos no País	5
611.	Reforma política	5
612.	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	5
613.	Para exercer o cargo politico o cidadão deve ter uma formação mínima	5
614.	Fim dos políticos corruptos	5
615.	Aposentadoria especial para as pessoas com deficiências,lc 142/2013.usar os mesmos parâmetros na aposentadoria especial insalubres.	5
616.	Aumentar o número de professores no Brasil	5
617.	Alterar idade para se ingressar nas carreiras da Policia Militar e no Corpo de Bombeiros de 30 anos para 35 anos	5

618. Punição aos responsáveis por menores infratores	5
619. Avaliação Obrigatória Para Concessão De Diploma De Nível Superior	5
620. Utilizar o salário mínimo como unidade de referência de correção salarial para todas as categorias de trabalhadores, civis e públicos	5
621. Manutenção do programa bolsa família aliada à capacitação e averiguação periódica da capacidade de produção das famílias.	5
622. Legalização do aborto - foco na prevenção	5
623. Repasse aos controladores de voo de porcentagem dos lucros advindos das tarifas de companhias aéreas.	5
624. Alteração do artigo 401 regimento interno do Senado	5
625. Redução do valor do IPVA para motoristas não infratores no ano anterior.	5
626. Dar aos Brasileiros e Brasileiras residentes no exterior os mesmos direitos de representação política por via do exercício do voto.	5
627. Tornar o Adicional de Incentivo à Titulação para Professores em Rendimentos não Tributáveis	5
628. Fim do bicameralismo	5
629. Ter mais espaço para argumentação no portal e-cidadania.	5
630. Dessalinizador de água do mar 2015	5
631. Salário mínimo para políticos Abaixo do presidente da República	5
632. Liberação do porte, para uso, de cocaína; retirada da cocaína da Lista de Substâncias de Uso Proscrito e anistia aos usuários processados	5
633. Destinar os recursos públicos gastos com os planos de saúde dos políticos e com os médicos estrangeiros para o SUS	5
634. Criar a carreira única policial em todo o Brasil.	5
635. Descontar o valor do pedágio no imposto de renda	5
636. Uso dos serviços públicos por seus administradores e fiscais	5
637. Reduzir os US\$ 4,5 bilhões gastos em importação de Chips.	5
638. Obrig. de Bicicletário e duchas de banho em Órgãos públic	5
639. Fim dos Pedágios.Carga tributária já elevada ao Cidadão.	5
640. Criar indústrias de ponta com foco no silício e no nióbio.	5
641. Vereador, deputado ou prefeito com no minimo curso superior.	5
642. Reforma CPC qunato à fixação de honorários de advogado.	5
643. Fim da indicação dos ministros do STF pelo executivo.	5
644. Fim da prescrição dos crimes.	5
645. Liberação para Bacharel de Direito ao trabalho	5
646. Constituição Federal ensino fundamental e médio.	5
647. Referendo após dois anos de mandato para ratificar Governo.	5
648. Teto salarial para cargos eletivos.	5
649. Priorizar o combate a corrupção nos três Poderes.	5
650. Fim da aposentadoria compulsória.	5
651. Todo dependente deficiente permanecer no convênio médico.	5
652. Profissionalizar a gestão publica brasileira.	5
653. Apoio psicológico à educação em todo o país.	5
654. Cargos em comissão ocupados por servidor da carreira.	5
655. Informar os produtos que são testados em animais.	5
656. Alíquota previdenciária para condomínios residenciais.	5
657. Desconto no IPVA para cada pagamento de pedágio	5

658.	Prêmios de loterias depositados na poupança dos filhos.	5
659.	"Educação para o Trânsito" no currículo da Educação Básica	5
660.	Cursos profissionalizantes de 1 ano de duração.	5
661.	Permitir que a OAB e CNBB fiscalizem isenção das CPIs/CPMIs	5
662.	Definir o título Família.	4
663.	Equiparação do salário de professores.	4
664.	Piso Salarial regulamentado para Tec. de Seg. do Trabalho	4
665.	SHOWMÍCIO	4
666.	Inclusão de profissional fisioterapeuta nas escolas.	4
667.	Reduz o número de vereadores e definir seus subsídios.	4
668.	Guia médico de saúde pública.	4
669.	INSTITUIR LEIS SEVERAS CONTRA PIXAÇÕES	4
670.	Proibição de escrituras religiosas como fonte de direito	4
671.	Monitoramento constante de pessoas que já cometeram crimes.	4
672.	Regularização de profissionais formado nas áreas de Eventos	4
673.	Execução de leis tributárias após 180 dias da publicação.	4
674.	Voto aberto para senadores, deputados e vereadores já.	4
675.	Tornar crime hediondo a violência contra professores.	4
676.	Limitar o teto do subsídio dos parlamentares.	4
677.	Dedução de despesas no IRPF	4
678.	Aumentar vagas nos cursos de saúde nas universidades.	4
679.	Instalar amários nas escolas para guardar livros	4
680.	Apostas lotéricas discriminadas com CPF do apostador.	4
681.	Prêmio lotérico não resgatado ir para salário do Professor	4
682.	FGTS render 6% ao ano ao invés dos 3% atuais.	4
683.	Incluir a disciplina Cidadania no currículo escolar	4
684.	Aposentadoria Legislativa.	4
685.	Poluição sonora	4
686.	Alteração de política de remuneração para legislativo	4
687.	Redução da carga horária de trabalho.	4
688.	Avaliação e fiscalização do transporte público	4
689.	O valor da bolsa auxílio (estágio) deverá ser atualizado anualmente pelo mesmo índice utilizado para atualização do salário mínimo.	4
690.	Adição de calibre e armamento permitido aos vigilantes e seguranças privados descrito no art. 22 da lei 7.102 e seu paragrafo único.	4
691.	Aulas de Espanhol nas Escolas Publicas	4
692.	Retirar a estabilidade de servidores públicos de todo o Brasil	4
693.	Hasteamento da bandeira do Brasil em escolas e repartições.	4
694.	Reforma política: eleição alegre	4
695.	CPI - membros de partido que tenha integrante seu sendo investigado não poderá assumir funções de presidente nem redator das comissões.	4
696.	Sala de aula com professor e auxiliar de professor. Dois educadores trabalhando em conjunto por sala de aula	4
697.	Alterar a Lei nº 9.504/97, art. 46	4
698.	Valorização da Paz e do Saber	4
699.	Estatuto do Paciente	4
700.	Realizar concurso nacional de remoção entre órgãos que tenham cargos compatíveis entre si, com transferência da vaga e despesas.	4

701. Criminalização da NãoCristãofobia (violência física, psicológica e moral sobre quem não atende ou vai de encontro aos princípios cristãos).	4
702. Reforma da estabilidade no serviço público. É preciso que seja muito mais fácil um servidor público perder o cargo.	4
703. Nomeação De Ministros Do STF E Demais Conselhos Da Justiça	4
704. Aumentar os recursos mínimos a serem aplicados na educação. União: 27%. Estados, Distrito Federal e Municípios: 37,5%.	4
705. - Regulamentação mais adequada para os Turismólogos.	4
706. Introdução da Disciplina denominada Musica na grade curricular dos ensino fundamental e médio.	4
707. Proteção de nascentes e rios	4
708. Criação de uma Polícia única no Brasil	4
709. Qualifica o homicídio praticado contra policiais em serviço.	4
710. Mais rigor na punição de atividade de flanelinha e outras violações a bem público	4
711. Licença paternidade maior para pai cuidar da criança e ajudar a mãe.	4
712. Proibir eventos com som alto em via pública que expõem nudez, semi nudez,... e façam uso dos serviços públicos e usem a verba pública.	4
713. Estender a todos os brasileiros as proteções da Lei Maria da Penha	4
714. Estrutura mínima para os Conselhos Tutelares	4
715. Fim da concessão estatal para rádio e TV, proponho a privatização dos meios de comunicação em prol da liberdade de imprensa.	4
716. Proibição de empresas responsabilizadas por ilícitos de contratar com a Administração Pública.	4
717. Aumentar o valor da bolsa para estagiário para um salário mínimo, vale refeição e vale transporte	4
718. Acabar com a Pensão Alimentícia	4
719. Armas de calibre restrito para agentes penitenciários.	4
720. Criar o Departamento Nacional das Polícias Municipais	4
721. Tarifa de pedágio reduzida no período noturno (após 22h) como forma de modular o volume de tráfego nas estradas de maior trânsito	4
722. Proibição da venda e conseqüente criminalização ao comércio de bebidas alcoólicas e tabaco.	4
723. Direito ao servidor da área de saúde com registro em órgão de classe de possuir 3 (três) vínculos se a carga horária permitir.	4
724. Alistamento nas Forças Armadas opcional	4
725. Fim da carga horária acima de 06 horas por dia e sábados e domingos para todas as profissões.(salvos os de necessidade,PM,BM,hps,Samu,etc..)	4
726. Estender o porte funcional dos militares das Forças Armadas.	4
727. Projeto de Lei nº 874, de 2013 Cria a anotação no documento de identidade civil específica às pessoas com deficiência.	4
728. Proibir venda d bebidas alcólicas em postos de combustíveis	4
729. Unificar todas as corporações de segurança publica.	4
730. Censo animal	4
731. Alterar os critérios de escolha para ministro do STF.	4
732. Obrigatoriedade da instalação de "Telhado Verde"	4
733. CPI dos órgão públicos.	4

734.	Incluir todos os brasileiros na Lei Maria da Penha	4
735.	Isenção de 50% nas taxas de pedágios para estudantes.	4
736.	Regulamentação da profissão de Falcoeiro	4
737.	Máquina raio x todos presídios passagem advogado etc.	4
738.	Obrigatoriedade de uso do serviço público.	4
739.	Fim da remuneração de vereador de local abaixo 50 mil habit.	4
740.	Acabar com a discriminação que existe em cotas de cargos.	4
741.	Que o FIES possa se abatido no IR.	4
742.	Criação de centros de formação médico militar.	4
743.	Regulamentar a criação de ciclovias e bicicletários	4
744.	Destinar royalties do petróleo para segurança pública.	4
745.	Fim do voto obrigatório, voto é direito não obrigação.	4
746.	Alteração do armamento do transporte de valores do Brasil	4
747.	Liberar a comercialização do suplemento melatonina no Brasil	4
748.	Energia solar para todos.	4
749.	Fim da institucionalização dos partidos.	4
750.	Fim das pensões militares.	4
751.	Punição rígida.	4
752.	Proibir donos de rádio e/ou TV concorrer a cargos públicos.	4
753.	MENORES INFRATORES SÓ AUMENTA, POR QUÊ?	3
754.	Reabilitação profissional do INSS.	3
755.	Exigir áreas esportivas na construção de escolas públicas.	3
756.	Código Penal Estadual	3
757.	Todo político eleito deve prestar contas ao seu eleitor.	3
758.	Tornar imprescritíveis os crimes dolosos contra a vida.	3
759.	Ficha Limpa em todos os cargos públicos	3
760.	Obrigatoriedade de divulgação de financiamento de campanha.	3
761.	Benefícios para produtores orgânicos.	3
762.	Criação do Disque Corrupção	3
763.	Informar se um produto é testado em animais.	3
764.	Dia do aluno com os pais e professores.	3
765.	Fim da tolerância para reincidentes de qualquer crime	3
766.	Comissões populares para acompanhar as contas públicas	3
767.	LEI DE PROMESSAS ELEITORAIS COMPROMISSADAS	3
768.	Salários de deputados e senadores por meio de indenizações	3
769.	Unificação das polícias.	3
770.	C.D.E-Código de Defesa do Eleitor (Jorge Arnaldo de Paula)	3
771.	Veículos elétricos.	3
772.	Curso de formação profissional para legisladores	3
773.	Explicitação do valor dos impostos sobre as mercadorias e SV	3
774.	Racionalizar o valor de compra dos automóveis no Brasil.	3
775.	FIM DA IMUNIDADE PARLAMENTAR	3
776.	Alterar LEI 5700 e no Dia da Bandeira hastear de manhã.	3
777.	Qualquer cobrança extrajudicial deva ser escrita e detalhada	3
778.	Concurso público para conselheiros dos Tribunais de contas	3
779.	CONTRA DISCRIMINAÇÃO DO USO DE DROGAS: MANTER COMO CRIME.	3
780.	Criação de Lei para trabalhador estudante.	3

781.	Reduzir a cultura(consumo) da violência no cotidiano.	3
782.	Fim dos benefícios e redução de pena dos condenados.	3
783.	Formação superior para candidatos a cargo público	3
784.	Lápis sustentável	3
785.	Inclusão da disciplina de informática no ensino	3
786.	Imposto sob grandes corporações(IGC).	3
787.	Não obrigatoriedade de aulas aos sábados e domingos.	3
788.	Diminuir taxaço de componentes eletrônicos estrangeiros.	3
789.	Maiores poderes para órgãos de fiscalização	3
790.	Pensão para os Atletas vítimas de grave acidente	3
791.	Mudança do método pedagógico na escolarização.	3
792.	Doação de sangue.	3
793.	Encerramento de empresa.	3
794.	Fim da obrigatoriedade do programa A VOZ DO BRASIL	3
795.	Casas de acolhimento animal	3
796.	Cadastro Único para Adoção de Animais/ Programa "pet shop legal"	3
797.	Desoneração do ICMS na compra de combustível pelas úteis	3
798.	Site dos projetos de lei para votação popular.	3
799.	Óleo Diesel para veículos em geral.	3
800.	Jovens dispensados do serv.militar p/atuar na segur. púb.	3
801.	Política pública unificada para a proteção dos animais domésticos	3
802.	Acabar com o serviço militar obrigatório	3
803.	IRPF	3
804.	Proibir a atividade de flanelinha.	3
805.	Qualificar o atendimento prestado pelos servidores públicos	3
806.	Criação de disciplina de noções de economia no ensino médio	3
807.	Regulamentação da produção do cânhamo industrial.	3
808.	Fim da Indicação pelo Executivo para Cargos do judiciário	3
809.	Salário Máximo	3
810.	Trabalhador feliz.	3
811.	Aula de música obrigatória nas escolas públicas.	3
812.	Passe livre do Governo Federal(para deficientes)	3
813.	Garantir autonomia aos tribunais de conta.	3
814.	Formação política.	3
815.	Investimento em energia solar e eólica.	3
816.	Financiamento de equipamentos produtores de energias limpas.	3
817.	Acabar com a nomeação de servidores públicos sem concurso.	3
818.	Retirar o artigo 16 do marco civil da internet brasileira.	3
819.	Alteração de datas de pagamento dos aposentados do INSS	3
820.	Investimento em energia solar e eólica.	3
821.	O Brasil não sai do lugar.	3
822.	animar	3
823.	Equiparar o salário.	3
824.	Curso de libras (inclusão social).	3
825.	Política pública para controle de mortalidade infantil.	3
826.	Processo seletivo para candidatos aos cargos.	3
827.	Tratamento obrigatório para detentos dependentes químicos.	3

828.	Especificação de negação de crédito.	3
829.	Obrigatória enfermeira e técnica de enfermagem em creches.	3
830.	Diminuir os custos para energia solar nas residências.	3
831.	Estabilidade ao Técnico de Segurança do Trabalho.	3
832.	Redução do tempo de trabalho de mães de filhos de 0-15 anos.	3
833.	Transporte para alunos de pequenas cidades para faculdade.	3
834.	Diminuir para 16 anos idade para prestar concurso público.	3
835.	Promessas de campanha eleitoral.	3
836.	Derrubar decisões do judiciário por iniciativa popular.	3
837.	Precatório como crédito para fins de compra de imóvel.	3
838.	Imputabilidade penal proporcional a idade.	3
839.	Área privativa mínima para domicílio em edificação coletiva.	3
840.	Assistência social na casa do cidadão.	3
841.	GARANTIR O ENSINO DA CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA NAS ESCOLAS	3
842.	Excursão escolar obrigatória para Câmaras Legislativas	3
843.	Educação - verificação dos livros distribuídos.	3
844.	Serviço médico obrigatório.	3
845.	Poupança crescer mais	3
846.	Isenção tributária para alunos de Universidades Públicas, Escolas Técnicas Públicas e Bolsistas do Prouni na compra de material técnico.	3
847.	Desconto de 50% na compra de livros e materiais didáticos para professores.	3
848.	Lei do partido limpo, a idéia central é responsabilizar os partidos que tenha membros envolvidos, investigados e processados em corrupção.	3
849.	Criação de um plataforma online onde todos os cidadãos possam votar se são a favor ou contra determinado projeto de lei.	3
850.	Institui o dia nacional do cigano.	3
851.	Proibir o uso de animais de grande porte como veículo de carga	3
852.	R.P.I repondo a perda inflacionária.	3
853.	Tornar aborto crime hediondo. Acrescentar os art. 124,125 e 126 do código penal ao art 1º da lei 8.072, que dispõe sobre crimes hediondos.	3
854.	Aposentadoria Facultativa aos 25 anos de efetivo serviço com proventos Integrais a todos os Policiais Militares dos Estados e DF.	3
855.	Redução salarial de todos os políticos para o Teto Máximo de 1 salário Mínimo	3
856.	Porte de Arma para os Agentes de Trânsito Municipais de todo Brasil	3
857.	Obrigatoriedade de os agentes públicos eleitos matricularem seus filhos e demais dependentes em escolas públicas	3
858.	Criar a necessidade de aprovação em concurso público de provas e títulos para o preenchimento de todos os cargos públicos NÃO eletivos.	3
859.	Condicionar o percentual de assinaturas necessárias para projetos de iniciativa popular nos municípios à mesma proporção da PEC 286/13	3
860.	Marcação de consultas nos Postos de Saúde da Família por meio de um sistema do SUS na internet.	3
861.	Controle da natalidade.	3
862.	Maioridade penal	3
863.	Direito Administrativo. Impessoalidade. Extinção da possibilidade	3

de políticos colocarem seus nomes em todo o patrimônio público.	
864. Multar pessoas que joga lixo nas ruas e nos rios	3
865. Empregabilidade do Egresso do Sistema Penal	3
866. Resgate do FGTS para trabalhador que permanece no mesmo emprego por 5 anos.	3
867. Criação de um cadastro nacional de proprietários de telefones celulares e aumento das restrições durante as ativações de linhas.	3
868. Isenção para empresas que invistam na infraestrutura ferroviária	3
869. Penalização civil ao criminoso.	3
870. Imposto Único Federal E Iva "Partilhado" P/ Estados E Municípios	3
871. Punir Aquele Que Assumir O Risco De Matar Após Beber	3
872. Promover o amor a pátria, resgatar a consciência cívica	3
873. Redução de alíquota do Imposto de Renda aumentando o número de contribuintes.	3
874. Implantação de um professor auxiliar de língua inglesa nas universidades privadas na sala de aula do curso de letras	3
875. Extinção dos partidos políticos dentro dos poderes constituídos.	3
876. Fim do voto na legenda dos partidos	3
877. Instalação de Academias de Spinning Publicas - Spinning Verde® - geradoras de energia. Há um pré projeto em análise pela prefeitura do Rio.	3
878. Lei que visará proibir que a orientação sexual e/ou identidade de gênero continuem sendo critérios para a seleção de doares de sangue.	3
879. Renúncia compulsória dos Presidentes da Câmara e do Senado brasileiro em caso de investigação por corrupção e lavagem de dinheiro	3
880. Veiculação de propagandas "anti-corrupção" criadas pelo Governo Federal na grande mídia	3
881. Combate a corrupção	3
882. Criação do Vale Cultura Estudantil para estudantes de baixa renda.	3
883. Proibir o acesso de torcidas "organizadas" em jogos esportivos.	3
884. Dedução de 50% do valor pago em aluguel para dedução no IRPF.	3
885. Mudanças na cobrança do IPVA	3
886. Criação de um imposto sobre veículos poluentes e combustíveis.	3
887. Fiscalização total das fronteiras Brasileiras pelo Exército, Aeronáutica e Marinha.	3
888. "Nutrição" como disciplina escolar obrigatória para prevenção de doenças crônicas ligadas à má alimentação.	3
889. Reflorestamento do Brasil através do Clube de Desbravadores Adventistas.	3
890. Equiparação das leis civil e militar no tocante à regra de fixação de alimentos.	3
891. Alimento nas ruas é para todos	3
892. Fim da revista e parada policial sem fundada suspeita. A não ser a procura de armas.	3
893. Isenção de impostos por dez anos para os aposentados que queiram abrir empresas para complementar a renda familiar.	3
894. Casamento com opção de acordo de indenização contra adultério	3
895. Criação de Pesquisas (Ibope, Datafolha entre outros institutos) via online para acesso de todos os cidadãos.	3

896. Troca da do termo "Deficiente" por "Pessoa com limitação"	3
897. Todo Bacharel em Direito e aprovado na OAB pode advogar exclusivamente para si mesmo.	3
898. Todos os crimes da legislação devem ser reunidos em um único Código Penal, para serem facilmente acessados por toda a população.	3
899. Geração perpetua de energia / gerador de energia que foi descoberto por um brasileiro, mas reconhecido no Japão e França.	3
900. Isenção do Pagamento de ICMS sobre a conta de luz.	3
901. Multa para carros/motos flagrados em infrações de trânsito sem a presença da autoridade de trânsito.	3
902. Concessão de salário-maternidade às jovens de até 18 anos solteiras dependentes dos pais contribuintes da previdência social.	3
903. Regulamentar o uso da água no setor doméstico, industrial e agrícola.	3
904. A criação de referendos populares para elaboração, criação e veto de leis do poder legislativo .	3
905. Vincular o Projeto Ficha Limpa a Internet	3
906. Aumento da blindagem dos carros-fortes.	3
907. Regras para reeleição de político com baixo índice de aprovação geral.	3
908. Incentivos Fiscais e abatimentos de impostos para empresas que estimulam seus colaboradores a utilizar bicicletas como meio de transporte.	3
909. Notificação de Autuação	2
910. Cirurgia reparadora para ex-obesos que se trataram com dieta	2
911. Vigília das contas e da administração das Universidades	2
912. Obrigar o TCU e os TCE a denunciar crimes ao judiciário.	2
913. Obrigatoriedade do pagamento de PLR empresas privadas.	2
914. Ajuda de custo à estudantes universitários.	2
915. Limitação do foro por prerrogativa de função	2
916. Redução da violência e aumento da consciência.	2
917. Código de defesa dos direitos do cidadão.	2
918. Priorizar a pena ao invés de detalhar os atos criminosos	2
919. CONTRAPARTIDA DA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA.	2
920. Endurecimento das leis penais e aumento da maioria penal.	2
921. Inclusão de profissionais acupunturistas em postos de saúde.	2
922. Reduzir a quase zero a carga tributária sobre medicamentos.	2
923. Propor um percentual da verba federal para saneamento.	2
924. Indexação do salário de cargos públicos ao salário mínimo.	2
925. Fim da aposentadoria para os políticos após 8 anos.	2
926. Proibir senador e deputado ocupar cargos no Executivo.	2
927. Anuidade	2
928. Criar o 1º Código de Direito Marítimo.	2
929. Médicos recém-formados.	2
930. Combater de forma simples e eficaz a violência no país.	2
931. Prazo para emissão de alvará.	2
932. Prazo máximo de dois mandatos para deputados e senadores.	2
933. Direito adquirido na 1ª fase da OAB.	2
934. Promessa eleitoral é dívida. Sob forma de contrato popular.	2

935.	Vincular o salário do legislativo ao do magistério.	2
936.	Psicólogo escolar.	2
937.	Crédito fiscal a médicos que atendam pacientes da rede SUS.	2
938.	Reduzir publicidade de entes públicos em ano eleitoral	2
939.	Unificação da segurança pública dos Estados.	2
940.	Combater fraudes bancárias.	2
941.	Divulgar gastos parlamentares com cópia do item produzido.	2
942.	Melhor exposição das informações nutricionais nos alimentos.	2
943.	Proibir políticos de terem programa em emissoras.	2
944.	Uso indevido do CPF	2
945.	Uso gradual de energia limpa nas estruturas das prefeituras	2
946.	Ordenação na distribuição de médicos pelo Brasil	2
947.	Separar os detentos por tipos de crimes e não alas ou blocos	2
948.	Fim de carreatas e comícios em eleições municipal.	2
949.	Energia azul.	2
950.	Greve de funcionários públicos.	2
951.	Médicos formados prestarem serviço social	2
952.	Desvincular 60% do FUNDEB e repassar o direto aos educadores	2
953.	Controle da comercialização de artefatos pirotécnicos	2
954.	Revisão da EC 41/2003	2
955.	Voto fundamentado para os parlamentares	2
956.	Mudança no Senado e legislativo municipal.	2
957.	Reserva e Aposentados serem professores em escolas públicas	2
958.	Obrigatoriedade cumprimento das promessas feitas em campanha	2
959.	Tirar de circulação veículos que incomodem com som alto.	2
960.	Coletes e capacetes balísticos para os cidadãos brasileiros.	2
961.	Votação de leis pelos cidadãos pela TV e Online.	2
962.	Alteração na Constituição Federal.	2
963.	Processo de escolha do diretor escolar.	2
964.	TRÁFICO E USO DE INTORPECENTES PROIBIDOS	2
965.	Aumentar a idade para entrar na polícia militar.	2
966.	Criação de cadeia produtiva pública em eletrônica avançada.	2
967.	Diminuir acidentes nas rodovias	2
968.	Vincular a distribuição orçamentária à satisfação do povo	2
969.	Aquedutos para a vida, seja amor, administre a vida.	2
970.	Dividir melhor os impostos	2
971.	Preços dos veículos comercializados no Brasil abusivos	2
972.	FIM DA REELEIÇÃO PARLAMENTAR	2
973.	Recompensar os bons motoristas.	2
974.	Criar o Sistema Nacional de Aviação Civil	2
975.	Projeto de lei aprovado pelo povo.	2
976.	Escolha do suplente parlamentar através do voto direto.	2
977.	Substituição do Seguro Obrigatório - DPVAT	2
978.	Gratuidade do serviço de informações telefônicas.	2
979.	Medida de segurança para criminosos sexuais e pedófilos	2
980.	Proibir venda e exposição de revistas adultas a menores.	2
981.	Doações para campanhas eleitorais	2
982.	Extinção da Polícia Militar.	2

983.	Projeto de lei de segurança pública	2
984.	Poluição sonora vinda de carros particulares.	2
985.	Isenção do total do ICMS.	2
986.	Fim da Progressão Automática no Ensino Fundamental	2
987.	CNH-Carteira Nacional de Habilitação com valor acessível	2
988.	Enquadrar os donos de bares por coparticipação em acidentes.	2
989.	Autorização de corte de árvore nas cidades por um biólogo.	2
990.	Tornar a capoeira obrigatória nas aulas de ed. física.	2
991.	Estatuto do desarmamento	2
992.	Melhoria e qualidade da segurança nos estádios de futebol	2
993.	Extinção do Senado enquanto casa revisora das leis	2
994.	Maioridade para 16 anos.	2
995.	Proibir contribuição de idosos a igrejas.	2
996.	Desonerar ou diminuir do imposto de renda dos alugueis.	2
997.	Piso do profissional da engenharia pública.	2
998.	Governo exibir propaganda educacional de combate às drogas.	2
999.	Proíbe divulgação de imagens/dados pessoais sem autorização.	2
1000.	Legalização de toda e qualquer droga.	2
1001.	Obrigatoriedade de uso de luz amarela nos piscas de carros	2
1002.	Melhorar o ensino jurídico no Brasil.	2
1003.	Indústria reaproveitar 100% das embalagens que comercializa.	2
1004.	Gratuidade nas passagens aéreas para idosos e deficientes.	2
1005.	A VIOLÊNCIA - AS MULHERES E PAIS IRRESPONSÁVEIS - ABANDONO.	2
1006.	Libera o funcionamento irrestrito de Rádios Comunitárias.	2
1007.	Criação de um partido da mulher católica brasileira.	2
1008.	Celeridade Processual-agilidade e limitação na jurisdição.	2
1009.	Ensino de química e física nos quatro últimos anos do EF.	2
1010.	Redução de 50% do número de deputados e senadores.	2
1011.	Perda de mandato legislativo.	2
1012.	Obrigatoriedade de cinto de segurança em ônibus municipais.	2
1013.	Aumentar os impostos sobre cigarros e bebidas destiladas.	2
1014.	Formação de jovens cientistas.	2
1015.	Renúncia à cargo eletivo para concorrer a reeleição.	2
1016.	Extinção gradual de impostos sobre alimentos.	2
1017.	Libera o funcionamento irrestrito de Rádios Comunitárias.	2
1018.	Reduzir prazo e tornar efetiva a cassação de gestor público.	2
1019.	Voto regional	2
1020.	Cargos executivo:51% Votos Nulos=Nova(eleição/candidatos)	2
1021.	Exigência do regime de alcova(livre/restrita)no casamento.	2
1022.	Mudança das Placas de Obras Públicas.	2
1023.	A urna eletrônica deve permitir recontagem de votos.	2
1024.	Implantar área industrial nos municípios c/ menos 50.000h	2
1025.	Celeridade no judiciário	2
1026.	Árvores e plantas em todos os lugares.	2
1027.	Descentralizar a segurança pública nacional.	2
1028.	Todo condenado a prisão deve trabalhar.	2
1029.	Destituição do parlamentar de seu mandato pelo eleitor.	2

1030. Mudança no Código Penal: Alteração nas Leis.	2
1031. Inclusão de nova matéria escolar sob o título cidadania.	2
1032. Transformar rendimento dos presos por latrocínio.	2
1033. Liberação dos jogos de sorte no sertão nordestino.	2
1034. Votação imediata da PEC 45/2009 (PEC do Controle Interno).	2
1035. Promover a proteção do policial honesto no Código Penal.	2
1036. Lei de responsabilidade educacional.	2
1037. Assistência Judiciária Integral e Gratuita "Trabalhista".	2
1038. Dedução de curso de idiomas do imposto de renda.	2
1039. Conferência do voto pelo eleitor.	2
1040. Evitar quedas de pessoas durante manutenção em postes.	2
1041. Alterar todas as leis que criam diferenças salariais.	2
1042. Redutor de velocidade nos carros do Brasil.	2
1043. Segurança automobilística.	2
1044. Mais profissionais de saúde (rincões do Brasil).	2
1045. Pregão para contratações feitas pelos partidos políticos.	2
1046. Concurso público para contratação temporária.	2
1047. Atualização do estatuto da criança e do adolescente.	2
1048. Proibir quem estiver respondendo a processos na Justiça a se candidatar a cargos políticos.	2
1049. proibir o uso de adesivos de propaganda política nos carros	2
1050. Reajuste automático no mesmo percentual do salário mínimo para outras categorias que tenham vencimentos de valor superior.	2
1051. Dar às pessoas condições de assistir à TV senado e à TV justiça, ou seja atingir toda a população, principalmente as mais carentes.	2
1052. Proteção moral, emocional, psicológica da criança de 0 à 9 anos	2
1053. Prestação de serviços à comunidade em contrapartida à concessão de benefícios pelo Estado.	2
1054. Obrigar empresas e agencias de emprego a dar retorno de feedback aos candidatos a vagas que anunciam	2
1055. Bolsa para treinar em academia de defesa pessoal.	2
1056. Encarregado de segurança privada somente com curso de vigilância.	2
1057. Tornar o corte de árvores irregular crime hediondo	2
1058. Editais de licitação para contratação de concessionárias de transporte público devem conter planilhas reais relativas ao custo do transporte	2
1059. Proibir as concessionárias de transporte público de estabelecerem metas de desempenho que impliquem a má prestação do transporte público	2
1060. Possibilidade de campanha apenas pelos meios de comunicação gratuitos e exigência de qualificação funcional para o exercício da política	2
1061. As leis devem ter validade de 5 anos. Dentro desse prazo serão aperfeiçoadas ou extintas, à exceção da Constituição e dos Códigos	2
1062. Evitar o desperdício de recursos públicos submetendo contratos à análise prévia pelo Poder Judiciário .	2
1063. Impedimento,por parte de partido político,de indicar candidato para disputa eleitoral se outro correligionário já tiver sido antes reeleito.	2
1064. Aumenta a pena para estelionato e reduz beneficio para assalto	2
1065. Código Penal Estadual.	2

1066. Mais vagas para concursos públicos federais.	2
1067. Exemplo de inclusão do animal doméstico em programa assistencial humano.	2
1068. Criar lei que impeça redes sociais de EXIGIR dados pessoais	2
1069. Proibição de flúor na água (flúor é veneno para nossa saúde)	2
1070. Cobrança da taxa condominial na fatura de energia	2
1071. Construção de presídios federais	2
1072. Lei que de ao Agente de Apoio Sócio Educativo, poder de Policia e que seja valorizado o profissional que trabalha com adolescentes infratore	2
1073. O fim das classes especiais na educação pública .	2
1074. Dispensar o servidor público do serviço por dois dias no caso de falecimento de avós, tios ou primos.	2
1075. Fim das tarifas de roaming de celulares dentro do Brasil	2
1076. Escolaridade mínima a pessoas que anseiam ser politicos	2
1077. Piso salarial p/ tds categorias de servidores municipais.	2
1078. Participação em prestação de serviço em hospitais de trauma	2
1079. Portador de doenças crônicas ser isento de pedágio	2
1080. O Jiu-Jitsu brasileiro como patrimônio cultural imaterial.	2
1081. Fim dos concursos públicos no Brasil!	2
1082. Permitir a doação de órgãos e sangue de detentos.	2
1083. Implementar seg.do trabalho e m.ambiente nas esc.públicas	2
1084. Destinação pública padronizada dos restos mortais	2
1085. Legislação para transformação de Associações em Condomínios	2
1086. Prorrogar pensão civil dos universitários maiores de 21a.	2
1087. Fim do trote em faculdades/universidades	2
1088. Energia inteligente em casa (smart energy in house)	2
1089. Fim de qualquer tipo de carência em planos de saúde.	2
1090. Campanha eleitoral	2
1091. Aluguel de imóvel para moradia. Dispensa de depósito, fiador e seguro fiança. Garantia ao locador com consignação de parte do salário.	2
1092. Parceria entre Veterinários e Psicólogos	2
1093. Transporte escolar para alunos do curso superior	2
1094. Direitos trabalhistas para profissionais da educação	2
1095. Incentivo econômico para conservação de nascentes rurais.	2
1096. Candidatar-se apenas no Estado em que nasceu.	2
1097. Microalgas como fonte de alimento, combustível e outros.	2
1098. Recurso nos Juizados Especiais independentemente de Advogado	2
1099. Crédito habitacional p/ pessoas com cadastro no SPC/SERASA.	2
1100. Acessar o facebook através de fórmulas de matemática.	2
1101. Introdução à psicologia no ensino médio.	2
1102. Conceder 08 dias de luto para ex-cônjuge Para apoiar filhos	2
1103. Criação dos conselhos regionais e federal de informatas.	2
1104. Regulamentação e normatização de concursos públicos.	2
1105. Lei que Institua Hospital para idoso e deficiente físico	2
1106. Proibição de comercialização de listas de e-mails.	2
1107. Acabar com o transporte coletivo de pessoas sem segurança.	2
1108. Dar fim à educação obrigatória	2
1109. REFERENDO PARA CONTINUAÇÃO DO MANDATO DE POLÍTICOS	2

1110. Proibir a propaganda de bebidas alcoólicas.	2
1111. Ensino sobre respeito a diversidades	2
1112. Conferir ao TCU maior controle sobre Licitação e Contratos Públicos	2
1113. A população fiscaliza as práticas erradas de motoristas e enviam flagrantes por foto de inflação ao governo para que este tome providencias.	2
1114. Tornar crime hediondo o roubo de aniamis domésticos	2
1115. Fim do Ensino Religioso nas escolas públicas	2
1116. Meia-entrada em cinemas, teatros e shows.	2
1117. Permitir que estudantes da EJA, trabalhem no máximo até as 18hs00min.	2
1118. Responsabilização do Estado pelo dano Ambiental	2
1119. Corte De Salários De Grevistas, Acabar Com Pagamentos De Salários Para Grevistas Que Não Trabalham No Período De Greve	2
1120. Vamos valorizar nossos trabalhadores e aposentados além de conter um pouco a inflação que não para de subir o salário máximo bom pra todos.	2
1121. Medida objetivando ampliar o combate à corrupção	2
1122. Proponho lei que obrigue as escolas da rede pública a ter enfermaria equipada com técnico de enfermagem.	2
1123. Calçamento permeável	2
1124. Auxilio Moradia Para Militares das Forças Armadas	2
1125. Acrescentar a palavra AMOR ao lema escrito em nossa Bandeira Nacional, que então passaria a ser AMOR, ORDEM E PROGRESSO.	2
1126. Isenção da taxa de inscrição em concursos federais para os doadores de sangue.	2
1127. Dispensa de necessidade de intimação para cumprimento de sentença que reconhece a exibibilidade de pagar quantia certa em Sede de Juizados.	2
1128. Fixar o salário de membros do Legislativo, executivo e judiciário em um número fixos de salários minimos	2
1129. Obriga a construção de casa e prédios com sistema de reuso da água servida (que foi utilizada em máquinas de lavar e pias) internamente.	2
1130. Fomentar o nascimento de rádios comunitárias com abrangência maior	2
1131. Criará a PFF (Polícia de Fronteira Federal), que terá como finalidade patrulhar e fiscalizar as fronteiras terrestres de nosso país.	2
1132. O aumento do salário dos políticos não podem ultrapassar 1/3 do aumento do salário da classe trabalhadora.	2
1133. Instituição Do Regime Parlamentarista Com O Voto Distrital-Instituição Do Bi-Partidarismo - Substituição De Legislador Cassado	2
1134. Remanejamento ou construção de "quarteis de Fronteiras" para as Forças Armadas.	2
1135. Vedação de pessoa jurídica ou privada contratar com Administração ou realizar doações de campanha quando receber empréstimo de banco público	2
1136. Lei que obriga o estudo da constituição e civismo nas escolas brasileiras, para melhor educação de nossos filhos.	2

1137. Estender a isenção de tributação das igrejas a outras associações que girem em torno de ideias.	2
1138. Fim da taxação abusiva	2
1139. Emancipação do infrator para aplicação das penas	2
1140. Criar centro de estudo pesquisa e desenvolvimento p/ câncer e correlatos.A ideia central é um centro avançado intuito inicial gerar exame já	2
1141. Composição do STF por indicação do Chefe do Executivo. Tripartição de poderes entre aspas.	2
1142. Direito Penal. Penas. Precisamos instituir a pena restritiva de direito para pessoas jurídicas.	2
1143. Reestruturação de todas as fundações casa e presídios.	2
1144. Incluir o estudo da CLT na grade curricular do Ensino Médio	2
1145. Diminuir Despesa De Presidiário Para A União	2
1146. Pagamento total do vale refeição e vale transporte por conta do empregador, e não mais rateado com o empregado.	2
1147. Aumento da nota obrigatória escolar de 5 para 7	2
1148. Ajuste Fiscal.	2
1149. Aposentado que segue trabalhando perde direitos	2
1150. Limitação de mandatos para o legislativo	2
1151. Valorização Da Atividade Física Nas Escolas, Visando Oferecer Às Crianças Uma Forma De Preencherem O Seu Tempo Com Atividades Saudáveis	2
1152. inconstitucionalidade do decreto 2172/97 ferimento da lei 9732/98 no seu artigo 58 § 1º e aplicação retroativa do decreto 4882/03.	2
1153. A obrigatoriedade de incluir na matriz curricular das escolas de ensino fundamental e ensino médio a prática de um esporte olímpico.	2
1154. Incluir nas hipótese de liberação do FGTS a utilização para formação educacional(fundamental,médio,EJA,superior,pós-graduação)e qualificação	2
1155. julgamento de todos os criminosos pela justiça comum seja quem quer que for inclusive juizes e promotores	2
1156. Diminuição de impostos para venda e produção de filmes e música aqui no brasil	2
1157. Dedução do IPVA no IRPF.	2
1158. extinção da taxa de iluminação pública em todo território nacional.	2
1159. Dedução de IRPF sobre gastos com Médico Veterinário	2
1160. Extensão aos Oficiais de Justiça da isenção de impostos concedidos aos taxistas por conta da aquisição de veículos novos.	2
1161. Entidades religiosas proibidas de obter lucro com suas atividades.	2
1162. Mudança no código penal brasileiro	2
1163. Fim da Vistoria Anual Obrigatória Para motos e automóveis no Estado do Rio de Janeiro.	2
1164. Lei de Incentivo às Mídias de Digitais de Independentes de "Boas Notícias"	2
1165. Reformar o sistema eleitoral e propaganda politica	2
1166. O ingresso no Oficialato nos quadros principais das Polícias Militares no Brasil devem ser por Bachareis em Direito.	2
1167. Torna bens adquiridos com arrecadacao de igrejas, ongs e	2

associacao patrimonio das mesmas	
1168. legalização de acumulo de cargo público, a funcionários concursados e que tenha compatibilidade de horário em quaisquer cargo.	2
1169. Baratear o preço do suco de uva sem álcool para o tratamento e cura do mal de Alzheimer.	2
1170. Uso de tecnologia drones no combate ao tráfico de drogas	2
1171. Permissão de responder processos judiciais sem advogado, por sua conta e risco, como forma de acesso à justiça.	2
1172. Proibição de pesquisas eleitorais (Ibope) sobre candidatos políticos com relação à quantidade de votos em cada região.	2
1173. A equiparação entre a mulher e o homem, no tempo de contribuição previdenciária social e de idade, para obter o benefício da aposentadoria	2
1174. Eliminar as figuras do Prefeito e dos Vereadores em cidades com população menor que 30 mil habitantes.	2
1175. Jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional ao servidor ocupante de cargo efetivo submetido à dedicação exclusiva.	2
1176. Limitar barulhos externos decorrentes de festas ou outros.	1
1177. TCU/TCE ter prazo para auditoria e publicação em site.	1
1178. Tornar crime furar barreira policial	1
1179. Alteração da LEI No 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001	1
1180. Proteção ao policial militar, civil e federal.	1
1181. Toda obra governamental ter um telefone de contato fixo.	1
1182. Meia entrada para adulto em filme infantil.	1
1183. Proibir embalagens exageradas nos produtos "pacote de ar".	1
1184. Não portar documento de veículo e fim da vistoria.	1
1185. História didática sobre o descobrimento do Brasil.	1
1186. Órgão Público centralizador de licitações e contratos.	1
1187. Diminuir o numero de processos trabalhistas de pequeno valor	1
1188. Réu primário.	1
1189. Porte ilegal de armas de fogos.	1
1190. Mudança no voto nulo e voto em branco.	1
1191. Evitar que candidatos consigam se eleger usando de mentiras.	1
1192. Obrigatoriedade de três turnos de trabalho	1
1193. Gratificação para funcionário público fazer academia.	1
1194. Alteração do prazo para entrega da CNH definitiva.	1
1195. Pena	1
1196. Contratação de todos os aprovados em concurso público	1
1197. Fazer valer a lei do desarmamento	1
1198. Políticos trabalhando apenas com ajuda de custo	1
1199. Reforma tributária com implantação do Imposto Único	1
1200. Pensão	1
1201. Restringir direito de greve em obras emergenciais do governo	1
1202. NOVO CÓDIGO PENAL	1
1203. Habitação sustentável para população de baixa renda	1
1204. Creditar o bolsa família por meio de vale alimentação	1
1205. Tratar fogos de artifício com o mesmo rigor que balões de ar	1
1206. Referendos pela internet.	1
1207. Hospitais particulares aceitem todos os planos de saúde	1

1208. Empréstimo para microempresário.	1
1209. Justificação do voto dos parlamentares	1
1210. Criação da polícia de bairro.	1
1211. Alterar e aperfeiçoar lei do transporte gratuito	1
1212. Imposto sobre área cultivada X área de preservação.	1
1213. Transporte Dutoviário de Passageiros e cargas	1
1214. MULTAR OS MUNICÍPIOS POR FALTA DE MOBILIDADE URBANA	1
1215. Licença maternidade para todas as mulheres boias-frias.	1
1216. Obrigatoriedade do comércio de bebidas dietéticas.	1
1217. Folga remunerada ao trabalhador aniversariante	1
1218. Fóruns de discussão online em todas as Câmaras Legislativas	1
1219. Prova da Ordem dos Advogados do Brasil	1
1220. HOSPITAIS TER ALEM DE UM MEDICO MAIS UM PEDIATRA DE PLANTÃO	1
1221. Tratamento de reprodução assistida inteiramente gratuito.	1
1222. Segurança nas estradas	1
1223. A Lei das Promessas de Candidatura.	1
1224. Regulamentação da Captação de Recursos para evitar abusos	1
1225. Proibir estacionamento para caminhões e carretas	1
1226. Proibir motos entre veículos	1
1227. Curso de medicina grátis	1
1228. Registro de informações no site das empresas virtuais.	1
1229. Cotas de 50% para institutos federais	1
1230. Mediação Extrajudicial e Ampliação da Lei 11.441.	1
1231. Altera lei nº 8.745/1993 para permitir novas contratações	1
1232. Carga horária do tralhado.	1
1233. PLANOS DE METAS A SER ATINGIDO PELO PAÍS EM 30 ANOS	1
1234. Proibir empregador exigir conta salário em banco conveniente	1
1235. Data religiosa não deve ser feriado.	1
1236. Regras de uso para cartões de crédito e débito.	1
1237. Imposto único (IVA) e valores destacados na nota fiscal.	1
1238. Oferecer dignidade ao apenado através do trabalho.	1
1239. OBRIGATORIEDADE DA TRANSMISSÃO DO HINO NACIONAL	1
1240. Vincular o bolsa-escola a média escolar e não à frequência.	1
1241. Educação em período integral no ensino fundamental e médio	1
1242. Todos os criminosos que cometeram homicídio.	1
1243. Maior participação popular.	1
1244. Pagamento de emolumentos de registro e anuidades (CREFITO).	1
1245. Desafogar os hospitais públicos.	1
1246. Crimes que adultos cometam com menores de idade.	1
1247. Fim do alistamento militar e do serviço militar obrigatório.	1
1248. Fim da polícia militar.	1
1249. Maior autonomia para os enfermeiros.	1
1250. Graduados com o PROUNI prestarão serviço para o Estado.	1
1251. Agentes políticos devem ser regidos pela lei 8.112 ou CLT.	1
1252. Imposto único para todos.	1

1253.	Reduzir benefícios de presos e aumentar rigor da lei penal.	1
1254.	Reforma Política.	1
1255.	Diminuição de contribuição ao INSS 25 homens 20 mulheres.	1
1256.	Multa a condutor de motorista bêbado.	1
1257.	Retirar documentos perdidos sem boletim de ocorrência.	1
1258.	Valorizar a carreira docente.	1
1259.	Fim do patrocínio a campanhas políticas.	1
1260.	Pagamento do IPVA em 12 parcelas igual o IPTU.	1
1261.	Criar sistema de participação direta do cidadão no senado.	1
1262.	Combate a Bio Pirataria.	1
1263.	Promoção em carreira de cargos de atribuições similares.	1
1264.	Possibilitar que o cidadão se candidate sem partido.	1
1265.	Salário dos parlamentare para até 1 salário mínimo.	1
1266.	Implantar o mesmo sistema de ensino das escolas militares.	1
1267.	Mais programas educativos nas redes de TV.	1
1268.	Combate à corrupção. Bloqueio de patrimônio dos corruptos.	1
1269.	Enfermeiro escolar	1
1270.	Melhores salários para os professores.	1
1271.	Proposta de lei de cremação.	1
1272.	Tornar o sistema penal mais efetivo.	1
1273.	Fiscalização quanto à venda de imóveis.	1
1274.	Acabar com o pagamento de laudêmio.	1
1275.	Abolir a utilização do dinheiro em espécie.	1
1276.	Parentes na chefia dos poderes executivo e legislativo.	1
1277.	Licitações e custo de obras públicas devem ser verdadeiros.	1
1278.	Redução de deputados estaduais e vereadores.	1
1279.	REFORMA POLÍTICA. FIM DA REELEIÇÃO EM TODOS OS CARGOS.	1
1280.	Remuneração fixa para cargo eletivo.	1
1281.	Estabilidade ao Técnico de Segurança do Trabalho.	1
1282.	Dar nova redação ao art. 55, § 4º da CF/88.	1
1283.	Transparência.	1
1284.	Publicar o produto das lavras minerais de todo o país.	1
1285.	Evitar tabagismo	1
1286.	O povo decide.	1
1287.	Regulamentação: testes com animais e indústria de alimentos	1
1288.	Igualdade.	1
1289.	Evitar a exposição solar durante a direção de um automóvel.	1
1290.	Como substituir políticos incompetentes e corruptos.	1
1291.	Recuperação dos benefícios da previdência.	1
1292.	Fim da estabilidade de emprego para funcionários públicos.	1
1293.	Fim do fator previdenciário.	1
1294.	Condicionar aumento de agentes políticos à consulta popular.	1
1295.	Exigência de escolaridade mínima para cargos eletivos.	1
1296.	Corte do ponto de frequência dos membros do legislativo.	1
1297.	Criação do cartão credSAUDEdigital para o SUS.	1
1298.	Religião em entidades públicas.	1
1299.	Revisão de cobrança para quem recebe a chamada em Roaming.	1

1300. Como acabar com a violência no Brasil.	1
1301. Lei de Reforma do Congresso de 2011(emenda à Constituição).	1
1302. Voto contra o péssimo candidato nas eleições.	1
1303. Fisioterapia na copo do mundo.	1
1304. Vacinação para estudantes na área da saúde (tuberculose).	1
1305. Aumentar o período de defeso da sardinha para 9 meses.	1
1306. Ser obrigatório o registro de fisioterapeutas nas clínicas.	1
1307. Passe livre.	1
1308. Regulamentação do artigo 41, § 1º, inciso III da CF/88.	1
1309. Redução dos Cargos de Confiança no Governo Federal.	1
1310. Coleta seletiva nas cidades acima de 500 mil habitantes.	1
1311. Unificação das polícias.	1
1312. Zelo intelectual das crianças e jovens brasileiros.	1
1313. Direito de desconto.	1
1314. Alfabetização emocional na escola.	1
1315. Reprovação de alunos.	1
1316. Poder de advogar para militares da ativa formados.	1
1317. Privatizações devem ser descontadas no IPVA.	1
1318. Eleições legislativas, 2 mandatos por cargo ou intervalos.	1
1319. Criação de mercado público modelo.	1
1320. Voto facultativo a todos os eleitores.	1
1321. Piso salarial nacional instituído pela Lei 11.738/2008.	1
1322. Prova básica para cargo eletivo no Poder Legislativo.	1
1323. Materializar o Poder Constituinte do povo incluindo emenda.	1
1324. Criar piso salarial nacional para os funcionários de escola.	1
1325. Urgência médica para atendimento imediato.	1
1326. Passagens gratuitas.	1
1327. Acabar com a cobrança nos seguros de correspondências.	1
1328. Restauração do controle sobre os dispositivos de hardware.	1
1329. Melhora na segurança pública.	1
1330. Permitir, dar acesso ao Direito ao Fomento em C&T.	1
1331. Afastamento do servidor público para estudos.	1
1332. Concurso público e/ou eleição para o cargo de juiz de paz.	1
1333. Extensão de pontos de iluminação para parada de ônibus.	1
1334. Instalação de detector de metais em casas lotéricas.	1
1335. Federalização da Justiça Eleitoral	1
1336. LEI PARA SERVIDORES TERCEIRIZADOS DA ESPLANADA	1
1337. Criação de um Plano Nacional Mobilidade Alternativa	1
1338. Eu Deputado: Aplicativo dentro do meu Internet Banking.	1
1339. Atualização da tabela do IR automática c/ base sal. mínimo	1
1340. Cantar o hino nacional nas escolas municipais e estaduais.	1
1341. Destituição e eleição direta dos membros do STF e STJ.	1
1342. Cidadão/entidade se defender s/ obrigação de ter advogado.	1
1343. Criar a formação dos políticos e conselhos	1
1344. Unificação dos modelos de ônibus no Brasil.	1
1345. Diminuir os juros aplicados nos cartões de crédito.	1
1346. Funcionamento e atuação do Senado Federal	1
1347. Escolas preparatórias de concurso público.	1

1348. Fiscalização para as empresas que oferecem as provas.	1
1349. SHOWMICIO	1
1350. Consenso populacional sobre leilão de recursos naturais-br.	1
1351. Insalubridade para contadores.	1
1352. Plantio de árvores frutíferas.	1
1353. Instalação de detector de metais nas escolas públicas.	1
1354. Legalizar a Ação Rescisória em ADI	1
1355. Proibição de revista policial sem fundada suspeita.	1
1356. Proibir policial usar spray pimenta,bala de borracha,tazer.	1
1357. Portadores de doença crônicas ser isento de tarifa pedágio	1
1358. Controle do valor da anuidade nos conselhos regionais.	1
1359. Reforma no ensino básico no Brasil	1
1360. Voto em tempo real(online)	1
1361. Fiscalização de concursos nacionais-(MUN/EST/FED)	1
1362. Digitalização de ondas Curtas.	1
1363. Piso salarial para os advogados públicos do nosso país	1
1364. Embalagens de alimentos tenham imagens reais dos produtos.	1
1365. Contra a legalização da maconha e fumo recreativo.	1
1366. Reformulação das grades dos níveis básico e médio de ensino.	1
1367. Salário meritocrático	1
1368. Transferência imediata obrigatória após a venda de carros.	1
1369. ENAD obrigatório na grade curricular de todas as faculdades	1
1370. Aposentadoria especial	1
1371. Criação da policia de fronteira.	1
1372. Multa a passageiros de motorista alcoolizado	1
1373. Vereadores não receberem pelo que não fazem.	1
1374. Projeto de lei que proiba demissao imotivada de empreg.púb.	1
1375. Auxílio Invalidez para dependentes diretos(esposa e filhos)	1
1376. Encurtar a carreira de professores do ensino básico.	1
1377. PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM GRANDE ESCALA	1
1378. Regulamentar a contratação dos músicos e direitos autorais.	1
1379. Instalar etilômetros em carros de motoristas embriagados	1
1380. Criação da disciplina de civilidade no fundamental e médio.	1
1381. Formar exército para defesa de MT	1
1382. Prisão	1
1383. Redução de tarifa no embarque e desembarque nos aeroportos.	1
1384. Inclusão matéria educação financeira na grade escolar.	1
1385. Departamentos dos conselhos regionais.	1
1386. Prorrogar o tempo trabalhado para receber direitos.	1
1387. Regulamentação da Profissão de TeleOperador	1
1388. Nome social em passagens de ônibus	1
1389. Inclusão gratuita de doentes mentais em planos de saúde.	1
1390. Incluir pessoas que pararam de estudar no sistema de cotas	1
1391. Espondilose anquilosante	1
1392. Instituir normas gerais para os exames de suficiência.	1
1393. Limite de isenção para importação por pessoa física.	1
1394. Transferir fiança de embriagues ao volante para a saúde.	1

1395. Definitivamente pelo fim e a punição exemplar racismo.	1
1396. Permitti que a população em geral registrem multas.	1
1397. Eleições unificadas em 2022; 6 anos para os eleitos em 2016.	1
1398. Exigir cópia da certidão na ocasião do registro à alienação.	1
1399. Reformar o ECA.	1
1400. Bolsa gratuita integral de Estudos para funcionários.	1
1401. Criar um jogo de loteria (CEF)	1
1402. Fim do Desconto da Contribuição Social para aposentados.	1
1403. Limitação de 3 mandatos para Deputado e 2 para Senador	1
1404. CONSERVAÇÃO DE RIOS E MANANCIAS E AFLUENTES E NASCENTES D	1
1405. Perda de mandato eletivo em caso de condenação criminal.	1
1406. Extinção do Exame da Ordem.	1
1407. Reposição das aposentadorias.	1
1408. Separar eleição do legislativo e executivo	1
1409. Criar um capítulo VII no Artº144 da CF/88.	1
1410. Cloreto de magnésio aumenta o número proporcional de gênios.	1
1411. 14º e 15º salario para os trabalhadores do Brasil.	1
1412. Desativação da lei Maria da Penha.	1
1413. Qualidade na prestação dos serviços públicos.	1
1414. Reforma e conscientização sobre a economia	1
1415. Divulgação da frequência de comissionados.	1
1416. Gostaria que todos os aposentados ganhassem 25% a mais	1
1417. Reforma Constitucional.	1
1418. Reconhecer os bons Motoristas e Motociclistas	1
1419. Criar cotas nas empresas para pessoas com 40 anos ou mais.	1
1420. Alterar nome da Ala Sen.Filinto Muller para Sen.Ruy Barbosa	1
1421. Descriminalização de todas as drogas	1
1422. Vincular o salário dos ocupantes de cargo eletivo.	1
1423. Redução de tributação.	1
1424. Responsabilidade subsidiária.	1
1425. Exame e aprovação de projetos de leis.	1
1426. Exigir que recibo eletrônico respeite regras de acentuação.	1
1427. Salario médio para todos os trabalhadores.	1
1428. Utilização obrigatória do SUS por servidores públicos.	1
1429. Voto não ser mais obrigatório e sim, opcional.	1
1430. Uso de celular em sala de aula.	1
1431. Estatização da Confederação Brasileira de Futebol-CBF	1
1432. Crime Hediondo	1
1433. Alteração da metodologia da aposentadoria pelo INSS.	1
1434. Atualização das aposentadorias do INSS	1
1435. Noções básicas de educação financeira nas escolas.	1
1436. Cobrança de fixo para fixo de outra operadora.	1
1437. Define normas para a seleção em programas de Pós-Graduação	1
1438. Recuperação de bacias hidrográficas em pequenos municípios	1
1439. Abatimento dos valores pagos com pedágios no Imposto d Renda	1
1440. Solenidades nas casas Legisl. somente na segunda-feira.	1
1441. Tabelamento de tarifas para telefonia móvel.	1

1442. Garantir acesso a informação referente a política do Brasil.	1
1443. Privatização e militarização de presídios no país.	1
1444. Revisamento do Marco Civil da Internet.	1
1445. Propagandas dos governos em todas as esferas.	1
1446. RPI repondo a perda inflacionária	1
1447. Regulamentação de customização(Tunning)livre de veículos.	1
1448. Reajuste no valor das multas de trânsito.	1
1449. Fim do regime fascista do CLT	1
1450. Multa para pais e responsáveis de alunos indisciplinados.	1
1451. Legalização dos bordeis	1
1452. Redução da remuneração de cargos políticos.	1
1453. Melhorar o conhecimento dos estrangeiros sobre o Brasil.	1
1454. Auxílio Financeiro	1
1455. Obrigar que no rótulo de todos os alimentos industrializados ou embalados, etc.,contenha a informação do ph-potencial hidrogeniônico deles.	1
1456. Atualização da portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1995 CIPA.	1
1457. O deputado e senador do povo.	1
1458. Exercício da advocacia por servidores do judiciário.	1
1459. Regular a Radiodifusão (TV ABERTA DIGITAL E RADIO DIGITAL), proibir publicidade fora do intervalo comercial	1
1460. Valorização e incentivos ao funcionalismo público em geral, contratações proporcionais as necessidades.	1
1461. Economia de recursos por meio da padronização nas cores dos prédios públicos de prefeituras	1
1462. Concessão de Auxílio Doença pelo laudo do Médico do Trabalho constatando incapacidade do segurado sem necessidade de perícia médica no INSS.	1
1463. Medidas para prevenir a ocorrência de enchentes e minimizar seus efeitos	1
1464. Simplificação da concessão de financiamentos de projetos culturais cujos recursos são oriundos da arrecadação das Loterias da Caixa(3%).	1
1465. Juizados Especiais em hospitais	1
1466. Inaplicabilidade da Teoria do Fato Consumado em processos judiciais referentes a empreendimentos de impacto	1
1467. Poupança casa própria	1
1468. Criação da Polícia Privada no Brasil	1
1469. Sem redução de pena	1
1470. Extinção dos cargos de vereadores e deputados.	1
1471. Bulas de remédios disponíveis para leitura nas farmácias antes da compra.	1
1472. reformular o Futebol do Brasil devolvendo o direito ao passe ao clube ou o jogador so teria o passe livre no terceiro contrato	1
1473. Crimes de Homicídio e Lesão Corporal dolosos contra agentes de Segurança Pública devem contar com aumento de pena de 1/2	1
1474. Regular a Radiodifusão (TV aberta digital e rádio digital), proibir tecnologias restritivas (DRM)	1
1475. Violação do artigo 1566 do código civil e de artigos da cf,alem de ferir a moral da vitima,na França ja existe indenização do conjuge traid	1

1476. Retirada das linhas férreas de dentro do perímetro urbano das cidades, para melhoria na mobilidade urbana e evitar mais acidentes.	1
1477. Criação de cursos técnicos(básicos)nos bairros de todo o Brasil, voltados especificamente para jovens, mães solteiras e desempregados.	1
1478. Emenda constitucional materialize a retroatividade da lei penal nos crimes de tortura, assim como torna-los imprescritíveis.	1
1479. Exercício da acupuntura por profissionais da saúde.	1
1480. Isonomia entre hospitais e igrejas quanto à isenção fiscal.	1
1481. Criação, pelo governo federal do Estado brasileiro, de um instituto brasileiro para difundir a língua e a cultura brasileiras no exterior	1
1482. Transferir ao Estado a obrigação de remunerar o empregado no abono do dia de trabalho por doação de sangue.	1
1483. Pena para quem tirar fotos na cabina de votação, bem como divulgue.	1
1484. Vetar a imposição de taxa de cobrança sobre o registro de funcionamento de empresas em conselhos regionais.	1
1485. Fim da discagem de longa distância	1
1486. Transmissão televisivas de eventos culturais populares devem ser feitas por aquisição de quotas e nunca com exclusividade.	1
1487. Dar publicidade às leis que possibilitam pagamento/parcelamento de tributos com descontos	1
1488. Permitir a Dedução de Impostos com o Repasse de Produtos Industrializados aos Órgãos Públicos	1
1489. Mudança nas regras de herança para filhos vindos do adultério, com indenização ao traído.	1
1490. Regulamentação do exercício da profissão de Politico. Habilitação através provas de conhecimento, conforme o direito determina a res publica	1
1491. De Guarda Municipal para Polícia Municipal	1
1492. Possibilidade de o MP desistir da ação penal	1
1493. Prazo único para todos os recursos.	1
1494. Torna crime emissão de licenciamento ambiental sem obediencia a lei em areas de preservacao.	1
1495. Taxa Zero para cartão de credito.	1
1496. Alteração de crimes de menor importância para ilícitos civis ou administrativos.	1
1497. Estabelecer prazo máximo para a alfândega analisar e taxar e/ou liberar uma encomenda vinda de outros países.	1
1498. Limita Compra de horario em televisao e rádio por parte de agremiações religiosas.	1
1499. Diminuir os custos com a educação fazendo com que os alunos se tornem mais responsáveis pelo andamento do seu aprendizado.	1
1500. Permitir a interposição de recurso pela parte não assistida de advogado nos juizados especiais.	1
1501. Obrigatoriedade de Laudo Técnico de funcionamento para locais com aglomeração de pessoas e eventos.	1
1502. Proibição de alteração do horario brasileiro em todo pais acabando definitivamente com horario de verão	1
1503. O teto da remuneração do funcionalismo público (art. 37, XI,	1

Constituição) fixado em SALÁRIOS MÍNIMOS.	
1504. Regular salário mínimo pra todo e qualquer membro do poder executivo, legislativo e judiciário e servidores públicos.	1
1505. Isenção do desconto do imposto de renda para cônjuges de portadores de doenças crônicas	1
1506. Desmatamento zero e obrigatoriedade em replantar as áreas afetadas anteriores	1
1507. Revoga o dia da Padroeira do Brasil por considerar antidemocratico	1
1508. Extincao da Lei Maria da Penha e criação da Lei de Crimes Passionais.	1
1509. Em todas as propagandas partidárias exibidas nas Televisões de Canais Abertos, é expressamente proibido utilizar de humor para se promover	1
1510. Punição de Cheaters no Brasil.	1
1511. Alterar Resolução 384 Contran. Regulamenta o uso de faróis de Xenon, mediante instalação projetores e lâmpadas de 4500K até 5000K.	1
1512. Permitir ao paciente ter direito ao domínio da própria vida, quando este se encontrar em situação de sofrimento terminal ou doença terminal.	1
1513. Combater o vício em jogos eletrônicos, redes sociais, pornografia na internet	1
1514. Mais direitos aos jurados (juri popular)	1
1515. Oferta de bolsas de estudo na área de saúde aos alunos da rede pública.	1
1516. Alteração da nomenclatura de "Dia da Consciência Negra" para "Dia da Consciência Aetna" ou "Dia da Consciência Multiétnica"	1
1517. Alterar, diminuir ou remover o Ensino Religioso das aulas e aplicar matéria sobre Trânsito.	1
1518. Cria o Estatuto das Florestas e Preservacao Ambiental com medidas para deter a destruicao crescente	1
1519. Seguro saúde e convênio médico	1
1520. Criação de conselho a nível nacional que tenha 10 representantes dos estados, para fiscalizar os parlamentares, prefeitos, vereadores etc.	1
1521. Definir a doação de órgãos como um direito pessoal, cabendo à própria pessoa manifestar-se a esse respeito.	1
1522. Vincular bolsas de auxílio social a instrução obrigatória continuada relacionada ao benefício	1
1523. Locais de prova do Exame Nacional do Ensino Medio serem escolhidos com base no CEP do candidato.	1
1524. Desburocratização do Brasil	1
1525. Diminuir a obesidade na população	1
1526. Cria a psicografia juridica ou a proibe de vez	1
1527. Criação de um Estatuto para o Estudante Trabalhador que regule os direitos que todo trabalhador tem em investir na própria educação.	1
1528. Eliminar restrições superficiais das tatuagens em concursos públicos voltados a Polícia e Forças Armadas.	1
1529. Proibição de acumulação trabalhista para Técnicos em Radiologia	1
1530. Porte de Arma e Equiparação Salarial para os Vigilantes Penitenciários Temporários!!!	1

1531. Sessão solene do Congresso Nacional em comemoração aos 50 anos do AFS Brasil e 100 anos do AFS Intercultura.	1
1532. Acabar com prerrogativa parlamentar sobre os votos, devendo eles serem responsabilizados por aprovarem contas irregulares do executivo	1
1533. Lei da participação afetiva	1
1534. Fim das greves dos setores essenciais onde os profissionais buscam salários dignos, assim como os políticos.	1
1535. Que todos os servidores públicos federal estadual e municipal, após se aposentarem, sejam desligados da empresa em que trabalham,	1
1536. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário têm que priorizar os investimentos em saúde, educação, segurança, transporte e infraestrutura	1
1537. Impossibilita amante de receber indenização	1
1538. Coincidência das eleições municipais com as estaduais e federais, em 2022, com 6 anos de mandato para os eleitos em 2016, para coincidil-as.	1
1539. Anistia a microempresários do Nordeste	1
1540. Cria a política nacional de Participação Cidadã	1
1541. Igualar a legislação trabalhista dos funcionários públicos ao regime CLT	1
1542. Aproveitamento das frutas com destino certo em benefício das instituições, escolas ou renda familiar.	1
1543. Aumenta a pena no crime do art. 32 da lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.	1
1544. Psicopedagogo na escola.	1
1545. Como o Estado poderia distribuir UM SALÁRIO MÍNIMO, para cada adulto sem qualquer custo adicional!	1
1546. Suspende aplicação da Lei de Alienação Parental em caso de falta de convívio	1
1547. Mesma lei que aplicada para esturador seja aplicada nos casos de maus tratos em animais e abandono por incapaz	1
1548. Criação do Conselho de Informatica, todo profissional de informatica deverá ser cadastrado neste conselho.	1
1549. Limitar o reajuste do total de verbas da maior remuneração do país ao índice de inflação ou crescimento do PIB ou ao mesmo de aposentados.	1
1550. Criação de assistência social aos militares e esposas	1
1551. Parlamentarismo. Fim do financiamento público. Membros do Supremo eleitos com voto direto dos magistrados. Fim da reeleição	1
1552. Gratuidade de passagem transporte coletivo.	1
1553. Preservação da Flora e da Fauna Brasileiras a Partir de Fundo de Poupança	1
1554. Transparencia em todas as discussões do congresso, senado e outras casas	1
1555. Igualdade De Direitos E Deveres	1
1556. Possibilitar o divórcio administrativo, diretamente no cartório de registro civil, mesmo com filhos menores.	1
1557. Programa em canal aberto do Senado e da Câmara dos Deputados	1
1558. Auxílio viagem para os professores da rede pública municipal, estadual e federal, pois os mesmos tiram férias em alta temporada.	1
1559. combate ao crime/comercio/identificação/auto-defesa	1

1560. Desincompatibilização de partido após a eleição para cargos majoritários, Presidente, Governadores e Prefeitos.	1
1561. Zerar Impostos Sobre Medicamentos De Uso Contínuo Para Doenças Comuns De Pessoas Idosas, A Partir De Determinado Percentual Da População	1
1562. Delação premiada anonima. O estado deveria premiar toda delação de crimes em planejamento.	1
1563. Implantação do ensino teológico na educação de forma obrigatória, com o piso do teólogo igual ao do assistente social.	1
1564. maioria pena l	1
1565. Regulamentação do recall político no Brasil	1
1566. Programa Federal No Combate À Corrupção Na Administração E Patrimônio Público, Instituído Recompensa Pecuniária Ao Cidadão Denunciante	1
1567. Projeto Democracia LIMPA	1
1568. Alterações propostas para a Lei da Ficha Limpa	1
1569. Defesa dos direitos religiosos dos sabatistas	1
1570. Converter várias das "hipóteses de suspeição" do magistrado (CPC, Art. 135) em "hipóteses de impedimento" (CPC, Art. 134).	1
1571. Imposto de renda	1
1572. Aplicador poupador poder usar seus recursos como GARANTIA para tomar Empréstimos aos moldes do C consignado - independentemente dos Juros Altos	1
1573. Documento Único, centralizando todos os dados necessários da Pessoa Física	1
1574. Eleição Para Ministros Do Supremo	1
1575. Obrigar os fabricantes a colocarem nas embalagens de seus produtos o preço por quilo, litro, metro, etc	1
1576. Obrigatoriedade legal de colocação de grades nas laterais de escadas rolantes de shoppings centers e de todos os locais que as possuem.	1
1577. Ter representantes mais preparados	1
1578. Medicamentos de uso continuado.	1
1579. Gratuidade em 2ª via para todos os documentos em caso de furto, roubo ou assalto.	1
1580. Lei 7 De Setembro/2015	1
1581. Fim do IRPF para os assalariados que recebem o valor de r\$8.350,00, mensais.	1
1582. Tornar obrigatório a divulgação do nome e imagem dos suplentes dos políticos candidatos, no momento das propagandas eleitorais obrigatórias.	1
1583. Prestadoras de Serviços dos Órgãos Públicos	1
1584. Nova fórmula para cálculo do salário dos professores. Fixo + Variável.	1
1585. Um grande problema é o enorme índice de ausência dos parlamentares nas Casas Legislativas. Há solução?	1
1586. Obrigatoriedade Das Operadoras De Tv Paga Via Satélite Transmitirem Os Canais Abertos De Acordo Com A Localidade(Uf)	1
1587. divulgação das principais leis em todos informativos públicos e jornais de grande circulação das cidades	1

1588. Cria a opção de casamento com divórcio restrito a casos necessários	1
1589. Inovação: Rede social integrada para Licitações.	1
1590. Marcha para Jesus.	1
1591. REFORMA AGRÁRIA	1
1592. Energia, Sustentabilidade e Pobreza. Máquina de pedalar para populações ribeirinhas e remotas como item de cesta básica.	1
1593. Direito Penal. Criaria a contravenção penal "tentativa de furar fila".	1
1594. Instituição da prisão perpétua, manutenção da proibição da pena de morte, e inserção de programas de meditação nos presídios.	1
1595. Servidor ou empregado público poderia sair mais cedo em dias de provas nas instituições	1
1596. Isenção de imposto de renda para pessoas portadoras de necessidades especiais, caso não possua renda, para àquele que o sustenta.	1
1597. "Pena educacional" como possibilidade para o aborto.	1
1598. Direito Administrativo. Recursos Hídricos. Proibição da abertura de capital para a gestão da água pública. Água é direito fundamental.	1
1599. Criminalizar após qualquer pensão vitalícia para deputados, senadores e governadores.	1
1600. Tornar o Serviço de Saúde Pública exclusivamente Estatal, Público e Gratuito, vedando a existência de prestação de serviço de Saúde Privada.	1
1601. Incentivar apenados federais e estaduais a entrarem em programas de doação de sangue e medula óssea.	1
1602. Aumentar Da Produção De Energia	1
1603. Baixar A Despesas De Produção Agrícola	1
1604. Diversas alterações no processo eleitoral. Principal: inserção do voto de rejeição.	1
1605. Regrar a atividade dos estacionamentos.	1
1606. Compensação de precatórios por tributos.	1
1607. Obrigatoriedade do ensino público para dependentes de ocupantes de cargos públicos	1
1608. Proibição da exigência de biometria de cidadãos nacionais.	1
1609. Municipalização de órgãos de segurança pública	1
1610. Tornar a Gestão Ambiental um profissão, só para quem é graduado na área, ou seja tecnólogo e bacharel em Gestão ambiental e engº ambiental.	1
1611. Permitir uma rápida e eficaz identificação de quem cometer crimes como calúnia e injúria racial e nas redes sociais.	1
1612. Dispõe sobre a criação de um plano de governo oficial aos candidatos que desejarem participar de eleições municipais ou estaduais.	1
1613. Projeto em que alunos do curso de graduação em letras do 2º e 3º ano possa, lecionar em escolas públicas e particulares sem o diploma	1
1614. Aprovação de projeto de lei ou PEC quando mais de 60% da população for a favor ou rejeição completa quando mais de 60% forem contra.	1
1615. Previdência Pública	1
1616. Regulação do mercado de combustíveis	1
1617. O Brasil É Um País Laico, Por Isso Não Deveria Ter Nas Escolas Ensino Religioso, Podemos Colocar Educação Moral E	1

Cívica,Música,Teatro,Dire	
1618. Valorização Salário mínimo	1
1619. Obrigatoriedade de contratação de profissionais de meio ambiente nas empresas, de acordo com a atividade e a quantidade de funcionários.	1
1620. Diminuição de mortes e lesões permanentes motociclistas no Brasil.	1
1621. Diminuir em 50% os subsídios aos políticos e ao judiciário.	1
1622. Repasse compulsório do recurso devido ao INSS ou aos Fundos de Seguridade, por parte dos entes públicos em cada esfera.	1
1623. Só acho que o Brasil deve parar de passar a mão na cabeça dos adolescentes	1
1624. Militarizar todas as escolas públicas do brasil,	1
1625. Dedução no imposto de renda pessoa física dos gastos com medicamentos, para idosos com idade de 65 anos ou mais.	1
1626. Limitar O Numero De Mandato De Vereadores E Deputados A Eleição E Reeleição	1
1627. Suportar as indústrias durante a crise com um arrecadação parlamentar, 10% do salário dos senadores e deputados participantes.	1
1628. Transformar em crime hediondo qualquer desvio de verba pública	1
1629. Possibilidade de entidades estrangeiras participarem de processos licitatórios	1
1630. Ressocialização de menores infratores	1
1631. Reinvidicação por Protetores/Bloqueadores solar e camisas de proteção UV e bonés para professores de educação física e praticantes/alunos.	1
1632. Educação e civismo	1
1633. Criar disciplinas obrigatórias para os alunos do ensino médio que ensinem sobre os sistemas dos poderes legislativo, executivo e judiciário	1
1634. Sujiro o pagamento de impostos por ONGs para aumentar as verbas de arrecadação pelo governo federal.	1
1635. Divisão do Estado da Bahia em 3 Novos Estados	1
1636. Inserir as disciplinas:Técnicas Comerciais,Organização Social Política Brasileira,Música,Religião e Artes Industriais no Ensino Fundamental.	1
1637. A obrigatoriedade com a inserção da disciplina de religião no ensino fundamental.	1
1638. Isentar de impostos a aquisição de carro elétrico para aqueles que possuem geração própria de energia	1
1639. Maioridade Penal	1
1640. Para Criação Da lei que dispõe á Redução Dos Impostos Gerais para Iptu, Ipva, Imcs, ipi, ir, itr, iof, ii e demais impostos	1
1641. Que todo político seja obrigado a se tratar pelo SUS	0
1642. Que todos delitos cometidos por menores de 18 anos sejam responsabilidade dos pais ou dos familiares mais próximos.	0
1643. Diminuir O Onus Do Contribuinte Ao Realizar O Refinanciamento De Uma Operação De Emprestimo Quanto Ao (Iof)	0
1644. Regulamentar as disposições no âmbito político nacional.	0
1645. Todo Candidato A Cargo Políticos, Colocar Por Escrito Tanto No TSE Como Em Cartórios, Dizendo Quais São Suas Metas De Trabalho	0

Aberto Aopovo	
1646. Alteração da Lei no. 5517 de 23 de outubro de 1968 - Altera os artigos 13º e 15º da Lei nº 5.517 de 23 de outubro de 1.968.	0
1647. Expropriação e confisco de bens de corruptos.	0
1648. Redefinição, modernização, aprimoramento e autonomia dos conselhos tutelares.	0
1649. 1- Ajuda de custo de 3 salários mínimos ao invés de salário 2- Membros da Família abrigados a usar Hosp. Escola e Transp. Públicos 3- ...	0
1650. Referente a punição de quem é pego dirigindo embriagado (bêbado)	0
1651. Que houvesse uma fiscalização com os policiais onde tivesse câmeras nas viaturas policiais e nos batalhões com visualização e voz,	0
1652. Cobrança De Iptu	0
1653. Estabelecer em lei que os valores originados em causas judiciais sejam depositados diretamente na conta do cliente e dos advogados.	0
1654. Alienação Parental	0
1655. melhorar a qualidade dos trabalhos na infraestrutura.	0
1656. Descriminalizar o porte de drogas para consumo pessoal e proteger a saúde de pessoas que consomem substâncias psicotrópicas de uso proscrito	0
1657. Parceria de pesquisa entre empresas privadas NACIONAIS com todas as universidades Federais	0
1658. Dignidade da pessoa humana. Presos provisórios.	0
1659. Responsabilizar gestores escolares pela falta de qualidade na educação	0
1660. Precisamos difundir os conhecimentos em economia para a população	0
1661. Regularização da profissão cientista/pesquisador no Brasil.	0
1662. Aquisição de veículos zero quilometro para a classe de corretores de imóveis sem impostos	0
1663. lei que impeça lavagem de dinheiro recebido por advogados de traficantes	0
1664. Aumentar o salário mínimo e a frequência com que o trabalhador o recebe para os que ganham até 4 salários mínimos	0
1665. Abrir à transparência o Poder Executivo as ações que afetam as áreas do Trabalho, Previdência, Social, Endividamento interno e externo.	0
1666. Alteração para a adesão ao benefício do Programa Bolsa Família	0
1667. Fiscalização	0
1668. Regulamentar a exposição de cadáveres na internet	0
1669. Impor limites aos gastos com cartões corporativos governamentais e por fim ao sigilo destas despesas.	0
1670. Fim da cobrança abusiva da taxa de Incêndio	0
1671. Polícia Cidadã	0
1672. Penalidades e multa para quem desperdiçar água lavando calçadas.	0
1673. Economia para o país	0
1674. Obrigação dos concursos públicos no âmbito da administração direta e indireta levando em conta o déficit de servidores na administração.	0
1675. Abolir a lei de desacato a autoridade para funcionários públicos de	0

baixa função hierárquica	
1676. Evitar que a OAB, através de ADI, usurpe a natural competência do Congresso Nacional.	0
1677. Propor a criação de uma lei que informe a qualquer cidadão brasileiro a portabilidade de operadora antes de completar a ligação.	0
1678. O uso do meio Técnico-científico-informacional e do replanejamento urbano em prol da mobilidade e da qualidade de vida nas metrópoles.	0
1679. Redução do legislativo e fim da reeleição.	0
1680. Prestação de contas por meio de entrevista coletiva dos chefes do poder executivo: Presidente, Governador e Prefeito e do Legislativo.	0
1681. Criação de Imposto Único sobre a produção automotiva e controle sobre a prática de lucro extorsivo.	0
1682. RECALL	0
1683. Disciplina a cobrança de couvert artístico e altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho do músico.	0
1684. Criação de um órgão governamental específico/exclusivo de assistência a animais vítimas de maus tratos, atropelamentos ou situações de risco	0
1685. Criação de um projeto de lei que permita que regiões pobres do Brasil tenha direito a possuir uma zona franca para se desenvolver.	0
1686. Previdência Social justa; humana; moderna e digna!	0
1687. Índios	0
1688. lei contra agressão homofóbica	0
1689. Atualização da PL 0604/2013	0
1690. Energia Elétrica e água.	0
1691. Extinção do ponto facultativo remunerado	0
1692. Substituir o FP e a 85/95 por um Justo e Solidário "Ajuste de Tempo de Contribuição" em função da REAL expectativa de vida do homem.	0
1693. Sociedade melhor.	0
1694. Crise Econômica: Corte no Senado e na Câmara	0
1695. Obrigar a administração pública (prefeitos/governadores/presidentes) o executivo de forma geral a seguir uma administração pré elaborada	0
1696. Permitir que as declarações de imposto de renda de pessoa física seja feita apenas por contadores cadastrados junto ao órgão competente.	0
1697. aumentar o valor dos carros com insencao de 70 mil para 80 mil.	0
1698. Os Parlamentares deverão reduzir seus gastos para mostrar a população que estão comprometidos em resolver a crise econômica do país.	0
1699. Criar o imposto sobre produtos especiais .	0
1700. Colocar GPS e câmeras, em todos os carros do poder executivo, legislativo e judiciário, com dados de trafego criptografados .	0
1701. Acabar com os planos de saúde a funcionários públicos.	0
1702. Permitir que todo trabalhador brasileiro que tiver direito ao PIS, receba o benefício mesmo que não tenha conhecimento do direito ao mesmo.	0
1703. Obras públicas ter teto de gasto por metro quadrado	0

1704. Criação de um fundo para amparo aos indigentes de ruas e vítimas de calamidades em geral a ser custeado por instituições religiosas.	0
1705. Aumentar imensamente a arrecadação de impostos, com uma única lei que torne o cidadão o maior aliado do governo na arrecadação de impostos.	0
1706. flexibilização do trabalho no período menstrual critico feminino (2 dias)	0
1707. Proibir todo e qualquer tipo de animal que tenha asas para voar, que sejam presos em gaiolas.	0
1708. Segurança Militar e Institucional	0
1709. Dispõe sobre a obrigatoriedade do serviço do bombeiro civil em empresas ou eventos de expressiva concentração pública.	0
1710. Prêmios da Mega Sena	0
1711. Recuperação e reintegração a sociedade do menor infrator com responsabilidade.	0
1712. Empresas E Empreiteiras	0
1713. Tal projeto de lei visa o aumento de impostos para multinacionais e que haja uma redução de impostos para as empresas nacionais.	0
1714. Promover um amparo para pessoas que cuidam de parentes com problemas de saúde .	0
1715. Responsabilidade solidaria	0
1716. reeleição para presidente, governador o mandato do presidente e governador	0
1717. Tornar crime de 30 anos quem mata no trânsito,que estiver sob efeito de drogas e alcool.	0
1718. Tabela Progressiva de Pontos para aposentadoria de Homens e Mulheres baseada na Idade do Trabalhador e no Tempo de Contribuição para o INSS.	0
1719. Fim da educação pública.	0
1720. Lei que torne o seguro contra terceiros obrigatorio!	0
1721. Tornar hediondos os crimes de calunia(art 138) e difamação(art 139)	0
1722. Diminuição dos valores de imposto de renda descontados na fonte pelos estados nas folhas de pagamento dos policiais aposentados.	0
1723. Tornar obrigatório o uso da saúde pública por parte de todos os políticos.	0
1724. Obrigatoriedade de audiência publica	0
1725. Fim da obrigatoriedade do voto	0
1726. Corrupção Como Crime Hediondo	0
1727. Todo candidato a cargo politico deverá ser obrigado a gozar de serviço público de saúde,educação e transporte.é também seus familiares.	0
1728. O IPVA Poderia Ser Parcelado Em 12 Vezes, Eu Acho Que Aumentaria A Arrecadação No Longo Do Ano, E Diminuiria A Inadimplencia	0
1729. Regulação da mídia	0
1730. Lei que proíba proibições(sendo essa lei irrevogável como cláusula pétrea).	0
1731. Vigilantes concursado,similar ao metrô de São Paulo.	0
1732. Dever de indenização por dano ao patrimônio público e privado	0

1733. Revalidar funcionários públicos aproveitamento tem que ser acima 70% manter média da área que concursaram. o fim da estabilidade pública.	0
1734. O poder de legislar deve ser democrático. O fim do poder dos políticos de legislar e a democracia ao pé da letra.	0
1735. Descriminalizar uso de transmissor de FM ou Ondas curtas de até 10w de potência não necessitando licença de operação	0
1736. Arborização dos estacionamentos descobertos	0
1737. Fim das obrigações impostas na CLT,o empregado decidirá se irá entregar este dinheiro na mão do governo ou se fará os próprios investos	0
1738. direito de uso da memoria do aparelhos móvel	0
1739. instituição da corrupção como crime hediondo	0
1740. Saúde na educação	0
1741. Melhorias no Sistema de Saúde Pública, Educação Pública e de Transporte Público/Cortes de gastos no salário dos políticos empossados.	0
1742. Mudança na Lei do Tráfico de Drogas	0
1743. Os direitos não-humanos e o Estado que não é laico.	0
1744. Alterar a capacidade da CNH "B"	0
1745. Criação de aplicativo regulamentado em Lei para rápidas denúncias internas no Serviço Público.	0
1746. Exclui o político corrupto condenado de seu partido político após tramitado em julgado o processo judicial.	0
1747. Cassinos	0
1748. O Financiamento Empresarial de Campanha não deve ser proibido mas sim realizado de forma neutra, utilizando o fundo partidário.	0
1749. liberar instituições publicas de saude de pagar agua e luz	0
1750. Fim da divisão das mercadorias por gênero (seções "feminina" e "masculina")	0
1751. Distribuição de recursos devolvidos à União	0
1752. Duodecimos Das Camaras Municipais	0
1753. Associações de moradores	0
1754. Precisamos de um sistema único de reconhecimento de status pessoais para fins de políticas de ação afirmativa.	0
1755. Trabalhar Ações Educativa Específica Com As Crianças E Adolescente Do Sexo Masculino No Sentidor De Fazer A Prevenção	0
1756. Proibição De Cobrança De Dízimo	0
1757. Ganho de Capital x IPTU	0
1758. Proibição de criação de marcas para prefeituras, estados e nação.	0
1759. O meu direito de trabalha no Brasil.	0
1760. Contratar pessoas sem o ensino médio em questão para efeito social, paz dentro de casa.	0
1761. Proibição do cigarro na presença de não fumantes. Direito de não fumar do fumante passivo prevalece sobre o direito de fumar do ativo.	0
1762. Adicionar capítulo, no Código Penal Militar ou no Estatuto dos Militares, que elenque as punições administrativas disciplinares militares.	0
1763. Redução da inadimplência	0
1764. Grades nas janelas dos prédios.	0
1765. Maioridade Penal Vinculada A Emancipação Do Menor	0
1766. Diminuir impostos sob salários que o empregado e o empregador	0

devem pagar, aumentando a renda dos indivíduos e fazendo a economia circular.	
1767. Petições jurídicas deverão ter no máximo 5 laudas, porém, com ilimitados anexos.	0
1768. Votação por ordem preferencial	0
1769. Crianças Sem Pai No Registro De Nascimento	0
1770. A reformulação dos princípios básicos da constituição federal.	0
1771. Proibição do exercício de função distinta da área de formação dos professores	0
1772. insegurança publica municipal;	0
1773. Acabar com a conscrição do serviço militar	0
1774. Instituição da inalienabilidade dos direitos morais e de 20% dos direitos patrimoniais de qualquer direito autoral.	0
1775. Uma Reforma para as campanhas políticas	0
1776. Direito Constitucional. Federação. Tamanho e população dos estados federados e a incorreta representatividade política.	0
1777. Uma zona franca tributária por estado. Ou tributação progressiva em função da proximidade com as capitais estaduais.	0
1778. Extinção da terceirização dos concursos públicos, isto é, sua realização por empresas privadas.	0
1779. Teoria Geral do Processo. Aboliria os institutos jurídicos processuais da prescrição e da decadência. Tudo seria imprescritível.	0
1780. Guerra ao nepotismo. Descendentes de agentes políticos não poderão seguir a carreira dos ascendentes.	0
1781. Obrigatoriedade de postos de trabalho próximos de presídios	0
1782. Instituição do contrato particular uniforme para algumas relações contratuais como proteção da parte mais fraca no Direito Contratual.	0
1783. Proibir a apreensão de veículos com IPVA atrasados.	0
1784. Direito Tributário. Instituiria a herança máxima. Reforma completa do ITCMD.	0
1785. Regulamentação do flagrante preparado e reformulação da produção pré-processual de provas para a desjudicialização do litígio.	0
1786. Orçamentos Em Supermercados On Line	0
1787. Acabar Com A "Agiotagem Regulamentada" Dos Bancos E Operadoras De Cartão De Crédito	0
1788. Direito Constitucional. Serviços Públicos. Daria a garantia constitucional da inamovibilidade a mais servidores públicos.	0
1789. proteção ao idoso	0
1790. Placas veiculares	0
1791. a criação da guarda patrimonial nos estados e todos os municípios sendo uso de armas não letais. sendo feito pelos vigilantes concursados.	0
1792. Regulamentar a sinalização horizontal	0
1793. Ficar Somente Um Poder Legislativo A Nível Federal	0
1794. preço dos combustíveis real na bomba.	0
1795. Gostaria de sugerir alterações no CTB.	0
1796. Aderir ao reconhecimento da falcoaria como patrimônio imaterial da humanidade pela Unesco e regulamentar e incentivar sua prática no Brasil	0
1797. Fim dos crimes por dinheiro (roubos, furtos, sequestros, propinas),	0

aumento da arrecadação de impostos de todos os governos	
1798. Que as prefeituras tenham na agenda da cidade manifestação de cultura cristã.	0
1799. Ressocialização direito da família "Lei Mulher mãe amiga companheira"	0
1800. Contra o contrabando. Receita federal em rodoviárias de região de fronteira, fiscalizando bagagem e passageiros.	0
1801. Internet gratuita e de qualidade na fila e nos leitos dos hospitais públicos.	0
1802. Que nos últimos dias do prazo de validade de certos alimentos, estes não possam ser mais comercializados/vendidos mas possam ser doados.	0
1803. Se o indivíduo for apreendido por cometer pequenos delitos por mais de três vezes, na quarta será preso definitivamente por até dois anos.	0
1804. Capital Federal deve estar próxima à grande concentração populacional, e não no centro geográfico de um p	0
1805. Redução das dívidas do Brasil. Melhoria para todas as classes sociais.	0
1806. Aumentar o valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC - LOAS) de um para dois salários mínimos.	0
1807. Organizações não governamentais que cuidam de cães	0
1808. CREAS	0
1809. Acabar a proteção do ECA a todos jovens infratores que tenham cometido homicídios e crimes hediondos quando este completar 18 anos.	0
1810. Mudança radical da forma e processo eleitoral	0
1811. Volta da confiabilidade da política	0
1812. Municipalizar o Registro de Imóveis	0
1813. Projeto de Lei que apaga os antecedentes criminais nos distribuidores do Fórum	0
1814. Alteração complementar nos art's 3º e 4º da LC 116/03.	0
1815. Mudança na lei sobre a pesca, passando a ser autorizado aos praticantes da pesca amadora, o uso de redes nas praias brasileiras.	0
1816. Piscicultura e agricultura familiar ao alcance de todos, segundo supervisão gestorial da Celogs, sob legislação.	0
1817. Formação de uma guarda nacional com aproveitamento dos militares da reserva das forças armadas	0
1818. Reforma da previdência.	0
1819. Despesas do governo federal com encargos financeiros	0
1820. Financiamento eleitoral por empresas ser realizado em conta única, administrada pelo TSE, que repassaria o recurso para partidos.	0
1821. Prevenir complicações de saúde em portadores de doenças crônicas.	0
1822. Criar a Comissão de fiscalização de obras públicas e a Comissão de acompanhamento de processos	0
1823. Reforma tributária - ICMS	0
1824. Com base na lei de Transparência, 2012, promover aos cidadãos, através da INTERNET, informações sobre as ocorrências da criminalidade local.	0
1825. Fim do quinto constitucional	0
1826. Criminalizar Políticas De Opressão E Censura Das Mídias Sociais	0

De Qualquer Seguimento	
1827. Criar um Departamento Nacional das Guardas Municipais	0
1828. Criar um incentivo para cidades brasileiras: armazenamento e reciclagem das águas com utilização de energia solar	0
1829. Alterar Lei Complementar Nº 135, DE 4 DE JUNHO DE 2010 .	0
1830. Recursos jurídicos intermináveis	0
1831. Reter o valor pago na compra em sites de outros países, por 90 dias, em banco estatal, respeitando o prazo da garantia legal.	0
1832. Reserva de vagas em concursos públicos.	0
1833. Padronizar data de validade/vencimento de medicamentos, alimentos e outros	0
1834. Redução da Carga tributária-Empresas que aderirem a Programa de contratação de pessoas do Bolsa Família além das abaixo da linha de Pobreza	0
1835. Ampliar o nível de fiscalização política	0
1836. Projeto pra proibir criança "cobaia" no Brasil	0
1837. Criar prazo para atendimento, pelo fornecedor, em cumprimento ao Art 18, §1º, I da lei 8078/90	0
1838. Acrescimento de Alinea no Art 18, §1º, I cc §3º do CODEC - Lei 8078-90	0
1839. Dispõe sobre os limites para a disputa e o exercício de cargos públicos eletivos em todo o território nacional.	0
1840. Proibir o Governo de participar da administração de empresas, somente poderá participar da sociedade de empresas com ações preferenciais.	0
1841. Utilização De Normas Técnicas Em Empresas - Instituições - Universidades (Públicas E Privadas)	0
1842. Tratar de uma nova lei na previdência social estabelecendo aposentadoria a deficientes mentais independente do nível leve, moderado ou grave	0
1843. Melhor aproveitamento de professores nas escolas	0
1844. Criação de LEI para um regime diferencial de prisão para réu em cumprimento de sua primeira sentença (réu Primário)	0
1845. Combater Roubo e Furto de veículos	0
1846. Criar o imposto sobre produtos especiais	0
1847. PROJETO DE LEI SOCIAL POPULAR DA EDUCAÇÃO Estabelece a melhoria das condições para as pessoas que estudam e trabalham na área da educação	0
1848. Alterar a denominação adotada para designar a residência oficial dos nossos governantes, de Palácio para Casa.	0
1849. Converter o pagamento do Seguro por Danos Pessoais em Acidente com Veículos Automotores - DPVAT em contribuição previdenciária.	0
1850. Diminuir acidentes e combater a desobediência as leis	0
1851. Paridade entre dias trabalhados e descontados no tempo de cumprimento de pena restritiva de liberdade!	0
1852. Bullying	0
1853. Pena para ladroes, corruptos, estelionatarios etc: confisco dos bens para devolver o roubo, despesas com o judiciario de todos os crimes.	0

1854. Regras De Aposentadoria Igual Ao Trabalhador Para Os Três Poderes E Mandatarios	0
1855. Registro De Música Não Só No Rio De Janeiro Na Biblioteca Nacional, Mas Em Todo O País, Nos Cartórios, Prestando Serviço A Biblioteca	0
1856. redução das taxas cobradas pelas prefeituras aos eventos de foodtrucks	0
1857. sugiro pl pra retirada de encargos trabalhistas	0
1858. Governo Deveria Manter Convênio Com Concessionárias Para Agilizar Documentação No Caso De Aquisição De Veículo Novo	0
1859. Obrigar locadoras de carros a fornecer cadeirinha de bebê ou bebê-conforto gratuitamente.	0
1860. Que trabalhadores temporários também tenha direito ao convênio médico oferecido aos trabalhadores efetivos da empresa.	0
1861. Tirar do poder publico o gerenciamento do dinheiro da saúde e passar para o cidadão.	0
1862. Criação de um cadastro nacional de identidade virtual (CNIV) para acesso a e-mail e serviços na internet.	0
1863. Atribuir Ao Depoente O Crime De Omissão Criminosa Os Casos De Requisitar Ficar Em Silêncio Em Depoimentos Judiciais E Inquéritos	0
1864. Gostaria de ver maior controle sobre as doações que os fieis fazem em suas denominações religiosas.	0
1865. Rótulos de bebidas alcoólicas com advertências semelhantes às do cigarro: advertências sobre danos à saúde, família e sociedade	0
1866. Acabar com as Corregedorias da Polícia Civil e Militar	0
1867. Cadastro de óbitos nos serviços médicos para informação do cidadão	0
1868. Ser obrigatório o Farmacêutico Clinico Hospitalar trabalhando junto com o Médicos e Enfermeiros para diminuir a toxicidade em pacientes.	0
1869. Regulamentação do teto rotativo Cartão de Crédito.	0
1870. UNIFICAÇÃO E RAMIFICAÇÃO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. PROXIMIDADE DOS MUNICÍPIOS E DOS ESTADOS. ESTRUTURA PRÓPRIA E JUÍZES CARREIRA.	0
1871. Proibição de venda de bebidas alcoólicas por postos de gasolina ou terceiros que vendam no local.	0
1872. Fiscalização ao dinheiro público	0
1873. Direito Penal Online. Boletim de ocorrência que se inicia pela internet e é concluído pessoalmente.	0
1874. TRABALHADOR MAIS.	0
1875. Fim do salário específico para cargos políticos.	0
1876. Reduzir impostos de produtos, serviços e/ou estabelecimentos que adotarem nomes nacionais e/ou derivados da língua portuguesa	0
1877. Lei de alforria do servidor público concursado e não concursado e criação das quintuplas ouvidorias de qualidade apartidárias.	0
1878. Adoção do Banco Central como única instituição financeira nacional e imposto único.	0
1879. Regulagem elétrica e interna dos faróis em carros/caminhões obrigatória de fábrica.	0

1880. Divulgação do disque-denúncia por parte de taxistas e empresas de vigilância	0
1881. Isonomia de direitos entre professores concursados e contratados.	0
1882. Plano nacional bolsa de ajuda social financeira para os solteiros.	0
1883. Maior rigidez na fiscalização das pessoas em entradas de bancos	0
1884. Criar a carreira de parlamentar	0
1885. Torna definição de Pena máxima artigo da Constituição Federal	0
1886. Criação de colegiado formado pelos partidos de maior representatividade para escolha de nomes para ocupar cargos públicos de direção.	0
1887. Legalização e Estatização do Jogo do Bicho com renda revertida a natureza	0
1888. Mudar o calendário eleitoral para cada região brasileira, com intervalo de 30 dias	0
1889. Criar Centros Especializados no Tratamento de Gagueira e Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA)	0
1890. Alterar o parágrafo 2º do artigo 1º da LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005 para quem possui diploma de curso superior.	0
1891. Retira das entidades religiosas a culpabilidade indireta, "culpa solidária", em caso de erros de seus responsáveis.	0
1892. Duas férias ao ano para o trabalhador	0
1893. Tornar todos os cidadãos legalmente sem sexo, fazendo com que cada um se identifique da forma como quiser e não haja diferenças por gênero.	0
1894. Na criação de toda pessoa jurídica seja obrigatória a definição de e-mail, a fim de que receba futuras intimações eletronicamente	0
1895. Imposto Único Com Digitalização Do Dinheiro	0
1896. Retira da categoria penal abortos essenciais (risco à vida, estupro, anencefalia) e passa para saúde pública.	0
1897. Identificação de motoristas com menos de um ano de carteira de habilitação	0
1898. Redução excesso de peso para os alunos(mochila) evitando danos a saúde.	0
1899. Tornar ilegal a recusa de atendimento odontopediátrico pela idade da criança.	0
1900. Adoção do ensino de italiano no ENEM 2020.	0
1901. Altera dispositivos da Constituição Brasileira de 1988 de forma a permitir e agilizar a adoção de tratados e resoluções do MERCOSUL.	0
1902. Criar a obrigatoriedade de ter em todas as delegacias do Brasil um agente dos direitos humanos para combater a tortura	0
1903. Institui a gestão democrática nas três esferas do poder republicano: executivo, judiciário e legislativo	0
1904. Dois turnos para todos os cargos eletivos do executivo, exceto para os casos de chapa única ou de dois candidatos concorrendo.	0
1905. Definir "estupro de vulnerável" como " ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 18 (dezoito) anos".	0
1906. Emissão de cédula de identidade através das representações diplomáticas brasileiras no exterior	0
1907. A ideia central envolve o direito de família, com reflexos na	0

previdência social.	
1908. Benefício assistencial para famílias com múltiplos de gestação espontânea	0
1909. Substituição da redação da lei, do termo Licença Nojo, por Licença Luto.	0
1910. Fim das avaliações surpresas	0
1911. Acabar com a norma da "Medida Provisória"	0
1912. Flexibilizar a atividade jurídica para concursos da magistratura, Ministério Público e outros.	0
1913. Igualdade - Maiores oportunidades aos moradores de rua e qualificação da Polícia Militar	0
1914. Como Diminuir O Gasto Com A Água E Evitar A Sua Crescente Escassez	0
1915. Estruturação dos sistemas de segurança pública nos âmbitos federal e regional	0
1916. Obrigatoriedade da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) para utilizar bicicleta em vias públicas.	0
1917. Aumento da pena para maus-tratos a crianças na forma continuada	0
1918. Criação de urna inteligente, capaz de detectar softwares maliciosos.	0
1919. Extinção de todos os partidos políticos.	0
1920. Certidão positiva definitiva após o cometimento do segundo crime hediondo violento.	0
1921. Utilização do insuflado em veículos, principalmente considerando as mortes de crianças que são esquecidas dentro dos mesmos.	0
1922. Presídios para traficantes e usuários de drogas	0
1923. Projeto permite criança no banco da frente do carro	0
1924. Efetivar professores com mais de 10 anos de exercício no magistério com contratos emergenciais.	0
1925. Tornar obrigatória a contratação de Bombeiro Civil por empresas	0
1926. Estabelecer encarreiramento profissional para os servidores públicos	0
1927. Auxílio nas construções de casas de baixa renda com apoio das entidades públicas.	0
1928. Proibir a circulação de carros da segurança pública em locais privados !!!	0
1929. Idade mínima para Ingresso na faculdade	0
1930. Proibir o serviço de carregador de malas "bagagens" pagos em todos os terminais rodoviários deste país e garantir a gratuidade do serviço.	0
1931. Transparência quanto aos recursos públicos aplicados na educação pública	0
1932. Parte I - Atualização da Lei de Ação Popular para que seja adaptada a nossa atualidade e mais próxima do cidadão que tenha disposição	0
1933. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Regionais;	0
1934. Penas duras para os "laranjas" de gestores públicos. Nada adianta fiscalizar o executivo e suas contas se ele transferir para os laranjas!	0

1935. Parte II - Atualização da Lei de Ação Popular para que seja adaptada a nossa atualidade e mais próxima do cidadão que tenha disposição	0
1936. Isenção de impostos sobre produtos direcionados a confecção de livros e na comercialização dos mesmos.	0
1937. Alteração do texto do inciso II do artigo 3º da lei 12618/2012 que cria a FUNPRESP, retirando o trecho "sem perda de vínculo".	0
1938. definição clara da responsabilidade das incorporadoras	0
1939. Alterar o artigo 129 do código penal,, § 5º e acrescenta o §12 e §13 e § 14 a lei .	0
1940. Escolas mais equipadas.	0
1941. Transporte coletivo urbano	0
1942. Padronizar as vagas de estacionamento de veículos em geral.	0
1943. Eleições da CIPA 2015	0
1944. Evitar roubo de celulares.Roubam porque dá pra mudar IMEI.	0
1945. Atribuir ao serviço social, organização das gestões públicas	0
1946. A pequena propriedade rural poderá ter até 01 empregado fixo	0
1947. Unificação dos centros de pesquisas sobre emigrantes.	0
1948. Passagens mais baratas no Brasil.	0
1949. Criação de um imposto para os partidos políticos.	0
1950. Cursos de nível superior de madrugada.	0
1951. Descompatibilização das remunerações do FUNDEB com FPM	0
1952. Criar a Polícia Fazendária de ciclo completo.	0
1953. Ênfase nas medidas socioeducativas para jovens infratores	0
1954. Alteração da lei 8666/93.	0
1955. Criação dos presídios municipais.	0
1956. Estabelecer limite mínimo de escolas públicas por Estado.	0
1957. Extinção do insti. da substituição tributária para frente.	0
1958. O processo seletivo deveria ser rigoroso, mas, não é.	0
1959. Transferência de veículos.	0
1960. Fiscalização-balança rodoviária	0
1961. Urgente melhorar a situação dos pequenos agricultores do PI.	0
1962. Regularização de salas de poker online.	0
1963. Re-alistamento e retorno de reservista.	0
1964. Estímulo ao desenvolvimento da economia criativa.	0
1965. MINHA IDÉIA É SOBRE SISTEMA ELEITORAL, NÃO TEM ÁREA ELEITORAL	0
1966. Presença de uma policial feminino no policiamento de rua.	0
1967. Novo Código de Águas Minerais	0
1968. Datas comemorativas.	0
1969. Não é necessário diminuir a redução de idade para 16 anos	0
1970. Investidura de cargo público proporcional a escolaridade	0
1971. Emenda 41/2003, Art.6º, Inc.III	0
1972. Modificar indenização ao consumidor por dano elétrico.	0
1973. Prestação de serviços suspensos - cobranças suspensas.	0
1974. Diminuir o número de pacientes em hospitais, evitando filas.	0
1975. Projeto kit lixeira ecológica resolve o problema dos lixões.	0
1976. Aplicação do modelo de ensino doméstico.	0
1977. Bolsas de Sangue - Doação - Criação de "Bolsas Padrão" em	0

tamanho Menor, possibilitando que mais pessoas possam doar.	
1978. Abolir a padronização dos veículos dos estados brasileiros.	0
1979. Educação superior para todos.	0
1980. Nova Lei da Cipa	0
1981. autonomia para a CIPA	0
1982. Escolas preparatórias para concurseiros.	0
1983. Fim das cobranças de seguro de vida. E de cartão de credito.	0
1984. Atualização do decreto lei 60.501 de 14 de março de 1967.	0
1985. Proibir que um preso fique menos de 2 meses na cadeia.	0
1986. Estabel. Critérios para menores serem julgados como adultos.	0
1987. Isenção de pagamento para estacionar carros de passeio.	0
1988. Violência contra a mulher no parto. Até quando perdurará?	0
1989. Apoio financeiro a músicos iniciantes.	0
1990. Melhorar a educação no Brasil.	0
1991. Carreira única para as polícias civis(estaduais e federal)	0
1992. Impugnação de votos parlamentares por conflito de interesse.	0
1993. Altera o titulo do artigo 5 da constituicao para "Garantia Penal e Fundamental	0
1994. Valor da bolsa do estagiário proporcional ao salário do servidor do órgão em que realiza o estágio.	0
1995. Impede Estado de ser obrigado a financiar cirurgia,tratamento de qualquer espécie fora do território nacional.	0
1996. Plano de desenvolvimento da saúde	0
1997. Regularizar o nome do cidadão junto aos órgãos de proteção ao crédito (SERASA/SPC)no caso do fechamento da empresa	0
1998. Criminaliza o corporativismo no serviço público.	0
1999. Salário minimo calculado com base no salário do Presidente	0
2000. Pra protecao de areas de preservação conforme o artigo 225 da cf	0
2001. Auxílio dono(a) de casa.	0
2002. Mudança na Lei nº 12.089 DE 11 de novembro de 2009.	0
2003. Obrigatoriedade de instalação de grades de proteção, bem como de lugares de passagem para animais silvestres, ao longo das rodovias.	0
2004. Padronização dos órgãos municipais de trânsito.	0
2005. Fiscal do trabalho.	0
2006. Inclusão matéria sobre empreendedorismo na grade escolar.	0
2007. nome social em diplomas.	0
2008. Prioridade na votação.	0
2009. Arqueologia e fundos setoriais de C & T da FINEP.	0
2010. Revisão da Portaria IPHAN 07/88.	0
2011. Valorização da água:utilização de forma responsável.	0
2012. Criação de territórios.	0
2013. Estabilidade para conselheiro fiscal sindical.	0
2014. Contribuição INSS para bolsistas.	0
2015. Lei de imigração mais severa com privilégios aos brasileiros	0
2016. Eleições unificadas em 2020 com 5 anos para todos os cargos.	0
2017. Regulamentação das Atividades de Marketing de Rede.	0
2018. Destinar 1/3 das vagas no Senado em cada Estado às mulheres.	0
2019. Restruturação dos Cargos da Polícia Federal.	0
2020. Representantes políticos e familiares no serviço público.	0

2021. Eleição proporcional aos votos nos partidos e candidatos.	0
2022. Fim da indicação do presidente da República para o STF	0
2023. Atualização e mudança nos concursos públicos federais.	0
2024. Criação de indústria de rádios digitais de ondas curtas.	0
2025. Exigir apresentação de certidões que comprovem ficha limpa.	0
2026. Projeto de lei-repescagem no exame de ordem	0
2027. Poluição Sonora	0
2028. Efetivação dos terceirizados com 10,15 anos de serviço.	0
2029. Apoio a PEC 170/2012 por ser uma injustiça.	0
2030. Aumento do rigor para concessão de vistos no Brasil.	0
2031. Passe livre aos idosos aposentados a partir dos 60 anos.	0
2032. Criação de celas para presos ainda não sentenciados.	0
2033. Redefinição das regras de funcionamento dos legislativos.	0
2034. AUMENTO DA MAIORIDADE PENAL DE 18 PARA 24 ANOS	0
2035. os cidadãos vai pagar menos impostos.	0
2036. Menos mortes.O veículo esta sendo uma arma.	0
2037. Retirar as imunidades parlamentares da Constituição Federal	0
2038. Pronatec nas empresas.	0
2039. Submeter conteúdo jornalístico aos movimentos da sociedade.	0
2040. Criar a Polícia Florestal Nacional de ciclo completo.	0
2041. Aprovação popular dos nomes para a candidatura	0
2042. Fiscalização mais severas nas empresas.	0
2043. Mais bolsas formações profissionais.	0
2044. Alteração no regulamento interno do Senado.	0
2045. Liberdade e respeito à democracia.	0
2046. Financiamento de estudantes das cotas do ensino superior	0
2047. Eficiência e Responsabilidade Na Gestão Pública.	0
2048. Aposentadoria para professor do sexo masculino.	0
2049. Mudanças nas leis Judiciárias penais	0
2050. Mais bolsas de formações profissionais Pronatec.	0
2051. O fim do nepotismo nos cargos públicos.	0
2052. Criar a Polícia Portuária Federal incluir no Artº 144 CF/88.	0
2053. Horário político uma vez por mês para o(a) presidente	0
2054. Família residente em área rural terá direito a um salário.	0
2055. Acrescenta o nível escolar ao princípio da individualização.	0
2056. Legalização de Lâmpada Xenon no farol auxiliar(Milha).	0
2057. Remuneração legislativa aprovada por órgão independente.	0
2058. Obrigar instituições religiosas a terem isolamento acústico.	0
2059. Reativação de hospitais de pequeno porte.	0
2060. Disciplina escolar obrigatória criança 9 a 14a sobre droga	0
2061. Fiscalização de dinheiro arrecado pelos sindicatos	0
2062. Facilitar a leitura do prazo de validade dos produtos.	0
2063. Voto paritário nas Universidades e Institutos Federais	0
2064. Cria o Museu Nacional da Guerrilha do Araguaia	0
2065. Apoio para quem recebe salário inferior a R\$350,00.	0
2066. fim das saídas temporárias, sejam qual for, tem que aguardar	0
2067. Tratamento de viciados em drogas e seu financiamento.	0
2068. os aposentados de nosso Brasil tão sendo lesados,	0

2069. Obrigatoriedade de aulas em moto honda bis .	0
2070. Que seja criada a bolsa auxilio professor	0
2071. Lei que Institua Hospital para idoso e deficiente físico	0
2072. Lei que regule a falta de atendimento médico à gestante	0
2073. Criação do estatuto do trabalhador.	0
2074. Aposentadoria especial para o servidores públicos(insalubre)	0
2075. Anistia micro empresas têxteis.	0
2076. Bolsas gratuitas para faculdades.	0
2077. Obrigatoriedade de bolsas de estudos nas empresas.	0
2078. Aumento de vagas e de escolas preparatórias de concursos.	0
2079. Revisão de multa de 0,33% ao dia (imoralidade)	0
2080. Processo específico para crimes psicotrônicos.	0
2081. Sugestão de criação de leis federais.	0
2082. Garantir a igualdade entre humanos e animais	0
2083. Sancionar projetos relacionados a eutanásia.	0
2084. Criação de teto para preço de pedágios no país	0
2085. Acabar com os fogos de artifícios com explosivos...	0
2086. Legislar fiscalização dos livros didáticos	0
2087. Reativar Usina Hidrelétrica em Ipameri/GO.	0
2088. Projeto de lei que combata a imigração ilegal e o tráfico.	0
2089. Família unida,respeito ao próximo	0
2090. Obrigar luz baixa nas rodovias independente do tempo	0
2091. Construção de muretas nas rodovias federais e estaduais	0
2092. Bullying no judiciário por promotores e juízes	0
2093. Alteração do DL 578/1992 e DL 8.639/1993	0
2094. Incentivos governamentais meio ambiente créditos de carbono.	0
2095. Bilhete Único Gratuito Nacional	0
2096. Erradicação das drogas no Brasil	0
2097. Piso nacional para os vigilantes.	0
2098. Fiscalização concurso nacionais (mun/est e federais)	0
2099. Fechamento de todas fábricas de cigarros e bebidas	0
2100. Preços abusivos em locais fechados	0
2101. Novos carros c/ dispositivo de alerta sem cinto de segurança	0
2102. Uso indevido do CPF, RG, por falta de segurança e proteção.	0
2103. Rádios comunitárias	0
2104. Inclusão da taquigrafia no ensino médio.	0
2105. Limitar em 90km a velocidade nas BR nos horários de picos.	0
2106. Incentivar as prefeituras a gerar empregos	0
2107. Reduzir tempo de espera para manutenção recorrente.	0
2108. Projeto Decreto Legislativo sustar efeitos de norma Anatel	0
2109. Regulamentação do uso de câmeras nos veículos.	0
2110. Aumento de idade para tomar a vacina contra o HPV.	0
2111. Benefícios de bolsas de estudos integral e gratuito.	0
2112. As vagas proporcionais aos votos no partido e candidato.	0
2113. Substituir o famigerado DL 1025/69.	0
2114. Porte de Arma para agente sócioeducador	0
2115. SALA DA CIDADANIA EM ORGÃOS DA SAÚDE	0
2116. A IDEIA CENTRAL E REAVER O DIREITO DE	0

TRABALHADOR DE MUSICO.	
2117. Filhos cuidadores	0
2118. Lucros revertidos para SETOR DE Oncologia regiões agrícolas	0
2119. Órgão público fará todas as licitações do início ao fim.	0
2120. Plebiscito sobre a forma e o sistema de governo do Brasil.	0
2121. Vedação das coligações em eleições proporcionais	0
2122. Inclusão de pessoas com deficiência em universidades.	0
2123. Contribuição previdenciária de 5% para o segurado especial.	0
2124. Reduzir o comércio de carros roubados.	0
2125. Feriado nacional.	0
2126. Nota fiscal nos cartórios de São Paulo.	0
2127. O DETRAN deve respeitar direito das pessoas c deficiência	0
2128. Lei que Institua Lei sem armas	0
2129. Informativo de ônibus quebrados e acidentes nas BR's.	0
2130. Prisão para quem maltrate ou desabrigue deficientes mentais.	0
2131. Regulamentação da profissão educador de jovens e adultos.	0
2132. Aporte financeiro ao SUS.	0
2133. Criar matéria de legislação de trânsito nas escolas.	0
2134. Aumentar a pena do criminoso envolvido em crime com menor.	0
2135. Ato Médico.	0
2136. Preservação de línguas minoritárias tradicionais.	0
2137. Desvincular o IPVA do licenciamento de veículos.	0
2138. Estipular prazo para emitir parecer ao PNE em concurso.	0
2139. Inibir a compra de drogas através do menor.	0
2140. Retirar todos os presídios e afins dos centros urbanos.	0
2141. Redução do subsídio dos agentes políticos.	0
2142. Criação do encontro nacional dos secretários de educação.	0
2143. Concurso público para conselheiros de Tribunais de Contas.	0
2144. Permitir o atendimento a NR4 com a contratação de terceiros.	0
2145. Trabalho obrigatório para condenados ao regime fechado.	0
2146. Submissão dos aumentos de salário legislativos à referendos.	0
2147. Criação de cidade prisional no interior do nordeste.	0
2148. Redução de regalias para parlamentares.	0
2149. Vagas em universidades públicas	0
2150. Limitação na quantidade de mandatos eletivos.	0
2151. Evitar o abuso e tortura de autoridade nas delegacias.	0
2152. Indicação de investimentos dos governos.	0
2153. Fiscalização e controle do atendimento ao cidadão.	0
2154. Regulamentação do magistério.	0
2155. Salários justos para parlamentares.	0
2156. Cargos comissionados ocupados por servidores concursados.	0
2157. Determinar fiança no valor 3 salários mínimos para todos.	0
2158. Reserva de receita para saneamento e tratamento de água.	0
2159. Fabricante ser responsável por descarte de produto perigoso.	0
2160. Zelar pelo potencial pesqueiro.	0
2161. Fim do voto obrigatório - Apoio a PEC 159/2012.	0
2162. Mobilidade urbana para região dos Lagos/RJ.	0
2163. SPED.	0

2164.	Esqueleto de reforço nos automóveis.	0
2165.	Exibição de escala médica nas unidades públicas de saúde.	0
2166.	Acabar com aposentadoria de eleitos.	0
2167.	Uma nova constituição com somente 10 a 12 princípios.	0
2168.	Ponto eletrônico obrigatório para médicos na rede pública.	0
2169.	Aposentadorias e benefícios.	0
2170.	Fim do IRRF do salário dos trabalhadores.	0
2171.	Tributo único e fim do imposto de exportação.	0
2172.	Financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais	0
2173.	Consulta pública nas eleições gerais.	0
2174.	Limitação da idade para o exercício de mandato parlamentar.	0
2175.	Alteração dos critérios de escolha dos Tribunais de Contas.	0
2176.	Desmonopolizar o sistema de comunicação do país.	0
2177.	PM deverá abordar todo motociclista com garupa.	0
2178.	Pronto atendimento em hospitais conveniados.	0
2179.	Maior dignidade no atendimento bancário.	0
2180.	Modificar o Código de Defesa do Consumidor.	0
2181.	Diminuição de repasse de verbas para câmaras e assembleias.	0
2182.	Eleições majoritárias para cargos do executivo.	0
2183.	Reduzir os atuais 39 Ministérios para 13.	0
2184.	Fila de espera para transplante.	0
2185.	Obrigatoriedade de Conselho de Ética em todos os partidos.	0
2186.	Família presente na vida escolar dos filhos.	0
2187.	Contribuição de bolsistas para o INSS	0
2188.	Salário mínimo por região conforme o custo de vida.	0
2189.	Impedir que as águas minerais sejam exploradas até o fim.	0
2190.	Criação de novos municípios com mais de 3.000 habitantes	0
2191.	Liberação de recursos do FGTS para fertilização.	0
2192.	Criação de partido político	0
2193.	Clinica de tratamento para a mulher engravidar.	0
2194.	Revisão dos contratos de licitação do transporte público.	0
2195.	Funcionários do comércio tenham curso de libras.	0
2196.	Fim ou redução drástica do IPVA	0
2197.	PEC que exige à qualquer lei uma aprovação popular.	0
2198.	Redução ou fim dos privilégios dos cargos públicos.	0
2199.	Proibir venda de bebidas alcoólicas para moradore de rua.	0
2200.	Dividir o fundo partidário,proporcional ao nº de filiado.	0
2201.	Perda do mandato legislativo através do "recall".	0
2202.	Criação de Comissão Multidisciplinar Avaliação - TDAH.	0
2203.	Incutir o respeito como principal dever de todos.	0
2204.	Passar os mandatos de 4 para 5 anos sem direito a reeleição.	0
2205.	Alterar o artigo 48 da LDB 9.394/96 - parágrafo 3º.	0
2206.	Segurança escolar.	0
2207.	Indexar ao salário mínimo os salários dos governantes.	0
2208.	Posto de saúde 24 horas.	0
2209.	Acabar com o auxílio moradia e funcional.	0
2210.	Criar PEC instaurando a declaração dos direitos dos animais.	0
2211.	Auxílio para o descarte correto de resíduos industriais.	0

2212.	Redução de carros nas ruas e melhoria do transporte público.	0
2213.	Fim da cobrança de assinatura de telefone.	0
2214.	Limita a eleição de chefe do Poder Executivo.	0
2215.	Eliminar os gastos com viagens de Senadores e Deputados.	0
2216.	Isenção de Impostos para saúde,educação,etc.	0
2217.	Legalização da maconha para uso medicinal e recreativo.	0
2218.	Prazo máximo de dois mandatos para vereadores.	0
2219.	Fim de nomeações por indicação a cargos e empregos públicos.	0
2220.	Legalização do marketing multinível no Brasil.	0
2221.	Exterminar quase todas as leis ambientais e petrolíferas.	0
2222.	Dedução de despesas com equipamentos fiscais.	0
2223.	Auditar aplicação dos royalties atualmente pagos.	0
2224.	Avanço tecnológico através da computação em grade.	0
2225.	Férias anuais de 30 dias para parlamentares.	0
2226.	Esclarecer ao povo como processar políticos sem um advogado.	0
2227.	Política.	0
2228.	Santuários Arqueológicos Marinhos.	0
2229.	Obrigatoriedade de castração gratuita para vira-latas.	0
2230.	Mobilidade urbana:cidade do Rio de Janeiro e na região Lagos	0
2231.	Estabelecer prazo de garantia mínimo de 3 a 5 anos.	0
2232.	Reforma na educação desde o ensino fundamental.	0
2233.	Crime hediondo os cometidos contra a Administração Pública.	0
2234.	Isenção do pequeno produtor rural da chamada Reserva Legal.	0
2235.	Devolver ao circuito produtivo parte do território nacional.	0
2236.	Pequeno proprietário autorizado a produzir em suas terras.	0
2237.	Acrescentar ao art. 55 da CF/88, o §5°.	0
2238.	Reduzir de deputados e alterar art. 4°, §2° ADCT.	0
2239.	Transferir tribunas de contas para o ministério público.	0
2240.	Transferir CGU para o Ministério Público.	0
2241.	Proibir parlamentares de ocuparem cargos no Executivo.	0
2242.	Separar a eleição do legislativo e executivo.	0
2243.	Limite de mandato em todas as esferas	0
2244.	Destinar royalties para segurança e sistema penitenciário.	0
2245.	Fim da tarifação diferenciada, Roaming e interurbana.	0
2246.	Redução de deputados federais e estaduais e vereadores.	0
2247.	Limites para o aumento dos salários dos políticos.	0
2248.	Proibir pagamento de assessores pessoais com verba pública.	0
2249.	Punir com maior rigor o vandalismo e as depredações.	0
2250.	Capacitação (preparação) para o ingresso no ensino superior.	0
2251.	União de municípios com áreas urbanas emendadas.	0
2252.	Inclusão de disciplinas no plano pedagógico do ensino médio.	0
2253.	Educação estratificada: básica município e média Estados.	0
2254.	Aumentar o número de arquitetos e engenheiros.	0
2255.	Proibir o rosto escondido durante manifestações populares.	0
2256.	PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO	0
2257.	Crimes hediondos.	0
2258.	Cuidados especiais para as cidades prisionais.	0
2259.	Desoneração do imposto de renda nas despesas com educação.	0

2260.	Criação da comissão mista Senado-Câmara para plebiscito.	0
2261.	Eleições primárias entre os militantes de todos os partidos.	0
2262.	Reforma do Poder Judiciário: eleição primária entre juízes.	0
2263.	Salários de políticos acompanhem os índices dos cidadãos.	0
2264.	Defender cidadão quando ocorre vulnerabilidade jurídica.	0
2265.	Redução de senadores e deputados federais.	0
2266.	Contra impunidade.	0
2267.	Cobrar imposto dos países sobre o O2 gerado na Amazônia.	0
2268.	Reforma Agrária	0
2269.	Dar a oportunidade do inquilino adquirir a casa própria.	0
2270.	Casas com Usucapião ter acesso aos créditos MCMV.	0
2271.	Pagar menos	0
2272.	Altera lei que dispõe sobre os ex-combatentes da 2ª Guerra.	0
2273.	Anuidade gratuita.	0
2274.	Garantir ao segurado inválido direito a majoração de 25%.	0
2275.	Não ao voto obrigatório!	0
2276.	Rede Federal de Hospitais do INSS.	0
2277.	Reduzir a quase "zero" carga tributária sobre cesta básica.	0
2278.	Ressocialização dos presos.	0
2279.	Taxar exportação de minério de ferro.	0
2280.	Capacitação de professores via Moodle, internet via rádio.	0
2281.	Extinção das Polícias Civil e Militar.	0
2282.	Criar um curso de civismo para população.	0
2283.	Médicos-Universidade Federal-Serviço Social Obrigatório.	0
2284.	Facilitar o acesso aos cargos de comando no país.	0
2285.	Modificação do Sistema de Gestão da Saúde Nos Municípios	0
2286.	A fisioterapia nos pequenos, médios e grandes eventos.	0
2287.	Conversões de vídeo.	0
2288.	Atuação de parlamentar em funções no Executivo.	0
2289.	Tarifa de passagem.	0
2290.	Acabar com as multas de trânsito.	0
2291.	Tratamento médico e custos do INSS para condutores.	0
2292.	Coibir a cobrança de preços abusivos pelo varejo.	0
2293.	Adoção de Registro Biométrico pelos entes federados.	0
2294.	Fim do alistamento eleitoral e voto obrigatório.	0
2295.	Assistência médica, jurídica gratuita a estrangeiros ilegais.	0
2296.	Limite de eleições ao Congresso e fidelidade partidária.	0
2297.	Manifestos populares no Brasil.	0
2298.	Eleições gerais simultâneas.	0
2299.	Prazo prescricional para interposição de ADIN.	0
2300.	A grande quantidade de empregos que os cassinos geram.	0
2301.	Democratizar a mídia.	0
2302.	Medidas corretivas aos menores infratores do sexo masculino.	0
2303.	Fim do voto obrigatório e reeleição.	0
2304.	Seguro Obrigatório para veículos(Carros,motos,barcos, etc.)	0
2305.	Passe Livre para Deficiente Físico em Transporte Aéreo.	0
2306.	Qualificação técnica dos secretários.	0
2307.	Fim da divulgação de notas do ENEM e ranking de Escolas.	0

2308. Criminoso deve indenizar as vítimas de seus crimes.	0
2309. Desmilitarização das polícias e bombeiros do Brasil.	0
2310. Fim do voto obrigatório e redução dos congressistas.	0
2311. Lecionar ensino religioso nos presídios.	0
2312. Fim da fluoretação da água a nível nacional.	0
2313. Voto direto do cidadão em projetos de lei na Câmara.	0
2314. Aposentadoria integral para servidor público designado.	0
2315. Redução de deputados federais para 15 por estado.	0
2316. Reforma política e eleitoral.	0
2317. Parar de proteger bandido e proteger o interesse do cidadão.	0
2318. Toda empresa de MMN tem que ser cadastrado na ABEVD.	0
2319. Combater fraudes no Brasil através da denúncia remunerada.	0
2320. Vaga preferencial em estacionamento para soropositivos.	0
2321. Consulta pública em reformas de Códigos.	0
2322. Deseleição.	0
2323. Serviço médico para cidades afastadas	0
2324. Progressão de pena	0
2325. Divisão de estados - plebiscito com a parte interessada.	0
2326. Agressão física.	0
2327. Taxas administrativas ilógicas e secretas à população	0
2328. Quitação de dívida do contribuinte	0
2329. Reality show com os candidatos a cargos no poder executivo.	0
2330. Reciprocidade-legalizar veículos roubados em países vizinhos	0
2331. Balcões frigoríficos abertos desperdiçam energia elétrica.	0
2332. Contemplar os merendeiros de 1991.	0
2333. Aumento da representatividade com diminuição das despesas.	0
2334. Criação de habitação para população pobre.	0
2335. Proibição de reingresso de alunos em universidades públicas.	0
2336. Portal e-cidadania ter 5Hs de propaganda em TV aberta	0
2337. Isenção tributária	0
2338. Uma emenda constitucional na lei 5.315/67 ex combatente	0
2339. Proibir concurso público em prefeituras de cidades pequenas.	0
2340. Servidor Empreendedor	0
2341. Necessidade de informar o preço do produto nos classificados	0
2342. Alterar a lei de medidas provisórias do Executivo	0
2343. Aviso de saída em evento com grande concentração de pessoas	0
2344. Tolerância de velocidade no trânsito	0
2345. Mostrar uma tela de resumo na urna eletrônica.	0
2346. O governo ser o dono das empreiteiras	0
2347. EVITAR CONSTRANGIMENTOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTIVOS.	0
2348. Diminuir a pena para tráfico de droga e aumentar a do roubo	0
2349. Isonomia nos concursos e provas para todos os Estados.	0
2350. Controle de pessoas presentes em um evento de lazer	0
2351. Proibir a renovação automática de assinaturas de revistas.	0
2352. Discriminação quanto a orientação sexual	0
2353. OBRIGAR MENORES INFRATORES A TRABALHAR	0
2354. Apreciação de vetos presidenciais de forma separada.	0

2355. Regulação do Bafômetro e Marcha da Maconha	0
2356. Punir os crimes de acordo com o mal que causam a sociedade.	0
2357. Deputado para representar brasileiros no exterior	0
2358. Vagas em universidades para filho ou neto de ex-combatente.	0
2359. Faculdade de Direito X Exame da Ordem	0
2360. Aviso via SMS de desaparecimento de criança	0
2361. Prevenção de acidentes e doenças no trabalho na rádio e TV	0
2362. Alteração do DL 578/1992 e DL 8.639/1993.	0
2363. Criar lei para acabar com cargos comissionados.	0
2364. Cadastro presencial de adesão ao FIES.	0
2365. Corrigir os desmandos da corrupção.	0
2366. Casas populares para civis dentro dos moldes de dignidade.MI	0
2367. Abono de faltas de alunos convocados para júri.	0
2368. Proibido: agraciamento de agrônomos e técnicos por empresas	0
2369. Garantir a efetiva tributação do bem ou serviço.	0
2370. Proibido assédio a agrônomos e téc. agrícolas por empresas	0
2371. Cotas para enfermeiros em faculdades de medicina.	0
2372. Diminuir o serviço jurídico desburocratizando exclusão de PA	0
2373. Permitir a educação do lar sem precisar de escola.	0
2374. ICMS deve caber ao Estado do domicílio do consumidor.	0
2375. Criação do Disque Arma Ilegal	0
2376. Controle demográfico através da autonomia dos Estados.	0
2377. Ajuda de custo para o trabalhador comum privado.	0
2378. Planejamento familiar.	0
2379. Jornada de trabalho	0
2380. Transformar Câmara de Vereadores também em espaço cultural.	0
2381. Cadeias e presídios específicos, só para estrangeiros	0
2382. Tratamento psicológico para cyberstalkers	0
2383. Imunidade tributária para cadernos.	0
2384. PENHORABILIDADE DA CONTA POUPANÇA ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS	0
2385. PEC para 2ª instância em recursos de questões em concursos	0
2386. Criar uma força policial específica para as fronteiras.	0
2387. Plebiscito,instrumento de democracia X elite política.	0

ANEXO A - DADOS FORNECIDOS PELO GOOGLE ANALYTICS DO PORTAL E-DEMOCRACIA

O portal fornece relatórios semestrais e anuais gerados pelo Google Analytics que ilustram a evolução no uso da ferramenta:

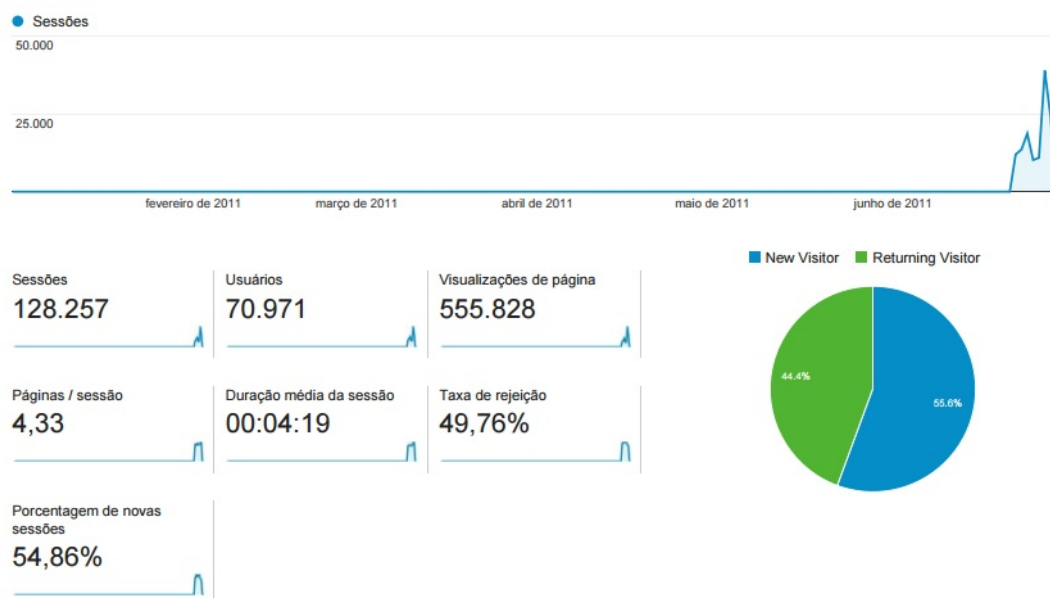


Figura 8: Relatório Google Analytics do primeiro semestre de 2011 (jan-jun).

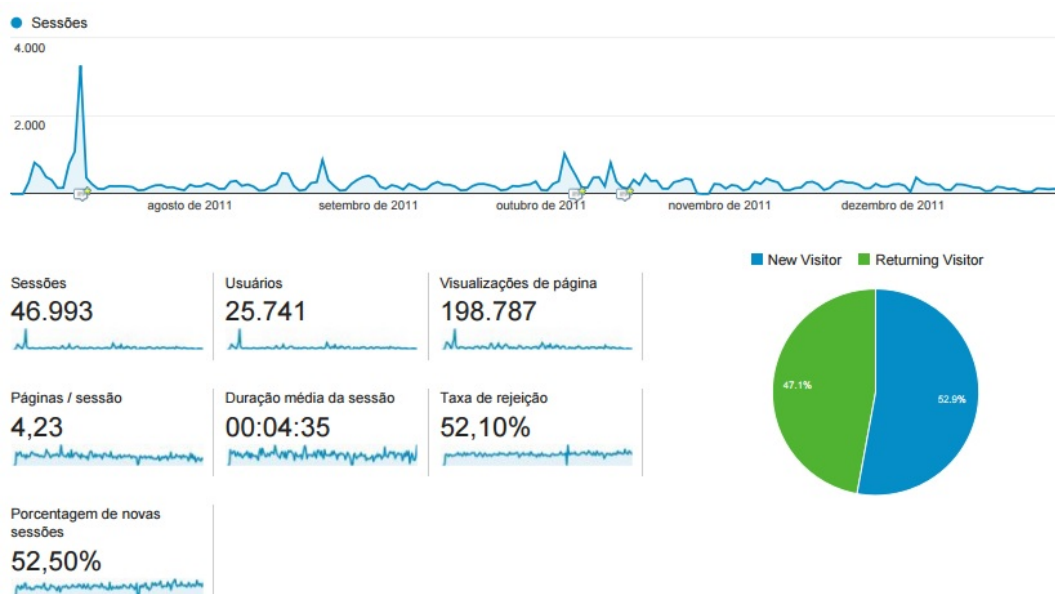


Figura 9: Relatório Google Analytics do segundo semestre de 2011 (jul-dez).

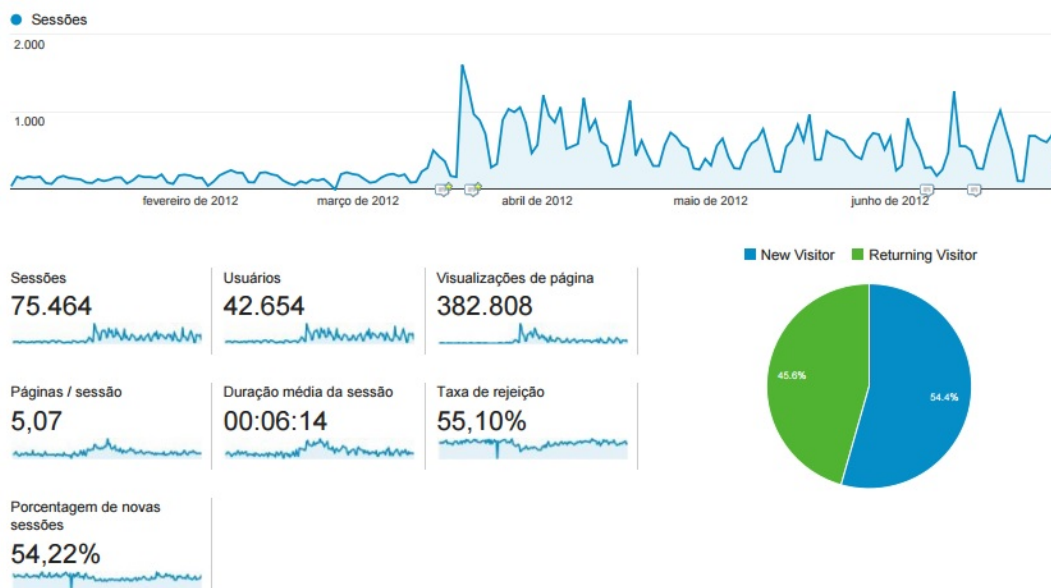


Figura 10: Relatório Google Analytics do primeiro semestre de 2012 (jan-jun).

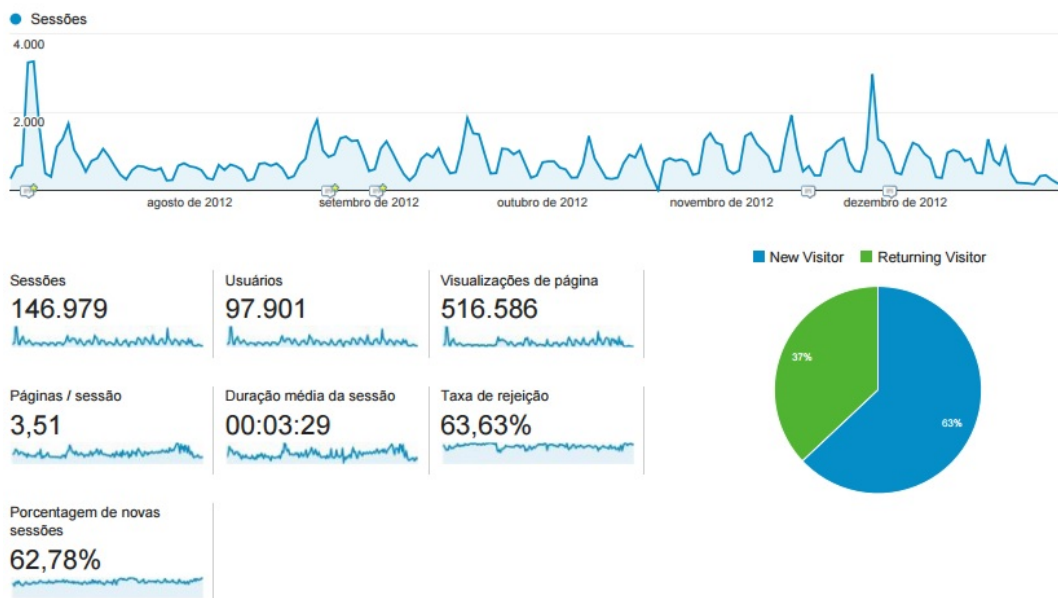


Figura 11: Relatório Google Analytics do segundo semestre de 2012 (jul-dez).

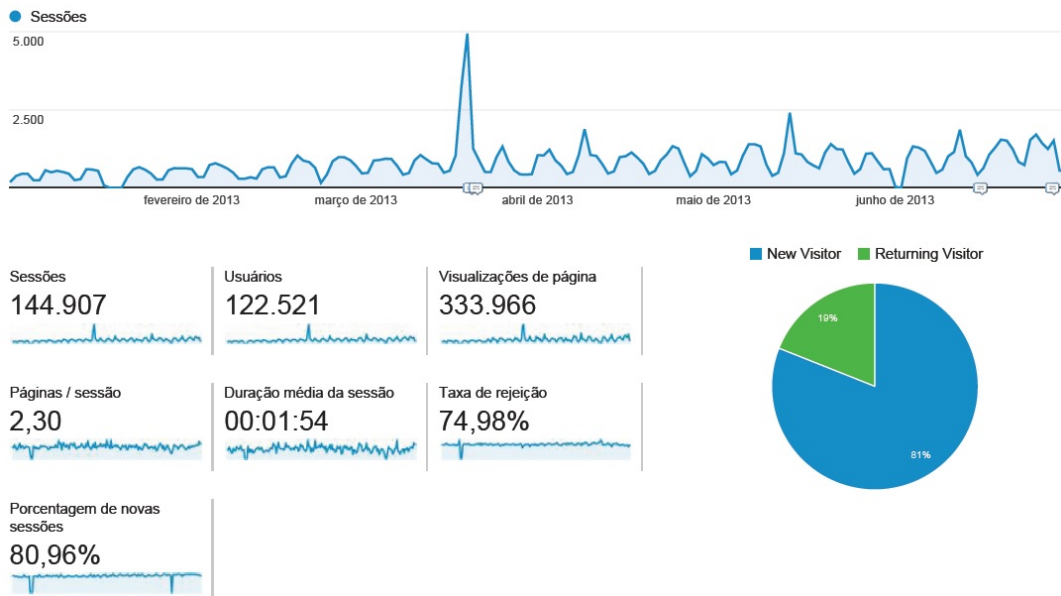


Figura 12: Relatórios Google Analytics do primeiro semestre de 2013 (jan-jun).

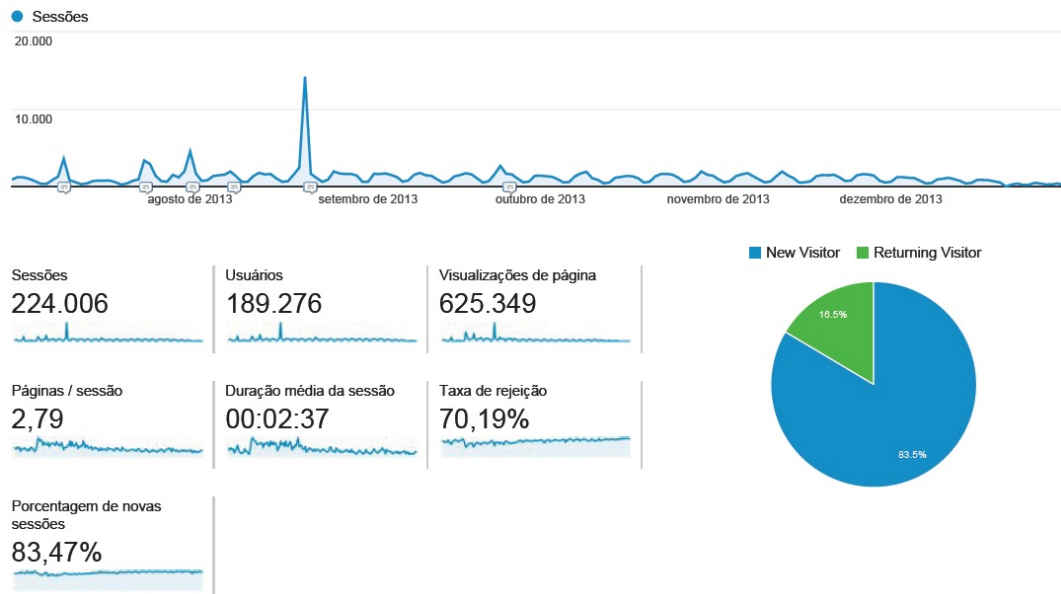


Figura 13: Relatório Google Analytics do segundo semestre de 2013 (jul-dez).

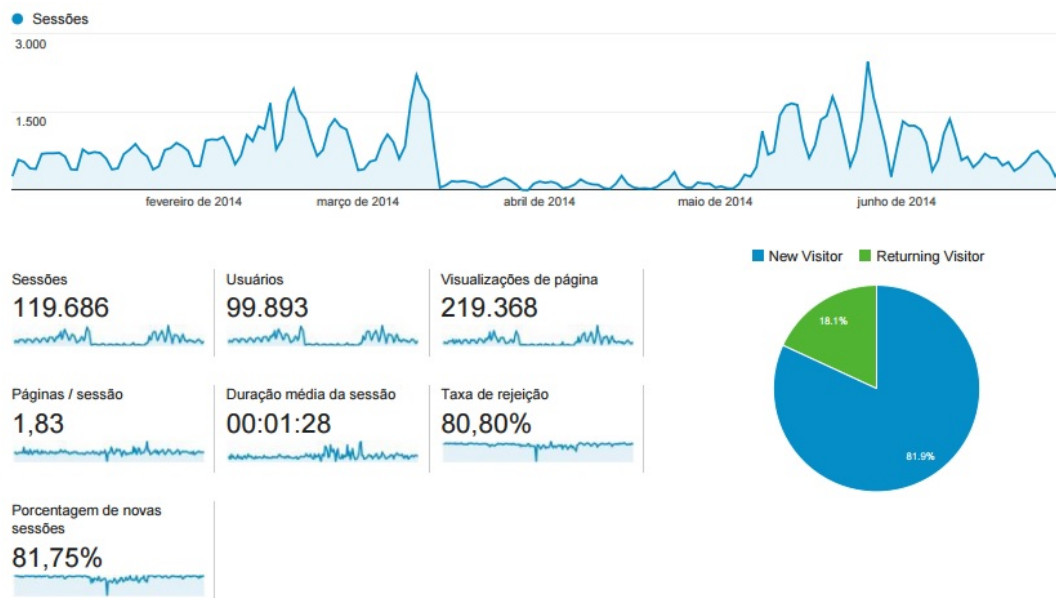


Figura 14: Relatório Google Analytics do primeiro semestre de 2014 (jan-jun).

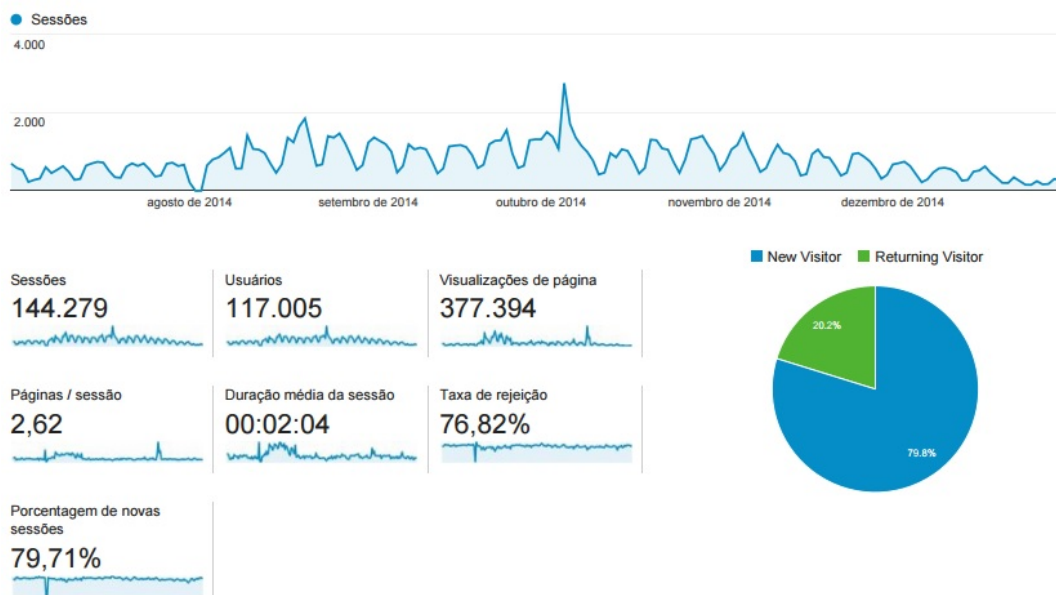


Figura 15: Relatório Google Analytics do segundo semestre de 2014 (jul-dez).

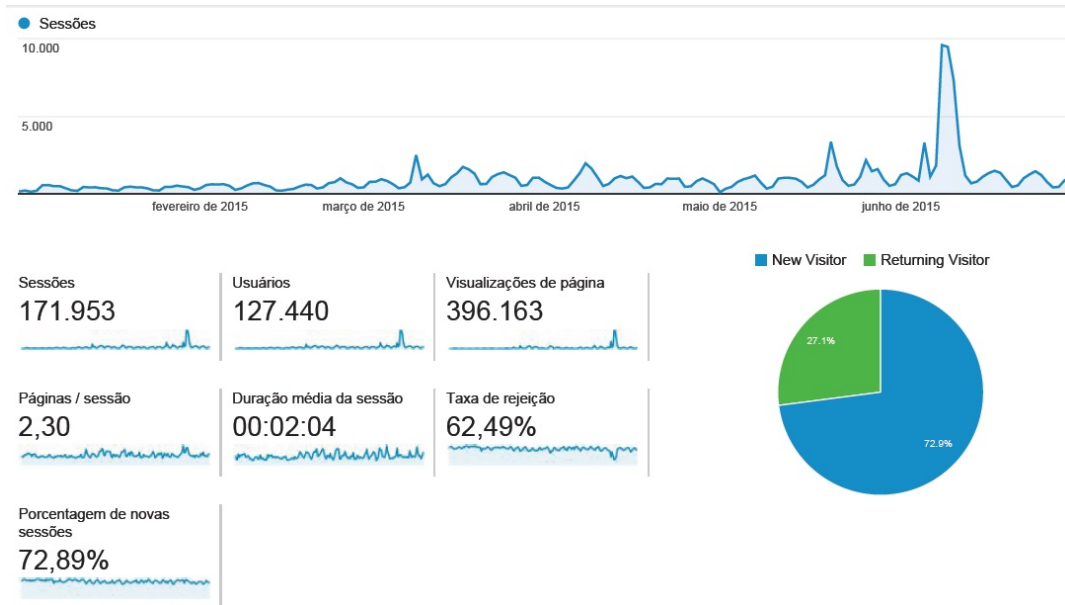


Figura 16: Relatório Google Analytics do primeiro semestre de 2015 (jan-jun).